



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

RAQUEL CARINE MARTINS BESERRA

**EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA COOPERAÇÃO NO
CAMPO: A ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO CEARÁ (ACACE), EM
CANINDÉ.**

**FORTALEZA
2013**

RAQUEL CARINE MARTINS BESERRA

**EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA COOPERAÇÃO NO
CAMPO: A ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO CEARÁ (ACACE), EM
CANINDÉ.**

Dissertação de Mestrado submetido à banca examinadora do Programa de Pós- graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Área de concentração: Educação Popular.

Orientadora: Prof^ª. PhD. Eliane Dayse Pontes Furtado

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B465e Beserra, Raquel Carine Martins.
Educação popular e práticas extensionistas na cooperação no campo : a Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE), em Canindé / Raquel Carine Martins Beserra. – 2013.
235 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Educação de adultos.
Orientação: Profa. Dra. Eliane Dayse Pontes Furtado.
- 1.Educação popular - Canindé(CE). 2.Trabalhadores em extensão rural - Canindé(CE).
3.Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará. I. Título.

RAQUEL CARINE MARTINS BESERRA

**EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA COOPERAÇÃO NO
CAMPO: A ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA DO CEARÁ (ACACE), EM
CANINDÉ.**

Dissertação de Mestrado submetido à banca examinadora do Programa de Pós- graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de mestre. Área de concentração: Educação Popular.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. PhD. Eliane Dayse Pontes Furtado (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Sônia Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^º. Dr^º. Geovani Jacó de Freitas
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof^º. Dr^º. Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo
Universidade da Integração da Lusofobia Afro-brasileira (UNILAB)

Às comunidades rurais em Canindé.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro através da bolsa auxílio.

Às professoras, orientadoras e companheiras, Eliane Dayse Pontes Furtado e Sônia Pereira, da Universidade Federal do Ceará (UFC), que desde sempre acompanharam minha formação enquanto pesquisadora e educadora.

Ao professor Geovani Jacó de Freitas (Gil) e à professora Sandra Maria Gadelha de Carvalho, ambos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) pelas grandes contribuições em minha formação acadêmica.

Ao professor José de Ribamar Furtado de Souza por me oportunizar conhecer a realidade da extensão rural, sobretudo, no Ceará. Ao professor Rodrigo Aleixo Brito de Azevedo pela composição na banca examinadora.

Às assentadas e aos assentados rurais das áreas de reforma agrária dos assentamentos rurais de Canindé, em especial Terra Livre e São Francisco das Chagas, principalmente aos que concederam entrevistas e aderiram às atividades de grupo propostas pela pesquisa.

Aos profissionais da assistência técnica e extensão rural da ACACE em Canindé pelos momentos compartilhados, entre angústias e entusiasmos, nos trabalhos de campo.

À ACACE, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pela possibilidade de iniciar uma compreensão acerca da política de extensão rural no Ceará. Ainda em relação ao MST agradeço, em especial, ao Juninho e ao Betinho, bem como os dirigentes e militantes que concederam entrevistas individuais.

Agradecimentos eternos aos meus queridos familiares, em especial, Duda, Luiza, Alexandre, mães, pai (*in memoriam*), irmãos, sobrinho querido João Vitor, vovó e Dona Marlene.

Aos docentes e demais colegas e amigos da pós-graduação pelas discussões, críticas e reflexões recebidas durante o cafezinho.

“Uma coisa é pôr idéias arranjadas, outra é lidar com um país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias...Tanta gente”.

(Guimarães Rosa)

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi estudar a relação entre a educação popular e as práticas dos profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE), vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no município de Canindé. O marco referencial para uma proposta educativa dialógica própria da Educação Popular, no campo da extensão rural é refletida por Paulo Freire no final da década de 1960. A abordagem metodológica teve caráter qualitativo, tomando como referência aproximativa a dialética. A investigação se utilizou de elementos da realidade, primários e secundários. Assim, foi possível eleger duas realidades para o acompanhamento das atividades de ATER: o assentamento São Francisco das Chagas e o assentamento Terra Livre. Nestes, foram selecionados assentados, assentadas rurais e profissionais de ATER da ACACE como sujeitos da pesquisa. Para os atores, foram utilizados Grupos Geradores, dinâmicas grupais e entrevistas individuais semiestruturadas. Também foram entrevistados militantes do MST, coordenadores de ATER da ACACE em Fortaleza, técnicos do INCRA e um profissional da ONG CACTUS, consorciada da ACACE. Para estes, foi empregada a entrevista individual semiestruturada, além da observação direta e do registro sistemático em diário de campo. Também foram realizadas leituras de relatórios das equipes de ATER, dos laudos do processo de desapropriação dos respectivos assentamentos, da Chamada Pública de nº. 02/2010 INCRA/CE e da proposta técnica de ATER do consórcio ACACE/CACTUS. Os resultados encontrados indicam uma realidade contraditória. Os achados apontam para uma realidade contraditória: de um lado, a lógica da produtividade, os aspectos burocráticos e a ausência de formação específica para atuar sob a perspectiva educativa limitam as ações transformadoras das realidades locais. Por outro lado, há um esforço por parte dos profissionais para que as práticas de ATER se utilizem de metodologias participativas e dialógicas a fim de que os sujeitos possam fazer parte de um processo educativo mínimo. Entretanto, ao estudar o conjunto das atividades desenvolvidas, através da política de ATER, a educação não-escolar junto aos jovens e adultos no campo vem sendo negada.

Palavras-chave: Educação Popular. Práticas extensionistas. ACACE.

ABSTRACT

The overall goal of the research was to study the relationship between popular education and the practices of technical assistance and rural extension professionals from Associação Agrícola do Ceará (ACACE), related to Movimento dos Sem Terra (MST) in the city of Canindé. The framework for an educational-dialogical proposal which is proper of the Popular Education in the field of agricultural extension is reflected by Paulo Freire in the late 1960s. The methodological approach was qualitative and discussions were used as a reference to approximate. The research used primary and secondary elements. With regard to the examination of the first, it was possible to choose two rural realities for the ATER monitoring activities: San Francisco das Chagas settlement and Terra Livre settlement. In these, there were selected some rural settled to be research subjects, as well as ATER professionals from ACACE. For both of them there were used Generator Groups, dynamics and semi-structured individual interviews. In addition to that, there were also direct observations and systematic recordings in field diaries. Also, MST militants, ATER coordinators from ACACE in Fortaleza, INCRA technicians and a NGO CACTUS professional; all were research subjects. To these, semi-structured individual interviews were applied. As to the examination of the secondary elements, it was performed the reading of ATER teams' reports, of the reports of the process of expropriation of the respective settlements, of the nº. 02/2010 call of proposal of INCRA/CE and of the ATER technical proposal of the consortium ACACE ATER/CACTUS in Canindé. The results point to a contradictory reality. On one hand, the logic of productivity, the bureaucratic aspects and the absence of a specific training to work in an educational perspective limit the transformative actions of the local realities. Moreover, there is an effort to ensure that the ATER practices use discussing and participatory methodologies so the individuals can be part of a minimum educational process. However, by studying all the activities in the referred settlements, through the ATER policy, non-school education to young people and adults in the ATER field has been denied.

Key-words: Popular Education. Rural Extension. ACACE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Assentamentos acompanhados no decorrer da pesquisa.....	39
Foto 1 –	Assentamento Terra Livre, 2011.....	42
Foto 2 –	Assentamento Miramar no município de Paramoti, 2012.....	43
Foto 3 –	I Conferência Estadual de ATER em Fortaleza, 2012.....	45
Foto 4 –	I Conferência Territorial de ATER em Canindé, 2012.....	46
Quadro 2 –	Núcleo Operacional do Território Sertões de Canindé.	134
Quadro 3 –	Proporção de profissionais no atendimento às famílias assentadas.....	140
Foto 5 –	I Oficina para elaboração do I Plano de Ação do assentamento São Francisco das Chagas.....	196
Desenho 1 –	Reunião de um profissional de ATER com a comunidade assentada.....	201
Desenho 2 –	Visita técnica.....	202
Desenho 3 –	Visita técnica.....	203
Desenho 4 –	Visita técnica.....	203
Desenho 5 –	Visita técnica.....	204
Desenho 6 –	Visita técnica.....	204
Desenho 7 –	Visita técnica.....	205
Desenho 8 –	Relação da política de ATER com o agricultor.....	206
Desenho 9 –	Relação da política de ATER com o agricultor.....	207
Desenho 10 –	Relação da política de ATER com o campo.....	208
Foto 6 –	I Oficina de elaboração do Plano de Ação do assentamento Terra livre.....	211
Quadro 4 -	Quadro síntese dos profissionais de ATER da ACACE.....	231
Quadro 5 -	Categorias de análise.....	232

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito Rural
ACACE	Associação de Cooperação Agrícola do Ceará
ACAR	Associação Brasileira de Crédito Rural
ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
AIA	<i>American International Association for Economic and Social Development</i>
ANCAR	Associação do Nordeste de Crédito e Assistência Rural
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ASCARPA	Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assessoria Técnica, Ambiental e Social
BNB	Banco do Nordeste Brasileiro
CAI	Célula de Acompanhamento de Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CMDS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável
CNDRSS	Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTACAP	Programa Conta Cooperativa de Capacitação
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTDRSS	Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DATER	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DC	Desenvolvimento de Comunidades
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
ETA	Escritório Técnico de Agricultura
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FECOP	Fundo Estadual de Combate à Pobreza
FETRAECE	Federação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FPR	<i>Farming Participatory Research</i>
FSR	<i>Farming Systems Research</i>
GPS	Sistema de Posicionamento Global
IBEC	<i>International Basic Economy Corporation</i>
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDM	Índice de Desenvolvimento Municipal
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
INPA	Intervenção Participativa dos Atores
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
NOP	Núcleo Operacional
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PC	Partido Comunista
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIPMOA	Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Agrícola
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PPOA	Processo de Planejamento e Organização do Assentamento
PROCERA	Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária
PRODAC	Programa Diversificado de Ação Comunitária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA	Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária
PROPAG	Programa Reuni de Orientação e Operacionalização da Pós-graduação Articulada à
Graduação	
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SDA	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Formação Profissional Rural
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural
SSR	Serviço Social Rural
TAC	Técnico em Administração de Cooperativas

TCU	Tribunal de Contas da União
UDR	União Democrática Ruralista
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	PERCURSO METODOLÓGICO: estratégias investigativas.....	29
2.1	Perspectiva “macro” da realidade: bases teóricas e documentais.....	32
2.2	A pesquisa exploratória.....	33
2.3	Sujeitos, contextos e sentidos.....	38
2.3.1	<i>Busca e organização dos elementos de pesquisa.....</i>	<i>47</i>
2.3.2	<i>Pistas para construção das categorias de pesquisa.....</i>	<i>51</i>
3	DESENVOLVIMENTO E A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: aspectos históricos.....	53
3.1	Breve histórico das políticas de assistência técnica e extensão rural no Brasil.....	55
3.1.1	<i>Assistência Técnica e Extensão Rural: discutindo conceitos e possibilidades.....</i>	<i>77</i>
3.1.2	<i>Abordagens pedagógicas na Extensão Rural adotadas no Brasil.....</i>	<i>89</i>
3.2	O MST e a Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE).....	99
4	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: fios que tecem a construção “conjunta” de uma política em Canindé/Ce.....	108
4.1	Município de Canindé: Cultura, Política e Fé.....	112
4.1.1	<i>Assentamentos rurais e as práticas de extensão rural: São Francisco das Chagas e Terra Livre.....</i>	<i>119</i>
4.1.1.1	<i>Assentamento São Francisco das Chagas.....</i>	<i>123</i>
4.1.1.2	<i>Assentamento Terra Livre.....</i>	<i>128</i>

4.2	A Chamada Pública de ATER em Canindé: concepções pedagógicas de uma política em construção.....	134
4.3	“Parcerias”: campo político em construção?.....	146
4.3.1	<i>Consórcio de ATER: a difícil construção de uma política comum.....</i>	<i>157</i>
5	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EXTENSÃO RURAL DOS PROFISSIONAIS DE ATER DA ACACE EM CANINDÉ: caminhos e descaminhos de uma prática educativa.....	165
5.1	Educação Popular e Extensão Rural: práxis educativa em (des) construção?.....	167
5.2	Profissionais de ATER da ACACE em Canindé: narrativas dos processos formativos para militância.....	176
5.2.1	<i>Concepções e práticas dos profissionais de campo: ATER, Educação, Desenvolvimento e a PNATER.....</i>	<i>187</i>
5.3	Caminhos e descaminhos de uma prática educativa.....	195
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
	REFERÊNCIAS.....	221
	ANEXOS.....	231

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se inscreve no campo teórico da Educação Popular ao buscar, através das atividades de extensão rural, estudar sua relação com as práticas e concepções dos profissionais de assistência técnica e extensão rural no processo de reforma agrária na atualidade.

A educação popular, desde o processo de redemocratização do País, na década de 1980, passando pela crise do chamado socialismo real e no enfrentamento da onda neoliberal na década de 1990 do século XX, vem sendo rediscutida¹ tanto no âmbito acadêmico como no âmbito dos setores da sociedade civil, sobretudo no contexto dos movimentos sociais que a tomam como uma mediação educativa para o fortalecimento das organizações sociais.

Percebo que estamos num momento ímpar para pensarmos os desafios, limites e possibilidades da educação popular, educação como práxis humana nesses “novos” espaços de atuação, as políticas públicas.

O marco referencial para uma proposta educativa dialógica própria da Educação Popular no campo da extensão rural é refletida por Paulo Freire no final da década de 1960. O autor faz duras críticas ao conceito de extensão tal como vinha sendo trabalhado, contribuindo, assim, com elementos importantes para a reflexão da prática pedagógica dos profissionais do campo que atuam através da referida política. Paulo Freire se destacou com sua obra *Extensão ou Comunicação*, publicada no Chile, nos fins dos anos de 1960, quando tomou como objeto de estudo a comunicação entre o camponês e o técnico no serviço de extensão rural, considerando o processo de desenvolvimento da sociedade que se apresentava. Até os dias atuais seu pensamento ganha destaque e influencia os profissionais da área com vistas a uma nova prática em campo. Práticas que, sobretudo, dialoguem com os sujeitos que vivem no campo, que considerem o processo de desenvolvimento em disputa na sociedade, que não sejam invasão cultural do “outro”, que considerem os saberes diferentes, em permanente diálogo a fim de que se construa um novo saber, um saber para a transformação social vivida e possível (FREIRE, 1977).

O autor, ao discorrer sobre a semântica do termo extensão a define como um ato mecânico em que o técnico “estende”, “transmite”, “entrega” o seu saber de forma impositiva

¹PALUDO (2006; 2005); CORCIONE (1995); VORRABER (1998); MEÍJA (1994).

ao camponês, oprimido e visto como objeto do processo. Nesse sentido, a extensão é caracterizada como invasão cultural que aliena e subordina os sujeitos com os quais trabalha.

A história que Freire trata, ao longo de suas obras, é a história de sujeitos falantes, ativos e dialógicos. Propõe, por meio de uma matriz libertadora da educação, situações problematizadoras da realidade dos atores envolvidos. Dentre as principais categorias destaca-se a práxis educativa conjugada na ação-reflexão-ação contínua sobre o real. Traz outra perspectiva de cultura política, a cultura da fala e da participação de todos, da autonomia, da aprendizagem que aponta para o caráter coletivo e organizativo por meio das lutas sociais. Nesses termos, a educação popular aparece como mediação na superação da relação entre opressores e oprimidos.

Segundo Paludo (2006, p. 9), ao tratar da Educação Popular no momento atual, as ideias forças dessa concepção educativa centram-se nos seguintes pontos: a) a indissociabilidade entre o político e o pedagógico; b) um marco ontológico em que considera todos os homens como sujeitos de saberes e, afirma aqui, o homem como sujeito de direitos; c) um marco ético com vistas às transformações sociais; d) um marco epistemológico, em que a construção do conhecimento se dá na relação prática-teoria-prática; e) como proposta pedagógica de intencionalidade, com base na problematização, no diálogo e na participação e f) uma concepção ampla de educação que envolve os processos “formais e não-formais”.

Nessa direção, a educação popular evidencia-se como uma proposta educativa para além de aspectos conjunturais. Trata-se de propor uma nova forma de sociabilidade que considere os saberes diferentes, o respeito à diversidade, o homem e a mulher como sujeitos de direitos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

No contexto da América Latina, vários autores (CORAGGIO, 1994; MAZA, 1994; VARGAS, 1994) comentam sobre a necessidade de reorientações no campo dos movimentos da Educação Popular. Um esboço de refundamentação sobre o “Ser da Educação Popular Hoje” compõe os seguintes elementos: a opção ético - política de transformação, a intervenção intencional, de corte educativo; a construção de um poder popular; a construção do coletivo como organização; o compromisso com a qualidade de vida. Meíja (1994) expõe três eixos que evidenciam os espaços de atuação da Educação Popular que são: eixo da Socialização (espaços informais, formais e não-formais); eixo da Pedagogia (enquanto relação social de saber, conhecimento e culturais de aprendizagem); eixo da Política (participação em

processos coletivos, contribuindo para efetivar processos de autonomia e de transformação da realidade).

Assim, proponho algumas questões de partida: qual o papel que a educação popular, de uma forma geral, tem exercido nestas últimas décadas, principalmente em se tratando de parcerias, que acontecem através de políticas públicas, entre sociedade civil organizada e Estado (governo)? Que estratégias de ação os atores sociais têm elaborado diante dos desafios? Como os profissionais de extensão rural, envolvidos nessas relações, apresentam-se em suas práticas de campo?

O presente trabalho teve como sujeitos da pesquisa os profissionais de assistência técnica e extensão rural da Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE) em Canindé, entidade representativa de trabalhadores e trabalhadoras rurais, vinculada ao Movimento dos Sem Terra (MST) no Ceará. O acompanhamento das atividades foi realizado, principalmente em dois assentamentos rurais do município, Terra Livre e São Francisco das Chagas.

A ACACE foi constituída no ano de 1997, no estado do Ceará. Em 2012, a associação completa seus 15 anos de existência, desenvolvendo ações específicas junto ao campo. Seus projetos estão voltados para vários segmentos, quais sejam: assistência técnica e extensão rural, produção, formação, comercialização, gênero, educação e outros.

O contexto de sua criação remonta um período em que o MST, nas palavras de Stédile & Fernandes (1999, p. 95), volta-se para si, pois se tratava, à época, de uma estratégia do Movimento para o seu fortalecimento frente à conjuntura econômica e política que lhes eram desfavoráveis desde o governo Collor até o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Com a ascensão do governo Lula e, posteriormente, de Dilma Rouseff, ambos representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), a perspectiva para realização de políticas públicas em parceria é de ordem crescente e animadora. Animadora se considerarmos que o PT nasceu num contexto de efervescência política no Brasil que foi o período da redemocratização, marcado pelo ressurgimento e apoio de movimentos sociais e sindicais.

Após duas gestões administradas por Lula e uma iniciada por Dilma, observa-se um contexto contraditório: de um lado, há maior participação da sociedade civil organizada, de outro, uma perspectiva de continuidade das políticas com caráter compensatório e paliativo, sobretudo, para o campo, a exemplo da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A pesquisa realizou um trabalho de acompanhamento dos profissionais de ATER da ACACE a partir de uma política que estava por vir. Em agosto de 2011 foi dado início à política de assistência técnica e extensão rural no estado do Ceará, sob a coordenação do INCRA. Nesse sentido, o acompanhamento das práticas de extensão rural se deu no contexto da Chamada Pública de nº. 02/2010 do INCRA, lote do Território Sertões de Canindé no Ceará.

A escolha do município de Canindé para o presente trabalho foi definida considerando dois critérios: primeiro, a existência de um escritório da ACACE executando a política de ATER e segundo, a proximidade ao município de Fortaleza. Vale ressaltar que a ACACE, em Canindé, ganhou o edital público em conjunto com outra entidade, uma Organização Não Governamental, denominada CACTUS, considerada líder ou âncora no contrato e a ACACE intitulada como consorciada.

Ao pensar a educação popular como concepção educativa humanista e dialética, através das abordagens pedagógicas desenvolvidas nas práticas de extensão rural, tenho como pano de fundo a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), publicada em 2004, que surge em meio a uma conjuntura controversa. Entretanto, é importante destacar que há, em suas orientações, uma aproximação a uma abordagem e prática que se coadunam com a educação popular, como: desenvolver gestões democráticas compartilhadas; respeito aos saberes locais; adoção de metodologias dialógicas e participativas, cujos trabalhos devem ter processos educativos permanentes com enfoque humanista, dialético e construtivista².

Assim, a PNATER surge em resposta às diversas práticas de cunho autoritário e tecnicista adotadas de forma predominante nas atividades de extensão rural no Brasil no decorrer do século XX, sobretudo, no período da chamada Revolução Verde³. Essas práticas

²Devido ao projeto ter centralidade na discussão da educação popular, não será possível abordar o construtivismo no decorrer da proposta, pois aí estaremos tratando de outra concepção de educação, em sua origem e finalidade, sendo este ponto uma controvérsia dentro da própria política.

³A Revolução Verde foi um amplo programa de desenvolvimento que teve início nos meados do século XX com os empreendimentos da Fundação Rockefeller dos Estados Unidos. Tinha como objetivo o aumento da produção e o uso intensivo de máquinas e insumos. Fonte: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/atitude/conteudo_244070.shtml. Acessado: em 22 de novembro de 2012. Esse programa foi desenvolvido em nível mundial, sua base de sustentação está tanto no aumento da tecnologia no campo agrícola como no aumento da produção de alimentos. No entanto, esse processo de tecnificação teve consequências desastrosas no âmbito social e econômico, pois, ao mesmo tempo em que poucos foram beneficiados não se conseguiu, sobremaneira, amenizar a fome no mundo. Além disso, trouxe impactos negativos para o meio ambiente na medida em que se intensificou o uso indiscriminado de inseticidas e outros químicos, considerando o aumento da produção sem considerar a sustentabilidade ambiental. (OCTAVIANO, 2010).

caracterizavam-se por uma lógica produtivista-economicista com base no modelo difusionista, tendo como um de seus principais expoentes Everett Rogers. Modelo cuja abordagem pedagógica tinha como elemento chave a persuasão dos agricultores para adoção de pacotes tecnológicos, determinados pelo mercado capitalista, muito embora, de acordo com SILVA (1981, p. 30), a proposta de modernização do campo tenha sido orientada para beneficiar, principalmente os médios e grandes proprietários. Dois elementos foram chaves nesse processo: os incentivos fiscais e o crédito rural. Com isso, houve um processo de expropriação e exploração dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. A exemplo desse processo, tem-se a figura do volante⁴, caracterizada pelo trabalho temporário, que foi peça chave para acumulação capitalista no meio rural.

Contudo, fatores como o advento dos movimentos sociais, dos movimentos sindicais do campo, das Organizações Não Governamentais (ONGs), aliados ao processo de redemocratização e o fracasso da chamada Revolução Verde contribuíram de forma determinante para que as orientações mudassem. Assim, surgiu a perspectiva da escola participativa nas práticas de extensão rural, onde a educação popular ganhou visibilidade. Segundo Furtado (1999, p. 5), trata-se de “uma abordagem que promova a participação dos agricultores como sujeitos do processo de desenvolvimento e, nesta condição, possam ajudar na construção da sociedade”.

Durante a I Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, em março de 2012, em Fortaleza, foi destaque o tratamento dado à abordagem pedagógica das atividades de extensão rural, na exposição de Argileu Martins, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), durante a mesa de abertura. Argileu destacou os quatro tipos de abordagens pedagógicas nas práticas de extensão rural no Brasil, a saber: primeira, a de cunho tradicional, que olha para os agricultores e agricultoras como objetos do processo, como alunos que têm seu comportamento moldado pelo técnico, compreendido como sujeito; a segunda se caracteriza como técnico-burocrático, estimulando a competitividade e o individualismo entre os (as) agricultores (as), com a relação entre o profissional e os (as) agricultores (as) ainda vertical e autoritária; já na terceira abordagem destaca-se uma perspectiva liberal, que estimula a competição entre os pares, com vistas às potencialidades

⁴ O volante é denominação dada ao trabalhador rural que não tem trabalho permanente e vive em condições precarizadas por se submeter a trabalhos de exploração, principalmente pela não garantia direitos trabalhistas e ter caráter temporário. Para SILVA (1981, p. 30) ‘a solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o consequente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais’.

individuais, e onde a relação se dá de forma horizontal. O diretor aponta que nos últimos 10 anos houve uma tendência a se trabalhar na quarta perspectiva, de abordagem dialética. Nela, os (as) agricultores (as) se fazem sujeitos de conhecimento, sujeitos do processo que é construído de forma contínua, com a passagem do tratamento individual para o coletivo. É na concepção dialética que Argileu Martins destaca a nova PNATER, apontando para um novo contexto do Brasil Rural e a importância dos extensionistas conhecerem, hoje, esse processo educativo com vistas a possibilitarem a apropriação do conhecimento pelos (as) agricultores (as) (informação verbal)⁵.

Contudo, é importante ressaltar que a PNATER ganha vida em meio a um cenário de crise do sistema capitalista sem precedentes. De acordo com Boff (2011)⁶, a crise atual é mais do que estrutural e conjuntural, é terminal. Terminal por dois aspectos: primeiro, porque chegamos aos limites da superexploração que o planeta pode suportar; segundo, porque se evidencia uma crise humanitária, que não atinge apenas aos que chamam de países “periféricos”, mas aos denominados países “centrais”.

Uma das causas nefastas desse processo recai sobre a tecnificação do humano. Ou seja, o crescimento acelerado, a individualidade e a competitividade em busca de um só objetivo: o lucro. Este, sendo o centro de prioridades de uma minoria que se define como dona dos meios de produção e dos modos de produção. Por outro lado, ao longo dos anos, formaram-se trabalhadores pensantes que, hoje, organizam-se e exigem a restituição de direitos que vêm sendo esfacelados pelo capital (BOFF, 2011).

Nessa conjuntura, penso a educação popular como um processo que tem como um de seus pilares a organização social e política, para transformação da realidade existente. Em suma, a materialização do “inédito viável”⁷ refletido por Paulo Freire. Além disso, traz como centralidade as pessoas, as gentes e não as coisas para pensar o desenvolvimento.

O interesse pelo tema da pesquisa emerge de minha experiência acadêmica e profissional. Fui bolsista de extensão do projeto de alfabetização e escolarização de jovens e

⁵ Informação fornecida através de uma palestra ministrada por Argileu Martins, presidente do DATER, na I Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, em Fortaleza, em março de 2012. As anotações foram registradas em diário de campo.

⁶ Fonte: Jornal ‘O Povo’, janeiro de 2012. Boff, ao tratar do capitalismo como um sistema terminal, analisa suas consequências no contexto ambiental. Refere-se a um processo de esgotamento da natureza.

⁷ A categoria ‘inédito viável’ é uma das principais refletidas por Paulo Freire, principalmente na obra *Pedagogia da Esperança*. Ela define a crença nos sonhos possíveis e na utopia que virá através da práxis libertadora (FREIRE, 2003).

adultos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)⁸. Foi através do PRONERA que conheci o contexto dos assentamentos rurais no município de Santa Quitéria, no Ceará, e a proposta do novo paradigma de educação para o meio rural: Educação *do e no* Campo que, segundo Caldart (2002), expressa que o povo tem o direito de ter educação *no* meio em que vive, bem como tem o direito de ter uma educação *do* povo do campo, com sua participação efetiva em todos os processos e sua especificidade.

No PRONERA, minhas atribuições estavam voltadas para o acompanhamento de nove turmas de educação de jovens e adultos distribuídas em cinco assentamentos rurais federais. Experienciar os assentamentos, à época, foi muito importante para minha formação, como pessoa e como estudante do curso de pedagogia. E quando falo de assentamentos refiro-me aos seus aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e geográficos. Ou seja, das pessoas que lá vivem, da política cotidiana que reinventam, das relações econômicas, das manifestações culturais, da espacialização física com seus componentes ligados à biodiversidade.

Os assentamentos rurais circunscrevem-se ora como políticas de redistribuição de terras, ora como conquista por parte dos (as) trabalhadores (as) rurais. Porém, considero importante expor a minha compreensão naquele período. O contexto rural é, de fato, bem mais amplo, rico e complexo do que aquela imagem de cidades pequenas, interioranas, com aquela célebre igreja e/ou capela, com famílias grandes (que, por vezes, confunde-se com a fome estampada na nossa historiografia oficial), com criações de animais diversos (circulando entre as pessoas) e muita vegetação nativa. Apresenta-se, então, como contexto social, político, cultural e econômico atravessado por amplo espectro de limites e lutas. As formas organizativas são várias, geralmente capitaneadas por alguns atores de mediação como movimentos sociais, sindicais ou igreja. De uma forma geral, urge a efetivação de políticas permanentes para viabilizar a melhoria da qualidade de vida das populações que lá vivem. Diante disso, é imprescindível que as políticas sejam pensadas, refletidas e criadas a partir de dentro, junto às pessoas e as comunidades rurais que devem se configurar como sujeitos históricos.

⁸O PRONERA é um programa executado através das universidades públicas em parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo, mais especificamente com o MST e o Ministério da Educação. Atuei por dois anos em cinco assentamentos rurais federais: Grossos, Saco do Belém, Alegre Tatajuba, Groaíras e Morrinhos, todos do município de Santa Quitéria/CE.

Posteriormente, tive a oportunidade de prosseguir nas atividades acadêmicas com uma bolsa de estudos através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)⁹, incluindo o diálogo entre duas pesquisas: a primeira, analisava a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no campo e as políticas compensatórias¹⁰; a segunda, estudava as lógicas e atribuições do Estado e da Sociedade Civil em torno da EJA¹¹. Ambas ocorreram em dois municípios: Baturité e Caucaia, com duração de três anos.

No último ano de graduação, iniciei atividades no campo da formação de profissionais da assistência técnica e extensão rural no Ceará, contexto de educação não-escolar¹², com ênfase na relação Educação e Desenvolvimento Comunitário (HADDAD, 200-). Essa experiência ocorreu através da “Oficina de Formação: A PNATER, a Ematerce e a Ação Extensionista: reconstruindo identidade e definindo rumos”, em 2008. O objetivo da oficina foi refletir sobre as ações de campo que vinham sendo feitas, a fim de reorganizar um projeto de trabalho a partir da perspectiva da PNATER.

A formação foi realizada através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) junto à Ematerce. A coordenação do processo formativo ficou a cargo dos professores da Universidade Federal do Ceará, Prof.^a Eliane Furtado e Prof^o. Ribamar Souza, os quais selecionaram profissionais da própria Ematerce para serem facilitadores do processo¹³. Ao fim, participei de seis oficinas, atuando como relatora. Oportunidade onde pude realizar reflexões com os profissionais.

Auxiliar e acompanhar o processo formativo desses profissionais foi de suma importância para minha formação, pois foi nesse período que tive aproximação com as

⁹Atuei como bolsista de Iniciação Científica por três anos. O primeiro ano estive como bolsista, mas sem remuneração, pois ainda fazia parte do PRONERA.

¹⁰A pesquisa foi coordenada pela professora Dr^a. PhD. Eliane Dayse P. Furtado.

¹¹Pesquisa coordenada pela professora Dr^a. Sônia Pereira.

¹² Segundo Haddad (200-, p.2), ao delimitar o campo conceitual da educação não-escolar afirma que: ‘[...] educação não-escolar dirigidos ao jovem e ao adulto, para além da educação escolar hoje denominada EJA (Educação de Jovens e Adultos), voltados principalmente à sua formação política e cidadã e ao atendimento das necessidades de natureza econômico, social e cultural’.

¹³A oficina se utilizou de uma metodologia desenvolvida pelos professores pesquisadores a partir de um trabalho realizado na Inglaterra cujo título original é *A peer ethnographic tool*. Adaptada ao contexto local e às circunstâncias da capacitação, ampliando esta concepção foi chamada de ‘formação por pares’. Na experiência realizada aqui os profissionais das próprias instituições é que colaboram na formação dos membros de suas empresas, ao mesmo tempo em que estão se formando também (FURTADO, 1999). Vale ressaltar que, para além dos profissionais da Ematerce, houve a participação de membros do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra, de profissionais ligados a Organizações Não-Governamentais, dentre outras secretarias do governo do estado.

atividades de assistência técnica e extensão rural no Ceará, ouvindo e refletindo com eles as próprias experiências.

No decorrer das oficinas, algumas problemáticas foram levantadas pelos profissionais da área, dentre elas: a ingerência política, o que contribuiu para a desestruturação da autonomia da empresa; a descontinuidade e fragilidade nos trabalhos; cargos de confiança ocupados por apadrinhamento político; desarticulação e falta de comunicação revelada através das ausências de espírito de equipe, de compromisso e de trabalho coletivo; ausência de uma política institucional comprometida com as questões sociais, ambientais e culturais das diversas realidades rurais; fragilidade de propostas educativas nas atividades de ATER; excesso de individualismo, acúmulo de atividades, executadas, muitas vezes, através de “pacotes” apenas para alcançar resultados numéricos; direitos trabalhistas pouco respeitados, sendo que a maior parte do quadro de funcionários era composta por bolsistas, terceirizados e aposentados reintegrados, fatores que geravam fragilidade do setor público e insegurança no trabalho; relação Ematerce e trabalhadores e trabalhadoras rurais em que se destacaram o mau atendimento aos trabalhadores, a pouca interação entre as comunidades e estrutura física e logística da empresa fragilizada pela ausência de sistema de informação qualificado, material para trabalho, capacitação, escritórios para alguns municípios, condições adequadas de trabalhos¹⁴.

Depois que concluí a graduação, trabalhei como técnica em organização de produtores, integrando a equipe de ATER, contexto de educação não-escolar¹⁵, no Perímetro Irrigado de Paraipaba¹⁶. Nesse contexto, houve vários depoimentos de comunidades quando fizemos as reuniões de apresentação da equipe. Uma das principais críticas feitas por parte dos moradores recaía sobre a ausência de diálogo entre técnicos e trabalhadores (as) rurais, problemas de descontinuidade da política de ATER, problemas burocráticos para liberação de crédito, ausência de organização social, dentre outros¹⁷.

¹⁴ As informações destacadas acima foram fruto de relatos e discussões nos ambientes de reflexão, estes se referem às salas onde eram realizadas as formações dos profissionais. Constam também nos relatórios das oficinas. Importante ressaltar que, por divergências políticas, a proposta de formação foi interrompida na segunda fase de sua execução. A mesma constava de três fases: a) a formação dos profissionais da instituição que atuaram como facilitadores na formação de seus pares; b) as oficinas e c) o trabalho de campo. Nesse sentido, alguns dos profissionais do Ceará puderam participar de uma formação apenas inicial sobre a Pnater.

¹⁵ Para o presente trabalho pretendo trabalhar com o conceito de educação não-escolar a partir de: HADDAD (200-); LIMA (2006); SANCHO (2006); GUIMARÃES (2006); SILVA (2006) e AFONSO (2006).

¹⁶ O período de atuação profissional nesse Perímetro durou apenas quatro meses devido a problemas como quebra de acordos entre os parceiros do projeto, gerando falta de repasse financeiro para os trabalhos de campo e salários.

¹⁷ Informações retiradas do diário de campo que elaborei durante minha experiência o Perímetro.

O Perímetro Irrigado é outra forma de organização espacial no meio rural, sob a coordenação do Departamento Nacional de Obras Contra Seca (DNOCS), surgido nos anos de 1960, como proposta de desenvolvimento para o campo, sob a intenção de minimizar as desigualdades sociais no meio rural. No entanto, os perímetros acabaram por reproduzir a estrutura desigual própria do Brasil. Aspectos como a ênfase na monocultura; quase ausência de assistência técnica e extensão rural, consideradas descontínuas; gestões autoritárias e centralizadoras; fragilidade nas organizações de trabalhadores (as) e ausência de políticas da juventude e de mulheres são alguns fatores que têm predominado nesse contexto¹⁸.

Posteriormente, participei da formação de equipes técnicas de ATER vinculadas à Organização Não-Governamental (ONGs), aos Movimentos Sindicais e aos Movimentos Sociais, dentre eles o MST, em Caucaia, no ano de 2009. A partir daqui é que conheci melhor outro contexto de profissionais vinculados de forma direta ao governo. São profissionais ligados às experiências organizativas da sociedade civil e que atuam em parceria com o governo para executar políticas públicas de ATER¹⁹. A oficina também foi coordenada pelos professores já referidos anteriormente, cujo foco central era trabalhar a perspectiva da educação popular e o diálogo com a extensão rural.

O processo formativo desses atores foi muito rico em discussão, reflexão e prática. Estavam também presentes alguns representantes de assentamentos rurais. Contudo, comecei a me inquietar com as relações de parcerias que ocorriam entre governo e entidades que representavam os (as) trabalhadores (as), já que os projetos de desenvolvimento nesses segmentos não têm se constituído como consenso ao longo da história do Brasil. Enquanto o governo opta, hegemonicamente, por um modelo de desenvolvimento sob a ótica da tecnificação no sentido do progresso na ótica do capitalismo global; as entidades ligadas aos (as) trabalhadores (as) fazem críticas a esse modelo, quando reafirmam propostas contra-hegemônicas. Exemplo disso seria o novo paradigma da Educação do Campo como alternativa à educação rural.

Nessa direção, com as experiências e os caminhos percorridos, deparei com a problemática das diversas concepções e práticas educativas de profissionais que atuam no campo da extensão rural, tanto de órgãos governamentais como de organizações da sociedade

¹⁸ Essas observações foram possíveis quando estive nos trabalhos de campo, à época registrei as experiências em diário de campo.

¹⁹ Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), nomenclatura usada para se referir à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), depois da Lei de ATER, sancionada em 2010, a política voltou a se chamar ATER.

civil. Atuações que, muitas vezes, quando não condizem com a realidade rural, tornam-se obstáculos para mediar o fortalecimento das organizações de trabalhadores (as) rurais no processo de desenvolvimento.

Alguns estudos já vêm trabalhando a relação entre extensão rural e educação popular: Masselli (1998); Furtado (1999); Costa (2009); estes tiveram como foco de análise as práticas educativas de profissionais da extensão rural advindos da esfera governamental e suas relações com a educação popular. Referidos estudos constatam que, apesar dos avanços nas concepções, sobretudo, através dos documentos oficiais, ainda predominam práticas com abordagens bancárias de educação que, de acordo com Freire (2005, p. 67), caracterizam-se da seguinte forma: “[...] o ‘saber’ é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. [...] para qual a educação é um ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos [...].”

No estudo de Masselli (1998, p. 101), ao tomar a extensão rural como processo educativo, tendo como princípios orientadores a educação libertadora de Freire, realiza seus estudos sobre a atuação pedagógica de técnicos agrícolas do Estado junto aos sem terra, no assentamento Sumaré I, em São Paulo. A autora afirma que, apesar dos técnicos apoiarem o processo de emancipação dos assentados, muitas ações, ainda, trazem em seu bojo relações autoritárias e preconceituosas, práticas que ela define como ambíguas.

Furtado (1999, p. 1) descreve a experiência formativa da Ematerce e reflete sobre a formação dos profissionais para atuação na extensão rural oficial em sua relação com a educação popular. Lançou mão da metodologia chamada “Intervenção Participativa dos Atores” (INPA), também utilizada em assentamentos rurais. Para ela, a Ematerce passa pelo enfrentamento de sobrevivência institucional, pois “a abordagem do trabalho extensionista não mais tem ressonância entre os agricultores e os técnicos, por sua vez, consideram-se insatisfeitos por não sentirem uma contribuição efetiva do seu trabalho com os agricultores.” (*Ibid.*, 1999, p. 1).

Já Costa (2009, p. 144), em sua pesquisa de mestrado, analisou a relação entre extensão rural e educação popular no Perímetro Irrigado Público Federal Baixo Acaraú, no Ceará. Sua metodologia através do estudo de caso, teve como base epistemológica a etnometodologia, tinha como objetivo geral estudar as ações de ATER e seu caráter pedagógico. Alguns dos resultados em relação às ações de extensão rural foram: o não conhecimento do conceito de extensão rural por parte dos profissionais; o desconhecimento

pela maioria dos técnicos da PNATER e apesar de ter evidenciado uma prática de diálogo entre profissionais e moradores havia uma clareza por parte destes últimos de que é preciso mudar o perfil dos profissionais de ATER e, por fim, havia o predomínio de orientações de ATER voltadas para o aspecto produtivo.

Para pensar o contexto da América Latina, busco algumas considerações de Filho (2007, p. 1)²⁰. O objetivo de seu estudo foi o de analisar “o estado da arte sobre enfoques, estratégias e ações de organizações e transferência de responsabilidades e recursos a organizações de pequenos produtores” (*Ibid.*, p. 1), referindo-se às ações de assistência técnica e extensão rural. Dentre as várias experiências estudadas destaco a do Projeto Corredor Puno-Cusco no Peru, quando o autor trata da relação entre técnicos e populares, partindo da necessidade de readequar a comunicação entre esses atores, tanto no que se refere ao linguajar como aos materiais a serem utilizados. Nessa perspectiva há dois aspectos a serem levados em consideração, a saber: a) necessidade de estabelecer diálogos qualificados de saberes entre técnicos e populares, desde o início ao fim do projeto e b) da identificação, avaliação e seleção do assistente técnico por parte das organizações de produtores que buscam, dentre os critérios de escolha, considerar a boa experiência e a vivência do técnico na comunidade.

De uma maneira geral, a América Latina apresenta um quadro que aponta para que os serviços de assistência técnica possam atender de fato às necessidades reais das comunidades rurais. Há uma tendência de que se valorize a autonomia das organizações de produtores na gestão dos serviços (FILHO, 2007).

O levantamento feito para o presente estudo não identificou pesquisas relacionadas à atuação de profissionais de ATER da ACACE, vinculados ao Movimento dos Sem Terra no Ceará, especificamente no município de Canindé. É nessa perspectiva que a pesquisa se apresenta como relevante para o estudo dos serviços públicos de extensão rural que vêm sendo executados em parcerias junto às entidades de representação de trabalhadores e trabalhadores rurais. Com isso, delimito como objeto de estudo “a prática dos profissionais de ATER da ACACE”, profissionais que advêm tanto das ciências agrárias (em sua maioria), como das ciências humanas.

Assim, seguem outras questões de pesquisa: a) A educação popular vem sendo articulada com as práticas-educativas, não-escolares, no campo, através da extensão rural

²⁰O estudo do presente autor se refere aos seguintes países: Venezuela, El Salvador, Brasil, República Dominicana, México, Nicarágua, Peru e Bolívia.

efetivada pelos profissionais da ACACE em Canindé? b) Qual a origem, formação e concepções dos profissionais de ATER da ACACE? c) Quais as narrativas sobre o sentido dessas práticas pedagógicas no contexto dos assentamentos, de acordo com as comunidades assentadas? d) Em que perspectiva a ACACE, vinculada ao MST, tem conseguido viabilizar o trabalho de extensão rural, em parceria com o Estado?

Com isso, nos caminhos de construção do objeto desta pesquisa, busquei dialogar com algumas categorias, como educação popular, extensão rural, questão agrária e desenvolvimento. Por outro lado, na pesquisa empírica, foi possível construir outras categorias de discussão, tais como: descontinuidade, assistência técnica, parceria e formação dos profissionais de ATER.

O objetivo geral é o de “estudar a relação entre educação popular e as atividades de extensão rural na ação dos profissionais de ATER da Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE)”, vinculada ao MST. E, os objetivos específicos, são: a) Realizar levantamento acerca das concepções pedagógicas de extensão rural nos projetos institucionais da ACACE e do INCRA, b) Identificar a origem e a formação dos profissionais de ATER da ACACE em Canindé, c) Levantar as práticas dos profissionais de extensão rural da ACACE, em suas respectivas atividades e d) Identificar junto aos assentados e assentadas rurais em que perspectiva pedagógica vêm sendo desenvolvidos os trabalhos de extensão rural.

O trabalho está estruturado, além desta introdução, em 5 capítulos. No primeiro capítulo, intitulado de “Percurso metodológico: estratégias investigativa” discorro sobre as escolhas metodológicas, sobretudo, relacionadas ao campo empírico. No segundo capítulo, abordo a história das políticas de extensão rural empregadas no Brasil, com destaque para as abordagens pedagógicas na extensão rural, bem como a inserção do MST e da ACACE nesse contexto. Posteriormente, no capítulo terceiro, exponho um breve histórico do município de Canindé, sobretudo acerca da política de ATER, destacando as experiências dos assentamentos São Francisco das Chagas e Terra Livre. Outro aspecto trabalhado foi o contexto da política de ATER atual no Ceará, através da Chamada Pública, tendo sido possível acompanhá-la de agosto de 2011 até o mês de abril de 2012. Busco identificar nesse percurso as implicações da política sobre as práticas dos profissionais de ATER, destacando as concepções pedagógicas da extensão rural e as lógicas das parcerias em campo. No quarto capítulo, levanto as práticas de extensão rural e assistência técnica dos profissionais da ACACE em Canindé, um diálogo entre o olhar dos sujeitos assentados e assentadas rurais e os

profissionais de ATER da ACACE sobre os sentidos que os mesmos atribuem a estas experiências.

Por fim, arrisco algumas considerações finais onde desenho um quadro contraditório que, por um lado, a lógica da produtividade, os aspectos burocráticos e a ausência de uma formação específica para atuar em uma perspectiva educativa limitam as ações transformadoras das realidades locais. Por outro lado, há um esforço para que as práticas de ATER se utilizem de metodologias participativas e dialógicas a fim de que os sujeitos possam fazer parte de um processo educativo mínimo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: estratégias investigativas

Ao considerar que toda metodologia tem como base um referencial teórico-epistemológico, disserto sobre as escolhas para o tratamento da pesquisa. Romanelli (1998, p. 173), ao refletir sobre a falsa dicotomia entre a pesquisa quantitativa e qualitativa, acentua que “a oposição entre Qualitativo e Quantitativo é falsa. As verdadeiras oposições estão eventualmente, nos paradigmas que embasam as pesquisas”. Ou seja, para além das escolhas técnicas, é de suma importância delimitar a base epistemológica que orienta a pesquisa. É aqui que se encontram as visões de mundo em conflito.

Nessa perspectiva, elegi como paradigma aproximativo a dialética. Pois, ao considerar que a prática educativa da extensão rural através dos profissionais da ACACE é central para o estudo, é mister realizar uma análise que considere os elementos inseridos em seu contexto histórico, social, cultural, político e econômico. Para chegar a essa decisão, alguns autores embasaram o meu estudo.

A dialética, segundo Severino (2007, p. 116), define a construção do conhecimento da seguinte forma: “[...] o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também poder”. Acrescem a essa base epistemológica alguns pressupostos que devem ser considerados, são eles: a totalidade, a historicidade, a complexidade, a dialeticidade, a praxidade, a cientificidade e a concreticidade.

A totalidade refere-se à análise das partes a partir do todo, ou seja, não se pode analisar um objeto isolado da sociedade; a historicidade refere-se a todo o processo histórico, pois não há um momento que seja separado do movimento temporal; já a complexidade faz referência à articulação entre o uno e o múltiplo, o fenômeno é determinado por múltiplos fatores; na dialeticidade tem-se por base o princípio da contradição, a realidade é constituída por fatores descontínuos, não-lineares, passíveis de acumulação e sucessão; na praxidade deve-se considerar os fenômenos humanos a partir de sua temporalidade e espacialidade através da prática humana; já a cientificidade requer que toda explicação científica considere o processo histórico-social no qual o fenômeno está inserido, este sempre em conflito; por último, o pressuposto da concreticidade, que privilegia o campo empírico em seus fundamentos econômico-políticos, pois o que prevalece é a práxis humana coletiva (SEVERINO, 2007).

Por sua vez Minayo (2007, p. 24) diz que a abordagem dialética: “[...] junta à proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais”. Ou seja, para a autora, a dialética tem como base a realidade vivida, a história em movimento, em suas contradições, dentro de toda uma trama fincada em seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Com isso, acredito que o contexto social, cultural, histórico, político e econômico deve ser considerado para a compreensão das visões de mundo que são construídas pelos teóricos e epistemólogos. Ressalto que é preciso levar em consideração que o campo hegemônico da ciência se deu, e ainda vem se dando, sobretudo, no âmbito europeu e norte-americano. Entretanto, há discussões sobre a produção do conhecimento a partir do local das culturas específicas, a exemplo do grupo da subalternidade na Índia (BHABA, 2001; SPIVAK, 1985), perspectivas estas que vêm questionando a visão eurocêntrica e nortista. Segundo Spivak (1985, p. 1):

El grupo de los Estudios de La Subalternidad está, a mi entender, revisando esta definición general y su correspondiente teorización, al proponer por lo menos dos cosas: en primer lugar, que el/los momento/s de cambio sean pluralizados y tramados como confrontaciones, antes que como transición (de esta manera serían percibidos en relación a las historias de dominación y explotación, en lugar de ser inscritas en la gran narrativa de los modos de producción) y, en segundo lugar, que tales cambios estén señalados o marcados por un cambio funcional en los sistemas de signos.

A autora trata de duas questões centrais para o grupo da subalternidade a fim de fortalecer um processo de construção histórico-teórica, contra-hegemônica, a saber: primeiro, a possibilidade de confrontar as teorias produzidas através da visualização e publicização do conflito permanente da narração discursiva, já que seriam percebidas as produções ditas “dominantes” com relação ao processo de exploração e dominação; e, em segundo, seria a modificação no campo dos signos, digam-se, significados, estes construídos através do imaginário social e político.

Para Bhaba (2001, p. 206-207), em seu livro sobre o “Local da cultura”, referindo-se ao conceito de “povo” na nação, alerta-nos para seguinte questão,

Temos então um território conceitual disputado, onde o povo tem de ser pensado num tempo-duplo; o povo consiste em ‘objetos’ históricos de uma pedagogia nacionalista, que atribui ao discurso uma autoridade que se baseia no pré-estabelecido ou na origem histórica constituída no *passado*; o povo consiste também em ‘sujeitos’ de um processo de significação que deve obliterar qualquer presença

anterior ou originária do povo-nação para demonstrar os princípios prodigiosos, vivos, do povo como contemporaneidade, como aquele signo do *presente* através do qual a vida nacional é redimida e reiterada como um processo produtivo. [Grifos do autor].

Ou seja, vai além de um discurso oficial, preestabelecido, que submete e homogeneiza a palavra “povo” sob o domínio e lógica do passado. O autor nos lembra que há outro sentido para se considerar povo, que é um sentido na sua maior inteireza, na contemporaneidade, considerando-o como sujeito que interfere na construção da nação²¹ no presente. Outro conceito que o autor coloca é o da diferença cultural como uma intervenção para subversão que completa o discurso das minorias.

Assim, sendo a pesquisa orientada com base na dialética, elege a abordagem qualitativa para o estudo dos elementos, pois esse tratamento enfatiza as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens, de sua razão de ser (HAGUETE, 2005).

A pesquisa qualitativa tem, ao longo da história, passado por várias fases de desenvolvimento em seus elementos teóricos, epistemológicos ou práticos. A Sociologia e a Antropologia são ciências que contribuíram de forma determinante na construção dessa abordagem metodológica de se fazer ciência. Depois das aproximações com as populações e/ou comunidades e seus respectivos contextos sociais, a pesquisa qualitativa, ao mesmo tempo em que foi ganhando terreno, foi também sendo questionada acerca do rigor e da validade científica, por tratar dos aspectos sociais e subjetivos que nem sempre são passíveis de mensuração²². Coube às correntes teóricas e aos estudiosos da área buscar validar e transformar as metodologias com o fim de torná-las confiáveis. Isso não quer dizer que a abordagem qualitativa busca a verdade, a generalização dos fenômenos sociais. A proposta supõe que o papel do cientista parte de uma realidade que, por ser social, é complexa, dinâmica, contraditória e multifacetada (ANADÓN, 2005).

Outros autores, como Bogdan e Biklen (1994, p. 47), caracterizam a pesquisa qualitativa a partir de cinco características principais: a) a fonte direta de dados se encontra no ambiente natural, onde o pesquisador é o instrumento principal; b) a abordagem qualitativa é descritiva; c) Há maior interesse no processo do que no resultado; d) os pesquisadores tendem a analisar os dados indutivamente; e) O significado é de fundamental importância. Os mesmos

²¹ Conceito construído pela ótica ocidental.

²² Cabe salientar que alguns dos principais momentos históricos, sociais e políticos que marcaram o nascimento e novos rumos para as ciências sociais foram: o Movimento Iluminista, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

autores destacam ainda que os investigadores qualitativos buscam as experiências a partir do ponto de vista do informador e estabelecem diálogo permanente com os sujeitos da pesquisa.

Com isso, a pesquisa, ao ter nos sujeitos e seus respectivos contextos sociais a principal fonte para o desenvolvimento do conhecimento, elegeu a abordagem qualitativa para a construção e estudo dos elementos. Estes, segundo os objetivos traçados, tiveram na pesquisa descritiva e explicativa os caminhos para sua composição. A seguir, trato das fontes teóricas como documentais, para o estudo. De forma inicial, construí os elementos numa perspectiva de ordem macro e micro da realidade (SHERER-WARREN, 1999).

2.1 Perspectivas “macro” da realidade: bases teóricas e documentos

Para a ordem macro da realidade pesquisada formulei um desenho de partida sobre as bases teóricas que contribuiriam para o entendimento das seguintes categorias: a educação popular, a questão agrária, a extensão rural e o desenvolvimento. Com isso, utilizei-me de estudos bibliográficos e de estudos documentais.

Sendo a educação popular a categoria central do trabalho, busco em Paulo Freire as bases conceituais e de forma complementar trago outros autores que exponho mais adiante, levando em conta que se trata de um contexto de educação não-escolar, com foco no campo e nas novas perspectivas que este requer, como diversidade étnica, cultural, econômica, social e ambiental. Somam-se a isto, as contribuições para uma nova proposta de desenvolvimento ancorada na agroecologia. Esta exige que as atividades de extensão rural contenham um aporte educacional e comunicacional horizontal, cujas metodologias devem ser participativas, considerando as diversas realidades dos atores sociais e que “permitam a reconstrução histórica das trajetórias de vida e dos modos de produção, de resistência e de reprodução, assim como o desvendamento das relações das comunidades com o seu meio ambiente.” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 15).

Com isso, os referenciais acima que anunciam a perspectiva agroecológica, baseiam-se nos elementos da educação libertadora e dialógica a fim de romper com as práticas educativas de extensão rural que, historicamente, contribuiriam em direção contrária, para a alienação e a opressão das classes populares, retirando-lhes qualquer possibilidade de apropriação reflexiva do conhecimento. Nessa perspectiva, a agroecologia busca em Paulo Freire um diálogo pautado na comunicação rural. O diálogo é, portanto, “um encontro de sujeitos interlocutores que busca a significação dos significados” (FREIRE, 1977, p. 69). Em suma, a prática dos

profissionais de campo, a práxis educativa, da política de ATER no presente estudo é refletida a partir da educação popular no contexto das áreas de reforma agrária em Canindé.

Já na pesquisa documental me utilizei dos seguintes materiais para o estudo: A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER); Manual Operacional de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) e a Chamada Pública de ATER de nº. 02/2010. Estes documentos são parâmetros de análise acerca da concepção de educação que deve orientar as atividades de extensão rural no âmbito do Estado. Outro documentos: laudos técnicos dos projetos de assentamentos (disponibilizados pelo INCRA), proposta técnica de extensão rural da ACACE em Canindé, relatórios das equipes de assistência técnica e extensão rural e materiais digitais institucionais e informativos do MST e da ACACE, estes disponíveis nos sites ou na própria sede do Movimento em Fortaleza.

Na ordem da realidade empírica, que chamo de “micro”, trato no primeiro instante, da fase da pesquisa exploratória pelas suas contribuições no redesenho da metodologia. Posteriormente, exponho as definições para a minha inserção no contexto da política de ATER, a escolha e o diálogo com os respectivos personagens e as circunstâncias de vida e de trabalho. Por fim, teço reflexões sobre os instrumentos, técnicas e organização dos elementos de pesquisa.

2.2 A pesquisa exploratória

Com isso, dou início a um quadro geral do que foi realizado na fase da pesquisa exploratória. Esta se realizou em dois momentos: o primeiro se deu na fase de elaboração, ainda inicial, do projeto de pesquisa que antecede à seleção do mestrado, primeiro semestre de 2010; já o segundo momento, deu-se no percurso do segundo e terceiro semestres do curso de mestrado, fase anterior à defesa do projeto de pesquisa, entre fevereiro de 2011 até novembro de 2011²³.

Assim, é no primeiro momento que busco construir o objeto de pesquisa. Isso incluiu um primeiro diálogo com alguns membros do MST e da ACACE para levantar a possibilidade da proposta de pesquisa, em fevereiro de 2010. Um dos coordenadores do setor de produção do MST foi a primeira pessoa com quem tive contato e que me deixou informada sobre o processo de seleção para execução dos serviços de ATER que iria ocorrer através do INCRA, sendo o edital lançado no final do ano de 2010, por meio da Chamada Pública de nº. 02/2010

²³ Com exceção dos meses de março, abril, maio e junho, meses que tive que me afastar devido ao período pós-gestação.

para o lote Território Sertões de Canindé no Ceará. A ACACE, no segundo momento de visita da fase exploratória da pesquisa, aguardava o resultado do processo seletivo, datando fevereiro de 2011.

No caso específico de Canindé, a Associação concorreu através de um consórcio junto a ONG CACTUS, entidade líder do contrato, e a ACACE, como entidade consorciada. Quando foi divulgado o resultado da seleção, no final do primeiro semestre de 2011, as atividades de ATER logo se iniciaram no fim do mês de agosto de 2011. O contrato tinha uma perspectiva de duração de cinco anos, e a cada ano previa-se um processo de renovação dos contratos de acordo com a avaliação da política executada. Com isso, pude realizar o acompanhamento desde o final de agosto de 2011 até o mês de abril de 2012. Vale salientar que a Chamada Pública, como processo seletivo para prestação de serviços de ATER, é resultado da promulgação da Lei de ATER de nº. 12.188, do dia 10 de janeiro de 2010.

Nesse momento, defini junto ao coordenador do MST os dois possíveis assentamentos rurais para realizar o acompanhamento das atividades de campo: o assentamento São Francisco das Chagas e o assentamento Terra Livre, ambos do município de Canindé. Os critérios para escolha dos respectivos assentamentos se deram, inicialmente, por dois aspectos: localidades em que estivessem ocorrendo atividades de extensão rural e o segundo, a proximidade com o município de Fortaleza. No entanto, no decorrer do processo, outros critérios foram sendo pensados e redefinidos, como será colocado mais adiante.

A segunda etapa da pesquisa exploratória deu-se, principalmente, com as minhas primeiras viagens a Canindé, em fevereiro de 2011, período em que estive por duas vezes no município. O objetivo era realizar uma aproximação inicial sobre a realidade dos assentamentos rurais, bem como conhecer a equipe de ATER da ACACE em Canindé. Depois, retornei no final de agosto de 2011, período em que se iniciam as atividades de ATER, até novembro de 2011. Os primeiros contatos ocorreram junto a um dos coordenadores e também militante da Brigada Mandacarú²⁴. A pesquisa foi apresentada na Brigada, numa reunião que ocorreu entre os profissionais de ATER e militantes presentes. Já no contexto dos assentamentos, o coordenador e militante do MST me acompanhou no primeiro contato tanto no assentamento São Francisco das Chagas como no assentamento

²⁴No início fiz minha apresentação e entreguei uma declaração da universidade que apresentava o tema do projeto de pesquisa do mestrado e o nome da orientadora. As Brigadas no Ceará é a forma que o MST está organizado para coordenar as comunidades que estão vinculadas a ele. Este aspecto será melhor detalhado no capítulo 3.

Terra Livre. Só posteriormente, nos meados de setembro do mesmo ano, tive a possibilidade de conhecer outro assentamento, o Souza, no qual estive com parte de outra equipe de ATER. Aqui, desde já, pude acompanhar de forma mais sistemática os sujeitos, as ações de campo e seus contextos, sobretudo, com a utilização da observação direta com registros em diário de campo.

A partir disso, tive a necessidade de inserir, à época, este outro assentamento, o qual contempla três comunidades: Pompeu, Quintas e Souza. Essa necessidade partiu do seguinte aspecto: os dois primeiros assentamentos eram acompanhados por uma mesma equipe de três profissionais: 1 agrônomo, 1 assistente social e 1 técnico administrativo de cooperativas, equipe denominada Patativa do Assaré. Nesse sentido, considerei que acompanhar outra equipe distinta seria válido para diversificar e qualificar a construção dos elementos. A equipe que acompanhava o assentamento Souza era formada por quatro profissionais: 1 biólogo, 3 técnicos agropecuários e 1 técnico em administração de cooperativas, e é chamada de Lampião e Maria Bonita. No entanto, estes se dividiram em duplas para acompanhar melhor as três comunidades rurais (Souza, Quintas e Pompeu), então permaneceram no Souza apenas dois profissionais: o biólogo e um técnico agropecuário. Com isso, o quadro de profissionais de ATER foi ampliado para cinco profissionais²⁵. Outro aspecto que considerei relevante foi que o assentamento Souza tinha em torno de dez anos de existência, enquanto os outros dois tinham em média cinco anos. A seguir traço algumas características dos respectivos assentamentos.

O assentamento São Francisco das Chagas fica a 3 km da sede de Canindé, aspecto que lhe dá uma particularidade, já que fica tão próximo da “rua²⁶”. O período de conflito e de ocupação se deram entre os anos de 2001 e 2006, sendo que a emissão de posse ocorreu apenas em fins de 2007. Trata-se, portanto, de um assentamento recém-criado. A terra pertencia à Paróquia de São Francisco, ligada à Igreja Católica em Canindé, mas foi sendo ocupada por outros seis moradores que se diziam donos e/ou gerentes, ou seja, por particulares. Por outro lado, quando o MST a ocupou, iniciou-se a luta pela desapropriação. Além dos conflitos entre alguns antigos moradores e acampados, os primeiros tiveram o auxílio da polícia para limitar as ações dos segundos. Até o momento havia 24 famílias

²⁵ O quadro dos profissionais de ATER da ACACE no município de Canindé está no anexo A.

²⁶ A rua é um termo dado ao centro urbano de Canindé, os moradores do campo e da cidade fazem essa nomeação.

morando no assentamento. Nesse Projeto de Assentamento (PA), tive uma conversa inicial com uma assentada que, à época, era presidente da associação.

Já o assentamento Terra Livre fica acerca de 8 km da sede do município de Canindé. Na localidade havia 23 famílias assentadas, mas, antes, havia um total de 26 famílias. Segundo o vice-presidente da associação, do período, algumas famílias foram embora em busca de melhores condições de vida. A intenção inicial era conversar informalmente com o presidente da associação do assentamento, mas como este não estava no local, conversei com o vice-presidente.

Travei diálogos iniciais, sem um roteiro pronto, pois a minha prática com a pesquisa de campo tem revelado que para esse momento deve-se evitar ao máximo a escrita e as gravações, atentando-se o pesquisador para a pessoa que fala, no caso, os sujeitos, fator que pode favorecer uma melhor aproximação do contexto. Logo após as conversas foi possível fazer breves anotações no diário de campo, que muito auxiliaram no conhecimento da realidade.

O assentamento Souza foi o terceiro a ser escolhido, processo ocorrido no mês de setembro de 2011. A escolha partiu da necessidade de perceber que um assentamento com mais tempo de existência poderia dar contribuições distintas dos assentamentos mais novos. Souza tem cerca de dez anos de existência, constituindo-se como locus de pesquisa rico para levantar como as práticas pedagógicas, através da extensão rural, têm sido desenvolvidas ao longo desses anos. Outro aspecto que favoreceu a escolha foi a existência de pesquisas em torno do mesmo, o que colabora para uma confrontação com estudos já realizados. É composto por mulheres, homens, jovens, idosos e crianças que têm enfrentado problemas sérios no que diz respeito à escassez de recursos hídricos, alcoolismo, violência e a ausência de políticas públicas para o campo. Exemplo disso é a falta de continuidade com a política de ATER, apontando eles, no primeiro momento, críticas na atuação das equipes de ATER.

De uma forma geral, acompanhei nessa etapa os trabalhos de campo dos profissionais da ACACE em Canindé nos seguintes contextos: a) assentamentos rurais: no assentamento Terra Livre, nesse período, foram realizadas cinco visitas, constando de uma oficina para elaboração dos planos de ação inicial, duas visitas às unidades familiares, uma visita à unidade produtiva e uma reunião com três membros da direção da associação para tratar da organização e do regimento interno. Já no assentamento São Francisco das Chagas acompanhei uma oficina para elaboração dos planos de ação inicial e duas visitas às unidades

familiares. No assentamento Souza, onde estive por duas vezes, acompanhei uma reunião para discussão do regimento interno e outra visita para acompanhamento junto a um dos técnicos em uma unidade familiar e b) escritório ACACE: reuniões internas de planejamento e avaliação semanais. Também foi possível o acompanhamento de duas reuniões internas entre a ONG CACTUS e ACACE para discussão da política de uma maneira geral, observando as dificuldades burocráticas, os aspectos metodológicos, os aportes teóricos para as ações de ATER, os trabalhos em parceria, a formação dos profissionais de ATER, suas concepções em torno da extensão rural, dentre outros.

Outra atividade realizada na fase exploratória foi visita à ACACE em Fortaleza, por três vezes. Na primeira, entrei em contato com dois membros da coordenação de ATER onde realizei conversas informais sobre os profissionais de ATER da ACACE. Posteriormente, tive uma conversa individual com uma militante e um militante, ambos, à época, coordenadores do Setor de Produção da MST²⁷. O objetivo da visita foi o de obter informações gerais com membros da ACACE e do MST, responsáveis pela política de ATER e a atuação dos respectivos profissionais de extensão rural.

Importante ressaltar que no projeto inicial nomeei os profissionais de campo, da extensão rural, como “técnicos-militantes” porque assim os conheci no encontro de formação no ano de 2009. Simbolicamente foi o que de imediato me chamou atenção por se tratar de sujeitos que estavam adjetivados de maneira distinta dos demais. Ou seja, além das atribuições técnicas, os profissionais se caracterizavam como militantes políticos. Com a pesquisa exploratória em Canindé, os profissionais de ATER, para minha surpresa, logo questionaram o termo que a pesquisa estava utilizando para nomeá-los. No decorrer do processo, optei por utilizar profissionais de ATER cujo termo se faz mais genérico e abrange até os profissionais recém-chegados à instituição²⁸.

De acordo com os resultados levantados na fase da pesquisa exploratória, existe a proposta de trabalhar dentro de uma perspectiva democrática junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a partir de um processo participativo com vistas à autonomia dos assentados e das assentadas. São destacados os princípios que devem orientar os trabalhos e,

²⁷ Há pouco tempo uma das coordenadoras deixou o setor de produção para fazer parte da direção nacional do MST representando o estado do Ceará. O outro coordenador também deixou o setor de produção para trabalhar na militância em um dos municípios do Ceará.

²⁸ Aspecto que será discutido no último capítulo que trata especificamente das concepções e práticas dos profissionais de extensão rural da ACACE.

ao fim, é evidenciada a proposta da Intervenção Participativa dos Atores (INPA), estudo e proposta metodológica que toma como base a educação popular na capacitação para o desenvolvimento sustentável, publicada por Furtado e Souza em 2000, ambos educadores e pesquisadores da área de educação popular no Ceará. Tudo isso levou-me a concluir que os técnicos do INCRA eram imprescindíveis para a pesquisa na medida em que a política de ATER era realizada em parceria com a ACACE, cuja proposta de extensão rural deveria ter como base a PNATER, sendo esta “sensível à concepção da educação popular” (FURTADO, 200-).

Por fim, a fase da pesquisa exploratória foi de grande relevância para o presente estudo, pois possibilitou definir melhor categorias, sujeitos e contextos para elaboração e realização da etapa posterior em que trato de delimitar melhor as técnicas, os instrumentos e os procedimentos para construção dos elementos de análise. A seguir, discorro sobre os sujeitos, os contextos e os sentidos para o presente estudo.

2.3 Sujeitos, contextos e sentidos.

Além da pesquisa exploratória, o momento de defesa do projeto de mestrado foi importante para as definições possíveis de campo. A começar pela quantidade de assentamentos a serem acompanhados. Foi a partir desse momento que o objeto de pesquisa foi definido como “as práticas dos profissionais de ATER da ACACE em Canindé”. Com isso, descentrei meu olhar dos assentamentos rurais, não significando que o contexto e seus sujeitos não tivessem também centralidade. Sendo assim, conheci outras realidades rurais que não necessariamente faziam parte de Canindé, mas do território Sertões de Canindé, como o assentamento Miramar, no município de Paramoti e o assentamento Pagheuna, em Caridade. Esses passos me ajudaram a compor um quadro mais geral de como as práticas de extensão rural vêm sendo desenvolvidas. No quadro a seguir, estão identificados os Projetos de Assentamentos que pude acompanhar:

Quadro 1 – Assentamentos acompanhados no decorrer da pesquisa de campo.

Nº. de Ordem na Chamada Pública	Território	PROJETO	Município	Área (ha)	Ano de criação	Nº. Famílias	Núcleo Operacional
031	Sertões de Canindé	PA São Francisco das Chagas	Canindé	906,7 943	2009	25	Canindé
033	Sertões de Canindé	PA Souza	Canindé	3.211, 0800	1998	59	Canindé
034	Sertões de Canindé	PA Terra Livre	Canindé	1.229, 2631	2007	26	Canindé
003	Sertões de Canindé	PA Pagehuna	Caridade	1.483, 5504	2005	35	Canindé
002	Sertões de Canindé	PA Miramar	Paramoti	1.027, 4954	2007	20	Canindé

Fonte: Chamada Pública nº. 02/2010/INCRA.

Para tratar dos aspectos micro da realidade pelo estudo de campo, este tipo de pesquisa abrange desde os levantamentos que são mais descritivos até estudos mais analíticos, sendo a pesquisa empírica a caracterização da especificidade e concreticidade do contexto vivido (SEVERINO, 2007, p. 123).

Assim, a pesquisa *in loco* se fez num processo contínuo de construção e desconstrução, considerando a dinamicidade da realidade posta. Ao tomar como objeto de estudo as práticas de extensão rural através dos profissionais de ATER da ACACE, tive que escolher um espaço específico para o acompanhamento dessas atividades. Dessa maneira, o município elegido durante a elaboração da proposta de pesquisa foi Canindé, como já mencionado.

É válido ressaltar que hoje o município canindeense conta com o maior contingente de assentamentos rurais do Brasil, entre federais e estaduais, perfazendo um total aproximado de

74 áreas reformadas. Sob a responsabilidade do INCRA, há cerca de 40 assentamentos entre federais e estaduais reconhecidos pelo órgão²⁹.

Em outro ângulo, apesar das lutas e pressões sociais, diga-se política, em torno de melhorias de vida, em um quadro geral, busco nos elementos estatísticos, principalmente do IPECE (2010), alguns resultados que ainda não se fazem satisfatórios para a maioria da população de Canindé.

A população residente é de 74.473 habitantes. Na zona urbana, há 46.875 (62,94%) habitantes; já na zona rural, a população alcança 27.598 (37,06%) habitantes (IPECE, 2010). Vale ressaltar que, em 1991, a população rural era de 31.712 habitantes, enquanto a urbana tinha 30.115. É importante perceber que houve, nas últimas duas décadas, um acelerado e recente processo de urbanização. Urbanização essa que, no cotidiano da cidade, não conta com planejamento; aqui dois elementos se destacam: as ruas e o trânsito, que aparecem como irregulares e caóticos. A maior parte da população se constitui bem jovem, assim, encontra-se na faixa de 0 a 34 anos³⁰.

No que diz respeito aos empregos formais, há um total de 4.546 empregados, a saber, a administração pública é a principal ocupação, contando com 2.442 empregos formais (entre funcionários públicos ou não); em seguida, vem o comércio com 840 empregos; depois o setor de serviços com 828; a indústria de transformação fica em quarto lugar com 345 e, em quinto, está a agropecuária com 32 empregos formais³¹. As principais produções de gênero alimentício são: o milho e o feijão, típicos de uma agricultura de subsistência. Além dessas, encontram-se: cereais, leguminosas, oleaginosas, algodão, mamona, trigo e outros. No setor pecuário encontramos, em sua maioria, pequenas criações, como a avinocultura, ovinocapricultura e caprinocultura (IPECE, 2010).

²⁹ Segundo a técnica do INCRA, dentre os assentamentos que o INCRA acompanha os federais e os estaduais reconhecidos pelo órgão. Os estaduais que são reconhecidos contam com algumas políticas federais, como o crédito de instalação, o crédito de apoio e as cisternas, enquanto que os federais são contemplados para além disso. Ainda com os estaduais, que são acompanhados pelo IDACE, é este órgão que oferta o restante das políticas. Segundo o PTDRS (2011, p. 81), quando tratamos de território, esses números ficam assim: ‘assentamentos coordenados pelo INCRA (71) e IDACE (27). A distribuição dos assentamentos nos municípios do território é a seguinte: Boa Viagem com 10, Canindé com 56, Caridade com 6, Itatira com 12, Madalena com 8 e Paramoti com 4’.

³⁰ A população total do Território Sertões de Canindé é de 190.901 habitantes, dos quais 92.221 vivem na área rural, o que corresponde a 48,31% do total. Possui cerca de 17.416 agricultores familiares, 3.261 famílias assentadas (PTDRS, 2006).

³¹ Outras ocupações são: serviços industriais de utilidade pública, com 50 empregos formais e a construção civil com apenas 9.

Já os índices de Desenvolvimento são preocupantes, pois enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2000, teve o valor de 0,634, ocupando no *ranking* a 82ª posição do Estado, que possui o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), em 2008, teve o valor de 24,71 com posição de nº. 116 no *ranking*. Além desses dados, há dois alarmantes, o primeiro refere-se à renda per capita (salário mínimo de R\$ 510,00), em 2010, concluindo que a maior parte da população varia o salário entre ¼ até 1 salário; o segundo diz respeito à taxa de cobertura urbana de esgoto que chega apenas a 23,94% dos domicílios³² (IPECE, 2010).

No primeiro momento, trago como sujeitos da pesquisa os profissionais de assistência técnica e extensão rural da ACACE, em Canindé. Estes se constituem de mulheres e homens que se configuram com as seguintes formações profissionais: no nível técnico: 5 técnicos em agropecuária, 1 técnica ambiental e 2 técnicos administrativos de cooperativas³³. Já no nível superior, há: 1 assistente social, 1 engenheiro agrônomo e 1 biólogo³⁴. O acompanhamento realizado junto a esses profissionais se deu em espaços como o escritório da ACACE, em reuniões internas com atividades de planejamento e avaliação e reuniões externas, sobretudo, junto à ONG CACTUS. Além das atividades de ATER como oficinas nos assentamentos, visitas às unidades familiares e produtivas.

Por outro lado, pude estar com alguns dos profissionais em contextos mais informais como a residência de alguns deles, restaurantes e bares, contextos onde pude dialogar de forma mais descontraída, fora do ambiente de trabalho, contribuindo para uma maior proximidade com os mesmos.

³² Acresce a esse fator a quantidade de fossas sépticas que chega apenas ao número de 1.233, correspondendo a 6,18% do total do município. E 12,24% não chegam a se quer ter banheiro. (IPECE, 2010).

³³ Dois dos profissionais contratados como nível médio têm nível superior, um em administração de empresas e outra em engenharia agrônômica.

³⁴ O biólogo, devido às condições de atraso de salário e por ter ingressado num concurso público, saiu da política de ATER depois de iniciado os trabalhos de campo, também fora contratado como nível médio.

Foto 1 - Assentamento Terra Livre em Canindé



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Nessa direção, outros atores que figuram a pesquisa são os assentados e as assentadas dos respectivos assentamentos envolvidos, principalmente, o PA São Francisco das Chagas e o PA Terra Livre³⁵ nos quais pude realizar um acompanhamento mais sistematizado com a utilização de observações diretas, atividades de grupo, entrevistas semiestruturadas e conversas informais.

No assentamento São Francisco, fez parte da pesquisa um grupo de mulheres e um grupo de homens para a realização dos Grupos Geradores³⁶. Além disso, foi imprescindível a realização de duas entrevistas semiestruturadas, uma com o presidente da associação e uma com um dos membros da coordenação do assentamento. Já no assentamento Terra Livre, realizei três entrevistas semiestruturadas, uma com o presidente da associação, uma com o vice-presidente e outra com outro membro que faz parte da coordenação local. Os sujeitos dos respectivos assentamentos foram fundamentais para a compreensão das vivências e percepções junto às ações pedagógicas de extensão rural³⁷.

³⁵ Foto 1.

³⁶ A atividade chamada Grupo Geradores será descrita à frente. De uma maneira geral, são entrevistas coletivas realizadas a um determinado grupo de pessoas.

³⁷ Tive também a oportunidade de conhecer outras realidades, apesar do pouco tempo disponível, como o assentamento Miramar em Paramoti e o assentamento Pagheuna, em Caridade. Nestes últimos, pude ampliar o quadro investigativo de como as práticas dos profissionais de ATER estavam sendo realizadas.

Foto 2 - Assentamento Miramar no município de Paramoti



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Também tive como sujeitos da pesquisa três membros da militância do MST, dois do município de Canindé, pertencente à Brigada Mandacarú, a outro, da coordenação estadual em Fortaleza, sendo de fundamental importância a participação desses atores para o entendimento que o Movimento tem sobre as práticas dos profissionais de ATER, a relação com a ACACE e a política de parceria com o INCRA. Já com a ACACE pude ter um contato inicial com dois integrantes da coordenação de ATER da ACACE em Fortaleza, com relação a estes, apenas tive contato durante as conversas informais na fase da pesquisa exploratória, pois ao retomar o diálogo com os mesmos não consegui realizar entrevistas individuais devido ao acúmulo de atribuições desses profissionais³⁸.

Ainda foi possível realizar uma entrevista com um dos membros da ONG CACTUS, que é consorciada com a ACACE em Canindé, na busca de obter esclarecimentos acerca da política de extensão rural de uma maneira geral, a visão sobre o contexto das políticas de parcerias entre governo e as entidades da sociedade civil, a concepção de educação embutida nas práticas de extensão rural pela entidade e aspectos mais burocráticos como a viabilidade do consórcio e sua relação de parceria junto à ACACE.

³⁸ Durante a pesquisa telefonei várias vezes, bem como fui até a sede da ACACE em Fortaleza para marcar as entrevistas, dos encontros que consegui datar nenhum foi realizado devido à ausência dos sujeitos.

Estive no INCRA para realização de entrevistas semiestruturadas com três técnicos governamentais, quando foi possível elencar alguns pontos referentes à política em parceria com a sociedade civil, o contexto da chamada pública de ATER e a concepção e proposta metodológica de ATER, além de documentos institucionais referentes aos respectivos assentamentos, dentre outros. Tratou-se de um momento importante para observar e estudar o contexto da presente política e sua concepção de educação sob a ótica dos profissionais do órgão governamental e sua relação ou não com a proposta de extensão rural da ACACE.

O critério principal de escolha dos sujeitos foi o tempo maior de permanência nos contextos vividos por assentadas e assentados rurais e cargos ocupados por profissionais de instituições não governamentais e governamentais, bem como a participação nas atividades de extensão rural. A quantificação dos sujeitos sofreu alterações durante o percurso, porém como se trata de uma pesquisa qualitativa, a quantificação se torna um aspecto secundário.

Outro momento importante de acompanhamento que realizei foi a participação como ouvinte na I Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural que ocorreu no mês de abril de 2012³⁹. Para tanto, houve a I Conferência Territorial de ATER⁴⁰, que foi um momento de preparação para a estadual, que ocorreu em fevereiro no município de Canindé. Neste as discussões e articulações se deram em dois momentos: primeiro em uma reunião com o colegiado territorial, composto por representantes da sociedade civil, como sindicato dos trabalhadores e trabalhadores rurais de Canindé, coordenadores de assentamentos rurais e outros representantes governamentais e não governamentais, como Ematerce, Agropólos, ACACE, CACTUS e outros. Nesse contexto foram discutidas articulações em torno da escolha de delegados e discussão do significado da I Conferência de ATER, dos olhares dos assentados e assentadas rurais para com a política de ATER.

³⁹ Foto 3.

⁴⁰ Foto 4.

Foto 3 - I Conferência Estadual de ATER em Fortaleza – Apresentação de um Grupo Cultural



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

No segundo momento, a realização da Conferência Territorial, momento de reflexões da política de ATER de uma maneira geral. Dentre os eixos de trabalho e discussão na conferência destacam-se: 1 – ATER para o desenvolvimento rural sustentável; 2 – ATER para a diversidade da agricultura familiar e a redução das desigualdades; 3 – ATER e políticas públicas; 4 – Gestão financeira, demanda e oferta de serviços de ATER; 5 – Metodologia e abordagens de extensão rural. Para a pesquisa foi importante acompanhar a discussão do eixo 5 que tratava das metodologias e abordagens de extensão rural, debate que trouxe elementos atualizados sob o ponto de vista dos atores envolvidos, tanto da sociedade civil, como do poder público acerca da prática dos profissionais de extensão rural. Nesse eixo encontravam-se também nas discussões profissionais de ATER da ACACE. Com isso, penso que os atores presentes nos respectivos eventos também se constituíram como imprescindíveis para ampliação do meu olhar em relação à política de ATER e, de forma específica, como vêm sendo as práticas pedagógicas de extensão rural no contexto dos assentamentos rurais no município de Canindé.

Foto 4 - I Conferência Territorial de ATER em Canindé



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Outro contexto significativo em que pude participar foi na condição de monitora da disciplina de extensão rural no departamento de Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará no semestre 2011.2, sob a coordenação de dois professores da UFC. O acompanhamento da disciplina teve como objetivo contemplar uma exigência da minha bolsa de pesquisa vinculada ao Programa Reuni de Orientação e Operacionalização da Pós-graduação Articulada à Graduação (PROPAG) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que tem dentre seus objetivos abrir um diálogo entre a pós-graduação e a graduação, através de ações relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem desse grupo específico. Dispus-me a acompanhar os alunos inseridos na disciplina de Extensão Rural do período diurno.

Em relação aos objetivos por mim traçados, tive como intenção me aproximar das discussões da extensão rural e suas perspectivas, sobretudo educacionais, ficar atenta ao processo de formação inicial dos estudantes das graduações acima mencionadas, observando os conteúdos, metodologias e discussões travadas no decorrer do semestre, bem como atentar para o olhar dos (as) educandos (as) acerca da extensão rural de uma forma geral. Essa

experiência contribuiu para construção de alguns elementos que vão de encontro com a formação de profissionais que têm como um dos campos de atuação a política de ATER⁴¹.

Foram esses os contextos, sujeitos e sentidos com os quais interagi para consubstanciar os elementos que contemplem as abordagens e metodologias fincadas nas práticas dos profissionais de ATER em Canindé. Para o levantamento, organização e estudo dos elementos de campo, elegi instrumentos, técnicas e procedimentos de ordem qualitativa que foram possíveis de serem utilizados.

2.3.1 Busca e organização dos elementos de pesquisa

Dentre os procedimentos utilizados para o presente estudo, estão a observação direta, a entrevista semiestruturada individual, os Grupos Geradores e as dinâmicas grupais, mais adiante explicados. Já para registro e sistematização dos elementos, me utilizei de instrumentos como diário de campo, tratando de dar um tom mais descritivo a partir da observação direta nos eventos, no acompanhamento das atividades dos profissionais de ATER, nas reuniões internas de avaliação e planejamento dos profissionais de ATER, bem como com relação à atividade de monitoria na disciplina de extensão rural. Além disso, utilizei-me de gravações digitais e transcrições para as 21 entrevistas semiestruturadas individuais e 3 Grupos Geradores, com o fim de buscar na íntegra das falas dos sujeitos.

Para tratar da importância da observação direta como procedimento da pesquisa, Minayo (2007, p. 70) se refere a essa estratégia de aproximação com à realidade “[...] como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”. Para a autora (*Ibid.*, p. 70):

O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente.

No que diz respeito à entrevista semiestruturada, esta é classificada por Severino (2007, p. 125) como não-diretiva, é onde “[...] colhem-se informações dos sujeitos a partir do seu discurso livre. O entrevistador mantém-se em escuta atenta, registrando todas as

⁴¹ A experiência também se tornou significativa na medida em que dois profissionais de ATER da ACACE em Canindé foram alunos do curso de Agronomia da UFC. Com isso, pude dialogar com os dois sobre o a formação inicial sobre a extensão rural.

informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente.” Romanelli (1998, p. 131), ao tratar desse estilo de entrevista, afirma que “[...] a fala é construída mediante um recorte de experiências do sujeito e aquilo que ele oferece ao pesquisador é uma faceta sintetizada de parte de sua biografia”. Ressalto aqui que as entrevistas semiestruturadas foram de suma importância para esclarecer pontos que não foram possíveis com a observação direta. Trata-se de uma atividade complementar e rica na sua forma de abordagem, porque os sujeitos e o pesquisador vão dialogando pontos do que está sendo vivido a fim de compreender melhor as ações que estão sendo efetivadas na prática. Soma-se a isso, conhecer melhor os sujeitos a partir de seus relatos pessoais e profissionais, dando sentidos e significados às experiências múltiplas que se traduzem nas facetas e recortes pensados por Romanelli.

Nas entrevistas semiestruturadas individuais contei com a participação de 11 profissionais de ATER da ACACE em Canindé, 3 militantes do MST, 3 assentados do Terra Livre, 2 assentados do São Francisco de Assis, 3 técnicos governamentais do INCRA e 1 profissional da ONG CACTUS.

Já para as atividades grupais, através dos chamados Grupos Geradores e das dinâmicas de grupo deu-se da seguinte forma: foram realizados 2 Grupos Geradores no assentamento São Francisco de Assis (grupos de homens e mulheres) e 1 Grupo Gerador com os profissionais de ATER da ACACE em Canindé. Para as dinâmicas de grupo utilizei o Diagrama de Tortas e a Linha do Tempo, ambas na Intervenção Participativa dos Atores (INPA), para mapear o cotidiano e a história do assentamento São Francisco das Chagas. Não houve possibilidade de realizar atividade grupal no assentamento Terra Livre devido ao clima de apreensão, críticas e insatisfação acerca da política de ATER. Diante disso, não percebi ambiente favorável para realização das mesmas.

Os Grupos Geradores foram pensados como uma técnica de construção de elementos em campo, sua terminologia se refere à geração de conhecimento coletivo a partir dos contextos vividos pelos sujeitos que fizeram parte da pesquisa. Trata-se de um Grupo cujo objetivo é a reflexão e o debate das experiências através da entrevista em grupo. Foi com base nos princípios da educação popular, à luz do pensamento de Paulo Freire, que busquei a utilização de alguns temas geradores que foram surgindo durante a pesquisa de campo, temas que tanto atendem aos objetivos da pesquisa.

Assim, o Grupo Gerador com os profissionais de ATER teve duração de mais de duas horas. A atividade foi dividida em dois blocos de temas com seus respectivos pontos de intervenção, a saber, no tema 1 - “Políticas públicas de ATER”, cujos pontos levantados foram: a) as políticas de ATER no município de Canindé, b) Chamada pública de ATER, ACACE e MST, c) políticas de parcerias: INCRA, ACACE e CACTUS e d) consórcio entre CACTUS e ACACE. Já no tema 2 sugeri a discussão entre “Extensão rural e educação”, onde os tópicos de reflexão se deram na seguinte ordem, a) o que é extensão rural e o que é assistência técnica, b) PNATER e projeto da ACACE para extensão rural e c) a prática de extensão rural no campo. Para este último ponto, que trata das práticas, solicitei aos profissionais que construíssem um desenho sobre seus respectivos olhares acerca de suas práticas de extensão rural em campo, ao final foi pedido que cada um expusesse os desenhos e seus significados.

Destaco ainda que a entrevista ocorrida, em abril de 2012, através do Grupo Gerador, realizada com a equipe de ATER da ACACE em Canindé deu-se em um clima de grandes insatisfações. Esse período contava com três meses de atrasos de salários, além da ausência de ajuda de custo, fatos que interromperam a continuidade de ações nos assentamentos rurais. Com isso, ficaram evidentes nas reflexões de grupo as críticas em torno da política de ATER, sobretudo quando tratamos de uma possível prática educativa nas referidas atividades.

Já no assentamento São Francisco das Chagas foram realizados na sede da associação dois Grupos Geradores: um com os homens e o outro com as mulheres.. A separação se deu por duas necessidades, primeiro pela quantidade de pessoas para realização da atividade; segundo por querer observar os olhares específicos a partir das condições e especificidades de gênero sobre o tratamento dado à ATER, bem como pela possibilidade de oportunizar a fala dos atores⁴².

Também é importante considerar que os assentados e as assentadas participaram das atividades no momento mesmo em que alguns serviços de ATER estavam paralisados devido ao atraso de pagamento das equipes, ao atraso de recursos para ajuda de custo para deslocamento e realização das ações de assistência técnica e extensão rural⁴³.

⁴² Este último ponto, o de ‘oportunizar’ a fala dos atores, trata-se de compreender que em grupos extensos, sobretudo de homens e mulheres, muitos acabam não falando por se sentirem pouco à vontade para a publicização de suas opiniões.

⁴³ Enquanto alguns criticavam fortemente a política, outros defendiam os profissionais pelo fato de acreditarem que, quando os profissionais são ‘bons’ ou começam a conhecer a realidade e os conflitos, o INCRA trata de

Devido à especificidade dos grupos, foi necessário que houvesse pontos distintos. Nesse sentido, para o grupo de mulheres expus as questões: a) o que são assentamentos rurais, b) história da ATER no assentamento, c) desenvolvimento e ATER, d) linguagem e conteúdos da ATER, e) atividades propostas pela ATER para mulheres, f) a participação das mulheres no planejamento, avaliação e execução da ATER, g) ATER e Educação, h) relação dos profissionais de ATER com as assentadas, i) a participação dos profissionais de ATER nas atividades do assentamento e j) ATER do assentamento São Francisco das Chagas. Já para os homens, foram colocados os seguintes temas: a) o que são assentamentos rurais, b) história da ATER no assentamento, c) assistência técnica e extensão rural, d) desenvolvimento e ATER, e) meios de comunicação e ATER, f) formação e ATER, g) linguagem e conteúdo da ATER, h) a participação dos homens no planejamento, avaliação e execução da ATER, i) a participação dos profissionais de ATER nas atividades do assentamento, j) Educação e ATER e l) ATER do assentamento São Francisco das Chagas. A atividade foi importante na medida em que pude me aproximar mais dos grupos específicos e conhecer melhor a realidade do assentamento em sua relação com a política de ATER⁴⁴.

Já as dinâmicas de grupo foram realizadas apenas no assentamento São Francisco das Chagas. As atividades foram feitas com os grupos mistos, com homens, mulheres, jovens e idosos. Esse momento foi realizado na noite anterior aos grupos geradores. No primeiro momento, apresentei a pesquisa e a proposta da atividade. A dinâmica de apresentação é chamada de Raiz da Vida, esta tem como objetivo conhecer melhor as pessoas e trabalhar a identidade dos sujeitos envolvidos e, ainda, “fazer a apresentação e a socialização dos participantes” (FURTADO E SOUSA, 2000, p.75). Nessa atividade, um dos participantes busca uma planta com raiz, depois todos ficam de pé e em círculo para que cada um se apresente com o nome e a origem do seu nome. A dinâmica de apresentação foi fundamental para melhor me aproximar dos sujeitos, bem como mediar um processo em que eles mesmos pudessem se conhecer melhor. De uma maneira geral, os nomes dos sujeitos têm suas raízes na religiosidade e na descendência familiar, poucos não souberam dizer qual a origem dando margem para ir à busca de um sentido. Depois, utilizei a dinâmica Linha do Tempo⁴⁵. Por

retirá-los das localidades em que trabalham. Em alguns momentos, senti alguns cuidados na hora da exposição de opiniões.

⁴⁴ Mesmo com a ‘separação’ dos grupos na hora da entrevistas com os homens havia duas mulheres, as mesmas não puderam vir no horário outro, não implicando no comprometimento da atividade.

⁴⁵ Amarrei uma corda de barbante atravessando a sala, depois entreguei uma folha de papel em branco para cada um dos presentes. Pedi que cada um escrevesse ou desenhasse um fato que marcou suas vidas, depois cada

último, realizei outra dinâmica, o Diagrama de Tortas⁴⁶, que tem como objetivo identificar entidades, sujeitos que estão próximos e distantes do assentamento rural quando da relação, seja social, econômica, política e outros. Esta atividade foi pensada como complementar, não menos importante, a fim de perceber o contexto do assentamento hoje e suas relações externas e internas com diversas entidades e/ou sujeitos. Depois das atividades realizadas em campo, busquei organizar os elementos através da sistematização no diário de campo, ordenando-os a partir da construção de categorias importantes para pesquisa.

2.3.2 Pistas para construção das categorias de pesquisa

A consolidação dos achados de pesquisa, por se tratar de pesquisa de caráter qualitativo, tendo nos sujeitos e seus contextos a centralidade dos elementos construídos, foi consolidada através da sistematização e organização por categorias que atendam aos objetivos da pesquisa. São elas: educação popular, extensão rural, desenvolvimento, formação, direito, reforma agrária, assistência técnica, parcerias, descontinuidade e participação. As categorias que de início se referiam aos objetivos da pesquisa, são: educação popular, extensão rural, questão agrária e desenvolvimento. *A posteriori*, outras foram construídas em campo, com os sujeitos e seus contextos, tais como: formação de profissionais de ATER, assistência técnica, descontinuidade, parcerias.

Para tanto, a partir das bases teóricas que elegi na dissertação e relacionando-as ao conteúdo do material de campo construído, foi possível identificar nas narrativas e nos documentos oficiais disponíveis os principais achados a partir dos quais elaborei um quadro completo que deixa explícitos os achados e suas correspondentes categorias, que se encontram no anexo B.

Com base no quadro elaborado dou continuidade às reflexões no decorrer do texto a fim de, com base no método dialético, apontar considerações acerca das práticas de extensão rural dos profissionais da ACACE, em Canindé, à luz da educação popular a partir do

peessoa expôs o fato e colou-o no barbante, apresentando-o para todos. A minha intervenção se deu na medida em que havia pontos não muito claros com relação à história do acampamento, dos moradores antigos, das famílias que participaram desde o início e outros.

⁴⁶ As contribuições para as dinâmicas de grupo se deram com através do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e a Intervenção Participativa dos Atores (INPA). Na figura da Torta, temos ao centro o assentamento São Francisco das Chagas, ao redor temos vários círculos para que os mesmos pudessem expor oralmente a identificação das entidades e suas aproximações ou não com a comunidade. Ao exporem foram complementando com suas narrativas as questões que lhes eram importantes.

pensamento de Paulo Freire. Nesse sentido, a sequência do trabalho foi organizada a fim de atender aos objetivos, bem como às categorias trabalhadas.

No próximo capítulo realizo exposições de caráter mais geral. Primeiro discorro sobre as políticas de extensão rural empregadas no nosso país e suas relações com os modelos de desenvolvimento, posteriormente, destaco reflexões acerca dos conceitos de extensão rural e de assistência técnica; analiso, ainda, abordagens pedagógicas pensadas para a extensão rural. Em seguida, trago algumas considerações sobre a relação entre o MST e a ACACE nesse campo de atuação, ressaltando suas concepções e práticas. Além disso, realizo apresentação introdutória sobre o município de Canindé, mapeando a historiografia da política de ATER no município, sobretudo, a partir do olhar dos sujeitos envolvidos. Para tanto, aponto alguns caminhos que a política de ATER, através da Chamada Pública, tomou no decorrer da pesquisa, destacando as concepções dos projetos envolvidos, bem como as formas em que as parcerias se desenharam.

3 DESENVOLVIMENTO E A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL: aspectos históricos

De uma maneira geral, a chamada para novos caminhos e novas propostas de desenvolvimento parte do esgotamento dos limites do sistema capitalista de produção que coloca no centro de suas atividades e reprodução o livre comércio, o qual tem como premissa e fundamentação o “lucro”.

No cenário atual, vivemos uma crise sem precedentes que assusta a cada ano a humanidade como um todo. Os problemas ambientais, sociais e econômicos convergem e operam conflitos de forma constante. Alguns autores, tais como Becker (2002, p. 31), supõem tratar-se de um período de transição:

Vivemos um período de transição. Uma transição que alguns rotulam como passagem da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial (BELL). Outros a qualificam como a passagem da sociedade capitalista para a sociedade pós-capitalista (DRUCKER). Terceiros identificam essa transição como sendo a passagem do moderno para o pós-moderno (LYOTARD). Quartos, ainda, afirmam que está ocorrendo uma transição da ciência moderna para a ciência pós-moderna (SANTOS).

Tais transições carregam incertezas, ou seja, falta de alcance real. As apostas, teoricamente, são muitas, mas a prática aponta caminhos de insegurança, quicá obscuros. Almeida (2002) nos ajuda a percorrer a história e a analisar a ideia de desenvolvimento que predominou nas últimas décadas. A ideia vigente parte dos ideários ocidentais e tem sua matriz na ideia de progresso. Por ser esta uma concepção que se fez hegemônica, sem considerar os contextos locais, as diversidades e as vontades políticas das populações, o conceito de progresso foi sendo estabelecido nas Américas e, em particular, no Brasil, de forma impositiva. Os países latino-americanos que vivem sob a égide dos países europeus e norte-americanos, estes considerados desenvolvidos, abrem-se e, juntamente com as elites locais, apostam nesse modelo de desenvolvimento. Vivemos por muito tempo a cultura da imitação e da transferência, sendo os modelos implantados de cima para baixo, submetidos a uma visão etnocêntrica. Portanto, desenvolver, como nos lembra a autora, remete a uma noção de caminhar rumo a mais e melhor, ou seja, remete à ideia de maturidade.

Com as crises ambientais, sociais e econômicas do século XX, surge a noção de desenvolvimento sustentável. Noção esta que irá proporcionar aos diversos setores da sociedade o debate e a urgência de se pensar outra perspectiva de desenvolvimento para a humanidade e para todas as outras espécies vivas da Terra. Surgem documentos oficiais decorrentes de conferências nacionais e internacionais importantes no decorrer do século, tais como: Relatório do Clube de Roma – Limites do Crescimento (1972); Conferência de

Estocolmo (1972); Relatório Brundtland – Nosso Futuro Comum (1987); Protocolo de Kyoto (1997); Conferência ECO 92 – Agenda 21 e A Carta da Terra (1992); recentemente, a Conferência de Copenhague, na Dinamarca (2009), e a Conferência Rio + 20, que ocorreu no Brasil em 2012.

Em meio a tantos eventos e elaborações de acordos, compromissos e metas a serem alcançados, estão as disputas de cunho político-ideológico. De uma maneira geral, para alguns, os problemas relacionados ao desenvolvimento são de ordem técnica, para outros, o problema está na política, na própria concepção de desenvolvimento. Os primeiros fazem parte do grupo hegemônico da sociedade capitalista. Trata-se de uma determinada elite constituída por empresários e latifundiários com o apoio dos Estados Nacionais. Este grupo versa e clama pelo chamado “Capitalismo Verde” ou “Economia Verde”, ou seja, dentro dessa concepção, que há décadas vem dominando as sociedades, defende-se que é possível pensar o meio ambiente e a questão social de maneira que se faça valer o modelo do desenvolvimento sustentável dentro da ordem vigente⁴⁷. Para Boff (2012), ao analisar a Conferência Rio + 20, ocorrida no Brasil, essa foi a perspectiva hegemônica para o tratamento dado ao desenvolvimento, fato que ele denominou como ausência de uma nova narrativa.

Seguindo a pista de Guimarães (1995, *apud* BERNARDES & FERREIRA *et al.*, 2003):

Se a proposta de desenvolvimento sustentável parece plenamente justificável e legítima, a sua aceitação generalizada tem-se caracterizado por uma postura acrítica e alienada em relação a dinâmicas sociopolíticas concretas. Para que tal proposta não represente apenas um enverdecimento do estilo atual, cujo conteúdo se esgotaria no nível da retórica, impõe-se examinar as contradições ideológicas, sociais e institucionais do próprio discurso da sustentabilidade ecológica, ambiental, social, cultural e outras para transformá-las em critérios objetivos de política pública.

Por outro lado, um segundo grupo questiona a própria concepção de desenvolvimento sustentável e seu possível diálogo com o sistema capitalista de produção, já que este contradiz alguns princípios e fundamentos que o modelo de desenvolvimento pode traduzir, ou seja, equidade social, igualdade social, práticas não consumistas, redistribuição de renda e

⁴⁷ Atualmente, o que se percebe é a apropriação do discurso sobre o desenvolvimento sustentável para reproduzir e fortalecer o capital; exemplo disso são as chamadas empresas ‘verdes’, ‘ecológicas’, ‘sustentáveis’, entre outros. Os modelos implementados pelo sistema só são questionáveis até o ponto em que não se modifiquem seus fins, que é o lucro sob os preceitos da livre iniciativa privada. (Esta análise parte de um estudo que realizei através de uma pesquisa acerca das empresas consideradas sustentáveis nos últimos anos pela Revista Exame nas edições de 2008 e 2009).

mediação do Estado, seja na garantia dos direitos sociais, políticos, culturais ou econômicos, dentre outros. Assim, de acordo com Arendt (2008, p. 10),

Não há motivo para duvidar da nossa atual capacidade de destruir toda a vida orgânica da Terra. A questão é se apenas desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos; é uma questão política de primeira grandeza e, portanto, não deve ser decidida por cientistas profissionais, nem por políticos profissionais.

É no pensamento sobre a política que Arendt (2008) elenca fundamentos para propor uma nova forma de sociabilidade no mundo, a política na arena pública e a política dos sujeitos-cidadãos, na sua pluralidade.

Nessa perspectiva, o objetivo do presente tópico é refletir sobre alguns fatores históricos sobre as políticas de assistência técnica e extensão rural propostas nos modelos de desenvolvimento no Brasil. Posteriormente, trato de forma específica sobre as abordagens pedagógicas na extensão rural; em seguida, os sentidos e os significados dos conceitos: assistência técnica e a extensão rural; e, por fim, as ações do MST e da ACACE no que concerne à política de ATER.

3.1 Breve histórico das políticas de assistência técnica e extensão rural no Brasil

Tratar das políticas que se referem à extensão rural é também pensar que junto a ela existiam iniciativas ligadas à assistência técnica, portanto, a política, ao longo da história, tem se institucionalizado como política de assistência técnica e extensão rural⁴⁸.

De acordo com Peixoto (2008, p. 12), em seus estudos sobre a história da legislação da extensão rural no Brasil, em meados do século XIX, já havia algumas iniciativas na área, mesmo que residuais, propostas pela legislação através de outras políticas públicas. Segundo o autor, um dos decretos, à época o de nº. 2.681, de 3 de novembro de 1886, aprovou os Estatutos do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, que em seu artigo 9º enuncia:

criar nos Estabelecimentos normases, quando as circunstancias o permittirem, **Escolas de Agricultura onde se aprendão os princípios geraes e as noções**

⁴⁸ A assistência técnica está estritamente vinculada aos processos econômicos e produtivos, sendo, muitas vezes, uma atividade de caráter pontual, específico e técnico, sem estabelecer-se obrigatoriamente como um processo educativo entre o profissional de ATER e os sujeitos atendidos pela política. Já a extensão rural tem caráter educativo que, além dos aspectos produtivos, contempla os aspectos sociais, políticos, ambientais e culturais, sendo direcionada a jovens e adultos no meio rural.

especiaes indispensaveis para que o trabalho se torne mais suave, útil e vantajoso. Em quanto não se crear estas Escolas, que ficão dependentes de hum Regulamento especial, haverá nos **Estabelecimentos normaes Agricultores profissionaes**, que **dêem as instrucções** que forem pedidas, e que **sendo possível** também **visitem os Estabelecimentos particulares**. (*Ibid.*, p. 12). [Grifos meus].

Nesse período, as Comissões Municipais de Agricultura eram responsáveis pela realização de levantamentos estatísticos e acompanhamentos das necessidades nas lavouras. De uma forma geral, os diversos decretos que datavam de meados do século XIX até o início do século XX apontavam iniciativas pontuais através de vários órgãos oficiais, como secretarias e ministérios, para fomentar formação de profissionais da área agrônômica, implantação de laboratórios, de campos experimentais, bem como meios de comunicação e informação relativos às questões agrícolas.

Ainda de acordo com Peixoto (2008, p.15), a primeira ação institucionalizada foi a Semana do Fazendeiro, em 1929, na Escola Superior de Agricultura de Viçosa - MG, onde eram realizados cursos diversos e palestras. O autor expõe que as ações ligadas à extensão eram restritas a um pequeno número de produtores.

No entanto, em fins da década de 1940 é que se intensificam no Brasil as políticas ligadas à extensão rural. No período pós-guerra, no contexto da Guerra Fria, o continente latino-americano foi alvo das políticas empreendidas pelo governo Truman, através do seu Programa Ponto IV, sob o lema “Aliança para o Progresso”. Juntamente a isso, ocorreram as intervenções comandadas por Nelson Rockefeller⁴⁹, através de duas instituições: a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), com fins filantrópicos, ligada aos ideais calvinistas, e a *International Basic Economy Corporation* (IBEC), com fins lucrativos.

Oliveira (1999, p. 97-134), em seu artigo intitulado “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”, trata de descrever as intenções empreendidas por Rockefeller nos serviços de extensão rural e conclui que as ações realizadas entre a AIA e a IBEC faziam parte de um conjunto de ações voltadas para a ampliação do capital. Colby & Dennett (1998, p. 251 *apud* OLIVEIRA *et al.*, 1999, p. 117) comentam que:

Enquanto as equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa de ração para aves. As equipes da AIA promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a IBEC os vendia. A AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas. A AIA pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a IBEC montou uma empresa de

⁴⁹ A despeito das ações empreendidas por Nelson Rockefeller na América Latina e, mais especificamente, no Brasil, ver OLIVEIRA (1999).

fumigação. As planícies do oeste do Paraná ofereciam terras adequadas para o cultivo extensivo mecanizado. Lá, o evangelho do trator americano para a fruticultura encontrou ouvintes atentos. A Companhia de Serviços Mecanizados de Agricultura da IBEC (conhecida como EMA) fez boas vendas como representante de uma empresa americana com ampla participação dos Rockefeller, a International Harvester. O Brasil importou mais de um milhão de dólares em maquinaria em quatro anos e a EMA foi contratada para limpar mais de 40 mil hectares de florestas.

Assim, outras conclusões elencadas pelo autor são as seguintes: a filantropia com a AIA e o lucro com a IBEC eram relações enraizadas na sociedade capitalista de influência calvinista; a atuação de Rockefeller se caracterizou como uma nascente do *agrobusiness*; o contexto brasileiro no estado de Minas Gerais favoreceu os empreendimentos, visto que o governador tinha uma concepção liberal, resultando da parceria com a AIA; a criação da primeira Associação Brasileira de Crédito Rural (ACAR); a conjugação de esforços entre a cooperação privada e a AIA, tendo como base a concepção religiosa puritana, traduzia-se como um projeto de poder que resultava, num primeiro momento, na luta geopolítica no contexto da Guerra Fria e, num segundo momento, na ação em favor da Segurança Nacional.

Por outro lado, nos anos de 1950, retoma-se, em nível nacional, a questão agrária com o advento das Ligas Camponesas no Nordeste. Esse período foi marcado por três distintas propostas de reforma agrária as quais envolviam quatro sujeitos políticos principais: as Ligas Camponesas, a Igreja católica, sindicato rural e o Partido Comunista (MARTINS, 2000). A primeira se constituía a partir de uma ação mais radical da esquerda para o tratamento fundiário; a segunda, em oposição e temor ao comunismo, apoia-se no conservadorismo, seu intuito era “pensar alternativas no sentido da preservação da unidade familiar de produção, do trabalho familiar e da família.” (*Ibid.*, p. 103). Já o Partido Comunista (PC) idealizava a transformação do campesinato em proletariado ao sair em defesa dos direitos trabalhistas dentro de uma perspectiva reformista. Fator, este, que corroborou com a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1962. Segundo o referido autor, tratou-se de um recuo nas discussões em torno dos conflitos fundiários, tornando-os centrais no campo trabalhista.

Nesse ínterim, surgem outros atores, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC), que também fazem parte dos movimentos com visibilidade à época na luta pela democracia, cujos princípios orientadores se pautavam na educação popular. Sobretudo, merece ser destacada a experiência inovadora do educador Paulo Freire à frente do MCP, sendo seus trabalhos voltados para a educação de adultos.

Esse momento é um marco na historiografia da educação de adultos, pois se trata de repensar a educação das classes populares na perspectiva libertadora e não mais compensatória. Os movimentos, nesse período, estavam empenhados em trabalhar na mediação do fortalecimento da consciência de classe junto aos trabalhadores e trabalhadoras, seja na cidade, seja no campo.

Para tanto, a extensão rural se institucionalizou nacionalmente com a criação da Associação Brasileira de Crédito Rural (ABCAR), em 1956, coordenando as Associações de Crédito Agrícola Rural (ACAR), em Minas Gerais, no ano de 1948, já instaladas em vários estados brasileiros e, em especial, no Nordeste, onde surgem as Associações do Nordeste de Crédito e Assistência Rural (ANCAR)⁵⁰ e, na região Sul, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR)⁵¹ do estado do Rio Grande do Sul, Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ASCARPA)⁵². Nesses termos, segundo a ABCAR (*apud* SAMPAIO *et al.*, 200-, p. 4), a extensão rural era:

[...] um processo cooperativo, baseado em **princípios educacionais**, que tem por **finalidade levar**, diretamente, **aos adultos e jovens do meio rural, ensinamentos sobre agricultura, pecuária e economia doméstica**, visando **modificar hábitos e atitudes da família nos aspectos técnico, econômico e social**, possibilitando-lhe **maior produção e melhorar a produtividade**, elevando-lhe a renda e melhorando seu nível de vida. [Grifo meus].

Nesse período, as orientações da extensão rural se dão com base na teoria difusionista que, de acordo com Souza (1995, p. 207), é onde “a pesquisa agrícola difusionista desenvolveu o seu processo científico de gerar novos conhecimentos traduzindo o conhecimento novo e o existente em uma nova tecnologia, sem considerar o conhecimento Técnico Nativo do Agricultor”.

Vale ressaltar que a extensão rural se definiu como uma prática educativa mediante a ideologia do Desenvolvimento de Comunidades (DC). Nos estudos empreendidos por Ammann (1980, p. 29) sobre a concepção do Desenvolvimento de Comunidade, esta evidencia que as ações fizeram parte de estratégias políticas no período da Guerra Fria. Os ideais tinham como um dos objetivos fortalecer o projeto de segurança nacional, bem como multiplicar as ações no que concerne à educação de jovens e adultos, à época, como práticas

⁵⁰ Até o ano de 1964, havia as ANCARs nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas e Maranhão.

⁵² Tanto as ACARs, ANCARs, ACARPA, ACARESC e ASCAR foram transformadas no que é hoje as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

não-escolares, tanto no meio rural como no meio urbano, sobretudo no período militar. Assim, o conceito se originou a partir de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), sob uma visão “acrítica”, dentro de um projeto de desenvolvimento baseado no nacionalismo com vistas no progresso a fim de arregimentar uma proposta de integração. Nesses termos, a ONU (1956, p. 25 *apud* AMMANN *et al.*, 1980, p. 32) definia o DC:

como processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país.

Observa-se que a educação e o desenvolvimento estão imbricados nesse modelo. Além da política de assistência técnica e extensão rural que atuava nessa perspectiva, é através do Projeto *Etawah*, conhecido também como Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA)⁵³, que, sob a análise de Ammann (1980, p. 35), desencadeiam-se algumas ações empreendidas, como as Missões Rurais, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural (SSR).

Com o Golpe Militar de 1964, há uma ampla repressão e proibição do “fazer política” que, nos termos de Rancière (1996, p. 40), só existe:

[...] porque aqueles que não têm direito de ser contados como seres falantes conseguem ser contados, e que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição entre dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo entre eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada.

Nessa nova conjuntura política, os sujeitos não se fazem como sujeitos de direitos, como explicitado acima, mas como “não-sujeitos” que foram regulados sob princípio autoritário, violento e excludente. Novamente, o Brasil passou por um período sombrio e repressor, tendo como principal protagonista o aparelho do Estado atrelado aos desígnios do capitalismo global.

Os discursos pautavam-se no modelo de desenvolvimento econômico que se traduziu no chamado “milagre econômico”. No meio rural foi empregada a política da chamada “Revolução Verde”, pautada nos pacotes tecnológicos e na disseminação de venenos vinculados a grandes empresas e indústrias, sobretudo as estrangeiras norte-americanas, as quais possuem acordos econômicos estreitos com o Brasil durante o cenário da Guerra Fria.

⁵³ Entidade que coordenava políticas públicas voltadas para a agricultura e educação rural. (MENDONÇA, 2010).

Há o fortalecimento e a continuidade do modelo capitalista de produção, de caráter economicista em detrimento de outros elementos, como o social e o ambiental.

Esse período foi caracterizado como modernização dolorosa, na qual o Estado amparou a grande propriedade, através de insumos, defensivos e fertilizantes, com subsídios públicos; com isso, há um profundo processo de exclusão social que afeta, sobretudo, os trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Dessa forma, a modernização é orientada com foco na lógica da produtividade (SILVA, 1981).

Em meio às contradições do período, ocorreu a elaboração e a aprovação do Estatuto da Terra, através da Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964, sob a promessa de uma ampla política de Reforma Agrária no país, como uma possível solução democrática, vejamos:

A opção democrática baseia-se no estímulo à propriedade privada, no direito do agricultor proprietário aos frutos de seu trabalho e, naturalmente, ao aumento da produtividade, reintegra a propriedade em sua natural função social, condicionando seu aproveitamento ao bem-estar geral; cria, com base no conceito modular de área do estabelecimento rural, um sistema que permite a formação de propriedade, de tamanho econômico em relação ao conjunto familiar. (ESTATUTO DA TERRA, 1964, p. 14).

Com isso, a opção “democrática” apontava para a prevalência da propriedade privada. Além disso, a terra, juridicamente, ganhou um caráter social, mas que em seu bojo sobressaia a proposta de modernização para o campo, quando exposto sobre a garantia das grandes empresas produtivas, assim a necessidade de incrementar as políticas de assistência técnica tinha o objetivo de apoiar a mecanização e a mudança no sistema de crédito.

Desde já, é sabido que o regime tinha como grande objetivo a Política de Segurança Nacional, pois o golpe se instituiu num período de grandes agitações populares camponesas; de um lado, as Ligas Camponesas no Nordeste denunciando a exploração no campo e, de outro, o sindicalismo rural com fortes influências das esquerdas na luta pelos direitos trabalhistas. Para Ros (2005, p. 134), o Estatuto da Terra foi aprovado “como um instrumento de intervenção do Estado em dois níveis: na reforma agrária e no desenvolvimento agrícola”. Bruno *et al.* (1997⁵⁴, *apud* Ros, 2005, p. 134) afirma que “o perfil de reforma agrária contida no Estatuto da Terra pautava-se na modernização do latifúndio, não sendo, portanto, um projeto para os trabalhadores rurais”.

Na prática, houve um grande incentivo do Estado para dar continuidade ao modelo de desenvolvimento-industrial aliado, em grande parte, à exportação, favorecendo a burguesia

⁵⁴ Referência sem paginação.

nacional e a economia internacional. Exemplo disso seria a ocupação de grandes empresas nacionais e transnacionais na região Amazônica na década de 1970 do século XX que, de um lado, tiveram grandes incentivos fiscais e, de outro, subjugaram os trabalhadores a empregos precários tendo em vista grandes lucros. Martins (2000, p. 105) lembra que o período ditatorial:

[...] teve dezesseis anos para dismantelar os quadros das esquerdas que atuavam no campo. E, sobretudo, para concretizar a própria intervenção do Estado no sentido de promover e alicerçar uma aliança entre terra e capital que reduzia o alcance de qualquer reforma agrária porque retirava do capital a necessidade de incluir em seus propósitos políticos o interesse por ela. Aliança cimentada, também, no plano político mediante a repressão policial e militar que promoveria uma limitada reforma agrária dentro da ordem instituída pela ditadura. Aliança garantida pela política de incentivos fiscais e de subsídios para a conversão das empresas urbanas (indústrias, bancos, empresas comerciais) em proprietárias de terra.

Esse quadro mostra um processo de reforma agrária em “negativo” no sentido de que esta se reverte a favor das grandes propriedades e empresas, agravando as desigualdades sociais e econômicas no meio rural. O modelo de modernização, nesse período, caracterizou-se de forma autoritária e intensiva.

Os estudos de Calazans (1993), entre os anos de 1960 e 1970, apontam que os trabalhos na lógica do Desenvolvimento de Comunidade, dando ênfase à educação de adultos, estavam “sob a forma organizativa de projetos rurais integrados”. Alguns dos programas são assinalados pela autora, a saber: o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra Agrícola (Pipmoa), em 1963; o Programa Diversificado de Ação Comunitária (Prodac), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com ações permanentes no meio rural; o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural (SENAR), em 1976; o Centro Rural Universitário de Treinamento e de Ação Comunitária, em 1965; o Projeto Rondon, em 1968; o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o Polonordeste, o Poloamazônica e o Polocentro, todos com fins educacionais e de treinamento de mão de obra. Dentre as maiores dificuldades desses programas e projetos, está a ausência de integração e de compatibilidade dos mesmos.

Ainda conforme a autora, a educação no meio rural, nessa época, deveria estimular a aquisição de conhecimento, começando pela compreensão do meio em que se vive, a fim de que se encaminhem soluções para os possíveis problemas, fazendo com que tal conhecimento leve ao aumento da produtividade, melhorando, assim, as condições de vida na zona rural,

com à participação da comunidade no processo de desenvolvimento, através de cooperativas, associações, escolas, programas, entre outros.

Como exemplo dessa dinâmica, há os programas governamentais de combate à pobreza rural no Nordeste, sobretudo a partir de 1970, dentre eles, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste). De acordo com Parreiras (2007, p. 17), os investimentos do Polonordeste compunham o Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), cuja estratégia era o chamado Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), tendo como um dos principais objetivos a integração institucional para a execução das atividades. Era através dos pólos estratégicos que se conjugava um leque de ações de fomento, dentre elas a assistência técnica. No entanto, o mesmo autor aponta que as instituições continuavam a trabalhar em prol de seus interesses particulares. Outro programa que surgiu nesse período foi o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP), sendo um dos sucessores do Polonordeste, no qual uma das ações também se voltava para a assistência técnica, além da reorientação do desenvolvimento do associativismo e descentralização de projetos sob a responsabilidade das comunidades. Todavia, nas avaliações realizadas, Parreiras (2007, p. 21) enfatiza que “83% dos projetos se ressentiam da falta de assistência técnica”; dentre os impactos, Soares (1997⁵⁵, *apud* PARREIRAS *et al.*, 2007, p. 21) constata que:

Quanto aos 42 projetos concluídos, constatou-se que somente 57% estavam em operação; esse percentual diminuiu para 46% quando se consideraram exclusivamente os projetos produtivos. *O grande número de projetos recém-implantados e já parados, prematuramente abandonados, especialmente entre os produtivos, também pode ser atribuído à falta de assistência técnica às comunidades.* Levantou-se que 29 das 42 comunidades que concluíram a instalação dos seus projetos, ou seja, 69% alegaram que não receberam orientação na fase operacional. *Essas associações não sabem operar as máquinas e equipamentos do projeto e/ou participar do processo de comercialização da produção.* Por outro lado, 7 dos 8 projetos produtivos que contaram com assistência técnica tiveram orientação porque a contrataram de terceiros [...]. [Grifos do autor].

Além da deficiência no atendimento às comunidades pela assistência técnica, os autores afirmam que muitas comunidades desconheciam os projetos, além de não terem conhecimento suficiente para poder operá-los, assim, “em 61% dos casos, essa atividade era nova, não havendo na comunidade tradição ou mesmo experiência” (PARREIRAS, 2007, p. 23).

⁵⁵ Documento sem paginação.

No entanto, de acordo com Beserra (1994, p. 29), no Ceará, as demandas das organizações camponesas nos fins dos anos de 1970, a luta pelos direitos e a pressão do Banco Mundial na avaliação dos programas de desenvolvimentos para o Nordeste, que constata a insuficiência dos mesmos, pressionam tanto o Governo Federal como a SUDENE para o redimensionamento das ações governamentais, a fim de melhorar a distribuição de renda e o “combate” à miséria; tendo os técnicos governamentais um papel imprescindível para o fortalecimento da reforma agrária, principalmente através do Programa de Apoio à Organização dos Trabalhadores Rurais (PAOTR), entre os anos de 1987 e 1989.

Exponho também as contribuições de Figueiredo e Canudo *et. al* (1984⁵⁶, *apud* MASSELLI *et al.*, 1998, p. 30) para compor a história da política de extensão rural, os autores concluem que a extensão rural no Brasil tem dois momentos de evolução, a saber: o primeiro vai de 1948 até 1968, aqui os projetos de extensão tiveram um direcionamento mais social, com o fim de melhorar a vida das populações rurais como um todo. Há uma preocupação com a educação do homem do campo, haja vista a ideia de transferir a responsabilidade do desenvolvimento às iniciativas dos mesmos. No segundo momento, de 1969 até 1980, a extensão rural caracterizou-se pelos propósitos produtivistas. Houve uma intensificação da mecanização e modernização da agricultura.

Foi também o período de criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1974, que era coordenada pelo Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER); durante o governo Ernesto Geisel, criaram-se, nos diferentes estados brasileiros, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) (PNATER, 2007).

Ainda no segundo momento, acontece a chamada Revolução Verde, a qual propõe a difusão de tecnologias para o aumento da produtividade. Esta ideia defende que a questão da pobreza, ou mesmo da fome, está estritamente ligada à ausência da eficiência técnica. De acordo com os técnicos da Fundação Nelson Rockefeller, a crise agrária brasileira era decorrência de problemas técnicos e gerenciais (OLIVEIRA, 1999). Apesar das atividades de extensão rural terem tido grande atenção nesse período, as mesmas serviram como uma política de sustentação do modelo modernizador-conservador e excludente (MASSELLI, 1998).

⁵⁶ Referência sem paginação.

Acrescenta-se a esse período a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)⁵⁷, em 1970, órgão que ficou responsável na esfera federal pelos serviços de extensão rural. Segundo Olinger (1996⁵⁸, *apud* PEIXOTO *et al.*, 2008, p. 23), “embora o INCRA tivesse a responsabilidade legal de coordenar a extensão rural no país, não conseguia fazê-lo a contento”. Devido a essas dificuldades, foi estatizado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e extensão Rural (SIBRATER), instituindo a EMBRATER com vínculos junto à EMBRAPA, incluindo apoios financeiros para entidades estaduais de ATER.

Com o período da redemocratização e o surgimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, os Movimentos Sociais (estes ressurgem) e os Movimentos Sociais Populares⁵⁹, destacam-se aqui os Movimentos Sociais Rurais, dentre eles, a criação do Movimento dos Sem Terra, como Movimento Social Popular, em Santa Catarina, no ano de 1984, onde se dá a fundação formal em Cascavel, no Paraná (FERNANDES, 2005). Põe-se em pauta nacional a questão da reforma agrária. Peixoto (2008, p. 25) lembra que é nesse contexto que ressurge “o movimento da agricultura alternativa [...] só vindo a tomar força a partir do primeiro e segundo Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizados em 1981, em Curitiba-PR, e em 1984, os debates acadêmicos sobre agroecologia”.

Da gênese e formação do MST, analisado por Ros (2005, p. 133), toma por base três estudos: Navarro (1996, 2001), Fernandes (2001) e Caldart (2000), os quais apontam três principais determinantes históricos, a saber: a) o papel desempenhado pelas mudanças estruturais ocorridas na agricultura, sobretudo pelos efeitos sobre as populações rurais, b) o processo de liberalização política dos anos de 1970 do século XX e a redemocratização e c) a ação dos setores progressistas da Igreja, tanto católica como luterana através, principalmente, da CPT criada em 1974.

No Ceará, o surgimento do Movimento se dá no final dos anos de 1980. Anteriormente a ele, alguns trabalhadores e trabalhadoras rurais do Estado já haviam passado pela experiência em seu cotidiano dos conflitos de terra. Esse fator se deu na relação entre

⁵⁷ O INCRA surge para agrupar em seus quadros o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), ambos criados na década de 1960. À época, o INDA era responsável pelas atividades de extensão rural, enquanto que o IBRA atuava com a assistência técnica. Com o INCRA, o órgão se torna responsável pela assistência técnica e extensão rural. (PEIXOTO, 2008).

⁵⁸ Referência sem paginação.

⁵⁹ Paludo (2007, p. 3), em seu artigo sobre a atualidade do pensamento de Paulo Freire, trazendo as discussões da educação popular a partir dos movimentos sociais, expõe para estes a seguinte classificação: ‘Lidamos, então, sem que isto seja necessariamente explícito, com conceitos distintos: Movimentos Sociais, Novos Movimentos Sociais e Movimentos Sociais Populares’ (PALUDO, 2008, p. 3). Estes últimos se orientam pelo Marxismo, exemplo é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

fazendeiros e rendeiros e de acordo com alguns sujeitos entrevistados, o papel da Igreja foi fundamental na ruptura dessa relação de dominação, a figura do padre como articulador e mediador dos embates segue nas memórias:

naquela época o MST não existia porque, aqui no Ceará e aí a luta era da igreja de Aratuba, então tinha o povo e o povo começaram a se revoltar pra não pagar isso, meu pai contava, minha avó que o povo, eu sempre me interessei eu fui criança e adolescente, mas sempre por essas, por que que é assentamento, por que vem acontecer, sempre eu fazia essas perguntas, minha avó era separada do meu avô e eu morava com ela e ela colocava o sofrimento que passava até chegar o assentamento, meu pai foi preso, né? Por não pagar a, a parte lá que o padrão. É que plantava e tinha que tirar a renda, tinha que dar e o povo, e a igreja disse que o povo não pagasse a renda pra eles não e aí depois com uns poucos tempos que eu nasci foi dado em 88 se eu não me engano e foi dado a emissão de posse de lá da fazenda do que era a fazenda e hoje ele tem 24 anos o assentamento (Assentado, Liderança do Assentamento Terra Livre e militante do MST, entrevista em 2012).

E aí apareceu um padre por lá e aí o padre começou a falar de reforma agrária, né, daí o pessoal começaram a se organizar, a participar, havia várias reuniões, o pessoal ficava até tarde da noite em reuniões, a gente era criança via aquilo ali, às vezes, não via quando terminava a reunião, no outro dia a, o pai e a mãe já tinha que sair muito cedo, né, e aí a gente ia ficando com outros familiares, com avó, então. [...] quando foi em 88, aí o negócio pegou fogo, né, então esses três anos, esses três anos foi de muita luta, né, e aí foram as seis famílias foram pra justiça, eles colocaram na justiça, então toda semana tinha audiência em Santa Quitéria e aí conseguimos o advogado, hoje ele é prefeito de Sobral, mas na época ele era advogado era quem ajudava a gente e o padre, né (Assentada e militante do MST, entrevista em 2012).

Outros Movimentos também surgem em cena, como as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), de 1972 a 1980; os Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), em 1976; o Movimento pela Moradia, de 1980 a 1984; o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), em 1981, e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983 (GOHN, 2008).

Em contrapartida, dá-se a criação da União Democrática Ruralista (UDR) ligada aos grandes proprietários de terra. Dentre os objetivos pelos quais a UDR foi criada em junho de 1985, há: a) a defesa da propriedade privada da terra, b) a tentativa de retirar juridicamente dos órgãos públicos a legalidade de desapropriações e c) a busca e a legitimidade do reconhecimento político, tanto no seio de sua classe como em todas as outras (MENDONÇA, 2010).

Na gestão do governo Sarney houve marcos legais importantes, como a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) e a promulgação da Constituição Federal de 1988, esta com ênfase na consolidação institucional dos direitos sociais.

Ainda no governo Sarney, é iniciada uma operação caracterizada por Peixoto (2008, p. 26) como “operação desmonte”, período em que a EMBRATER, junto com outras empresas estatais, foi extinta através do Decreto nº. 97.455, de 15 de janeiro de 1989. No entanto, houve mobilizações para reverter o quadro imposto, “em resposta, o Congresso aprovou o Decreto Legislativo nº. 3, de 05 de abril de 1989, que sustou a dissolução da Embrater”⁶⁰.

Entretanto, é na gestão de Collor que serão afetados profundamente os serviços de extensão rural. Souza (200-, p. 3) argumenta que, “em 1990, o governo do presidente Collor de Mello extinguiu a Embrater, desativando o Sibrater e abandonando claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de ATER no país”. Nesse sentido, as Emater ficaram a cargo dos estados, os quais se serviram politicamente das instituições, estando à parte das políticas de ajustes estruturantes e com deficiência no orçamento para a execução de serviços (PNATER, 2007).

Para Antunes (2005, p. 16), os anos 1990, do século XX, durante o governo Collor, há no Brasil a onda neoliberal:

Collor elegeu-se com base em um projeto de ‘modernização’ do país. Em seus contornos mais gerais, esse projeto contempla uma *integração subordinada* do Brasil nos marcos do mundo capitalista avançado. Fundado num ideário neoliberal para um país de Terceiro Mundo industrializado e intermediário, tal projeto opera uma brutal reestruturação do país, levando à desindustrialização inúmeros setores que se expandiram nos últimos trinta anos. [Grifos do autor].

Nesse contexto, o MST passa por uma de suas maiores pressões políticas. No entanto, Stédile e Fernandes (2005, 103) asseguram que, apesar do contexto de crise, há um intenso trabalho no que diz respeito ao cooperativismo. Os mesmos lembram que, entre 1990 e 1993, “Collor acabou com as políticas públicas para a agricultura, com o crédito, com a Emater, que poderia dar assistência técnica, e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). No início de seu governo, houve um desmantelamento geral.” (*Ibid.*, p.103). A partir desses fatores foi possível que o Movimento se voltasse para dentro, repensando as práticas de cooperação.

A década de 1990 foi marcada por um contexto de crises, lutas, conquistas e paradoxos. Paradoxos referentes às recentes comemorações em meio à conquista da Carta Magna de 1988, cujos direitos sociais nela presentes sofrem arrefecimentos com a onda neoliberal. Esse paradoxo leva o Estado a “desmontar” direitos, submetendo, durante a década

⁶⁰ O autor destaca que as mobilizações partiram do setor extensionista apoiado pelos produtores rurais através de uma marcha em Brasília.

de 1990 do século XX, de acordo com referida autora, as políticas públicas a um caráter seletivo e residual Carvalho (199-)⁶¹.

Na gestão federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC), as repercussões sobre os casos de violência no campo são publicizadas tanto nacionalmente como internacionalmente, casos como o Massacre do Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará, tragédias de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e os grandes conflitos no Pontal do Panapanema, em São Paulo, forjaram a criação de um gabinete de Estado para tratar de forma específica da política fundiária (PEIXOTO, 2008).

Em 1996, cria-se o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), política de crédito para agricultores de baixa renda. Com a ampliação do Programa, o governo foi pressionado a cobrir uma oferta maior no campo da política de ATER a fim de garantir melhor acompanhamento dos empreendimentos. Assim, vivenciam-se articulações em torno das políticas de parcerias para a execução de políticas públicas, em especial a política de ATER, já que nem o INCRA nem as instituições estaduais EMATERs dispunham de profissionais suficientes para estar em campo. Nesse contexto, Peixoto (2008, p. 31) diz que “ocorreu um choque entre o que restava do setor estatal de ATER e o Terceiro Setor [...] pela disputa da mesma fonte de recursos federais para o setor da agricultura familiar”. Instituições e organizações, como ONGs, sindicatos, associações e MST, entraram em cena para reivindicar esse serviço, bem como para atuar como parceiros do processo. Segundo Azevedo (2008, p. 9-10):

As reformas empreendidas no Estado e na administração pública no Brasil, a partir dos anos 90, conformaram novas fronteiras entre o público e o privado na relação Estado e sociedade civil, de maneira que a função pública na área social tem se caracterizado cada vez mais por um caráter normativo, avaliador e regulador.

A função pública agora se apresenta compartilhada com a sociedade civil, pois as políticas sociais vêm sendo executadas pelo setor público não-estatal. Por um lado, o quadro mostra a fragilidade e a insuficiência do Estado para a garantia e execução de políticas públicas. Por outro, abre-se a possibilidade de uma atuação crítica dos movimentos sociais a fim de viabilizar uma prática diferenciada nos moldes postos. No caso específico da extensão rural, ao se considerar a relação educativa entre os técnicos e os agricultores, sua atuação, em grande parte, foi pautada no tecnicismo, dentro de uma abordagem educativa tradicional com

⁶¹ Data não identificada no texto lido, trata-se de uma aproximação.

foco na difusão de tecnologias. Por outro lado, as políticas de parcerias junto aos movimentos sociais podem apontar para vias de atuações democráticas e participativas, tendo em vista um processo de dissenso.

Com isso, o primeiro projeto lançado foi o Lumiar, em 1997, através do INCRA. Porém, devido a problemas relacionados a desvios de recursos, esse Projeto foi extinto, com isso, passaram-se mais de quatro anos para que uma nova proposta surgisse (PEIXOTO, 2008).

Nos relatos sobre a história da política de ATER no Ceará, um técnico do INCRA e integrante da equipe de monitoramento da política de ATER ressalta que foi a partir do Lumiar, nos anos de 1990, que se construíram as bases para a formulação da PNATER, assim “a partir de 97 até 2000 e as bases daquilo, que executou com o projeto Lumiar serviu também de referência [...] pra elaboração da política nacional de assistência técnica” (Entrevista concedida em 2012).

Entretanto, é preciso considerar que o contexto político institucional brasileiro, nos últimos anos, apresenta-nos um quadro distinto pelo qual passa o processo de Reforma Agrária e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Desde a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, as expectativas, no que tange ao desenvolvimento rural do País, aumentaram substancialmente, sobretudo por sair vitorioso um partido que emerge das bases populares, tais como: sindicais, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e movimentos sociais urbanos e rurais. Grupos que, apesar de heterogêneos, discursam e lutam por outra perspectiva de desenvolvimento, que gerasse redistribuição de renda, cuidados com o meio ambiente, igualdade, justiça social e econômica e respeito às diversidades culturais.

Para os sujeitos pesquisados, o contexto das políticas de parcerias entre governo e sociedade civil, reflete-se da seguinte forma:

Eu acho que houve, o que tá havendo hoje houve já desde o governo Lula, houve um arrefecimento dos movimentos sociais, dos movimentos sindicais sobre o pretexto de não bater no governo, sobre o pretexto de não fragilizá-lo, sobre o pretexto de que a gente consegue dialogar sem lutas, isso gerou um esquecimento de um conceito básico da organização social, [...] movimentos sociais e sindicais optaram uma crença de que mudando o, o gestor máximo do país mudaria as relações [...]. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

O governo petista na gestão Lula eu vi muito o equilíbrio, um equilíbrio no qual a gente viu algumas mudanças pra classe trabalhadora e também vi uma é, é teve talvez de menor percepção, mas que ele foi um governo de todos, né, um governo que não [...] a classe trabalhadora porque se ele fizesse isso [...] não executaria as ações pra classe trabalhadora, pra os pobres, então ele facilitou

pra elite, pra e aí conseguiu uma ação ou outra teve um crescimento e tal por conta desse equilíbrio. [...] **na hora das negociações que emperra**, entendeu, então **antes tinha um embate, mas tinha mais força, né, os movimentos, hoje os movimentos não, não está mais radicalizando, tá perdendo o público, os movimentos, tá perdendo a sua base**, acho que tá perdendo a sua base, é, a militância de uma forma em geral não tá conseguindo ter gestão sobre suas conquistas. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Percebe-se de maneira conflituosa a desarticulação política por parte dos movimentos sociais, já que estes acabam executando políticas públicas sobre as diretrizes do Estado. Este último, por sua vez, acaba que regendo, controlando e fiscalizando as políticas; função que, supostamente, seria papel da sociedade civil organizada, através do controle social das políticas públicas (AZEVEDO, 2008).

Em outro sentido, durante a gestão do governo Lula, foi possível perceber que as lutas por parte dos movimentos sociais continuaram, apesar de receberem críticas quanto às suas formas de atuação, mais passivas e desarticuladas. As lutas continuam na medida em que o governo não consegue garantir políticas públicas que mudem as estruturas sociais de desigualdade que o país possui; fator também percebido em campo:

Eu vejo que os movimentos sociais eles, eles não param, inclusive tão é aumentando cada vez mais a insatisfação com o, com o poder mesmo administrativo do país seja partido do poder municipal [...] eu digo isso porque nesse ano nos últimos anos tem sido muito movimento social, [...] porque só quem faz os movimentos mesmo são as pessoas quando tão se sentindo no limite digamos assim a greve dos professores, a greve dos policiais [...] e isso eu vejo que quando os movimentos sociais tão lutando por seus direitos eles são, é reprimido, é uma repressão mesmo física não é só psicológica, mas física mesmo e isso não é muito legal pra construção do país porque se existe uma política mesmo democrática, a democracia que nós temos é só em papel, o Brasil é um dos países que em termos de lei é dos que tem a legislação mais completa, mas em execução fica a desejar e esses movimentos sociais eles têm que existir e tem que ter apoio também pra que a, a classe trabalhadora seja mais valorizada porque eu vejo que o trabalhador ele não é tão valorizado como deveria ser. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

Por outro lado, de acordo com a Revista Carta Capital, em agosto de 2011, intitulada: “Reforma agrária, descanse em paz”, a concentração de terras aumentou durante a gestão petista, ou seja, continua a mesma da ditadura. A reportagem traz os seguintes dados:

O índice de Gini, em 1967, era de 0,836 (quanto mais perto de 1,0, mais concentrado é o modelo). Em 2006, data do último Censo Agrário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), era de 0,854. [...] As pequenas propriedades, com menos de 10 hectares, ocupam 2,36% do total de terras, embora representem quase a metade (47,86%) dos estabelecimentos rurais. Já os latifúndios, com mais

de mil hectares, somam menos de 1% das propriedades e controlam 44, 42% de terras, situação com poucos similares no mundo. (p. 1)⁶².

Os dados estatísticos acima, trazem uma preocupação dos que, ainda, acreditam numa possível redistribuição de terras para dar materialidade à reforma agrária.

Dessa forma, é preciso reafirmar que o modelo de desenvolvimento adotado no contexto petista deu continuidade ao que vinha sendo feito, significando dizer que num modelo capitalista a ordem do dia continua sendo a econômica, a prioridade para a lógica do mercado, em um país onde a população vive e sobrevive de maneira extremamente desigual e injusta, muitas vezes com a ajuda de programas, como Bolsa Família⁶³, que, segundo Scalón (2001, p. 39), consiste em um programa de alívio da pobreza e não, necessariamente, como oportunidades de mudanças mais justas, muito menos iguais. A mesma autora enfatiza que:

O conceito de pobreza não pode ser reduzido à noção de precariedade de renda; mas deve ser entendido de forma mais complexa e abrangente, assim como sugerido nos trabalhos de Amartya Sen, como privação de capacidades básicas que conduz à vulnerabilidade, exclusão, carência de poder, de participação e de voz, exposição ao medo e à violência; enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar. (*Ibid.*, p. 39).

Nos termos acima, pode-se evidenciar que a pobreza se faz de forma generalizante para grande parte da população brasileira, enquanto as políticas têm cumprido papéis paliativos e compensatórios; além disso, tornam-se “amortecedoras” de possíveis conflitos sociais, vejamos:

[...] outra coisa que tem salvado a estrutura, essa estrutura mesma é o programa assistencialista do governo, o principal deles é o Bolsa Família, realmente que consegue minimamente botar alguma coisa na alimentação quando falta toda parte da agricultura. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

[...] se fizer uma pesquisa a maioria da renda, da renda ou é de aposentadoria ou é do Bolsa Família ou é de algum benefício ou dum, quem trabalha pra prefeitura [...], mas que da agricultura a receita é muito pouca, a renda é muito pouca, muito, muito, muito se você só isso e não tivesse nada de benefício eu não sei como taria [...]. (Técnico em Agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

É bem verdade que algumas políticas sociais e assistenciais, como o Bolsa Família, têm diminuído os índices de brasileiros na linha da pobreza e que os investimentos financeiros em programas de educação nas áreas de reforma agrária têm aumentado de forma

⁶² Fonte: Revista Carta Capital de 3 de agosto de 2011.

⁶³ Não quero afirmar de forma contundente que o Programa Bolsa Família não tem dado resultados positivos (ao menos no que diz respeito à sobrevivência imediata). Vale ressaltar que o Programa ao transferir uma bolsa mínima exige que as famílias, por exemplo, mantenham seus filhos na escola. No entanto, quando esses mesmos filhos se deparam com uma escola precária.

significativa. Mesmo em meio às dificuldades orçamentárias e burocráticas, temos exemplos de algumas iniciativas na construção de uma nova proposta educativa no meio rural, PRONERA, Programa Saberes da Terra, ProJovem Campo e Casas Digitais Rurais⁶⁴.

Com a elaboração da PNATER, publicada em 2004, marca-se um novo período na historiografia da extensão rural cujos princípios devem orientar: trabalhos exclusivos com os agricultores familiares; ênfase nos processos de desenvolvimento endógenos; abordagem interdisciplinar e multidisciplinar com enfoque nas metodologias participativas; base tecnológica agroecológica; estabelecimento de gestão democrática, promovendo o controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades; desenvolvimento de processos educativos humanísticos, dialéticos e construtivistas a fim de potencializar a qualidade de vida e a promoção do desenvolvimento rural sustentável (PNATER, 2007). Importante destacar que o Manual Operacional de ATES, lançado em 2008, teve base na própria PNATER.

Nesse período, há a recriação do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER)⁶⁵, órgão responsável pela coordenação da ATER dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As políticas de extensão rural e suas respectivas propostas de desenvolvimento tomam novo rumo no início do século XXI, através da publicação da PNATER, em 2004. A partir desta, surge a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) destinada aos assentamentos rurais, originada como uma proposta coletiva, de gestão compartilhada, sendo a formação e a prática da política, pioneiras entre segmentos da sociedade civil e poder público, no Ceará, em 2006. Segundo um dos técnicos de ATER no INCRA-CE:

A ATES surgiu em 2006, mas antes tinha dois projetos: o CONTACAP⁶⁶ e o LUMIAR, foram iniciais. A ATES surgiu no governo LULA através de um convênio com o SEBRAE que foi efetivado até fevereiro de 2011. Em 2003, houve toda uma preparação para realização do convênio. Em abril de 2003, com a superintendência de Eduardo Barbosa foi realizado um seminário estadual para discutir a reforma agrária no estado. Segundo Aristides, uma das principais reivindicações recaía sobre a assistência técnica. Na ocasião participaram do

⁶⁴ O PRONERA foi instituído em 1998 como uma política específica do campo, conquista dos movimentos sociais do campo. O Programa Saberes da Terra, implementado em 2005, integrou-se ao ProJovem, passando a ser denominado como ProJovem Campo; as Casas Digitais Rurais é um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), lançado em 2008, com objetivo de realizar a inclusão digital.

⁶⁵ O DATER havia sido criado no ano de 1994 através do Decreto n.º. 1.261/1994, sendo substituído pelo Departamento de Infraestrutura e Extensão Rural (DIER) em 2000, através do Decreto n.º. 3.527/200 (PEIXOTO, 2008).

⁶⁶ Programa Conta Cooperativa de Capacitação que surge nos anos de 1990.

seminário órgãos governamentais e da sociedade civil: MST, CPT e FETRAECE. E, posteriormente outras empresas. A partir desse seminário teve os encaminhamentos, dentre eles temos a proposta de assessoria aos assentamentos, a assessoria estava sendo dita dentro de uma concepção de gestão compartilhada. Teve o projeto piloto com convênio do SEBRAE de três meses. Alguns princípios foram considerados, como o desenvolvimento territorial, a agroecologia, uma proposta que não comprometesse a sustentabilidade, a segurança alimentar, a participação e protagonismo dos assentados⁶⁷. (Agrônomo e técnico do INCRA em entrevista concedida, 2012).

A perspectiva era tentar viabilizar outra proposta de assistência técnica e extensão rural pautada na nova ATER, sendo esta nomeada sob um novo signo das categorias Social, Técnico e Ambiental. E, segundo fonte oral de um dos coordenadores da formação ocorrida no Ceará, todos os técnicos analistas de projetos do INCRA, de todo o Brasil, foram capacitados para analisar e orientar a prática de ATER⁶⁸. Porém, após a promulgação da Lei de ATER nº. 12.188/2010, a política retoma sua antiga sigla, a ATER. Entretanto, ambas têm como objetivo central romper com as tradicionais práticas de extensão rural, as quais adotaram modelos difusionistas e convencionais para a modernização-industrialização do campo sob as proposições da Revolução Verde, a PNATER (2004, p. 9) tem como objetivo geral:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de **desenvolvimento rural sustentável**, que envolvam **atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo**, e outras, tendo como centro o **fortalecimento da agricultura familiar**, visando à melhoria da qualidade de vida e adotando os **princípios da Agroecologia** como eixo orientador das ações. [Grifos meus].

Esse quadro se contrapõe às experiências anteriores, marcadas pelas práticas de extensão baseadas numa concepção tradicional de educação, na qual profissionais foram formados dentro de uma concepção tecnicista, mantendo, assim, uma relação verticalizada e autoritária com os camponeses. Dessa forma, não consideravam as realidades locais em seus componentes socioculturais e se voltavam para objetivos somente econômicos e produtivistas com vistas ao aumento da produção e lucro através de políticas de crédito que não viabilizavam a sustentabilidade das famílias rurais. Pelo contrário, as políticas de crédito eram vistas como fim e não como meio dentro da proposta de desenvolvimento. Por falta de continuidade das políticas de extensão rural e com a predominância de relações paternalistas que o Estado manteve com os trabalhadores rurais, muitos, incluindo as cooperativas e as

⁶⁷ O relato foi feito em conversa informal no momento da pesquisa exploratória.

⁶⁸ Informação concedida pela professora Eliane Dayse Pontes Furtado, em 12 de dezembro de 2012.

diversas formas associativas, acabaram por se endividar, sendo a população rural levada a um nível de pobreza sem precedentes.

A Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER), em 2007, refletindo sobre as dificuldades na execução da nova orientação através da PNATER no Brasil, verifica que há uma inércia para que as atividades de ATER se convertam, na prática, numa nova abordagem, sendo necessário um campo de investigação para identificar e refletir as possíveis causas. Por outro lado, Souza (200-, p. 16), em sua pesquisa sobre as atuais políticas públicas de extensão rural, aponta que:

há uma sensibilidade latente e expressa, em muitos casos, para uma abordagem de extensão rural, referenciada no atendimento dos interesses dos agricultores familiares, como sujeitos do processo. Estes sinais evidenciam a importância de se considerar, em caráter primordial, os seguintes pontos: repensar o desenho institucional no âmbito governamental, federal, estadual e municipal, implementando uma nova institucionalidade, através da desconcentração e descentralização das políticas, para propiciar ações locais autossustentáveis; desenvolver um processo de planejamento estratégico participativo das instituições, baseado na abordagem, método e estratégias da Educação Popular; desenvolver um programa de fortalecimento do Trabalho Humano em todos os aspectos, na perspectiva da gestão social, através da criação e fortalecimento das organizações locais.

Nesses termos, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, ao fazer um comparativo entre os “velhos” e os “novos” modelos de ATER, destaca alguns pontos: a) nas bases teóricas e ideológicas da extensão rural convencional, na teoria da difusão de inovações, sendo o conhecimento científico em primeiro lugar; já na nova extensão rural agroecológica, o foco é no desenvolvimento local, o agricultor familiar em primeiro lugar e a resistência dos camponeses; b) no que diz respeito à metodologia, na extensão rural convencional predomina a mera transferência de informações e o assessoramento técnico; enquanto a extensão rural agroecológica que visa o reconhecimento do conhecimento local, a investigação-ação participativa; c) na concepção de educação, na extensão rural convencional a abordagem é de persuasão, educar para a adoção de novas técnicas; já a extensão rural agroecológica se caracteriza pela democracia, participação e fortalecimento da agricultura familiar para que se tenha poder decisório; d) em relação ao papel do agente, na extensão rural convencional o papel é de professor responsável pelo repasse de tecnologias, o assessor; já na extensão rural agroecológica o facilitador, apoio quanto à busca da identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas (PNATER, 2004).

Junto a isso, identifico outros dois momentos importantes para a atual política de ATER. O primeiro se refere à promulgação da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural

nº. 12.188, de 11 de janeiro de 2010, a qual define a assistência técnica e extensão rural, no Art. 2º – I, como um:

serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (2010, p. 1).

Afirma-se na lei que, apesar de não se fazer distinção clara entre os termos de assistência técnica e extensão rural, de uma maneira geral, trata-se de uma atividade de cunho educativo e continuado, específico para o meio rural. Além disso, no Art. 3º, estão incluídos os princípios da PNATER que vão embasar a Lei. São eles: ênfase no desenvolvimento sustentável; gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de ATER; adoção de metodologias participativas, considerando enfoques multidisciplinares, interdisciplinares e interculturais na construção da cidadania e democratização na gestão das políticas públicas; adoção de princípios da agricultura de base ecológica; equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia e, por fim, segurança alimentar e nutricional.

O segundo momento importante foi a realização da I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural que ocorreu em abril de 2012, em Brasília. A I Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará ocorreu no mês de março de 2012, cujos debates deram-se em torno de cinco eixos principais: I – ATER para o Desenvolvimento Sustentável; II – ATER para a Diversidade da Agricultura Familiar e a Redução das Desigualdades; III – ATER e Políticas Públicas; IV – Gestão, Financiamento, Demanda e Oferta de Serviços de ATER e V – Metodologia de ATER – Abordagens de Extensão Rural⁶⁹.

No que diz respeito a I Conferência de ATER, de uma maneira geral, identifiquei duas situações: de um lado, o evento traz um marco para a historiografia da política de ATER, podendo fortalecer o direito à política; por outro, as articulações e mobilizações que se deram em torno da I Conferência, nos âmbitos estaduais e as territoriais, foram aligeiradas e não houve tempo nem recursos suficientes para que houvesse uma participação significativa, sobretudo dos atores das áreas de reforma agrária, sejam eles agricultores e agricultoras,

⁶⁹ Tive a oportunidade de participar deste último como ouvinte e pesquisadora, meu interesse foi o de adentrar os grupos de discussões do eixo V, para observar tanto as concepções dos sujeitos presentes como os encaminhamentos tomados pelo grupo. Como ouvinte, não podia fazer intervenção, mas, por decisão conjunta do grupo em sala, pude participar dos debates. Foi um momento rico de aprendizagem.

pescadores e pescadoras, quilombolas, dentre outros; isso se confirma mediante as falas de alguns sujeitos da pesquisa:

No próprio Estado o processo como se deu, o processo de participação dos agricultores tem sido muito limitado. Sabe? Nós tamo com deficiência de garantir que todo mundo, foi muito rápido, jogou assim em uma semana tinha que se credenciar, daqui a pouco quando a gente foi atrás, as informação não circula bem [...] Não sei se o resultado dessa conferência será o esperado, uma que é limitada, recurso pequeno, recurso pouco, 40 vagas pros estados maiores, né? No caso o Ceará vai 40 pessoas só do Ceará. Vai 75% dos trabalhadores, da sociedade civil, né? E 25% do poder público. Desses dos trabalhadores vai representantes dos trabalhadores, vai representantes das entidades, então daqui vai 20 trabalhadores e vai 7 representantes de entidades que dão assistência técnica junto aos trabalhadores, além dos 13 que vai do governo do estado, das representações estaduais vai e das entidades públicas de assistência técnica. Então você imagine, é muito limitado, nós temo só do INCRA 18 mil famílias com assistência técnica e vai entrar agora todo mundo vai para 24 mil famílias com assistência técnica, então como é que [...] só do INCRA, sem contar com, que tem os quilombolas, sem contar que tem os outros agricultores acompanhados pela EMATERCE, então que, qual é o grau de representação? De representatividade? Com a porcentagem de representatividade dos trabalhadores que nós temo lá? (Militante e representante estadual do MST, 2012).

A militante do MST repõe na cena a discussão em torno da representatividade, além de discorrer sobre o processo, classificando-o como limitado para que de fato se possa pensar em bons resultados na perspectiva de uma possível intervenção para a melhoria da política de ATER. Outro sujeito da pesquisa expõe da seguinte forma o contexto da Conferência:

eu acho que poderia ter sido melhor divulgado, com espaço de tempo maior, né, porque tipo, aqui, a gente ficou sabendo, três dias antes do calendário, né, do início das atividades já no calendário. E aí se pra gente que tem mais acesso aos recursos foi um jogo de cintura pra gente conseguir poder participar eu imagino pros agricultores e eu senti falta dos sujeitos. Eu participei de duas no Cariri e uma em Canindé da conferencia territorial, eu fiquei surpresa com a pouca participação dos agricultores, dos assentados, aí eu acho que isso aí já é um reflexo da forma e de repente da agenda que foi muito apertada que foi pensada pra essas conferências. (Técnica do INCRA e membro da equipe de monitoramento e fiscalização da ATER, entrevista concedida em 2012).

Na visão da técnica se confirma um processo também fragilizado decorrente tanto da falta de recursos como da pouca mobilização e articulação no decorrer do evento, além de indicar o ponto nevrálgico, que é a ausência de agricultores (as) e de assentados (as) das áreas de reforma agrária, ponto visto tanto nas conferências territoriais como na estadual.

Outros pontos de discussão durante as conferências de ATER foram: aspectos burocráticos de difícil compreensão por parte dos envolvidos, descontinuidade das ações, falta de recursos, atraso de salários, rotatividade de profissionais, sobrecarga de trabalho,

fragilidade na participação e atendimento das prioridades de assentados e assentadas no planejamento, na avaliação e na execução da política, fragilidade na articulação entre as entidades consorciadas, dificuldade de encaminhamentos para a melhoria da execução da política, dentre outros.

Penso que nas últimas décadas houve uma retomada do debate em torno da política de ATER, avanços no que concerne aos marcos legais e às concepções apontadas para novas abordagens e práticas da extensão rural, mas o contexto vivido durante a pesquisa irá afirmar que há que se avançar em pontos estratégicos caso se opte, de fato, por mudanças qualitativas, exemplo disso é o processo formativo dos profissionais de assistência técnica e extensão rural para as novas exigências que a realidade traz, sobretudo afirmadas pela PNATER.

De um modo geral, ao percorrer a história da política de ATER no Brasil, ficam claras as diferenças entre as antigas estruturas da extensão rural com a nova perspectiva de concepção educativa democrática e participativa, que considera o conhecimento local com enfoque dialético, humanista e construtivista. Alguns desses aspectos vão ao encontro dos princípios da educação popular, na qual os agentes, no caso os profissionais de ATER, devem ser formados numa perspectiva humanista, cujo objetivo é mediar um processo eminentemente educativo, na busca de melhorias no desenvolvimento rural em conjunto com os agricultores e não somente “para” estes.

Diante disso, é que penso em que condições as práticas educativas nas políticas de ATER têm se caracterizado em parcerias com organizações de trabalhadores e, mais especificamente, com a ACACE vinculada ao MST. Segundo conversas informais com militantes do MST no Ceará, as atividades de ATER efetivadas em parceria com o Movimento sempre tiveram como uma das bandeiras de luta as práticas democratizantes em campo. Ou seja, práticas de extensão rural, mediadas pelos técnicos, precisam dialogar com a realidade dos agricultores e agricultoras, ações que devem colaborar com melhores condições e qualidade de vida, tendo em vista os aspectos sociais, ambientais e econômicos cujas bases de orientação se coadunam com os princípios da agroecologia. Trata-se de uma proposta contra-hegemônica ao modelo adotado pelo agronegócio.

É sabido que a agroecologia surge a partir de um contexto de fracasso dos modelos de desenvolvimento processados em campo, como uma agricultura alternativa que surge nos fins do século XIX e início do XX em países como Japão, EUA e também nos países europeus.

No Brasil, com a redemocratização e o advento da Nova República, os debates acadêmicos sobre a agroecologia ganham força (PEIXOTO, 2008).

É a partir desse quadro histórico que trato, no próximo tópico, de forma mais específica, sobre as possibilidades em torno dos conceitos de extensão rural e de assistência técnica a partir de estudiosos da área, a fim de apresentar as atribuições e concepções, hoje, demandadas pelos profissionais da área e das comunidades rurais, através da política de ATER; lembrando que, embora a Lei de ATER nº. 12.188/2010 não faça a distinção entre ambas, como vimos acima, há, de fato, diferenças conceituais e práticas; diferenças essas que serão ilustradas tanto pelos estudiosos da área como pelos profissionais, militantes em campo e demais sujeitos da pesquisa.

3.1.1 Assistência Técnica e Extensão Rural: discutindo conceitos e possibilidades

O objetivo do presente item é refletir teoricamente sobre os conceitos de assistência técnica e extensão rural em diálogo com as concepções que trazem os diversos sujeitos que trabalham diretamente com a política de ATER em campo.

Discuti-los é uma necessidade da própria pesquisa para traçar caminhos que orientem o objeto de estudo, uma vez que, para tratar em profundidade do assunto, seria necessária outra proposta de pesquisa. A ATER, além de política, trata de ações que se tornaram complexas ao longo da história. O primeiro ponto a se afirmar é que a extensão rural e a assistência técnica estão imbricadas dentro de modelos de desenvolvimentos propostos.

Na pesquisa de campo, deparei com algumas problemáticas relacionadas a esses conceitos, tanto no seu sentido teórico como prático⁷⁰, senti necessidade de realizar discussão e relação sob o olhar dos diversos sujeitos, dos documentos institucionais e da base teórica relacionada ao trabalho.

Das inquietações primeiras, exponho duas, vejamos: a) a relação entre os tipos de atividades que me eram apresentadas e o que eu estava esperando ser exposto como uma atividade de extensão rural, a fim de que tal processo se configurasse como educativo (seja ele qual for); e b) a sobreposição do termo Assistência Técnica em detrimento da ATER ou mesmo da Extensão Rural, fator que implica também na sobreposição do termo “técnico” para se referir a todos os profissionais de ATER, sejam eles das áreas de humanas, sejam eles das

⁷⁰ Ao me reportar à teoria e à prática, não quero dicotomizá-las, pois acredito que toda prática implica uma teoria, assim como toda teoria, uma prática.

áreas agrárias. Este último apontamento foi observado nos discursos dos profissionais de ATER da ACACE, dos assentados e das assentadas rurais, da militância do MST, dos técnicos do INCRA, dentre outros sujeitos que não fizeram parte da pesquisa de forma direta, mas indiretamente, através de conversas informais, bem como de enunciados orais diversos, oficiais ou não-oficiais⁷¹.

No que se refere à identificação das atividades de extensão rural, formulei duas hipóteses: primeiro, a de que as atividades de assistência técnica e extensão rural revelaram outras especificidades; e como segunda hipótese, a compreensão de que os profissionais de ATER da ACACE estavam realizando atividades além de suas atribuições específicas no que diz respeito às respectivas formações. Em relação à sobreposição do conceito de assistência técnica, também fui tecendo algumas considerações: primeiro, historicamente, o aspecto produtivo, diga-se econômico, seria central na política de ATER; segundo, há ainda uma mistificação de que a ATER é mediadora de técnicas para inovação e difusão de tecnologias; terceiro que há uma predominância nas equipes de ATER de profissionais ligados às ciências agrárias, tais como: técnicos agropecuários, agrônomos e técnicos agrícolas; em quarto lugar, há apenas uma tendência para a abreviação da sigla ATER, sendo o primeiro termo, assistência técnica, uma referência, quando usado, aos dois que emanam da sigla; e por último, penso que **trabalho** e **vida** nos assentamentos rurais estão consubstanciados aos sujeitos que lá vivem, assim, a assistência técnica teria ligação direta tanto simbolicamente, como de forma objetiva com os trabalhos no campo. Dessa forma, o trabalho seria condição primeira e razão para dar vida aos assentados e assentadas rurais.

Ao tomar tal quadro, apresentado em campo, elegi como um dos pontos para as entrevistas semiestruturadas a conceituação de extensão rural e de assistência técnica, pelos próprios sujeitos, sejam eles profissionais de ATER, técnicos do INCRA e assentados e assentadas rurais. Assim, utilizei-me da observação direta e de anotações em diários de campo para sistematizar e estudar os discursos manifestos. Nesse sentido, busco realizar cotejos entre a elaboração normativa, teórica e empírica.

⁷¹ Aqui as mesas de abertura de alguns eventos com uma maior quantidade de sujeitos e instituições envolvidas, bem como reuniões institucionais, sejam eles: Encontro do Núcleo Operacional de Canindé da chamada pública de ATER, Salão Territorial Sertões de Canindé, I Conferência Territorial de ATER e I Conferência Estadual de ATER, reunião do Colegiado Territorial (cuja pauta era a I Conferência Territorial de ATER) e duas reuniões com as equipes de ATER, da ONG CACTUS e da ACACE e do consórcio do Território Sertões de Canindé.

Busco em Bicca (1992)⁷² uma primeira aproximação ao que seja assistência técnica, já que na extensão rural é que foram empreendidas maiores discussões, seja em seu campo semântico, seja no campo prático, conferindo-lhe um caráter polissêmico e resistente⁷³. Num primeiro instante, a assistência técnica seria um conjunto de ações integradas, objetivando dar condições ao sujeito de adotar e utilizar técnicas recomendadas. São ações imediatas e seus resultados se dariam em curto prazo; aqui se privilegia a incorporação de novas técnicas para aumentar a produção, algumas de suas atribuições estão ligadas a duas principais: a) a elaboração de estudos, de planejamento e de projetos e b) a direção, execução e fiscalização de obras e serviços técnicos (BICCA, 1992). Com isso, a assistência técnica estaria diretamente ligada aos aspectos econômicos do campo. Entretanto, ela é indispensável na medida em que pode proporcionar a apropriação de procedimentos através de capacitações que devem ser realizadas na práxis, na ação e na reflexão (FREIRE, 1977).

Para tratar do conceito de extensão rural, Freire (1977, p. 65) faz a crítica ao termo extensão, por compreender que a palavra é ação, é existência e transforma; propõe comunicação, esta definida como educação e diálogo. O educador faz duras críticas ao modelo de extensão empregado no Brasil e na América Latina, mais precisamente acusa a política de colonização na medida em que o modelo norte-americano é empregado em detrimento das especificidades e vontades da população rural. Suas discussões, realizadas no final da década de 1960, tornam-se atuais e relevantes para a política de ATER, tanto no campo institucional como para a sociedade civil organizada, principalmente no âmbito dos movimentos sociais que trabalham com educação popular. Puerta T. (1996, p. 66) lembra que:

Los teóricos de La Extensión latinoamericanos hicieron un intento de cambio del término 'extensión', en los años setenta, alegando que aquél denotaba colonización en todos los sentidos. Así Freire y Pinto propusieron sendas 'disyuntivas críticas', intentando cambiar las palabras para variar la filosofía. [...] Freire había

⁷² O autor, em seu texto de 1992, utiliza termos como 'produtor rural', 'dona-de-casa rural' e 'educação extra-escolar', esta última para se referir à extensão rural, e defende, à época, que o Estado não deveria realizar investimentos, ao menos nas atividades de assistência técnica, pois aqui há a possibilidade de se causar dependência das populações rurais em relação ao Estado. Aponto essas questões para esclarecer que, nos dias atuais, algumas terminologias, sobretudo as que foram destacadas pelo autor, não são mais utilizadas; esclareço também que não concordo com o autor sobre a não oferta do Estado com relação à assistência técnica, já que a mesma não deve agir isoladamente, mas em conjunto, com as atividades de extensão rural, a fim de fortalecer a autonomia das comunidades rurais. Porém, acho importante destacar no pensamento do autor a especificidade que ele traz de forma objetiva, mesmo sem ter concordância plena, do que seja assistência técnica, juntamente com as respectivas atribuições por ele definidas.

⁷³ CALLOU, Angelo Brás Fernandes. 'Extensão Rural: polissemia e resistência'. IV Congresso da SOBER: 'Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento'. Recife - Pernambuco, julho de 2006.

denunciado anteriormente la 'educación bancaria' em la que, según el, el alumno es un simple objeto.

Para tanto, referido autor, ao tratar da extensão rural, procura defini-la em vários campos, a saber: da informação, do assessoramento, da educação, da comunicação, da animação e da ação social. Para cada eixo, o autor reflete sobre o nível de participação dos sujeitos de direito da política, assim, a extensão com caráter informativo privilegia conselhos práticos ou informações úteis, pode ocorrer através de rádio, televisão, revistas, entre outros meios. Já a extensão de assessoria é quando o profissional intervém com auxílio, para que os sujeitos resolvam alguns problemas, porém a participação se limita ao primeiro passo do processo. Quanto à extensão como educação, implica um processo que gera conhecimento, tendo em vista a autonomia dos atores a fim de que estes possam resolver seus problemas futuros. A extensão como comunicação tem base no pensamento de Freire, o qual requer um processo que desenvolva uma reflexão conjunta sobre a realidade dos atores envolvidos, nesse sentido, as distâncias entre educador e educando tendem a desaparecer. Por último, há a extensão como ação política, na qual o agente de extensão se insere nas demandas dos sujeitos do campo e, através da conscientização, as ações podem correr dentro de um movimento social ou de forma individual. O autor destaca que as ações e os termos empreendidos nas atividades ligadas à extensão rural serão definidos de acordo com as agências, instituições e sujeitos envolvidos, ou seja, trata-se de uma definição no campo político.

Portanto, para a presente pesquisa, utilizo o termo extensão rural por se tratar de uma nomeação institucionalizada, sobretudo em seu aspecto legislativo. Todavia, busco tratar dos conceitos de assistência técnica e extensão rural com base no pensamento de Freire. Ambas as atividades requerem um processo educativo e, para que ela tenha um caráter libertador, diga-se, da educação popular, requer um processo de problematização a partir das realidades vividas, pois “a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens” (FREIRE, 2005, p. 81).

Dos documentos oficiais recentes, utilizo quatro principais, a saber: a PNATER, publicada em 2004; a Lei de ATER nº. 12.188, de 11 de janeiro de 2010; o texto apresentado na I Conferência Estadual sobre ATER no Ceará e a Chamada Pública de ATER do INCRA/SR (02), em 2010.

A Política Nacional de ATER não se utiliza dos conceitos separadamente, versa sobre assistência técnica e extensão rural de maneira conjunta, assim:

os serviços públicos de ATER (realizados por entidades estatais e não estatais) devem ser executados mediante o uso de metodologias participativas, devendo seus agentes desempenhar um papel educativo, atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável. (PNATER, 2007, p. 6).

Com isso, deve-se considerar:

uma relação dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade [...] propiciando a construção coletiva de saberes, o intercâmbio de conhecimentos e o protagonismo dos atores na tomada de decisão. (*Ibid.*, p. 11).

Freire (1977, p. 24), em consonância com uma prática problematizadora, ressalta que:

Nem os camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela.

Para o autor, o campo associativo da palavra extensão, “ato de estender algo a alguém”, tem caráter autoritário, mecânico e manipulador. Já a comunicação indica que a relação entre profissionais de campo e agricultores (as) seja horizontal e dialógica. Com isso, o profissional que se quer “educador, se recusa à domesticação dos homens, sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação, não ao de extensão” (*Ibid.*, p. 24). Este conceito perdurou muito tempo na extensão.

Assim como a PNATER, a Lei de ATER nº. 12.188, de 11 de janeiro de 2010, em seu Art. 2º, nº. I, dispõe sobre a ATER em conjunto:

Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: serviços de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (p. 1).

Já o documento base da I Conferência Estadual sobre ATER, apesar de não diferenciar os conceitos, ao trazer o histórico dos serviços de ATER, primeiro se refere de forma específica à extensão rural e aos extensionistas, depois se utiliza do termo “serviços de ATER”. No entanto, quando discorre sobre a metodologia de ATER, refere-se às abordagens de extensão rural, dando-lhes especificidades. De uma maneira geral, defende uma abordagem pautada na pedagogia construtivista, pedagogia da alternância, pedagogia da prática, cujo enfoque deve contemplar a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a

interculturalidade, tendo em vista a transição agroecológica, aspectos que estão em consonância tanto com a PNATER como com a Lei de ATER.

É importante destacar que, durante as discussões da Conferência, o eixo sobre as abordagens de extensão rural foi destaque na mesa de abertura através da apresentação do diretor do DATER, Argileu Martins. Algumas problemáticas na prática extensionista foram colocadas, a saber: a intervenção dos profissionais junto às comunidades rurais; à insuficiência do processo formativo dos profissionais de campo e daí a dificuldade em se trabalhar com novos atores e novas abordagens que considerem gênero, etnia e geração; outro ponto se refere à PNATER que, apesar de ser considerada como um avanço, apresenta impossibilidade de sua execução pelo processo de coesão que alguns profissionais vivenciam⁷⁴ hoje.

Por fim, ressalto que a maioria das pessoas que participaram do eixo, eram profissionais de ATER (governamentais e não governamentais), professores da área das ciências agrárias da UFC, era agricultor de uma comunidade quilombola, o qual tomou posição da seguinte forma: “vocês falaram muito bonito [...] esperamos uma assistência técnica que valorize o saber nosso [...] temos conhecimento dos nossos direitos, estamos lutando pelo acesso a terra [...] que respeite o saber local, nosso” (2012)⁷⁵. O agricultor se remete apenas ao termo assistência técnica, mas é entendido que o mesmo falava da política de forma geral e o que esperava da prática é, sobretudo, a valorização do saber local. No decorrer do debate, o principal ponto de alteração do documento referiu-se à formação tanto continuada como inicial dos profissionais de campo consubstanciada nas novas proposições da PNATER⁷⁶.

Na Chamada nº. 02/2010 de ATER do INCRA/CE, em concomitância com os outros documentos oficiais, há a predominância da utilização do termo serviços de ATER integrados, sejam eles: oficinas, reuniões, elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), cursos, visitas técnicas (para grupos e organizações, bem como as unidades familiares), elaboração de plano de negócios, mapa temático, dia de campo, intercâmbio ou

⁷⁴ Essa afirmativa é fruto de alguns depoimentos relatados por profissionais de ATER em Canindé, os quais se referiam à execução dos serviços através da Chamada Pública do INCRA junto a entidades e instituições.

⁷⁵ Informação através de discurso informal na I Conferência Estadual de ATER, em Fortaleza, 2012.

⁷⁶ Importante registrar que, no grupo que acompanhei, havia dois professores da Universidade Federal do Ceará (UFC), um do Campus do Pici e outra docente do Campus do Cariri, os quais colaboraram nas discussões sobre formação.

troca de experiências, seminários, encontros, elaboração de projetos produtivos e elaboração de plano de manejo, os quais devem considerar a seguinte abordagem:

metodologia para a ação de ATER deve ter um **caráter educativo**, com ênfase na **pedagogia da prática**, promovendo a geração e apropriação coletiva de conhecimentos [...] tendo como **ponto de partida a realidade e o conhecimento local** [...] mediante uma **relação dialética e dialógica** com os agricultores e demais públicos da ATER, **que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade**. (Chamada nº. 02/2010 de ATER do INCRA/CE, 2010, p. 28). [Grifos meus].

Alguns dos grifos se coadunam com os propostos por Paulo Freire quando da sua discussão acerca da educação popular, através da qual afirma que nenhuma ação pode ser pensada fora da realidade dos sujeitos envolvidos, muito menos sem a participação e imersão dos mesmos no processo.

Passo agora a estudar algumas concepções definidas pelos sujeitos de campo, profissionais de ATER, assentados (as) rurais, técnicos do INCRA e técnico da CACTUS. De uma maneira geral, os conceitos definidos apresentaram um quadro polissêmico e controverso.

No primeiro momento, abordo as reflexões dos profissionais de ATER. A polissemia e a controvérsia talvez tenham ocorrido em virtude de algumas hipóteses apontadas inicialmente, a exemplo do fato de as mudanças de atribuições terem sido modificadas para a execução dos serviços. Outras foram respondidas ao estudar as falas, como a sobreposição do conceito de assistência técnica em detrimento da extensão rural, sendo a mesma apontada para a área produtiva, definida pelos profissionais de formação nas ciências agrárias, os quais representam a maioria na equipe de ATER da ACACE. Desse modo, de uma maneira geral, a assistência técnica foi definida:

na esfera produtiva, pra quem tá inserido no processo produtivo e necessita só de um diálogo que traga algumas melhorias para transformar e melhorar um pouco mais seus processos, pra quem já tá inserido e a orientação é bem mais básica ou talvez mais complexo pelo estágio que está aquela família. (Técnico em Administração de Cooperativas e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

Já para a conceituação da extensão rural, o profissional acima faz críticas ao termo, retoma o pensamento de Freire e propõe a educação popular como proposta dialógica para os trabalhos de campo, assim expõe que a extensão deve trabalhar com o fortalecimento das identidades, bem como com os aspectos organizativos das comunidades rurais.

Nessa perspectiva, outro profissional aponta que a assistência técnica “tá ligada à questão da melhoria da produtividade, da questão da agricultura, questão da melhoria genética, da, da questão da bovinocultura, caprinocultura, assim por diante, acho que produzir mais” (Técnico em Agropecuária e profissional de ATER da ACACE, 2012). Além de elencar esses aspectos, o mesmo destaca a pesquisa como fator importante nesse processo e acresce que a pesquisa é a atividade que tanto deve constar das práticas de assistência técnica como de extensão rural, esta estritamente ligada:

aos processos educacionais, acho que essa questão do conhecimento junto com os agricultores, né, sobre a questão da produção mesmo e da questão da agropecuária e outras coisas, a questão dos cursos acho que tá muito ligado a questão da extensão, os seminários e aqueles diálogos com as famílias [...] acho que nós tamo mais focalizado nos diálogos com os agricultores. (Técnico em Administração de Cooperativas e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

Outros descrevem a assistência técnica como uma prática mais pontual, uma prática que “tá assistindo, que tá ali concertando algo” (Técnico em agropecuária da ACACE), ou mesmo, define-a como:

uma ação mais, ela é caracterizada por ações pontuais aonde não se transmite um conhecimento naquela ação, a ação é feita, mas é uma ação que não transmite conhecimento ou não constrói, de forma que a ausência do profissional ali se porventura surgir aquela mesma necessidade ele, o, o sujeito que foi atendido lá ele não vai saber a solução porque não houve uma, um repasse de conhecimento. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

Esta fala mostra que a compreensão do sujeito faz uma relação aproximativa entre a transmissão e a construção do conhecimento. Para Freire (1977, p. 19), quando se trata do campo associativo, o termo extensão se encontra em relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, mecanicismo, invasão cultural e manipulação. Tal aspecto é encontrado também quando da definição de extensão rural:

extensão você tá levando conhecimentos, tá é, tem um, eles andam junto na medida em que o extensionista tá fazendo, aplicando a extensão você tá levando a educação, que seja uma educação, uma forma de você está se expressando com o agricultor, com a família, é alguma coisa que você leva de conhecimento pra melhoria da família até mesmo uma forma de como algumas práticas, algumas formas de orientações. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, 2012).

Nesse sentido, outra profissional expõe que a extensão rural:

É quando você é leva um determinado conhecimento, tá, ou você amplia uma determinada atividade, você é, é amplia mesmo um determinado conhecimento, você adequa, você repara, né, visando otimizar uma determinada prática, né, eu acho que a extensão rural é isso, acho que a extensão rural é uma via de mão dupla [...] é uma

troca de saberes. (Técnica em Meio Ambiente e profissional de ATER da ACACE, 2012).

A extensão está definida no seu sentido mais clássico pelo que se traduz na ação de levar, levar conhecimento aos que “não o possuem”, levar educação aos que a possuem em pouca quantidade, ou seja, a extensão consiste em uma forma de “reparo”, de “ampliação” da realidade das comunidades rurais para que as mesmas possam melhorar as suas condições de vida.

Por outro lado, os profissionais que delinearam as definições acima destacam o respeito que têm-se que ter aos saberes locais para que haja diálogo na atuação dos mesmos a fim de contribuir com as famílias rurais. Nesse sentido, há respeito nas relações que vêm sendo estabelecidas em campo, até porque há grandes dificuldades para os profissionais atuarem através da ATER nos assentamentos rurais, sobretudo pelo caráter descontínuo da política que em muito vem prejudicando a relação com os mesmos. Por outro ângulo, por fazerem parte de uma entidade ligada ao MST, é legítimo esse olhar e a relação de respeito, já que essa postura faz parte de um processo formativo dentro do Movimento junto à ACACE, como será visto mais à frente.

Quanto à chegada de profissionais novos, ou que não estejam ligados diretamente à área da produção, o conceito fica ainda mais divergente; desse modo, “a assistência técnica não, eu tenho que, então, aquele assentado que vive à beira da miséria e a gente vai iniciar um trabalho com ele, um trabalho de chegar lá e empurrar goela abaixo o que ele tem que fazer pra melhorar [...]” (Técnica de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). A mesma profissional faz críticas aos termos expostos na própria Chamada Pública quando esta trata dos “desajustados sociais”; para ela, os desajustados sociais são caracterizados na figura do assentado “preguiçoso, aquele que não quer trabalhar, mas não discute, assim, porque que isso acontece”. Portanto, na interpretação da profissional, a assistência técnica “vai moldar ele, né, na forma como a instituição pensa, como se quer e aí a gente vai fazer a assistência técnica e a extensão rural nesse sentido”. Por fim, é reconhecido que “a gente não tem hoje oportunidade de tá fazendo debate sobre o que é mesmo assistência técnica, o que é mesmo a extensão rural e qual é a diferença entre”.

Outros profissionais com mais experiência em campo e com a militância no Movimento definem as categorias de forma mais elucidativa e dialogada com o pensamento de Paulo Freire, assim, quando se pensa na extensão rural:

you estende, o próprio nome diz, vários advérbios estender, quando you estende you estende algo a alguém, então you cria um sujeito passivo e um sujeito ativo, sujeito passivo geralmente é o agricultor que you pega e dá a ele o conhecimento, conhecimento não se leva, conhecimento não se estende, conhecimento não se, se repassa, nada disso, conhecimento ele se constrói a partir de um processo que ele tem que ser refletido dentro dele e aí isso nem é extensão, nem é assistência técnica, isso é educação, é um processo de educação, mas a extensão, há uma confusão que a extensão rural pressupõe a educação, isso é uma confusão histórica no país. (Agrônomo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

No relato acima, a extensão é entendida a partir de seu campo semântico trabalhado por Freire, o mesmo profissional, quando da entrevista no Grupo Gerador, citou a obra de Paulo Freire como marco e ruptura para uma prática alternativa aos modelos tradicionais ligados, principalmente, à teoria difusionista. Apesar de explicitar a crítica, afirmou que devido às dificuldades de execução dos serviços de ATER, através da Chamada Pública, o que predomina ainda em campo é a abordagem difusionista. Esta seria uma postura extensionista definida na seguinte prática:

eu vou pegar uma oficina dos manejos ambientais não tem tempo de construir com eles, qual é a alternativa melhor pra resolver o problema da degradação ambiental ou eu levo uma alternativa que minimamente seja aceita e tecnicamente e digo pra eles que essa é a solução ou então eu não consigo executar a atividade, não sou pago por ela e é insustentável de qualquer jeito, tá entendendo, então a gente tá amarrado a isso [...] nós tamo levando técnicas pra eles e na verdade é isso que nós somos cobrados. (Agrônomo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012).

O conceito de assessoria também foi mencionado por alguns profissionais que fizeram parte da Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES). Para eles, a palavra assessoria veio substituir melhor à de assistência, pois dá uma noção de continuidade, de diálogo junto às famílias assentadas, como afirma um dos profissionais de ATER da ACACE:

assessoria eu acredito que envolve um processo maior, envolve diálogo com a família, envolve não só assistir, mas sim procurar, né, tá assessorar ele, né, naquele processo, né, ou seja, estendendo o, ou construindo os conhecimentos sob determinados ponto ou assunto. (Técnico em Agropecuária da ACACE, entrevista concedida em 2012).

O profissional do relato acima reconhece que há um pouco de dificuldade em definir os termos e que corre o risco do equívoco dos pensamentos, mas é dessa forma que vem percebendo. Um segundo profissional insere a ideia de assessoria relacionando-a com a de assistência:

na verdade assessoria não era nem pra ter uma diferença, né, a assessoria, não sei se tô equivocado, mas assessoria pra assistência técnica, assessoria técnica no meu pensamento né, tá mais voltado ao trabalho com as famílias e assessora, dá assistência a alguma atividade que tá necessitando, né. (Técnico em Agropecuária da ACACE, entrevista concedida em 2012).

A ATES, apesar de ter tido uma curta duração, foi uma tentativa de ruptura com os termos assistência técnica e extensão rural. De acordo com uma das coordenadoras do setor de ATER da ACACE, “com a ATES temos o foco em dimensão a social e a ambiental. A contratação das equipes vem com outro caráter, a perspectiva é que a extensão rural não olhe só a produção, mas o homem, a mulher com suas experiências ambientais e sociais”. Havia uma perspectiva de que, com a mudança de ATER para ATES, as atividades de extensão rural fossem visualizadas, ditas e praticadas em outras dimensões, o que configura que ainda há uma predominância do aspecto econômico, diga-se produtivo, na ATER ou mesmo no termo hegemônico assistência técnica na política, tanto nos discursos como na sua prática.

Por outro lado, um dos técnicos do INCRA e membro da equipe de monitoramento da política de ATER afirma que “o INCRA continua mantendo sua coordenação nacional de ATES, né, em nível nacional, menos nos estados” (Entrevista concedida em 2012), e que a política atual de ATER tem também seus princípios vinculados à PNATER. Nos assentamentos que acompanhei, apenas em um momento foi mencionado o termo ATES, isso se deu quando da atividade de Grupo Gerador com as mulheres do assentamento São Francisco das Chagas, em busca do significado de ATES: “eles falam muito em ATES, o que é ATES?”, evidenciando que, para elas, não havia sido bem esclarecido, ou mesmo apropriado em seus sentidos e significados.

Já nos assentamentos rurais, houve o predomínio também da ideia de assistência técnica, estar ligada aos aspectos também produtivos, bem como o organizacional, no caso, relacionado ao trabalho e à vida dos assentados e assentadas. No entanto, é preciso considerar que os dois assentamentos em que pude acompanhar os trabalhos com a parte “social”, como eles nomeiam, foram iniciados a partir do contrato atual; tendo sido os trabalhos de ATER, até então, com os profissionais das agrárias. Assim, a assistência técnica “é quando dá assistência” (assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012), quando é “pra vê as condições da terra” (assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012) e também para acompanhar projetos nos assentamentos. Alguns explicitaram as dificuldades em diferenciar, o que mostra que a política de ATER tem suas ações em conjunto. Outro expõe a dificuldade de os serviços chegarem ao assentamento, faltando tanto

a assistência técnica como a extensão rural, “porque não vem” (assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012).

Já no contexto do INCRA, dificuldade de definição dos dois conceitos, talvez pelo fato de os documentos institucionais trabalharem em conjunto, referindo-se a “serviços de ATER”, como já foi observado. No entanto, segundo uma das técnicas do órgão, “ainda não teve esse nível de discussão sobre essas questões mais gerais, mais amplas de conceito não, é uma carência inclusive não ter” (Entrevista concedida em 2012). Uma segunda técnica afirma que há uma predominância nas atividades de assistência técnica em detrimento da extensão rural; mas, quando pergunto sobre o porquê, a servidora responde que “não consegui entender ainda, né. Mas eu acho que ela predomina muito mais, eu acho assim que eles não olham muito [...] principalmente a extensão rural que eu não me aprofundo muito, então eu não deu ainda pra responder” (Entrevista concedida em 2012). Referida entrevista afirma a necessidade de formação tanto para os profissionais de ATER em campo como para os profissionais que compõem a equipe de ATER do INCRA. Quando se trata de uma possível proposta de formação para os profissionais de ATER de campo, questiona que “agora vão treinar eles, mas nós servidores não. Como é que eu vou acompanhar um técnico, um trabalho, ver as metas que eles têm que tá em parceria comigo, que algumas metas dessas eles têm que trabalhar em conjunto comigo que eu não vou ser treinado?” (Integrante do setor de desenvolvimento do INCRA, em entrevista concedida em 2012). Importante visualizar a necessidade que tem a servidora de se incluir no processo de formação para que as ações sejam integradas e dialogadas.

Ao observar esse conjunto polissêmico e controverso em torno dos conceitos de assistência técnica e extensão rural, penso que é fato a predominância do termo assistência técnica, pois a maioria das atividades ainda está voltada para o aspecto da produção. No entanto, há sinalizações que evidenciam para o caráter educativo para as ações que circunscrevem a política da ATER como um todo.

Assim, a pesquisa se orienta a partir da definição de assistência técnica, em seus aspectos produtivos, e extensão rural relacionada à produção, ao aspecto ambiental, social, cultural e político; ambas como práticas educativas, não-escolares, que têm como sujeitos os jovens, adultos e idosos em áreas rurais, e que têm como possibilidade viabilizar uma proposta educativa fincada na práxis, ação-reflexão-ação, em diálogo com a educação popular.

Passo, então, a refletir sobre as especificidades das abordagens teórico-pedagógicas que foram implementadas e discutidas na história das práticas de extensão rural no Brasil.

3.1.2 Abordagens pedagógicas na Extensão Rural adotadas no Brasil

Inicialmente, é importante lembrar que as iniciativas oficiais de extensão rural no Brasil se deram através da influência e interferência norte-americana, no contexto pós-guerra através do Plano Marshall. A proposta fazia parte de um modelo de desenvolvimento pautada no progresso e na modernização via capitalismo.

Esse contexto é marcado pela Guerra Fria, em que o mundo entrou em conflito a partir de duas orientações político-ideológicas: de um lado, os Estados Unidos comandavam o Bloco Capitalista, de outro, a União Soviética, hoje Rússia, liderava o Bloco Socialista. Assim, o Brasil, por pressões nacionais e internacionais, alinhou-se ao Bloco Capitalista.

A partir de um breve levantamento histórico internacional, foi possível ver que a extensão rural originou-se na Inglaterra, em plena Revolução Industrial, visando à interferência da produção de lã nas comunidades rurais para o beneficiamento através do desenvolvimento de tecnologias em favor da manufatura da indústria têxtil. A partir dos anos de 1960, começam a falar em extensão rural no Brasil, a perspectiva era conhecida como *community development*. Dos objetivos traçados para a proposta inglesa de extensão rural, há a consideração do agricultor e de sua família, isolados, como objeto do trabalho de extensão, a exploração ampla da agropecuária e o reconhecimento da comunidade rural como espaço de desenvolvimento de trabalhos ligados à agricultura (PUERTA T., 1996).

Por outro lado, há a experiência da chamada Agronomia Social, em 1918, na antiga União Soviética, sob as orientações de Alexander Chayanov, cujo foco de atuação não se centrou apenas na tecnologia, mas na forma como as comunidades estavam organizadas, tendo em vista o associativismo e o cooperativismo. Chayanov (1918, *apud* PUERTA T., *et al.*, 1996) aponta que o profissional nomeado agrônomo de zona deve compreender que antes da agricultura vem a população, sendo de suma importância o adentramento ao contexto social. Porém, Puerta T. (1996, p. 121) afirma que o russo não concedia um caráter igualitário na ação pedagógica da extensão rural, mas a pedagogia seria uma alternativa ao estabelecimento da democracia. Suas concepções e práticas são, principalmente, influenciadas pela pedagogia de John Dewey e seu idealismo pragmático, por outro lado, é influenciado por Marx, quando escreve sobre as “Utopias Campesinas”, em 1920. Suas obras ficaram

conhecidas pelos trabalhos desenvolvidos sobre a economia campesina (PUERTA T., 1996). Três elementos fundamentam o desenvolvimento de seu programa a fim de transformar a agricultura na União Soviética: a) as cooperativas rurais com base nas experiências europeias e do norte da União Soviética; b) os chamados ótimos diferenciais, os quais se dão pela identificação das especificidades e necessidades dos estabelecimentos rurais e c) a cooperação vertical que se caracteriza pela flexibilidade dos tipos de cooperativas a serem implementadas (*Ibid.*, 1996).

Para o referido autor, o importante no pensamento de Chayanov é a ideia de sustentabilidade, dando importância às condições naturais locais para viabilizar as reformas na agricultura. Perspectiva esta que acaba por influenciar os trabalhos do próprio Puerta T. quando expõe o novo paradigma ecossocial. Para finalizar, um breve resumo com sete principais pontos sobre as propostas de Chayanov para a Agronomia Social, a saber: a) a participação dos agricultores através de assembleias e conselhos econômicos para definições de interesses, considerando as condições locais naturais, incluindo aí um trabalho com equipes multidisciplinares; b) a importância dos trabalhos de extensão para dar um cunho racional à evolução da agricultura, com intervenção do Estado; c) trabalhos distintos para o capitalista e para os campesinos, porém com o intuito de promover o cooperativismo; d) as formas de associações voluntárias dos agricultores; e) o fato de os especialistas passarem a ser polivalentes a fim de que tenham a possibilidade de diagnosticar os fatos numa perspectiva global, para além do aspecto produtivo; f) a adoção de uma autoridade, diga-se agrônomo de distrito, um tipo de agente de extensão de província para coordenar os trabalhos globais e g) a utilização de metodologias que considerem as características dos agricultores, como: cultural oral, calendário disponível para os trabalhos, experiência local e conhecimentos prévios básicos⁷⁷.

De acordo com Smith e Wilson (1930, *apud* PUERTA T. *et al.*, 1996), anteriormente à experiência Russa, vem a extensão oficial dos EUA, que se processa nos fins do século XIX, cuja origem se deu através dos imigrantes camponeses europeus de origem protestante. Nos EUA a extensão rural será fortalecida no início do século XX, culminando com a institucionalização do *Cooperative Extension Service*, em 1914, cujos objetivos nos anos de 1930 se deram nos seguintes marcos: a) incentivar a inserção do agricultor através de uma

⁷⁷ Principal obra de referência que encontrei sobre o assunto: PUERTA T., Fernando Sánchez de. *Extensión agrária y desarrollo rural: sobre la evolución de las teorías y práxis extensionistas*. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1996.

produção e comercialização mais eficiente, melhorando o uso dos créditos e capitais; b) promover melhores condições de vida através da exploração mais racional; c) desenvolver líderes rurais; d) promover a vida mental, social, cultural e de lazer das populações rurais; e) implementar o amor à vida rural, sobretudo nos jovens; f) sensibilizar o público sobre a importância da agricultura na vida nacional; g) ampliar a visão da população rural e da nação sobre os temas rurais e h) melhorar a vida educativa e espiritual da população rural.

Para o contexto brasileiro, é sobre a influência e direção norte-americana que os serviços de extensão rural terão em seu bojo a proposta de modernização da agricultura, incluía como proposta teórica de conhecimento para as práticas extensionistas a Teoria Difusionista de Everett M. Rogers, cujo paradigma hegemônico ficou conhecido como “transferência de tecnologia”. A teoria é influenciada por Skinner, maior expoente do behaviorismo (SOUZA, 1995). A primeira abordagem, portanto, é denominada como tradicional.

A teoria behaviorista estuda o comportamento humano, dentre seus principais conceitos há o de condicionamento operante, o qual tem na relação estímulo-resposta um mecanismo associado à necessidade de ação pelo indivíduo, ou seja, pode ser traduzido como as contingências do reforço para que um determinado comportamento seja fortalecido, “para o behaviorismo em geral, o reforço pode ser positivo (uma recompensa) ou negativo (ação que evita uma consequência indesejada)”⁷⁸. Outro tipo de comportamento identificado pela teoria é o chamado comportamento respondente, este se caracteriza pelo reflexo que se caracterizaria pelas contingências de sobrevivência humana. A educação seria um meio pelo qual se moldariam comportamentos vantajosos tanto para o indivíduo como para o meio em que vive.

Ao tratar da extensão rural nesse período, Brandão (1984, p. 51) comenta que esta se vincula à educação de adultos de cunho conservador desde os anos 40 até a década de 1950 do século XX:

Conferências internacionais de alto nível, realizadas desde a década de 40, têm sido consideradas como os marcos de revisão do imaginário e do balanço de ‘metas e realizações’ dos programas nacionais e/ou regionais de educação de adultos. Alguns investigadores reconhecem no *extensionismo agrícola*, na *educação agrícola*, nas experiências – onde invariavelmente a orquestração dos relatórios oculta sucessões de fracassos reais – de *desenvolvimento de comunidades*, de *educação fundamental* e de *alfabetização funcional* as práticas de origem ou de desdobramento da educação de adultos. [Grifos do autor].

⁷⁸ Revista Escola, p.1. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/skinner-428143.shtml>. Acessado em: Nov., 2012.

Calazans (1993, p. 21), em sua pesquisa em relação à educação ofertada pelo Estado no meio rural, comenta que muitos dos acordos realizados nos anos de 1950, 1960 e 1970 do século XX entre os Estados Unidos e o Brasil fizeram do campo um espaço para disseminação de tecnologias e técnicas voltadas para o aumento da produtividade, ou seja, a concepção de desenvolvimento estava enraizada na perspectiva economicista fundamentada no “progresso”, sob o argumento de que “o progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo [...]” (*Ibid.*, p. 21).

Nesses termos, Brandão (1984, p. 55) nos lembra que a palavra de ordem era desenvolvimento; mas, na prática, o que ocorria era controle através da intervenção do Estado. Acrescenta que nas ações extensionistas “o programa de desenvolvimento introduz extensões de si mesmo, de sua própria racionalidade, e cria a ‘comissão de moradores’, ‘o clube de jovens’ – ou o ‘4S’ – dos projetos de extensão agrícola [...]” (*Ibid.*, p. 55). Para Bordenave (1983, p. 33) essa era a maneira encontrada para estabelecer uma corrente de influência entre os agricultores através da utilização dos “líderes naturais”, pois para os difusionistas a ideia era encurtar o período entre a inovação pelos centros de pesquisa e a sua adoção pelos agricultores. Nessa perspectiva, as práticas educativas no campo refletiam tão somente a lógica estatal produtivista e desenvolvimentista, modelo de desenvolvimento que passa a ser questionado na década de 1970.

No que se refere à pesquisa na extensão rural, McDermott explicita que (1984⁷⁹, *apud* SOUZA *et al.*, 1995, p. 207) sua função na abordagem difusionista assumiu três principais diretrizes: a inovação, a geração e a difusão. A inovação se caracteriza por uma ideia nova a partir de estudos realizados pelos próprios pesquisadores de centro, longe da realidade existencial dos agricultores e agricultoras, bem como dos extensionistas de campo; os pesquisadores buscam a inovação a partir do modelo de desenvolvimento a ser implementado. Souza (1995, p. 208) expõe que “na maioria dos casos, as atividades de pesquisa resultam nas inovações, que são então comercializadas. Assim, comercialização é a produção, manufatura, empacotamento, propaganda e distribuição de um produto que contém uma inovação”. Para o mesmo autor, “existe uma pressão para aprovar uma inovação o mais rápido, com o objetivo de difundi-la e, por conseguinte, solucionar o problema ou a necessidade previamente identificada” (*Ibid.*, 1995, p. 209).

⁷⁹ Referência se paginação.

A geração é comum à inovação, aquela se define pelo desenvolvimento da inovação cujo lugar central de realização foi através das estações de pesquisa. Ainda segundo Souza (1995, p. 209), “a geração da inovação é, enfim, vista como uma função das estações de pesquisa, que atuam como organismos industriais, produzindo ‘pacotes’ e os pondo nas prateleiras à disposição dos consumidores – extensionistas e/ou agricultores”. Por fim, é através das práticas de extensão que se dá, com caráter de difusão das informações necessárias, a possível adoção das novas tecnologias tendo em vista o aumento da produção, adoção que deriva da “incorporação ao sistema de produção da nova ideia, passando a se tornar uma prática comum na sua atividade agrícola” (*Ibid.*, 1995, p. 209).

Para Rogers (1983⁸⁰, *apud* SOUZA *et al.*, 1995, p. 211), no processo de adoção para considerar o “modelo de tomada de decisão para inovar”, há cinco estágios: o primeiro seria o conhecimento que estaria mais ligado à informação por parte dos possíveis adotantes da existência e funcionalidade da inovação; no segundo, a persuasão, através da qual o indivíduo assume uma postura positiva ou negativa diante da inovação; no terceiro, a decisão, assim, o indivíduo se engaja na escolha de adotar ou não; no quarto momento, a implementação a partir da decisão pela adoção e, a partir de então, o uso, a identificação de como usar os problemas para que sejam solucionados e a assistência técnica; por último, há a confirmação com a consolidação da decisão podendo o indivíduo voltar atrás caso tenha conflitos de informação.

Nesse espaço, vale destacar que havia uma classificação dos adotadores por Rogers: a) os inovadores que se definiam pela imediata adoção das novas ideias são identificados como mais educados, com alto *status* social e poder aquisitivo elevado; b) os adotadores precoces são próprios do sistema local, tem maior grau de liderança, são também considerados como testes da adoção para que os outros se espelhem; c) já para a chamada maioria precoce, a adoção é deliberada, os adotadores não assumem papel de liderança, são considerados adotadores espontâneos, adotam a ideia antes da média dos membros; d) depois lidamos com uma maioria retardatária considerada cética e que acaba respondendo à inovação devido à pressão do grupo e e) os retardatários que são os últimos a adotar a inovação, vivem isolados, caracterizados como supersticiosos e contrários às mudanças (SOUZA, 1995).

Por fim, a abordagem difusionista beneficiou um pequeno grupo de proprietários com certo poder aquisitivo para a adoção de tecnologias. Suas práticas educativas se

⁸⁰ Referência sem paginação.

caracterizaram, à época, como tradicionais, cuja abordagem é denominada por Freire (2005, p. 66) como educação bancária, para a qual, “a educação é um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante [...], em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem”, dessa forma, “a rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca” (*Ibid.*, p. 67).

O desenvolvimento, nas décadas de 1940 e 1950, através das políticas de extensão rural foi operado por mediação de elaborações de anomalias no contexto dos países “socorridos”, “analfabeto”, “subdesenvolvido”, “lavrador arcaico”, diga-se, nos termos de Rogers, retardatários, fortalecendo a ideia de uma reforma permanente, sendo a América Latina alvo e/ou álibi para a missão salvacionista. Assim, não se levava em conta as especificidades locais, regionais e nacionais dos respectivos sujeitos para o desenvolvimento de técnicas e cultivos, cujas orientações seguem o padrão hegemônico ocidental norte-americano (MENDONÇA, 2010).

Em meados da década de 1970, surge a abordagem sistêmica a partir das críticas feitas à abordagem difusionista em diálogo com a Teoria dos Sistemas para embasar as práticas de extensão rural. Sendo estas influenciadas pelos estudos na área da psicologia genética e da psicologia social, com ênfase nos estudos de Piaget, trabalham de forma particular com três campos conceituais: a percepção, o comportamento e a aprendizagem. Piaget traz em sua teoria que o conhecimento do objeto não se dá através de estímulo-resposta, como apontava Skinner, mas sim através de um processo evolutivo pautado na assimilação de esquemas, com isso aponta para o sujeito e seus processos de internalização/maturação como centro da aprendizagem; portanto, o sujeito torna-se o “segredo” do comportamento, não o objeto como queriam os difusionistas (DURKE & FILHO, 1986). Para Fraga (2005, p. 32) Piaget critica “a epistemologia tradicional por concentrar esforços na compreensão do homem adulto sem interessar-se por conhecer a evolução do pensamento em suas raízes orgânicas”. Ainda com a mesma autora, a epistemologia genética expõe seu conteúdo naturalizante, abstraindo o sujeito epistêmico do concreto.

Além dessas influências na área da psicologia genética, a abordagem sistêmica teve sua origem nas ciências naturais, posteriormente nas ciências sociais, principalmente por Talcott Parsons (1902-1979) e Durkheim (1858-1917), este último ligado à escola funcionalista, cujos paradigmas se baseiam na teoria dos sistemas sociais. Dentre as críticas

feitas à teoria: a eliminação do ator no funcionalismo, desde a colocação de Durkheim sobre a exterioridade dos fatos sociais às pessoas; a acentuação da lógica da adaptação dos sujeitos e a ausência da história na ciência dos sistemas, acumulando uma visão estática do processo (SCHMITZ, 2005). No contexto agrário, a proposta sistêmica tinha como objetivo integrar as relações do sistema com o seu meio ambiente, assim, “sistema, meio ambiente, interrelação, organização e finalidade são inseparáveis” (*Ibid.*, p. 32).

De uma maneira geral, a abordagem sistêmica identifica a importância da observação da atividade do meio rural, nas unidades produtivas, em interação com os agricultores na busca de solucionar problemas. Nessa abordagem, a unidade produtiva é vista como um todo complexo, “abrangendo tanto o sistema de produção (com os subsistemas de cultivo, de criação, de extrativismo, de beneficiamento, entre outros) como o sistema de consumo (reprodução)” (*Ibid.*, p. 40), com o objetivo central de “entender como mudanças ou inovações atingem os diferentes tipos de agricultores e, a partir disso, elaborar soluções adequadas para os diferentes grupos relativamente homogêneos” (*Ibid.*, p. 40). Entretanto, é perceptível que o enfoque ainda se dá em torno da produtividade com fins na melhoria de vida das populações rurais.

Nesse sentido, diferentemente da abordagem tradicional, a abordagem sistêmica busca uma aproximação com os sujeitos do campo. Assim, uma das principais ações dessa perspectiva foi a integração entre pesquisa e extensão, sendo a pesquisa imbricada no desenvolvimento através da Pesquisa Agrícola Sistêmica – *Farming Systems Research* (FSR) (SOUZA, 1995).

Outras características que marcam a abordagem sistêmica são: as ações baseadas nos agricultores, preocupação com a solução dos problemas, o trabalho com profissionais de diferentes formações com base na interdisciplinaridade, flexibilidade organizacional, perspectiva de complementaridade e interação entre os pesquisadores, dinamicidade nas ações de campo, sendo este prioritário (SOUZA, 1995).

Apesar de alguns avanços a partir do enfoque sistêmico, Almeida (2005, p. 109) alerta para o reducionismo dessa abordagem nas áreas agrônomicas; pois, para a autora, “de um modo geral, parcelam, recortam a realidade desconsiderando as outras dimensões que desempenham um papel importante na ‘conformação’ e na dinâmica social, como, por exemplo, a dimensão socioambiental e cultural”. Além dessas, inclui a política; nesse sentido, “atribuem seguidamente ao econômico e ao técnico-produtivo um potencial que,

isoladamente, não têm” (*Ibid.*, p. 109). Completa seu pensamento o fato de, nas áreas das ciências agrárias, estar ausente um pensamento e/ou formação que perceba os sistemas agrários como fruto da história complexa, sendo necessário e urgente propor uma mediação evolutiva e histórica sobre os grupos humanos inseridos nesse contexto.

Gibbon (1994, *apud* MACHADO, HEGEDÛS e SILVEIRA *et al.*, 2006⁸¹), ao analisar as experiências acerca da abordagem sistêmica no Brasil, afirma que nos últimos trinta anos foi desenvolvida uma grande quantidade de distintos enfoques, metodologias e aproximações, que, baseadas nas perspectivas de sistemas de produção, diferem pouco entre si. O autor entende que, “em vez de chegar à quarta etapa do enfoque (a de extensão), que é aquela que permitiria aliviar situações problemáticas, o debate tem ficado muitas vezes aprisionado em exacerbar diferenças entre as diversas formas de fazer diagnósticos” (*Ibid.*, p. 5). Ainda aponta que houve dificuldades no aproveitamento dos diagnósticos em favor dos agricultores, gerando desperdícios de recursos empreendidos.

A partir de então, surge a *Farming Participatory Research* (FPR), Pesquisa Agrícola Participativa, a qual terá como propostas quanto à abordagem: a) melhorar a qualidade da relação entre agricultores e pesquisadores, b) democratizar o processo de desenvolvimento de tecnologia e c) considerar, a partir da realidade, o custo-benefício do planejamento, implantação e disseminação da tecnologia. Com isso, são colocados no centro do debate o chamado *Indigenous Technical Knowledge* (ITK)⁸². A ideia é a de que os agricultores possuem seus próprios conhecimentos e é preciso considerá-los durante o processo de desenvolvimento (SOUZA, 1995).

Essa nova abordagem surge para contrapor à anterior, há um contexto de grandes modificações políticas, históricas e mesmo culturais no Brasil. O processo de redemocratização, a abertura política, a promessa da constituição de um Estado democrático expresso na conquista dos direitos sociais através da Constituição de 1988, a retomada da discussão em torno da Reforma Agrária, o surgimento de novos e antigos atores, no bojo da sociedade civil organizada, como Movimentos Sociais, Movimentos Sociais Populares e Novos Movimentos Sociais⁸³, movimentos sindicais, bem como Organizações Não

⁸¹ Documento sem paginação.

⁸² Conhecimento Técnico Nativo.

⁸³ Retomando Paludo (2008, p. 3): ‘lidamos, então, sem que isto seja necessariamente explícito, com distintos: Movimentos Sociais, Novos Movimentos Sociais e Movimentos Sociais Populares’. Em seus estudos a partir de Maria da Glória Gohn (1997), autora que possui obra importante sobre a teoria dos Movimentos Sociais, no Brasil, há o predomínio dos enfoques europeus: Marxismo e Teoria dos Novos Movimentos Sociais, com isso,

Governamentais (ONGs), vão influenciar diretamente o surgimento da abordagem participativa nas práticas pedagógicas das atividades de extensão rural. Nesse contexto, há como principal influência os princípios da educação popular à luz do pensamento de Paulo Freire. Entre os anos de 1970 e de 1980, surge a abordagem participativa com exigências da inserção e participação dos atores sociais, comunidades rurais nas atividades de pesquisa e extensão rural das políticas executadas pelo Estado.

Para Marrow e Torres (2004, p. 33), a influência de Gramsci também é parte das repercussões da educação popular pensada pelo educador Paulo Freire na América Latina. A educação popular mais conhecida como uma proposta educativa em contexto não escolares junto às classes populares. De acordo com os autores, sem a intenção de comparar o trabalho de Freire e Gramsci, aponta que,

o princípio fundamental de Freire da ligação da educação à política, o seu tem recorrente de aprender a ler a palavra e o mundo [...] e a definição de educação popular proposta por Freire muito recentemente, demonstrarão as ligações com uma análise baseada no senso comum das pessoas [...] a actividade prática como a base do conhecimento popular, e a educação como uma prática contra-hegemônica.

Nessa perspectiva, alguns princípios da educação popular são elucidados: há uma intencionalidade política e social em defesa das classes populares; há uma combinação da investigação educacional com os processos educativos e com os processos de participação popular; há uma interação dialética entre o saber popular e o saber científico, há uma necessidade de ter uma visão da totalidade concreta; as práticas buscam fortalecer a consciência crítica e a organização políticas e há um envolvimento muito próprio na América Latina de dialogar com os movimentos sociais articulando luta e educação.

Ao retomar as experiências de extensão rural no Ceará, alguns técnicos governamentais no Estado se orientaram através da educação libertadora e dialógica. A metodologia requeria a participação dos trabalhadores do campo na luta por melhores condições de vida, mudanças na estrutura agrária, em um redirecionamento do setor público na perspectiva democrática que se fazia em construção (MARTINS, 2002). A autora relata que a consolidação metodológica, à época, deu-se pelos seguintes fatores:

definição, nos encontros de assentados, do ‘caminho’ da cooperação agrícola, fortalecendo as associações e comissões; articulação com sindicatos, Igreja, partidos e apoio aos ‘sem-terra’; pressão das entidades de trabalhadores, que utilizam todos os meios (inclusive ocupações e acampamentos em órgãos públicos) para verem atendidas suas reivindicações; acompanhamento às áreas reformadas e assessoria

há escassa influência da Sociologia norte-americana. O MST, para Paludo, caracteriza-se como Movimento Social Popular por ter como base teórica o Marxismo.

técnica, respeitando as experiências dos assentados; atuação do GERA⁸⁴, articulando-se sem respeitar a burocracia, o que possibilita aos assentados e técnicos de campo participarem das decisões relativas à liberação de recursos e à prestação de serviços, bem como conhecerem a prática dos dirigentes, o funcionamento dos órgãos e a política de reforma agrária. (*Ibid.*, p. 166).

Sobre a proposta metodológica utilizada, Souza (1995, p. 227) expõe que:

Estas técnicas são diagnósticos, experimentação e avaliação. [...]. Várias outras técnicas têm sido usadas, tais como: experimentos na propriedade, dias de campo, comitês de assessoramento dos agricultores, observação participativa, cadeias de entrevistas, 'cientistas trabalhando com os agricultores em suas áreas de troca de informações'.

A abordagem participativa, hoje, tem respaldo nos principais documentos oficiais, sejam eles PNATER ou a Lei de ATER nº. 12.188/2010 ambos expressos na Chamada Pública de ATER. No texto da I Conferência Estadual sobre ATER também é evidente a abordagem participativa. Vale lembrar também que esse aspecto é fruto da conquista por parte da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais do campo, das ONGs, de algumas universidades, bem como dos sujeitos específicos do campo que tiveram o enfrentamento permanente com as práticas de cunho tradicional-tecnicista, como foi a experiência da abordagem difusionista no Brasil.

Vale destacar, ainda, que no estado do Ceará algumas ações desenvolvidas, entre os anos de 2008 até fins de 2009, a partir do enfoque participativo, tomam como referencial básico os princípios da educação popular de Paulo Freire, contexto da PNATER, para trabalhar nos processos de formação de profissionais de ATER, sejam eles de organismos governamentais, sejam eles de instituições não governamentais⁸⁵.

Em outros termos, quando estudada a proposta técnica de trabalho de ATER por parte das instituições CACTUS e ACACE para concorrer à Chamada Pública de nº. 02/2010, observou-se que a metodologia do consórcio está pautada em uma:

visão humanística, utiliza como metodologia de trabalho a Intervenção Participativa dos Atores (INPA) [...], cujo cerne reside nos princípios da Educação Popular e no trabalho participativo com as comunidades rurais. (ACACE, 2010, p. 32).

Outros estudos como o de Scopinho (2010) e de Diesel e Dias (2010, p. 9)⁸⁶ apontam que é preciso avançar em termos práticos para que a formação dos profissionais de extensão dialogue com a PNATER. No primeiro estudo, a autora discorre sobre a experiência no ensino

⁸⁴ Grupo Executivo de Apoio à Reforma Agrária composto por 13 órgãos públicos, 2 federais e 11 estaduais, além de 7 associações de assentados e 1 representante da FETRAECE.

⁸⁵ A experiência foi relatada de forma detalhada na introdução do presente trabalho.

⁸⁶ Ambos os estudos foram apresentados no 2º. Seminário Nacional de Ensino em extensão Rural, em Santa Maria no Rio Grande do Sul, dezembro de 2010.

de extensão através da proposta de diálogo de saberes. Busca em Freire as concepções e bases para a mesma. De acordo com a autora, ainda se está longe de desenvolver práticas que não fragmentem o conhecimento técnico de valores como solidariedade e autonomia. Já no segundo estudo, Diesel e Dias relatam que o deslocamento de um enfoque difusionista para um participativo não garante a identificação do profissional com os sujeitos com os quais trabalha, pois as comunidades tradicionais ainda são visualizadas como “os outros”, “os estranhos” à nossa realidade. Para tanto, indicam que é preciso o profissional ter sensibilidade e formação para além do conhecimento técnico agropecuário, pois há dificuldades de lidar com a complexidade das situações concretas.

Hoje, com as políticas de parcerias entre Estado e entidades de representação de populações rurais para execução das políticas públicas, como no caso da ATER, a abordagem participativa, hipoteticamente, parecia estar mais próxima de sua materialização. No entanto, há muito que se avançar; pois, de todo modo, o Estado vem exercendo uma função reguladora e fiscalizadora, além de muito burocrática, causando processos descontínuos que impedem qualquer ação numa perspectiva humanista e dialógica. Para esta, seria necessário, sobretudo, continuidade e formação permanente no exercício da ação-reflexão-ação, que é seu fundamento.

3.2 MST e a Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE)

Minhas considerações se realizaram em torno de algumas leituras realizadas com materiais disponibilizados pelo Movimento no Ceará⁸⁷, entrevistas semiestruturadas e conversas informais com militantes e integrantes da ACACE⁸⁸, além de alguns artigos que retratam experiências envolvendo o Movimento e as políticas de assistência técnica e extensão rural.

De uma maneira geral, as articulações e mobilizações do MST em torno da reforma agrária ganharam características amplas nos últimos anos, o que significa dizer que elas abrangem tanto as políticas agrárias como as políticas agrícolas. Para tanto, a luta pela

⁸⁷ Dentre os principais materiais estudados está o Caderno de Formação de Cooperação Agrícola de nº. 14, do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, intitulado ‘MST: Orientações de como incorporar, planejar, acompanhar e avaliar o trabalho da assistência técnica’. CONCRAB, dezembro de 2005. Observa-se o termo assistência técnica como predominante nos materiais, tanto da ACACE como do MST, para se referir à política de ATER.

⁸⁸ A entrevista semiestruturada se deu com duas militantes do Movimento, uma da coordenação estadual e outra da coordenação local da Brigada Mandacarú em Canindé. Já das conversas informais, incluíram-se um militante da Brigada Mandacarú e dois integrantes da coordenação do setor de ATER da ACACE em Fortaleza.

reforma agrária, ao longo da trajetória do Movimento, teve avanço quando da percepção a que chegou sobre dois problemas de ordem estrutural a serem enfrentados: a pobreza e a desigualdade (STÉDILE, 2005).

Diante disso, depois que foram se dando as conquistas em torno das políticas de assentamento, entendidas pelo Movimento como um primeiro passo para o processo de reforma agrária simbolizado pela conquista da terra, a luta abre outras frentes que têm como objetivo a permanência e a continuidade das comunidades rurais no campo.

Nesses termos, tornam-se, como principais ferramentas apontadas pelo Movimento a assistência técnica e a extensão rural, introduzindo-se na produção e, posteriormente, em diálogo com outros segmentos, sejam eles sociais, políticos, ambientais e culturais, a fim de viabilizar junto aos assentados e assentadas rurais melhorias na qualidade de vida. Hoje, o MST evidencia três princípios em torno das atribuições da ATER: a organização política, a cooperação e a agroecologia. Perpassando esses três aspectos, outros elementos tornam-se importantes: gênero, diversidade cultural, educação ambiental, educação popular e educação do campo.

Segundo uma das militantes entrevistadas, “o MST desde 1986 está na discussão sobre a produção, os assentamentos e a assistência técnica”, sendo as linhas de lutas principais o crédito, a cooperação e a assistência técnica. No entanto, anteriormente a isso, Stédile (2005, p. 95), ao fazer uma retrospectiva em torno da produção e cooperação agrícola, destaca três períodos; o primeiro se dá na fase de gestação do Movimento, quando das primeiras ocupações entre os anos de 1979 até 1985. Nesse período, surgiram os primeiros debates, debates que não foram fáceis em virtude das novas concepções que iam surgindo em torno do papel do campesinato à época. Primeiramente, houve uma “visão romântica” sobre a produção vinculada aos aspectos tradicionais da agricultura, cujas principais ferramentas de trabalho eram a enxada e o boi. O líder do MST caracteriza esse ponto como “memória técnico-produtiva do povo”, assim, “era muito difícil fazer a discussão da organização da produção com os trabalhadores [...], a base reagia da seguinte forma: ‘se eu conquistar a terra, depois me viro’”, aspectos que resvalam para uma ação individual e de subsistência. A partir disso, o Movimento utilizou como estratégia o “viés” cristão para empregar a ideia coletiva da produção e da organização como um todo com base em duas preocupações, a de consolidar a organização social e a de enfrentar questões objetivas após a conquista da terra. Em suma, foi nesse período que se voltaram às atenções para amplo processo de formação das bases.

O documento sobre o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), que historiciza a cooperação nos assentamentos do MST, revela que o primeiro período se deu entre 1979 e 1984, em que a conquista da terra era o eixo central e a discussão da produção era secundária. Apesar de ter tido algumas experiências isoladas sobre o cooperativismo, a luta pela terra não se caracterizava pela luta da reforma agrária, havia uma tendência para transformar o sem-terra em pequeno proprietário⁸⁹.

Entre 1984 e 1989, caracterizado pelo segundo momento de experiências com o cooperativismo, há maior preocupação com a questão da produção no MST. Nesse período, a organização da produção deu-se em duas direções: por um lado, os pequenos grupos e associações coletivas, sendo que a maioria surge em decorrência da questão religiosa, de acordo com a qual as pessoas deviam trabalhar juntas e em pequenos grupos⁹⁰; por outro, as grandes associações, as quais representavam politicamente os assentados e prestavam serviços na área da produção.

Foi nesse contexto que, em 1986, ocorreu o I Encontro Nacional dos Assentados no município de Cascavel, Paraná. Momento de decisões importantes para o Movimento. Havia uma proposta de criação de outro Movimento, intitulado “Movimento Pé no Chão”; segundo Caldart (2004, p. 134), seria “então a organização específica dos assentados para conquistar outros direitos sociais que passavam a ser vistos como tão necessários como a terra”, porém foi um movimento sem grandes repercussões e o que marcou foi a decisão de que os assentados se constituiriam como a base do MST, assim, “a luta pela terra seria sempre o seu pilar principal, mas sua atuação não se esgotaria nela” (*Ibid.*, p. 135).

Nesse período, houve o fortalecimento da base em torno da organicidade do Movimento, outro aspecto importante foi a conquista do Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária (PROCERA), em 1986. A organização da produção era discutida em torno de duas lógicas: “de um lado os agrônomos que queriam organizar via resultados (aspectos técnicos), sem levar em conta os aspectos econômicos. De outro lado, os padres (via bíblia). Na prática se somou” (MST, 1998, p. 30).

⁸⁹ Caderno de Cooperação Agrícola, n.º. 5 – ‘Sistema Cooperativista dos Assentados’, CONCRAB, julho de 1998.

⁹⁰ Sobre a influência religiosa, o MST (1998, p. 29) informa que “era mais fácil organizar (10 a 15 famílias); se não desse certo, o estrago seria menor (ir constituindo a teoria a partir da prática); influência da bíblia e das CEBs (12 apóstolos, primeiras comunidades). Também há registros da influência de Mao Tse Tung que defendia que as pequenas associações poderiam ser um embrião (começar pequenas experiências de ajuda mútua até chegar às grandes cooperativas)”.

Essas discussões em relação ao fortalecimento e direcionamento em torno de novas lutas para além da conquista da terra culminam com o lema do V Encontro Nacional: “Ocupar, Resistir e Produzir”; sendo uma das primeiras experiências marcantes os laboratórios organizacionais sob a direção de Clodomir de Moraes⁹¹.

Contudo, com o advento do governo Collor de Mello e sua vinculação com o projeto neoliberal, há um processo de esfacelamento dos serviços públicos de ATER, como dito na história das políticas de ATER no Brasil, repassando para os estados a responsabilidade pelos serviços públicos através das EMATERs, além de perseguição e violência contra os movimentos sociais, em especial o MST.

Para Stédile (2000, p. 103), esta constitui a segunda fase (1990-1993), aqui o Movimento se “volta para dentro” no sentido de trabalhar a organização em torno de associações, cooperativas, confederações e demais formas de organização com vias legais, já que a Constituição de 1988 regulamentará as diversas formas associativas e cooperativas, a fim de enfrentar a grave crise pela qual passava. Foi no ano de 1992 que algumas centrais estaduais de cooperativas foram criadas, posteriormente as mesmas criam a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), em Curitiba, Paraná. Na sequência, é criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), antes denominado de Setor de Produção. A SCA cumpre um papel mais ideológico, com isso o “SCA nasceu para se especializar na organização da produção. Hoje ele aglutina os assentados, os representa politicamente, mobiliza-os, presta serviços, desenvolve a capacitação técnica e contribui com a organização do MST” (MST, 1998, p. 31). Dessa forma:

o SCA seria uma estrutura única, dirigida pelo MST (um setor do Movimento), e deveria trabalhar para que a cooperação aumentasse (todos os assentados deveriam estar ligados a uma forma de cooperação, nem que seja mínima) e que poderia se constituir de diferentes formas. (MST, 1998, p. 32).

É nessa etapa que se formula, pela primeira vez, as linhas políticas tanto para a organização dos assentamentos quanto para a organização da produção, sendo que o problema da produção passa a ser tão central como as ocupações, pois “passamos a entender que era impossível avançar organizando a produção apenas no nível da subsistência. Isto não mexia

⁹¹ Para Stédile (2005, p. 100), a experiência com os laboratórios organizativos foi importante para o Movimento entender que é preciso flexibilidade para corresponder e respeitar a realidade de cada assentamento, ele afirma que essa proposta foi demais ortodoxa para o contexto dos assentamentos rurais, mas a contribuição foi o desenvolvimento de uma teoria da organização visando à divisão do trabalho com objetivos comuns a todos, influenciando a consciência dos camponeses para o sentido coletivo do trabalho, ou seja, da cooperação.

com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía” (MST, 1998). É com essas preposições que o Movimento pensa no desafio em torno da produção tendo em vista tanto repensar no caráter de subsistência como na inserção em mercados, sejam locais, regionais, entre outros.

Porém, em 1993, há uma crise em torno da criação do SCA, alguns apontavam para um possível equívoco, outros falavam da crise devido ao crescimento do Sistema, por fim, houve a constatação de que o grande limite se deveu à parte administrativa do processo (MST, 1998).

A partir dessa constatação, dá-se a terceira etapa através do fortalecimento do SCA e também da CONCRAB. Com a introdução e também consolidação da proposta das agroindústrias⁹², o Movimento trabalha de forma intensa o processo formativo dos quadros militantes na área técnica, com destaque para o curso Técnico de Administração Cooperativista (TACs)⁹³. Além do TAC, em 1995, é construído o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) no Rio Grande do Sul, junto à Escola Josué de Castro, cuja finalidade é a formação de quadros que, além da militância, tenham formação técnica e/ou científica.

Para Caldart (2005, p. 135), esse processo de reestruturação do Movimento que mobiliza e articula em torno de duas frentes, seja a luta pela terra, seja a luta pelos direitos sociais quando da conquista da terra, trata-se, segundo a linguagem do MST, da “lógica do rolo” e da “lógica da empresa social”.

A “lógica do rolo” refere-se à ideia de movimento permanente de acordo com as novas exigências demandadas da ordem conjuntural. Já a “lógica da empresa social” refere-se a uma ideia de base organizativa para o enfrentamento de condicionantes estruturais após a conquista da terra, como a produção, exigindo, assim, organização e planejamento. Portanto, “terra é mais do que terra”, as lógicas e o movimento entre elas elucidado “surgiu a partir da necessidade de enfrentar as questões da produção, exatamente por ser a base da sustentação da nova vida pretendida nos assentamentos” (CALDART, 2005, p. 136).

A partir de então, vivenciamos uma espécie de hegemonia nas parcerias entre o público e o privado na oferta das políticas de ATER, caracterizo este como o quarto momento

⁹² De acordo com Stédile (2005, p. 101), a agroindústria é a forma mais complexa de cooperação agrícola de um assentamento.

⁹³ Dois dos profissionais de ATER da ACACE que entrevistei em Canindé fizeram parte desse curso técnico no ano 2000. Ambos são filhos de famílias assentadas das áreas de reforma agrária, um do Ceará e um do Mato Grosso do Sul.

da inserção do Movimento junto às políticas de extensão rural⁹⁴. Este processo interno do Movimento se inicia já no ano de 1993, quando da sua inserção nas articulações para a execução das políticas de ATER. O primeiro programa é o Programa Conta Cooperativa de Capacitação (CONTACAP) que teve algumas iniciativas na região Nordeste, incluindo aqui não todos os estados, apenas o Ceará, a Bahia, o Rio Grande do Norte, o Maranhão e o Sergipe, além do convênio com o Paraná. De acordo com a coordenação estadual do setor de ATER da ACACE, foi nesse percurso que o estado do Ceará foi um dos primeiros em que o Movimento atuou na extensão rural junto aos assentamentos rurais. Apenas em 1996 é que o Movimento expande as atividades em outros estados.

De acordo com entrevistas realizadas aqui no Ceará, a ACACE, criada em 1997, instituição jurídica de representação de comunidades rurais, vinculada ao MST, tem seu primeiro trabalho a partir do Projeto Lumiar, que data do primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). Apesar das críticas do próprio MST em torno da política neoliberal, da terceirização dos serviços públicos de ATER, bem como da tentativa de desarticulação dos serviços do MST nesse setor, foi através das parcerias que o Movimento, junto às entidades vinculadas, teve a possibilidade de intervir nas instituições governamentais.

Em um dos relatos de uma militante do MST, em Canindé, “o Lumiar foi assim o auge, né, é esse aqui que nós vamos participar que vamos deixar marcas, né, e aí desde o Lumiar pra cá a gente vem participando dos programas, sempre na briga [...]”, projeto que massifica os serviços da ATER em assentamentos rurais. Na interpretação da mesma, sempre houve disputas para intervir e participar das políticas de ATER quando do processo de descentralização. Apesar de reconhecer as contradições do Governo FHC, o Movimento e sua parceria com a ATER faz parte de um conjunto de fatores, assim, “no momento, na conjuntura, né, é uma necessidade concreta que se tem, né, e aí a gente acaba que de fato fazendo mesmo, né, esse papel aí já que o Estado não dá conta disso.”

O Projeto Lumiar foi a primeira iniciativa governamental em nível federal que descentralizou fortemente os serviços de ATER, ressaltando que, nessa época, surgiu o PRONAF como principal política de crédito para a categoria, então criada, da agricultura

⁹⁴ Este estudo não pretende fazer nenhum aprofundamento dessa relação, o texto é apenas elucidativo para que possa situar historicamente essa trajetória de uma maneira geral já que, como afirmei no início, o MST é demais abrangente para tratarmos das particularidades de cada contexto, espaço específico. Sendo o interesse do presente estudo apenas focalizar a atuação da ACACE no Ceará e em Canindé, o que se dará no próximo capítulo com o fim de atender os objetivos propostos pela pesquisa.

familiar. Segundo a coordenação estadual da ACACE, “o PRONAF incorpora a categoria da agricultura familiar [...], é o PRONAF que padroniza e exige a ATER”.

Ainda com o Projeto Lumiar, vale ressaltar a influência dele nas as iniciativas posteriores de ATER, como a elaboração da própria PNATER. De acordo com o Técnico do INCRA, foi “pela experiência do Projeto Lumiar, né? A partir de 97 até 2000 e as bases daquilo que executou com o projeto Lumiar serviu também de referência né pra elaboração da política nacional de assistência técnica”; não se tratando, assim, de pensar na história feita de rupturas, mas também de continuidades daquilo que se torna importante e significativo, tanto em níveis governamental como da sociedade civil.

Com a emergência do governo Lula (2002-2005), muitas expectativas foram criadas. O MST no Brasil e no Ceará, junto às entidades de prestação de serviços jurídicos a ele vinculada, vai participar das duas principais políticas do governo: a Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) e a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

A política de ATES surge, no Ceará, no ano de 2006, como política nacional de caráter universal, com base nos princípios da PNATER. A origem da política nacional se deu a partir de articulações entre MST, MDA, CONTAG, FETRAF, FETRAECE, INCRA, cooperativas, associações, ONGs, dentre outros. Assim, o surgimento se deu com a participação e articulação desses atores, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No Ceará, a ATES foi realizada por meio de um convênio junto ao SEBRAE, efetivado até fevereiro de 2011. Em abril de 2006, sob a superintendência de Eduardo Barbosa, foi realizado um seminário estadual para discutir a reforma agrária. Uma das principais reivindicações do encontro foi em atenção aos serviços da política de ATER. Na ocasião, participaram entidades de órgãos governamentais, como INCRA e EMATERCE e entidades da sociedade civil, dentre elas: MST, FETRAECE, CPT e ONGs. A partir das discussões do seminário, houve alguns encaminhamentos, dentre eles a proposta de assessoria técnica aos assentamentos rurais; pois, de acordo com o técnico do INCRA, a proposta pautava-se na gestão compartilhada entre setores do governo e da sociedade civil.

A Assessoria Técnica, Social e Ambiental busca romper com o termo Assistência Técnica e Extensão Rural, sendo esse fator de grande relevância para os atores que lá estavam; significando dizer que, para além do aspecto produtivo, era de grande importância que os serviços estivessem em consonância com novas demandas, além de confrontar a hegemonia em torno de aspectos técnicos e produtivos junto aos assentamentos rurais,

considerava-se agora a questão ambiental e social, ambas visualizadas e centradas no campo semântico do termo. De acordo com a coordenação de ATER da ACACE, no período da ATER, “a contratação da equipe vem com outro caráter, a perspectiva é que a extensão rural não olhe só a produção, mas o homem, a mulher com suas experiências ambientais e sociais”. Além disso, de acordo com o técnico do INCRA, “alguns princípios foram considerados, como o desenvolvimento territorial, a agroecologia, uma proposta que não comprometesse a sustentabilidade, a segurança alimentar, a participação e o protagonismo dos assentados”.

Dias (2004, p. 537), ao refletir sobre o início das atividades em torno da política de ATER, aponta boas expectativas, já que a conjuntura política de um governo federal petista, à frente da gerência do País, é sensível às demandas dos movimentos sociais. Assim, a ação deve se voltar para a ampliação e a qualificação do debate em torno das práticas extensionistas, “questionando o domínio do caráter assistencial e técnico que a caracterizou ao longo do processo de modernização da agricultura”. Por outro lado, o mesmo autor alerta para a percepção de que a construção de uma política pública que cogita mudanças envolve campos de forças que são problemáticos e de difícil execução.

Entretanto, em pesquisa recente, Araújo (2010, p. 368) estudou, em sua tese de doutorado, as relações entre Estado e Movimentos sociais na construção conjunta da política de ATER no Maranhão, entre 2004 e 2008; dessa forma, ela afirma que, apesar das preocupações em articular as dimensões da vida social, “o Programa ATER ainda foi planejado em uma perspectiva homogeneizante de situações que envolvem os projetos de assentamento para reforma agrária no Brasil”, apontando a ATER como uma política que ainda não se constitui como demanda prioritária por parte do Estado.

O MST, à época, afirmava que a ATER era de grande relevância para o desenvolvimento dos assentamentos, apesar de reconhecer que era preciso avançar na operacionalização da política. Com a criação da PNATER, houve certo fortalecimento das expectativas criadas para que a política tivesse, dentre diversos fatores, um caráter contínuo, já que os convênios seriam plurianuais. Com isso, era “preciso potencializar um canal constante de debate entre as organizações dos assentados e o INCRA no sentido de potencializar o Programa, bem como a garantia de sua continuidade” (MST, 2005).

No entanto, em meio às expectativas, os resultados obtidos pela ATER não foram positivos. No Ceará, o que houve de positivo se deu em torno da ampliação do espaço de participação que as entidades tiveram para manifestar e intervir na elaboração e execução da

política. Em contraposição, fatores burocráticos, ausência e atraso de pagamento para os profissionais de campo, rotatividade dos profissionais e a descontinuidade dos serviços marcaram em definitivo mais uma tentativa de construir uma política em consonância com a realidade e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

No âmbito do MST, há novos desafios a serem enfrentados, a partir das políticas em parceria com o governo, seja federal, seja estadual. Stédile (1997, p. 75), em entrevista concedida, afirmava que “a extensão rural é feita por nós mesmos para nós mesmos”, depoimento dado antes da inserção do MST no Projeto Lumiar. Até então, a atuação do Movimento, apesar das grandes experiências na área do cooperativismo, era mais restrita, levantando a hipótese de que havia uma maior organicidade do Movimento quando da execução das políticas de ATER. No entanto, com o aumento das demandas públicas, o MST e suas respectivas entidades parceiras vão enfrentar novos desafios.

No Caderno de Cooperação Agrícola nº. 5, 15 de dezembro de 2005, elaborado pela CONCRAB, há alguns pontos destacados pelo Movimento como estratégicos para a constituição de uma política de ATER em diálogo com o projeto político do mesmo, são eles: a metodologia de trabalho e a inserção da assistência técnica no Movimento, técnico comprometido com a causa da reforma agrária e apontamentos sobre a educação popular com referência nas bases teóricas de Paulo Freire.

Nesse sentido, a abordagem pedagógica, que deve reger as práticas de extensão rural, segundo o MST, deve ter centralidade nos princípios da educação popular pensados por Freire; ao menos é o que indica o enunciado. Nesse sentido, no próximo capítulo realizo uma reflexão sobre as concepções pedagógicas de extensão rural a partir das propostas do INCRA e da ACACE.

4 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: fios que tecem a construção “conjunta” de uma política em Canindé.

No Brasil é comum nos referirmos ao Estado como governo e à Sociedade Civil como aquela que está “fora” dos quadros institucionais do governo, sobretudo, quando falamos de movimentos sociais. Essa ideia se fortalece com o período de redemocratização⁹⁵. No entanto, ao passar das décadas, devido às próprias demandas por parte da Sociedade Civil, alguns de seus membros passaram a fazer parte de espaços de discussão em torno da luta por políticas públicas que versavam sobre a materialização de direitos; espaços como conselhos são exemplos desse processo, tornando-se difícil separar, hoje, os dois sujeitos.

Para tanto, quando utilizo a ideia de Estado no presente capítulo, estou me referindo ao governo, neste caso, representado pelo INCRA. Já sociedade civil está aqui relacionada aos movimentos sociais organizados, principalmente, os populares, sendo estes parte do estudo; no caso, o MST. No entanto, não tenho a intenção de dicotomizar ambos os atores, pois se tomarmos como referência a perspectiva de Gramsci (1947), a relação da sociedade política com a sociedade civil resulta na constituição do Estado.

Com isso, dou início a uma narrativa que versa sobre o contexto pesquisado, a Chamada Pública de ATER. As articulações para o início das atividades de ATER, através da Chamada Pública ATER nº. 02/2010, são frutos da promulgação da Lei de ATER nº. 12.188, 11 de janeiro de 2010. Ao refletir o contexto político institucional, é preciso reconhecer que na gestão do PT, a partir de 2002, houve uma retomada das discussões em torno das políticas de ATER a fim de que as mesmas pudessem ser fortalecidas e utilizadas como uma das estratégias do desenvolvimento territorial proposto pela nova conjuntura.

Nesse sentido, a política de ATER passa a ser coordenada pelo DATER, o qual se situa na Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ligada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No Ceará, o INCRA é o órgão federal responsável pela execução da política de ATER nos assentamentos rurais federais; quando se trata do nível estadual, sob a tutela do IDACE, o principal órgão de execução é a EMATERCE.

Além da Lei de ATER, no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006), foi elaborada a Política Nacional de ATER (PNATER), a qual se configura como marco institucional na história da política de extensão rural. Entende-se que a PNATER foi uma

⁹⁵ Para um maior aprofundamento ver Dagnino (1994; 2004); Cardoso (1994).

construção conjunta entre governo e sociedade civil organizada⁹⁶. A primeira publicação se dá no ano de 2004. Seguem-se à elaboração do PRONATER a promulgação da Lei de ATER⁹⁷ e a realização da I Conferência Nacional de ATER no primeiro semestre de 2012.

A partir desse contexto de ampliação do debate em torno da ATER, resultado também das pressões políticas por parte dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do campo, das comunidades tradicionais⁹⁸, há uma maior oferta das políticas mediada pelo Estado. A forma que o Estado se utiliza para garantir minimamente essa exigência é a relação contratual das políticas de parcerias, sobretudo através de entidades que representam as populações rurais. Exemplo disso são as parcerias realizadas no nosso estado entre INCRA e entidades representativas de trabalhadores (as) com a Rede de ATER⁹⁹ e a ACACE.

As parcerias ganham destaque desde a década de 1990 quanto do fortalecimento neoliberal no Brasil¹⁰⁰. De acordo com Carvalho (199-, p. 1-17), os anos de 1990 são marcados por um contexto contraditório. De um lado, houve conquistas importantes na construção de um Brasil democrático, frente ao caráter ditatorial dos anos anteriores, sobretudo, com avanços no âmbito dos direitos sociais e nas formas de co-participação via conselhos afirmados na Constituição de 1988. No entanto, sob a égide liberal o Brasil se alinha às políticas de ajuste econômico, tornando as políticas sociais seletivas e excludentes. Nesse contexto, as parcerias justificariam a transferência de atribuições públicas para sociedade civil, esta restringe a sua participação ao nível da execução de serviços sociais, assim, anula-se a fala pela ausência quase que completa do controle social e das tomadas de decisões.

⁹⁶ A elaboração da PNATER também foi resultado de oficinas regionais em Recife, Belém, Curitiba e Campo Grande, além da oficina nacional em Brasília em setembro de 2009. Contando com a participação de Movimentos sociais do campo, Movimentos sindicais, ONGs, Universidades públicas e outros.

⁹⁷ Vale lembrar que, antes da promulgação da lei específica, a ATER já era enunciada como um direito na Constituição de 1988, bem como na Lei Agrícola de 1993.

⁹⁸ Utilizo o termo comunidades tradicionais para me referir aos pescadores e pescadoras, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, mulheres quebradeiras de coco, indígenas e demais sujeitos que vêm sendo também nomeados na categoria de agricultura familiar, nos mesmos termos da PNATER, publicada em 2004.

⁹⁹ A Rede de ATER é coordenada pela FETRAECE e conta hoje com um conjunto de 13 instituições, dentre elas 3 cooperativas e 10 ONGs, estas últimas vinculadas ao INCRA para a execução da política de ATER no Ceará.

¹⁰⁰ De acordo com Lesbaupin (2000, p. 15), há três fatores que determinam, nos anos de 1990, o processo de exclusão, são eles: a reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a chamada globalização. O neoliberalismo é a hegemonia constituída nas esferas econômica e política, dando maior liberdade e força para o mercado. Assim, o Estado se torna mínimo para as questões sociais ao mesmo tempo em que se torna forte para as questões do mercado. O Brasil aderiu ao projeto a partir do governo Collor.

Já para Carvalho (200-),¹⁰¹ em sua tese de doutorado quando analisa as formas de parcerias entre governo e sociedade civil¹⁰² no meio rural, a conquista de políticas como o PRONERA trazem dois traços distintos: primeiro, trata-se de uma conquista inédita dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, ter uma proposta específica para a educação do campo; segundo, a execução das políticas em forma de parcerias. Assim, visualiza que as parcerias se caracterizam como novos espaços de aprendizado, mas reconhece também que se trata de uma reestruturação de um Estado nos moldes neoliberais. Em outro ângulo, a autora busca em Gramsci¹⁰³ reflexões sobre a noção de Estado ampliado, para dar sentido à atuação da sociedade civil através das parcerias nas políticas sociais, apontando como um espaço público com a possibilidade de inovar as formas de trabalho. De acordo com Carnoy (1988, p. 103), a ideia de Estado ampliado para Gramsci (1971) é própria da época moderna quando as massas se organizam e passam a reivindicar seus direitos, resultando, numa contra-hegemonia.

Oliver *et. al* (2000¹⁰⁴ *apud* ARAÚJO *et. al*, 2010, p. 95) exprime que a noção de Estado ampliado colabora na compreensão da constituição de um Estado de direitos, bem como o potencial reivindicador e emancipador advindo dos movimentos sociais, com vistas a cooperação e ao agrupamento entre sociedade política e sociedade civil. Nessa perspectiva, cria-se uma nova cultura política a partir do surgimento dos novos movimentos sociais que, de acordo com Santos (2001, p. 184), esses atores compõem um novo conjunto de princípios na atualidade, a saber: nova qualidade de vida pessoal e coletiva; obrigação de uma política horizontal entre cidadãos; perspectiva global; ênfase na opinião pública; dentre outros. Por outro lado, ao analisar os movimentos da América Latina, o autor reconhece as especificidades marcadas por um longo processo de exclusão e expropriação tanto de bens materiais como culturais, políticos, ambientais e sociais, sendo, os mesmos, caracterizados como movimentos populares.

Para Bobbio (1999, p.64), o pensamento de Gramsci (1964) é mais complexo do que o de Marx¹⁰⁵ (1974) quando se refere à sociedade civil, pois enquanto que para Marx a

¹⁰¹ Documento sem paginação; década que o texto foi escrito.

¹⁰² Sua tese estuda a atuação do PRONERA como política pública.

¹⁰³ Mochcovitch (1992) aponta que no pensamento de Gramsci ao formular a igualdade ‘Estado = sociedade política e sociedade civil’, delimita o último terreno no qual se dá a ‘luta pelo poder ideológico, em que se exerce a hegemonia das classes dominantes sobre o corpo social, mas também no qual se disputa essa hegemonia e se constrói a contra-hegemonia pela luta hegemônica’.

¹⁰⁴ Referência não paginada.

¹⁰⁵ Ao contrário de Marx, Gramsci pensa a sociedade civil no momento da superestrutura e não da estrutura como o seu antecessor. Para ele, a sociedade civil compreende todo o conjunto das relações ideológico-culturais, não apenas as relações materiais, mas a vida espiritual e intelectual. (BOBBIO, 1999).

sociedade civil se encontra no plano da estrutura, Gramsci reorienta a sociedade civil no campo da superestrutura. Com isso, “a conquista estável do poder por parte das classes subalternas é sempre considerada em função da transformação a se realizar, em primeira instância, na sociedade civil” (*Ibid.*, p. 64). É na sociedade civil que Gramsci aponta como uma arena de embates e disputas ideológicas na consolidação da hegemonia. A hegemonia “não visa apenas à formação de uma vontade coletiva capaz de criar um novo aparelho estatal e de transformar a sociedade, mas também à elaboração e, portanto, à difusão e à realização de uma nova concepção de mundo” (BOBBIO, 1999, p. 69).

Nesse sentido é que o cenário das parcerias se constrói “para responder a serviços e políticas que se requisitariam ao Estado e este ‘minimizado’ não conseguiria implementar” (CARVALHO, 200-) ¹⁰⁶. Assim, surgem possibilidades para o fortalecimento da sociedade civil, esta, como campo contraditório e de disputas permanentes para redefinir direitos arduamente conquistados. Em consonância com esse pensamento, Araújo (2010, p. 90), em sua tese de doutorado, ao analisar a relação Estado/sociedade civil no âmbito da política de ATER no Maranhão, busca Polany (2000) para reafirmar que a resposta estaria na sociedade civil, pois,

somente ela é capaz de garantir a ordem, e para fazer face ao processo de expansão da economia de mercado há de ser descoberta uma sociedade internacional, uma redefinição dos valores essenciais da vida humana, de forma a recriar a liberdade individual, devolvendo a esse tecido institucional o controle do esquema econômico das coisas. (ARAÚJO, 2010, p. 90).

Nessa perspectiva, o presente capítulo discorre sobre a relação entre Estado e sociedade civil não como campos dicotômicos, mas de disputas fincadas na cena pública, carregadas de valores, esperanças e aspirações, como aspectos importantes à vida em sociedade, diga-se, à política (TELLES, 1999). Aqui apresento um estudo sobre as orientações teórico-metodológicas a partir dos projetos institucionais tanto do INCRA e como da ACACE que devem reger os trabalhos de extensão rural, visto que a política de ATER se realiza através de ambos. Nesse sentido, foi possível identificar alguns elementos importantes que configuram as práticas dos profissionais de ATER da ACACE, em suas respectivas atividades de campo. Lembrando que as práticas desses profissionais têm se estruturado dentro de uma “autonomia relativa” (PICCIN, 2009, p. 59) ¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Documento não paginado; década em que o texto foi escrito.

¹⁰⁷ Nos estudos de Piccin (2009, p. 59) acerca dos serviços de ATER no estado do Rio Grande do Sul, as práticas de assessoramento dos técnicos de ATER são restringidas às tessituras do poder que se manifesta no assentamento pesquisado por ele devido à interferência de vários agentes e instituições, a saber: militantes do

Para tanto, é relevante, antes da exposição dos elementos de base teórica que regem as práticas de extensão rural, realizar uma narrativa de caráter introdutório sobre a ocorrência da Chamada Pública de ATER, em Canindé. A narrativa torna-se imprescindível pela repercussão que toma a política de ATER no Ceará, processo que será explicitado na sequência.

Além disso, discuto a noção de parcerias a partir do olhar dos sujeitos da pesquisa, sejam eles profissionais de ATER, militantes do MST, assentados (as) rurais, técnicos do INCRA e coordenador da ONG CACTUS. Este ponto será abordado em dois momentos: o primeiro, quanto da relação entre Estado (INCRA) e Sociedade Civil (ACACE e CACTUS); e, no segundo, a relação do consórcio entre ACACE e CACTUS para execução da política. Leva-se em consideração a atuação destes atores na construção “conjunta” de uma política que ainda se quer pública e de direito.

Nessa direção, não posso deixar de lado algumas impressões sobre o município que foi a “porta de entrada” para o lócus da pesquisa de campo. Canindé, terra que retorno alguns anos depois de ter participado da I Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CTDRSS), em 2008, apresenta-se como um município imbricado pela religiosidade, política e fé. Junta-se a esse aspecto um breve levantamento historiográfico dos assentamentos São Francisco das Chagas e Terra Livre, destacando as experiências com as políticas de ATER até então.

4.1 Município de Canindé: Cultura, Política e Fé

A história de Canindé se confunde com a história da religiosidade. Alguns dos documentos encontrados iniciam a história do município pela figura do português Francisco Xavier de Medeiros, que chegou a Canindé por intermédio das doações de terras de sesmarias pela Coroa portuguesa. Foi o donatário Francisco Xavier que deu início às obras da pequena capela no século XVIII, a qual viria a se transformar na então famosa Basílica Menor de São Francisco de hoje¹⁰⁸.

MST, direções das cooperativas, diretores do assentamento, redes mercantis regionais e a institucionalidade do próprio Programa. O pesquisador trabalhou com teoria do espaço social de Bourdieu (2002), utilizando-se da categoria ‘campo de forças’.

¹⁰⁸ Para elucidar essa pequena historiografia de Canindé, contei com alguns livros da biblioteca municipal do município, dentre as leituras realizadas: ‘Estudo sobre Canindé’, elaboração do Colégio Menino Jesus, e as obras do padre Neri Feitosa: ‘Igreja de Canindé: 200 anos’ e ‘Origens do Canindé: escolar e turístico’, ambos do Instituto Memória de Canindé. Além destes, tive acesso ao Anuário do Ceará de 2009, dados do IBGE e do

No entanto, um fato ocorrido durante as obras de construção da capela foi o ponto que culminou para uma nova era desse espaço rural. Segundo documentos diversos, um operário que fazia parte dos trabalhos caiu do alto; mas, durante a queda, gritou por São Francisco das Chagas em pedido de socorro; logo, ficou preso na ponta de uma trave e sobreviveu. Esse episódio marca profundamente a Cidade que, no decorrer dos anos seguintes, tornou-se palco de fé para milhões de pessoas não só do Ceará, mas também do Brasil. No século XIX, já se faziam tradicionais os festejos de São Francisco em Canindé.

Para incrementar a fé e a cultura religiosa com matriz católica, chegaram, nesse período, os primeiros frades franciscanos capuchinhos, os quais deram grandes contribuições para o crescimento da Cidade. Os frades contribuíram em duas frentes principais: a primeira foi em relação à infraestrutura da Cidade, a exemplo da construção do primeiro grande hospital; já a segunda refere-se às contribuições na disseminação e consolidação do catolicismo naquela região.

Em Canindé, o mês de outubro congrega os principais festejos do município, cerca de 1 milhão de pessoas ocupam e disputam espaço durante os dez dias festivos em homenagem ao padroeiro São Francisco das Chagas de Assis. No entanto, a Cidade, durante todo o ano, recebe cerca de 2,5 milhões de habitantes (ANUÁRIO, 2010-2011). Alguns dias antes das festas até o final do ano, os fins de semana são sempre cheios de romeiros, estes os principais turistas. Alguns acreditam que, ao se alcançar “graças” e pagar as promessas, os romeiros permanecem nas idas e vindas anuais à Cidade para não perder a tradição¹⁰⁹.

O território de Canindé é de origem indígena, onde havia a Nação Tapuia Canindé; portanto, foram os índios que o nomearam dessa forma, dada a presença de araras azuis e de papo amarelo chamadas de Guacamaio. A tomada de terras pelos portugueses com a concessão das sesmarias na região não foi nada pacífica; depois de muitos conflitos, lutas e mortes, o resultado foi a quase total extinção dos indígenas.

Na região, pouco se fala ou se encontra sobre a história de comunidades indígenas. A única fonte que encontrei foi na pesquisa da Célula de Acompanhamento de Informação

IPECE. Já para tratar de questões sobre o território Sertões de Canindé, utilizei o Resumo Executivo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (MDA), 2001, e o Relatório Analítico da Célula de Acompanhamento de Informação (CAI), esta trata de uma pesquisa de monitoramento e avaliação de territórios rurais cearenses, publicada em dezembro de 2011.

¹⁰⁹ Essa constatação foi realizada através de conversas informais com moradores e comerciantes da própria cidade.

(CAI), que analisa o Território Sertões de Canindé¹¹⁰, que abrange os municípios de Paramoti, Madalena, Caridade, Boa Viagem e Itatira. Segundo os elementos encontrados, o território identifica como comunidades indígenas o “Agreste, Reguerengue, Assentamento Pedras e Gameleira”; com exceção de Gameleira, as outras comunidades não se reconhecem como indígenas. Mais agravante ainda é que não há indícios de representação política indígena nas discussões do Território Sertões de Canindé.

Outro episódio que caracteriza e identifica o Município é o conflito de terras. Nas leituras realizadas, encontrei a publicização de um conflito que rouba a cena estadual, entre os fins de 1960 e início dos anos de 1970, por ter como consequência a primeira desapropriação de terras com base no Estatuto da Terra de 1964 pelo INCRA, que, à época, chamava-se Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). De acordo com Alencar (2010, p. 134), esse fato concorreu para o “início da territorialização da reforma agrária, no início da década de 1970”.

Barreira (1992, p. 54), que realizou uma pesquisa do tipo estudo de caso no local do conflito, afirma que “a evocação do Estatuto da Terra é importante porque a existência de um regulamento para os contratos rurais sempre foi negada, na prática, pela predominância no sertão da ‘lei do patrão’, o código do poder e da força”. Foi na Fazenda Japuará que o autor identificou uma “nova ordem camponesa”, instalando-se nos sertões em contraposição ao mando e ao domínio dos grandes proprietários rurais.

O cerne do conflito se deu a partir da decisão de venda de um dos herdeiros da fazenda para o Sr. Júlio César Campos, comerciante e proprietário de terras. O mesmo instituiu aos moradores-parceiros o aumento do pagamento da renda, ficando, portanto, de 30% para 50%, além da proibição de criar animais. A partir disso, os moradores se negam à sujeição do novo acordo e o proprietário encaminha a ordem de despejo em 24 horas. Contudo, com o apoio da Igreja e do sindicato, os trabalhadores recorrem à Justiça, que susta a ordem de despejo. Diante disso, ainda há conflitos, pois o proprietário contrata pistoleiros, bem como convoca a polícia para enfrentar os moradores, resultando daí quatro mortes, a de um pistoleiro, um soldado, um delegado e um trabalhador rural. Esse contexto de violência tornou público o que

¹¹⁰ Segundo o PTDRS (2011, p. 20), ‘a estratégia de planejamento e acompanhamento ocorre desde o ano de 2003, em seis territórios, inseridos no programa iniciado pelo MDA/SDT: Cariri, Inhamuns/Crateús, Sertão Central, Sertões de Canindé, Sobral, Vales do Curu e Aracatiçu e os sete outros em processo de implantação pela SDA: Centro Sul Vale do Salgado, Litoral Extremo Oeste, Litoral Leste, Maciço do Baturité, Metropolitano José de Alencar, Serra da Ibiapaba e Vale do Jaguaribe’.

era “privado”, traduzido no mando, no poder sobreposto do patrão em detrimento dos direitos públicos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (BARREIRA, 1992).

Logo depois, a Federação dos (as) Trabalhadores (as) Rurais entrou com o pedido de desapropriação por dois motivos: primeiro, pelo fato de a fazenda estar irregular; segundo, por 80% das benfeitorias pertencerem aos trabalhadores. Assim, logo depois, um pouco mais de um mês, o governo fez a desapropriação. No entanto, Barreira (*Ibid.*) afirma que se tratou de uma medida cautelar para acalmar os ânimos que estavam arrolando nos sertões cearenses. Apesar da vitória dos trabalhadores, o local de moradia, *a posteriore*, não teve política de reforma agrária por parte do governo, ficando em situação precária e desoladora. Uma das hipóteses para esse quadro é a de que “a interferência dos grandes proprietários, principalmente nos sertões de Canindé, nas ações do INCRA dificultou a realização de uma política de assistência aos camponeses” (BARREIRA, 1992, p. 57). Se, por um lado, houve o fato inédito da desapropriação que marcou a vida dos sertões, por outro, identifico que o poder dos grandes proprietários também vai se reinventando, buscam novas formas de subjugar e valer a “lei do patrão”, como bem nos lembra o autor.

Alencar (2010, p. 133), em seus estudos da história dos 20 anos de luta do MST no Ceará, que data a partir de 1989, situa alguns episódios de ocupação e disputas no município de Canindé. Assim, em setembro de 1989, 800 famílias se organizam para ocupar a Fazenda Tiracanga; já em 1999, com aproximadamente 300 trabalhadores, há uma ocupação no Banco do Brasil para a liberação de frentes de trabalho; de 2001 até 2005, houve 19 ocupações de terra, dentre os municípios está Canindé, onde destaco hoje o Assentamento São Francisco de Assis, no qual a ocupação deu-se em julho de 2001. De 2006 a 2009, ocorreram outras 23 ocupações de terras também incluindo Canindé; entre elas a da Fazenda Renovação, que data de 9 de junho de 2006, transformando-se no que é hoje o Assentamento Terra Livre, e uma marcha de 700 pessoas no ano de 2008, no Município, em direção à Praça Tomás Barbosa, no centro da Cidade, culminando com uma audiência pública no INCRA; dentre os objetivos da luta estava a política de ATER. De uma maneira geral, as ações empreendidas aqui no Ceará se concentraram nos Sertões de Canindé e no Sertão Central.

Para dialogar com o objeto de pesquisa, levantei fontes sobre a ATER tanto no Município como no território em que ele se encontra. Busco como primeiros indicadores de resultados sobre as políticas de ATER o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), de 2011. O documento evidencia que a assistência técnica e extensão

rural no Território Sertões de Canindé se faz insuficiente no atendimento aos agricultores familiares. Apesar de o governo ter lançado mão das políticas de parcerias, as entidades civis sem fins lucrativos, como as ONGs, não são suficientes para cobrir o atendimento, além de apontar para o reduzido número de profissionais contratados com situações precarizadas de trabalho.

Em consonância com esse pensamento, há o resultado da pesquisa da Célula de Acompanhamento de Informação (CAI) de 2011, englobando o Território Sertões de Canindé, em que afirma ser o acesso à ATER insuficiente para o atendimento das famílias de áreas de assentamentos rurais. De forma mais elucidativa, com base na opinião das famílias assentadas, a estatística do mesmo estudo mostra os seguintes resultados: 42,27% consideram a política como “complicada” no atendimento; 29,09% consideram a mesma muito “complicada” e 19,56% consideram ser “mais ou menos”. Dados que, se somados, contabilizam quase que a totalidade das famílias que encontram dificuldades no acesso à ATER. As fontes estatísticas são conjugadas com alguns depoimentos que considerei importantes para ampliar o quadro sobre a política de ATER no município canindeense. Busquei nos registros do diário de campo dois momentos ímpares para tratar do tema: o encontro de abertura do início das atividades de ATER, em que estiveram presentes vários representantes da sociedade civil e do poder público; o outro momento foi a reunião municipal preparatória para a I Conferência Territorial de ATER; além de complementar a leitura com as entrevistas semiestruturadas.

Quando do início das atividades de ATER, que reuniram as duas equipes para formar o consórcio ACACE e CACTUS, os sujeitos presentes, de uma maneira geral, expuseram história de difícil construção. Por outro ângulo, outros ainda colocam nas equipes de ATER o “poder” de modificar a mentalidade das pessoas do campo, exemplo disso foi a argumentação do representante do próprio sindicato, o qual discorre da seguinte maneira: “os profissionais têm o papel de transformar a cabeça das pessoas que estão nos assentamentos”. Com isso, “o papel é tentar mudar o jeito que essas pessoas [...], assentados [...], votam, nos assentamentos é onde têm menos associados no sindicato, porque não compreendem a luta, estamos num ano pré-eleitoral, temos que atuar para construir uma nova mentalidade”¹¹¹.

De modo contrário, o representante do Fórum dos assentados expõe que:

há uma preocupação com a assistência técnica, pois na melhor hora dos trabalhos o serviço acaba, o trabalho fica desgastado, todo o processo fica comprometido. ‘Vem

¹¹¹ Fonte: informação verbal.

à expectativa, reuniões, planos, aí acaba o processo. ' Tem que ter muita clareza do papel do técnico e do agricultor. Não se sabe do papel dos profissionais, há laços de amizade, mas a parte profissional [...] cerca de 80% não sabe o papel e 99,9% não sabe o quanto paga para ter um técnico. Não se admite a autoridade de técnico tirando a autonomia dos assentamentos, temos várias denúncias nesse sentido de técnicos que não tem uma postura compartilhada. (Assentado e presidente do Fórum dos Assentados de Canindé, 2012).

Considero a fala do representante acima bastante pertinente. Para ele, alguns problemas precisam ser refletidos. O primeiro ponto é a questão da descontinuidade, da fragmentação dos serviços de ATER, “o trabalho fica desgastado, todo o processo fica comprometido”. A ATER não vem sendo uma prática continuada com a devida qualidade na afirmativa acima; portanto, o direito instituído fica destituído, tomado das mãos de quem vem na luta por melhores condições de vida. Outro apontamento relevante diz respeito ao papel dos profissionais em campo, aqui não se tem clareza de quais atribuições estão imbuídos. Além disso, suas ações indicam algumas práticas de cunho autoritário em detrimento dos assentados e das assentadas, retirando-lhes o processo de autonomia. Uma última colocação partiu do articulador territorial que fez críticas também às equipes de ATER, pois há uma espécie de “banalização” da assistência técnica, refuta. Ao finalizar sua fala, comenta sobre o compromisso com o desenvolvimento rural, destacando a PNATER como nova proposição.

Já no segundo momento correspondente a reunião municipal, foi possível observar alguns posicionamentos. Uma pesquisadora do território e ex-profissional de ATER de Canindé comenta que a formação inicial dos profissionais não tem contribuído para práticas condizentes com a realidade das famílias rurais, o que torna difícil a construção de uma abordagem dialógica. Um assentado, do assentamento Nova Conquista, ao rememorar a ATER na sua localidade, comenta que, nas décadas de 1980 e 1990, havia um diálogo maior, também relembra que, em 1996, tiveram a conquista do Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária (PROCERA) com maiores facilidades de recursos, apesar de considerar que, à época, os assentamentos não estavam preparados para receber o crédito. Hoje, o mesmo assentado visualiza grandes diferenças, acredita que os projetos devem ser construídos lá na agricultura, no campo, percebe que as atribuições dos profissionais têm se restringido ao preenchimento de relatórios sem retorno, há que se ter uma relação de sinceridade, afirma. Outra assentada rural, representante do Comitê de Mulheres do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Canindé, reflete que, atualmente, a formação política melhorou, só há problemas quando se trata de formação na área produtiva. Um representante de outro assentamento comenta que houve melhoras, mas a rotatividade dos profissionais é a grande

dificuldade, com isso os trabalhos são interrompidos e descontínuos. Em outro momento, um assentado e também militante do MST culpa a operacionalidade do INCRA que tem dado descontinuidade aos trabalhos, há poucos técnicos contratados com muitos trabalhos a serem realizados, em seu assentamento observa que tem havido uma colaboração junto à equipe de ATER. Os demais presentes concordam com as falas anteriores e apontam como necessário um bom processo formativo para os profissionais de campo, considerando a Nova Política de ATER.

Em suma, a política de ATER vem se caracterizando pelas disputas em torno de uma proposição política que atenda aos anseios dos assentamentos rurais. O importante para ressaltar é que, apesar das críticas feitas, os sujeitos a consideram como bastante necessária para a contribuição da mesma no processo de desenvolvimento.

Outro aspecto importante diz respeito à Secretaria Municipal de Agricultura de Canindé, onde estive por duas vezes com o objetivo de identificar o quadro das políticas de ATER que o Município ofertava, bem como averiguar a estatística municipal sobre a agricultura. Nesse momento, foi possível fazer anotação no diário de campo, não sendo disponibilizado nenhum documento institucional por parte da Secretaria. Examinei, no primeiro momento, o que o secretário afirmou em relação à preocupação sobre a distribuição do Programa Seguro Safra por conta da possível estiagem. Além disso, ele afirmou também que o Município é muito presente nas discussões territoriais tanto no âmbito governamental como no âmbito da sociedade civil, opinião que é contrastante aos discursos e observações diretas em eventos na sede de Canindé, tanto para discutir a ATER como para a socialização do Plano de Desenvolvimento Territorial¹¹². Afirma que só existem seis técnicos concursados no Município e aponta que as principais entidades que realizam a ATER hoje no Município são a ONG CACTUS e a ACACE.

No segundo momento, estive com um técnico em agropecuária do Município que reafirma que a ATER é executada pelas ONGs, ACACE e demais cooperativas, além de citar a EMATERCE, que conta com os agentes rurais; mas, para ele, as contribuições partem das entidades da sociedade civil. Revela que a gestão municipal atual não tem uma política de

¹¹² Lembro-me que, durante os eventos, era nítida a ausência de qualquer representante da secretaria municipal de Canindé. Em um dos eventos, um representante apareceu, mas não participou da abertura para a qual estava convidado. Uma das maiores críticas dos profissionais de ATER, bem como do INCRA é a não articulação municipal dada a dificuldade com o gestor (prefeito) para tratar sobre os assentamentos rurais. Um das técnicas do INCRA expõe que há estigma de que os ‘assentados são filhos do INCRA’ não tendo qualquer tipo de comprometimento político com os mesmos.

ATER, hoje ele trabalha sozinho na mediação das políticas sociais, como o Seguro Safra, de onde coordena e vistoria a perda da safra.

De uma maneira geral, Canindé, ao mesmo tempo em que apresenta fortes características religiosas, também apresenta uma sociedade civil que, por ora, é construída com atores políticos de discussão em torno das políticas públicas; sendo os principais mediadores organizativos do Município, de um lado, compondo a sociedade civil: o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o Movimento dos Sem Terra, as ONGs, as Associações comunitárias, as Cooperativas, o Fórum dos Assentados e, de outro, compondo grupos tanto da sociedade civil como do governo: os Comitês Setoriais (mulheres e juventude), os CMDs, Conselhos de saúde e educação, Colegiado Territorial, entre outros. Ademais, há instituições governamentais municipais, estaduais e federais que participam de forma deficitária, segundo o próprio relatório do PTDRS. Há ainda problemas na rotatividade dos membros do colegiado e de outras instâncias, bem como os poucos encaminhamentos práticos percorridos por todos os espaços, essa constatação tanto é resultado do PTDRS como das entrevistas semiestruturadas que realizei.

É a partir dessa breve exposição da realidade canindeense que teço sobre a história dos assentamentos São Francisco das Chagas e Terra Livre e suas respectivas experiências com a política de ATER.

4.1.1 Assentamentos rurais e a as práticas de extensão rural: São Francisco das Chagas e Terra Livre

O MST no município canindeense é coordenado pela Brigada Mandacarú. Tempos atrás o Movimento no Estado estava subdividido em Grandes Regiões. Por volta do ano de 2004 houve um processo intenso de formação política interno, em que decidiram romper com o nome de Regiões para a adoção do conceito de Brigada. De acordo com uma das militantes em Canindé a ideia era

A gente trazer as famílias, se sentirem parte do Movimento, né? Toda essa questão da pertença e pra isso teria que ter uma coisa, como é que a gente coloca o Movimento em Movimento e daí veio essa ideia da gente não ser por Grande Região, mas a gente iria, no caso, rumo a conquista de territórios, né? (Militante e dirigente do MST em Canindé, entrevista concedida em 2012).

Com isso, a militância, depois de um debate com a base, nomeou a Brigada com o nome Mandacarú, representando o clima semiárido da região, símbolo também de resistência,

sendo homologado em um encontro estadual. A Brigada acompanha as famílias dos municípios de Canindé, Caridade e Paramoti, distribuídas em 33 assentamentos rurais, entre estaduais e federais, frutos de ocupação e, posterior, desapropriação por parte do INCRA, de áreas consideradas como improdutivas. Outros são frutos de programas como Cédula da Terra, Reforma Agrária Solidária e Banco da Terra¹¹³. Hoje o estado do Ceará é composto por 18 Brigadas¹¹⁴.

A organização do MST dá-se a partir dos chamados núcleos de bases nos assentamentos rurais. A orientação é a de que cada núcleo componha 10 famílias e através dele perpassem discussões em torno de diversos segmentos, desde a educação, saúde, ATER, organização e outros condizentes com as necessidades tanto das famílias como do Movimento. Ainda se tratando da organização, para cada 50 famílias há 1 militante na articulação e acompanhamento local, e a cada 300 famílias deve haver 1 representante na direção estadual. No entanto, hoje, há dificuldades em agregar militantes. Com isso, o Movimento estabeleceu que a cada 500 famílias houvesse uma representação estadual. E, ainda assim, há dificuldades, por exemplo, em Canindé, que possui mais de duas mil famílias e não tem número suficiente para representação estadual, o que acarreta problemas na articulação. De acordo com uma das militantes de Canindé, esse fator está muito latente no Município, pois há um acúmulo de atividades para poucas pessoas disponíveis. A ausência de pessoas para militância, segundo ela, expressa-se na pouca disponibilidade de tempo das pessoas para atuar dentro da organização; dadas as atividades de sustento das famílias, pois seria necessária dedicação exclusiva dentro do Movimento.

Assim, o MST tem sua organização a partir dos núcleos de base nos assentamentos, depois há a instância da Brigada local que articula os núcleos; quem participa da coordenação

¹¹³ Na década de 1990 o Programa Cédula da Terra surge como uma proposta complementar de acesso à terra através de mecanismos de mercado, sendo conhecido como uma reforma agrária de mercado voltado para as famílias no nordeste. Já o chamado Reforma Agrária Solidária é um projeto no Ceará, mais caracterizado como Projeto São José financiado pelo Banco Mundial, começando a operar no segundo semestre de 1996. Já o Banco da Terra ou Fundo de Terras e Reforma Agrária tem a finalidade de financiar imóveis rurais diretamente com os interessados, além de outros serviços ligados à infraestrutura. Surge em 2005 em caráter complementar ao Programa Cédula da Terra. Fonte: site: www.webrural.com.br/webrural/artigos/credito/bterra.htm; site: libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000446685. Acessado em 20 de novembro de 2012.

¹¹⁴ As Brigadas são as seguintes: Lênin Paz (Caucaia, Pentecoste, Umirim, Paracuru, Irauçuba, São Gonçalo), Caldeirão (Icó, Jati e Antonina do Norte), Denir (Quixadá, Ocara, Ibaretama, Chorozinho), Zumbi dos Palmares (Aracati, Russas, Jaguaratama, Icapuí, Morada Nova), Antônio Conselheiro (Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópoles), Paulo Freire (Maciço do Baturité), Mandacaru (Canindé, Caridade e Paramoti), Roseli Nunes (Santa Quitéria, Sobral e Santana do Acaraú), Patativa do Assaré (Monsenhor Tabosa, Tamboril, Crateús, Nova Russas e Independência), Francisco Barros (Itapipoca, Amontada, Itarema e Tururu) e Edilson Monteiro (Madalena e Boa Viagem). Fonte: Documento ACACE, 200-, p. 2.

da Brigada são os representantes dos referidos assentamentos junto a outros militantes do MST. Já a coordenação estadual é eleita a partir do encontro estadual, realizado anualmente. Junto à coordenação há a direção estadual que deve fazer parte da direção nacional do MST, representando o seu respectivo estado.

De uma maneira geral, os assentamentos rurais, foco deste trabalho, estão envolvidos na luta do Movimento dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra no Ceará. Forjaram a luta através de articulações, mobilizações e ocupações em duas fazendas nas proximidades do município de Canindé. As áreas desapropriadas foram caracterizadas como improdutivas que, de acordo com o laudo técnico do INCRA, deveriam ser destinadas para fins de reforma agrária, no cumprimento de sua função social. Com isso, após realizar entrevistas individuais e conversas informais com os sujeitos em campo, arrisco afirmar que a política de assistência técnica e extensão rural é central, no projeto de desenvolvimento que almejam. Nesse sentido, passo aos respectivos contextos rurais a fim de compor um cenário aproximativo das experiências das famílias assentadas com a ATER.

Para dar início a esse tópico penso ser imprescindível iniciar uma breve discussão do que sejam os assentamentos rurais. Desde já, considero, em um primeiro momento, que as áreas de assentamentos rurais são parte das conquistas dos povos do campo através de lutas, mobilizações e ocupações em áreas estratégicas que se caracterizam, principalmente, como latifúndios improdutivos. Para Bergamasco (1996, p. 8), “os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando ao reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra”.

Por outro prisma, ao refletir junto aos assentados (as) do São Francisco das Chagas sobre o que seja o assentamento rural respondem: “Pra mim é pra trabalhar na terra, ser agricultora, pra gente plantar feijão, milho” (Assentada do São Francisco das Chagas, 2012). “Pra criar. Pra mim assentamento rural [...] criar galinha, criar gado, o pessoal que mora na zona urbana não pode, né, fazer isso” (Assentada do São Francisco das Chagas, 2012). “Sossego, é muito bom” (Assentado do São Francisco das Chagas, 2012). Outros completam,

Pra o que é pra mim, eu posso responder, então, pra mim foi o ano que consegui... minha filha, consegui um canto pra mim sossegado, meu casamento e tô feliz e tô bem. Pra mim graças a Deus tá bom demais. O que eu queria eu consegui no São Francisco. (Assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012).

Pra mim, eu penso que o seguinte a respeito de assentamento, na extensão rural não só aqui no São Francisco, mas como um todo, que nós quando busca a luta pela terra pra trabalhar é atrás de uma melhoria de vida em termos de que [...] que a gente

melhore de vida porque a gente vive só, quem vive da agricultura permanece simplesmente na agricultura, no milho e no Feijão, no milho e no feijão e as dificuldades são grandes pra quem trabalha com o patrão, mais grande ainda que a partir do momento que chega e se torna a ser um assentamento eu acho que a felicidade só em você não ter um patrão pra tá ali lhe mandando, lhe apurriando por ali, enchendo o saco já é uma grande coisa nos assentamentos e fazendo com que venha as melhorias, vem devagar, vem aos poucos a gente sabe as dificuldades pra melhoria do assentamento que é grande, mas a intenção é que melhore a gente. Eu, no meu ponto de vista, eu melhorei muito, tá bom demais, eu graças a Deus eu to bem e tem fé em Deus que daqui mais uns três, quatros anos pra frente aí a gente vai até tá melhor ainda, mais ainda. (Liderança e assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012).

Para os sujeitos que lá vivem o sentido do assentamento rural transfigura-se da seguinte forma: resultado e processo de luta, qualidade de vida, criação, agricultura, família, sossego, superação das dificuldades e, sobretudo a não sujeição a um patrão. Neste último ponto, outro assentado lembra,

No meu caso, **que nasci e me criei aqui**, viver dentro de assentamento, nem que não fosse assentamento eu nasci aqui há muitos anos, **eu tô com quase 40 anos que moro aqui, pra mim é bom demais, porque a gente pode criar gado, ovelha, porco que é liberto, né? Não que nem antigamente, né? O patrão que tinha a sujeição dele, a gente não podia criar o que a gente queria e eu acho pra mim aqui tá bom demais posso criar tudo, plantar aonde quer, de primeiro não existia**, a gente queria plantar e a gente não podia plantar onde quisesse e agora não, agora tá muito mais diferente, pra mim tá bom demais. (Assentado e membro da associação, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Mello (2011, p. 38), em sua pesquisa de mestrado sobre o tempo e a experiência social do MST no Ceará, disserta sobre dois períodos, o “Tempo do Patrão” e “Quando os Assentados Chegaram”. Para ele, o tempo do patrão é enunciado através da fala dos sujeitos como tempo de sujeição, tempo do domínio do poder privado-local a partir dos mandos das fazendas. Já o tempo intitulado “Quando os Assentados Chegaram” representa a ruptura da relação que, no pensamento freiriano, poderia ser caracterizada como o rompimento da relação forjada entre opressor-oprimido (FREIRE, 2005). Este é o tempo desde as mobilizações, ocupações e conquista da terra.

E ainda, de acordo com Paulo Freire (1997, p. 58) o assentamento rural é, em si, uma unidade pedagógica, pois não existem mulheres e homens descolados da relação com o mundo. Nesse sentido, os profissionais do campo se configurariam como educadores em seu comprometido e engajamento na luta pelo fortalecimento de uma reforma agrária justa e humana.

Ao me reportar para a política de ATER vigente, lembro que esta redimensiona as concepções com fundamento na proposição de um modelo de desenvolvimento distinto, de base agroecológica. Ela se propõe a dar centralidade à vida do campo, às pessoas que lá vivem e junto a elas, torna-se importante uma mediação educativa para que as ações sejam construídas conjuntamente e não mais unilateralmente. Na medida em que as políticas vêm sendo elaboradas sem o engajamento vivo das pessoas que dela devem fazer parte, há o risco da rejeição, da negação e do fracasso. Portanto, a política não pode ser “para”, mas “deles”. Essa afirmativa é uma conclusão do que foi observado nas áreas de assentamento rural em que estive presente.

Com isso, o objetivo do tópico é realizar um breve histórico dos assentamentos, São Francisco das Chagas e Terra Livre, depois realizo uma reflexão de como tem sido a política de ATER na história dos respectivos assentamentos.

4.1.1.1 *Assentamento São Francisco das Chagas*

O assentamento São Francisco das Chagas surgiu no dia 19 de março de 2008, data do Dia de São José, lembra o presidente da associação, sendo desapropriado no dia 15 de dezembro de 2007 e, hoje, com apenas 5 anos de existência, conta com 25 famílias assentadas. O nome do assentamento, que se assemelha com o nome da antiga propriedade, foi escolhido pelos sujeitos que conseguiram a posse da terra. Segundo entrevistas, a escolha foi unânime em homenagem a São Francisco das Chagas.

Antes a propriedade era patrimônio da Casa de São Francisco de Canindé, mais conhecida como Fazenda Salgado dos Padres. O assentamento está a apenas 3 km de distância de Canindé. À época da Fazenda, vinte e quatro famílias moradoras lá viviam, em regime de parceria, pagando em média 10% sobre a cultura de milho e feijão. Havia um administrador que recebia um salário mínimo, mantendo vínculo empregatício formal com a Casa de São Francisco. Além das famílias, consta que 219 parceiros trabalhavam na propriedade, mas não moravam nela, residiam na sede do município de Canindé (INCRA, 2003).

Já em 2001 foi formada a Associação dos Moradores do Imóvel Salgado e a partir dessa organização deu-se início a um longo processo de conflitos e mobilizações para que o INCRA interviesse na perspectiva de desapropriar a área. Os conflitos se deram, principalmente entre o administrador e o grupo de moradores e rendeiros associados¹¹⁵. Os

¹¹⁵ Não sendo objetivo adentrar nos conflitos que compuseram o quadro descrito, ressalto que durante entrevistas o presidente relata que os moradores e rendeiros de fora sofreram muita perseguição nesse período, tanto da

assentados, hoje, são compostos de antigos moradores e de famílias que vieram de regiões próximas a Canindé e do município de Madalena. Segundo os assentados, apesar do imóvel ser da paróquia, à época, vários padres e frades deram apoio ao MST, ninguém entrava em contato com o dono, toda a relação da renda era tratada com o administrador.

Hoje o assentamento tem como principal instância organizativa a associação, que se estrutura de forma vertical, com presidente e vice-presidente, três fiscais com os respectivos suplentes, um tesoureiro e seu vice, uma secretária e uma vice-secretária. As decisões são tomadas coletivamente, sendo a instância maior de decisão a assembleia geral. Há trabalhos individuais e coletivos. Estes últimos ocorrem na sexta-feira e todos devem participar. É bom ressaltar que os moradores do assentamento criticam a própria organização interna, muitos não querem estar em reuniões e quando pensam no acesso ao crédito, há preferência pelo individual. E, ainda assim, o assentamento passa por uma situação de conflito interno: há duas pessoas de fora que ocuparam parte da área do assentamento, sem identificação. Até o momento o INCRA não tomou qualquer medida, embora tenha sido, várias vezes, notificado pelos moradores sobre essa situação.

No que se refere à produção, as principais culturas são o feijão e o milho, mas há também a mandioca e a produção de banana. A produção de banana é fruto do Projeto São José que, por ora, está com debilidades. O plantio dá-se no período do inverno, já no verão as plantações pepino, melancia e jerimum se situam na beira da vazante¹¹⁶. Além disso, há a pesca no açude, liberada durante dois dias na semana, às terças e aos sábados. Entretanto, quando da observação no assentamento identifiquei que em algumas casas, os quintais possuem variedade de frutas, plantas medicinais e verduras. Por exemplo, em uma das casas havia as seguintes plantações: mamão, amora, uva, banana, abacaxi e outros. Nessa mesma residência, o agricultor me relatou que acompanha as plantações através da observação diária, a qual sistematiza no próprio computador, ele afirma que isso ajuda na hora do planejamento e conhecimento sobre os tipos e variedades de culturas¹¹⁷.

Pude observar, também, que os assentados e as assentadas completam suas rendas com outros serviços fora do assentamento, principalmente na época de escassez de água como a

administração da fazenda como da polícia, houve casos de agressão física e uma quase morte. Foi a partir daí que o INCRA acelerou o processo de desapropriação.

¹¹⁶ Áreas à beira de rios, açudes e lagoas.

¹¹⁷ Importante destacar como as novas tecnologias digitais também têm colaborado nesse contexto. O mesmo assentado comenta que participa de muitos cursos fora do assentamento e com isso já presta serviços para algumas ONGs, por exemplo, na construção de cisternas em diversos assentamentos da região.

atual. Segundo o presidente da associação, os trabalhos dos homens são de eletricitista, soldador, pedreiro, carpinteiro, servente, mão de obra para fazer cerca na vazante e limpar os matos na própria agricultura. As mulheres plantam, têm suas criações, os afazeres da casa e dos filhos; geralmente são as que trabalham no quintal com as produções e criações; além disso, algumas trabalham em casas de família, em Canindé.

Ao considerar que o assentamento é novo, os créditos recebidos até o momento foram os de Apoio, que beneficiam as criações e o crédito de Moradia. Além desses, houve a instalação do Projeto São José, mas devido a vários problemas como a elaboração de projetos com a equipe técnica de ATER; até aos dias atuais, muitos ficaram endividados e alegam que não tiveram esclarecimentos suficientes. Vale ressaltar que, atualmente, a equipe de ATER elaborou o crédito Apoio Mulher com as mulheres para a criação de pequenos animais, mas até o momento o recurso não havia sido liberado. Este e outros projetos como os Quintais Produtivos são pautas permanentes de reivindicação e luta do MST e do movimento sindical junto ao INCRA e ao governo do estado¹¹⁸.

Já em relação à educação, a escola que atende as crianças fica a 1 km e meio do assentamento, na localidade Canindezinho. Deslocam-se de transporte municipal em bom estado de conservação. A educação de jovens e adultos não está sendo ofertada no assentamento. A experiência que os assentados tiveram, nessa modalidade de ensino, deu-se através do Projeto “Sim, eu posso”, mas não houve resultados positivos, muitos alunos desistiram, que se responsabilizam pelos resultados. Entretanto, no período da entrevista, informaram-me que está havendo uma organização junto à profissional de ATER da ACACE, responsável pela área social, a fim de discutirem em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação a possibilidade de ofertar turmas nessa área. A única prática de esportes que possuem é o futebol, que contempla apenas os homens. A religião predominante é a católica, mas há evangélicos na localidade.

Durante a dinâmica do Diagrama de Tortas, segundo a qual os sujeitos deveriam identificar quais instituições têm dialogado ou não com o assentamento, ou seja, identificar quais instâncias têm contribuído no fortalecimento do local, apontaram as seguintes problemáticas: não nomearam as instituições que consideram ter boa aproximação com o assentamento. Por outro lado, indicaram aquelas que são consideradas distantes e, muitas vezes, indiferentes: o INCRA, como principal instituição foi indicada como alheia às questões

¹¹⁸ O INCRA é o órgão responsável pelo crédito Apoio Mulher e o governo estadual pelo Programa Quintal Produtivo.

do assentamento, incluindo a política de ATER; o posto de saúde, ressaltado pela maioria das mulheres como muito distante das necessidades; a organização interna; o sindicato; o governo estadual e o municipal. Assim comentam,

Eu botei o INCRA já quase do lado de fora. O grande descaso com o assentamento, que é um descaso, né? As dificuldades das políticas públicas dentro do assentamento a respeito tanto do INCRA como do governo do estado. Não é só o INCRA, é o federal e o estadual, a dificuldade é grande, principalmente municipal que no caso do posto de saúde que é as dificuldades mais horrível do mundo, dentista agora, você vai um, pra pegar uma ficha pra dentista, acho que tinha [...] umas cem pessoas lá na fila. É um grande descaso, o maior descaso mesmo na realidade é o INCRA, porque ‘rebola’ nós aqui dentro a gente cobra, faz mobilização e tudo e simplesmente vamo fazer, vamo fazer e é dois passo pra frente e quatro pra trás, aí como é que nós vamos segurar o assentamento, se nós não temos condições de sobreviver dentro dos assentamentos? Nós vamo sobreviver só com o feijão? Os projetos que é pra vir o INCRA fica ‘cozinando galo’ desde não sei quando. (Assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

A assistência técnica é responsabilidade do INCRA, o INCRA ele não tá assistindo os técnicos, pros técnicos tarem trabalhando nos assentamentos. Porque não tem quem queira trabalhar de graça não, passaram dois ou três meses sem receber [...], pois é quatro meses sem ganhar um tostão, qual é o técnico que quer trabalhar numa situação dessa, não tem nenhum não, são tudo desmotivado, tudinho. Os técnicos chegam, tem boa vontade de fazer tem, mas quem é que vai trabalhar sem ganhar dinheiro? A dificuldade, a responsabilidade, por isso que eu digo, **a responsabilidade é do INCRA, o INCRA é que tá.** (Presidente da associação e assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Nos fragmentos acima, os assentados destacam que as políticas públicas, de uma forma geral, não têm sido efetivadas junto a eles, seja em nível federal, estadual ou municipal. As mulheres criticam de forma mais incisiva a ausência da garantia à saúde. Para elas, era necessário que o posto de Canindé ofertasse um dia próprio para as áreas de assentamento rural, pois a distância difere de quem mora na sede do Município. Outro fator que expuseram como crítica foi a ausência de um agente de endemias, que faz muita falta nas casas. E, ainda, na segunda colocação o assentado expõe de forma clara que, para ele, o descaso da política de ATER é consequência do papel que o INCRA vem cumprindo, ou melhor, não vem cumprindo. Retira dos profissionais de ATER quaisquer responsabilidades para com os serviços. Com isso, dou início sobre a história da política de ATER no presente assentamento.

“Começa e não termina”, este é o discurso mais recorrente que pude identificar na pesquisa empírica sobre as experiências da política de ATER nos assentamentos rurais. A descontinuidade parece ser a característica que marca tal iniciativa. Esse processo se dá tanto

durante, quanto ao final dos contratos e convênios. Para os moradores do assentamento São Francisco tem sido curto o período que os profissionais de ATER estão junto às comunidades. Outros fatores acompanham esse movimento, como a rotatividade dos técnicos, a ausência de comprometimento governamental, o levantamento de expectativas nas comunidades, as desmotivações para participar das atividades demandadas pela ATER, a falta de esclarecimento quanto ao papel das equipes, a inviabilidade de projetos diversos. Nesse processo, a ATER é vista como um “problema”; os trabalhos são pontuais, há atrasos de salários e de ajuda de custo para as equipes trabalharem e isso tudo compromete, sobremaneira, os serviços. Portanto, a ATER vem se caracterizando pela desvinculação junto a um projeto de desenvolvimento comprometido com as comunidades rurais, além da ausência de uma proposta de educação não escolar para jovens e adultos no meio rural.

A história do assentamento com política de ATER é recente; anteriormente a política atual os (as) assentados (as) vivenciaram a ATES. Assim, vejamos os relatos,

Muito bagunçada, porque começou, tinha tempo aqui que dentro de um mês trocava de técnico três vez, né? Chegava um técnico aqui, dois dizendo: ‘olhe, eu vou, eu vou acompanhar vocês dois, três anos aqui’, não passava dois mês mais a gente só ficava trocando de técnico, aí como é que uma coisa se organizava desse jeito no assentamento se não parava técnico pra ajudar as pessoas dentro do assentamento? Não se organizava nunca desse jeito, ficava trocando de técnico toda vida. (Assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Por isso que **eu digo a assistência técnica naquela época não tava com nada, porque eles não explicaram a nós [...] foi assinado tudo, não explicou se era fomento ou crédito de apoio [...].** Coletivo, coletividade, o crédito de apoio que nós recebemos que justamente era o fomento, nós tem de coletivo no assentamento só a máquina forrageira e um touro reprodutor, somente o que nós temos, no momento [...] **foi falta de informações dos técnicos isso daí, porque era pra ter explicado direitinho.** (Assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

O primeiro assentado enfatiza, em sua fala, os problemas já enunciados: ressalta a contribuição que a ATER poderia dar na organização interna do assentamento. Já no segundo relato, o agricultor comenta que por falta de um acompanhamento adequado de um determinado crédito recebido, eles adquiriram problemas que implicaram na não liberação de outros.

Entretanto, alguns grupos relatam duas experiências de capacitação, a saber: um intercâmbio na cidade de Quixadá para conhecer o biodigestor e uma capacitação no próprio assentamento sobre caprinos e ovinos. As vivências, na opinião deles, foram importantes para a construção de conhecimentos. Na primeira, destacam como interessante conhecer outra

realidade rural, as pessoas e suas iniciativas no campo. Na segunda, enfatizam o caráter do curso voltado para a realidade prática deles,

Eu sei que eu tinha umas criação na época a gente aprendeu tanta da coisa porque oh, esse mata pasto verde animal não come bode e ovelha não come porque, ela ensinou que agente cortasse e botasse pra secar, fizesse aqueles fardozinho e guardasse que no verão elas comiam tudinho. (Assentado do São Francisco das Chagas, entrevista concedida em 2012).

E completam que a experiência foi muito boa, teve muita participação, o curso teve a iniciativa do MST. Foi identificado também que os assentados e as assentadas buscam outras estratégias para aprender; além do aprendizado que se dá de geração para geração, entre a família e amigos, eles se utilizam dos meios de comunicação que tratam da realidade rural. Dentre os canais e programas mais assistidos, citaram: Globo rural, Nordeste Rural, Canal Rural e Terra Viva. Destacam que, muitas vezes os programas não dialogam com a realidade deles, mas afirmam que é uma forma de ter acesso às discussões, assim, “eles ensinam muito como adubar a terra, como adubar o cheiro verde, o pimentão, a tomate [...]”. Porém, as mulheres questionam que ainda não participaram de nenhum curso de formação específico. Apontam o processo de formação, envolvendo os (as) assentados (as), como importante para a realidade delas, mas, para isso, é preciso que a ATER seja contínua, que haja um trabalho permanente. A seguir, exponho sobre o assentamento Terra Livre.

4.1.1.2 *Assentamento Terra Livre*

Para o trabalho de pesquisa, no presente assentamento, utilizei-me de uma metodologia distinta. Ao identificar que havia maiores críticas acerca da política de ATER no local e que no período da entrevista perfaziam aproximadamente três meses que a equipe de ATER não comparecia ao assentamento, foi possível a realização de apenas três entrevistas semiestruturadas individuais. A escolha partiu tanto da indicação dos sujeitos em campo, assentados e assentadas, como por ter percebido nas três lideranças uma abertura para tal atividade, além de considerar que foram personagens centrais quando da ocupação da antiga Fazenda Renovação, em meados dos anos de 2000. Outro fator determinante é o de que o tempo previsto para organização e estudos dos elementos de campo não eram suficientes para que ocorressem outras propostas. Nesse sentido, busco, a partir desses sujeitos, compor uma breve narrativa da constituição do assentamento, identificar como tem sido a história da política de ATER no local e, por fim, levantar alguns elementos que, sob o olhar dos

assentados, respondam como as práticas de extensão rural e assistência técnica vem ocorrendo na área rural.

“Terra Livre porque o povo disse que tava ‘livre do patrão’, tava ‘livre das injustiças’ e ai era melhor Terra Livre.” (assentado rural). O assentamento Terra Livre, assim como o São Francisco das Chagas, é um assentamento recém conquistado através da luta do Movimento dos Sem Terra na região de Canindé. O processo de desapropriação, em 2006, já estava em fase avançada quando algumas lideranças do MST fizeram a ocupação na beira do rio, onde também se encontrava a cerca que separava a Fazenda do acampamento. As primeiras famílias que participaram da ocupação, no dia 9 de junho de 2006, são parte de duas ocupações que não tinham se efetivado, até aquele momento, em conquista permanente. Advinham de duas localidades chamadas de Xenuaquê¹¹⁹ e Conceição.

Na ocupação da Fazenda Renovação, as famílias ainda permaneceram acampadas por quase um ano. As dificuldades, à época, eram grandes no que se refere à alimentação e ao acesso à água que, mesmo salgada, servia tanto para o consumo como para o banho de todos. Por outro lado, através dos relatos observados, foi durante o acampamento que as famílias tiveram um período intenso de formação, diga-se, formação política,

As reuniões tratava da organização do assentamento, como nós ía viver lá no assentamento, quando nós entrasse, né? Que nós ía fazer lá pra nós organizar ele, então nós dizia assim: “Nós tamo se capacitando pra poder nós entrar dentro do assentamento”. Verdade que era uma capacitação mesmo, porque nós tinha todo aquele planejamento que hoje nós tem ainda, o que nós ia fazer, o que nós ia construir, saiu de lá. Ai nós tinha reunião todo dia, toda noite, os planos que nós tinha pra fazer, como nós ia trabalhar, tá aí hoje. (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012).

A organização no acampamento a gente acompanhava, quem dava o acompanhamento era o MST, né? E dentro do MST existe [...] a organização tanto do povo como dos trabalhos, porque hoje existe os trabalhos coletivos, mas já vem do acampamento, porque quando a gente inicia o acampamento existe a limpeza de tudo que a gente consome e no acampamento [...] aquelas conversas a gente ia organizando o povo, se há uma conversa hoje, amanhã o sujeito já tá discutindo ela pra tá organizado. (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012).

Foram nove meses de processo formativo e luta para que o INCRA acelerasse o processo de desapropriação. Uma das ocasiões decisivas deu-se a partir do momento em que

¹¹⁹ Segundo relato de uma das lideranças, aproximadamente 800 famílias estavam acampadas nessa região há mais de 4 anos; parte das famílias havia desistido, outras se deslocaram para outros acampamentos como a Fazenda Renovação e outras ainda permanecem no local. A dificuldade da desapropriação em Xenuaquê girava em torno da existência de 5 herdeiros, portanto, o INCRA alegava as dificuldades de dar andamento ao processo.

os acampados utilizaram como estratégia a ocupação dentro da Fazenda como forma de pressão. Eram três as pautas de negociação, a saber: a própria desapropriação imediata da terra, a segunda se referia à garantia do acesso a água, que deveria ser disponibilizada pelo proprietário até a emissão de posse e, por último, que tivesse terra para trabalhar, pois o inverno já estava próximo. Com isso, apesar de terem sido obrigados a sair imediatamente de dentro da Fazenda, conquistaram tanto a aceleração do processo de desapropriação como o acesso à água pelo proprietário que deveria fornecer 1.500 litros, um dia sim e outro não, para o consumo e para o preparo do alimento da comunidade acampada.

No dia 10 de maio de 2007, às nove horas da manhã, foi dada a emissão de posse das terras que pertenciam à Fazenda Renovação, considerada improdutiva, de acordo com o laudo emitido pelo INCRA. Além da família do proprietário, havia na fazenda 11 moradores e seus respectivos dependentes, perfazendo um total de 49 pessoas. No entanto, no laudo do órgão federal, não consta a presença de parceiros nem arrendatários. Para os Sem Terra, muita comemoração e mística em torno do primeiro passo que eles consideram da luta, a conquista da terra, “aí o primeiro passo nós demos foi à conquista da terra, né, nós começemo a outra luta que foi a questão dos crédito inicial e habitação que o principal pra nós era habitação.”¹²⁰ (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012). Dentre as entidades que participaram e apoiaram essa conquista, na lembrança dos assentados, há o MST, como principal agente, o sindicato e o INCRA.

Por outro lado, os sujeitos entrevistados apontam para as diferenças entre a convivência nos tempos de acampamento e nos dias atuais de assentamento. Expõem que um dos pontos nevrálgicos está entre as ações e concepções individuais e coletivas. Para eles, hoje, apesar de o assentamento ter uma organização boa, havia momentos de conflitos dada a ausência de participação de muitas famílias nas decisões internas, sobretudo, de caráter coletivo. Fatores como a entrada posterior de antigos moradores, os quais não tiveram a vivência dos tempos de acampamento, o processo de individuação e acomodação, para eles, são desafios. Colocam-se da seguinte forma,

¹²⁰ Ainda no período de acampamento, quando dada a notícia de iria haver a desapropriação, o fazendeiro deu início a um processo intenso de exploração da área, como no relato ‘aqui pra dentro da manga tem muito sabiá e aí eles tava tirando tudo levando pras fazendas deles pra banda aqui de cima, aí nós vimo passar 3 carrada, aí nós disse na 4ª não passa mais não e aí quando foi na passou a 4ª lá nós derrubemo uma lá no acampamento aí corremo pra cá que era de muier, de menino, de homem e tudo chegamo aqui tinha mais 3 carrada. Nós derrubamo tudinho de novo aí pronto nós comunicemo a SEMACE, a SEMACE veio ai multou o fazendeiro e aí se nós não tivesse feito isso, nós tinha ficado sem nada aqui’.

Quando [...] a gente vive de acampamento a organização é melhor do que o assentamento. Muda muito quando passa de acampamento pra assentamento, parece que as pessoas se acomodam mais né? E fica mais difícil pra gente resolver os problemas dentro da comunidade. (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012).

Mudô assim proque, o que eu acho que mudou o seguinte, lá onde a pessoa tava lá, o pessoal obedecia, né? Não sei se era a vontade tão grande de entrar, de ganhar um terreno e o pessoal sempre obedecia, né? Quer dizer, o pessoal assistia as reunião, o pessoal colaborava direitinho, quer dizer, tem muita gente que ele só pensa aquelas coisas que ele vai conseguir, depois que consegui parece que, às vezes, esquece, né? Eu acho assim, porque até hoje eu não esqueci do que eu fiz e nem do que eu faço ainda. (Presidente da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012).

A gente achou que aquelas pessoas vizinha, que era vizim do acampamento, a gente achou que como eles procurava a gente, a gente achou que dava essa oportunidade a eles, e aí hoje a gente se encontra com uma família grande dessas pessoas que foi colocado que era vizinho o acampamento, que já era morador velho. A gente colocou e aí foi colocando, aí entrou uma família grande que morava vizim, aí o que acontece a gente tem uma dificuldade grande proque é o seguinte é uma família grande e que não passou por esse processo de acampamento, que não teve aquela capacitação como a nós dizia, então fica difícil. (Presidente da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012).

O assentamento, hoje, organiza-se mediante dos chamados grupos de famílias, os núcleos de base, já apresentados. Em um total de 26 famílias, estas se subdividem em dois grupos de 13 pessoas cada e uma coordenação composta também por 13 pessoas. Para cada grupo, há dois coordenadores, uma mulher e um homem. Os grupos têm a função de discutir as mesmas pautas trinta minutos antes da assembleia geral, que é a instância máxima.

Para eles, há dois fatores que são determinantes no projeto de desenvolvimento: a organização e a produção, esta traduzida pelo trabalho e vida imbricados nesse contexto. Nesses termos, quando indaguei sobre a história da política de ATER no assentamento, foi unânime a afirmativa de que a assistência técnica e a extensão rural são fundamentais junto aos assentados (as) a fim de buscarem melhorias para a vida de todos. Portanto, esta política teria como função contribuir com o conhecimento dos sujeitos do campo com o objetivo de viabilizar mudanças para a melhoria na qualidade de vida das famílias.

Ao rememorar a história da política de ATER no local, um dos entrevistados afirmou que os profissionais da política de ATER contribuíram em dois aspectos importantes: o acesso à informação sobre os primeiros créditos e a organização interna da comunidade,

Nóis tivemos da assistência técnica foi nessa parte dos crédito, da ajuda de algumas dúvidas que nós tinha e aí nós corria em Canindé ou quando eles

marcavam o calendário pra vir aqui a gente fazia, esclarecia algumas coisas, né? E outros pontos que assistência técnica que ajudou muito foi na parte organizativa, porque assentamento e fazenda têm uma diferença muito grande, certo? E quando esses Sem Terra vêm dum acampamento ou vêm pra um assentamento eles vêm com a visão, né? Tem um que manda, que é o fazendeiro. Tem uma fazenda eu tô lá na fazenda dele, ele me manda e eu obedeco, né? E quando vira assentamento é uma realidade totalmente diferente, em vez de ser 1 mandando são 26 famílias que mandam e aí como é constituído um assentamento por ser humano aí vem os problemas. Os problemas vão surgindo e aí cabe a coordenação do assentamento ser maduro e a assistência técnica ajudou muito nessa questão dos problemas que vinha surgindo. (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Na fala do entrevistado, ficam evidenciadas algumas contribuições através da política de ATER; além dos aspectos ligados aos créditos, a mediação na organização do assentamento foi imprescindível, pela nova realidade que ia se apresentando aos assentados (as), realidade que demandavam ações comuns a todos.

Entretanto, a política tinha seus limites porque não se fazia permanente, muitos técnicos eram trocados e as atividades de forma rotineira eram paralisadas pela ausência de recursos financeiros. Nesse sentido, na opinião de alguns, a ATER, à época, não se mostrou como vantagem, mas geradora de problemas. Assim relata uma das lideranças:

Eu não achei muita vantagem na assistência técnica não, até hoje não. Não tem achado muita coisa não, porque é o seguinte nós tivemos um Projeto São José aí. Eu acredito que se nós tivesse uma assistência técnica mais qualificada, como dizer... mais atenta nos trabalho eu acredito que tinha sido melhor pra nós, porque nós tivemos aqui condições de fazer um, o nosso Projeto São José aqui muito próximo do açude que tinha facilitado muito mais pra nós, né? E assim não tô botando tanto culpa na assistência técnica porque essa parte aí também dependia mais da gente também, porque, quer dizer do pessoal do assentamento, porque a gente, nós tinha aqui duas a três pessoas, inclusive eu também queria que esse projeto fosse aqui no pé da parede do açude lá de baixo [...] Devida a ser muita gente que manda, né? Então acabou o pessoal tirando pro outro local. E aí aonde a assistência técnica também trabalhava era muito limitado, né? Aonde aparecia muito pouco também, e aí acabou no final a gente, acabou em nada, o projeto. Ficou assim o projeto que até hoje tá muito assim abatido, né? Era plantação de bananeira, de cajueiro, mamoeiro e hoje nós se encontra ainda só com as bananeiras aí, elas tão aí meia fraca proque, porque dificultou muito o nosso acesso de água dela, porque foi ficar muito longe, muito longe do açude [...] teve uma época aqui que nós paguemos quase 1.000 mil reais de energia, aí que, que acontece a gente já tem bastante coisa pra pagar de energia. (Liderança e membro da associação do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

O relato acima explicita sobre os problemas ocasionados para o assentamento com a implantação do Projeto São José que ficou distante do açude, implicando tanto no custo alto de energia como no não aproveitamento das outras culturas que foram se perdendo. Hoje, através do Projeto, só se produz banana e, ainda assim, é uma produção precária. Destaca o assentado, que a culpa não é só da equipe técnica, mas dos próprios companheiros de assentamento e faz a ressalva “devida a ser muita gente que manda, né, então acabou o pessoal tirando pro outro local¹²¹”, no entanto, enfatiza que se o acompanhamento da política de ATER fosse contínuo haveria a possibilidade de não se ter gerado esse transtorno.

Sobre os cursos que fizeram, recordam que uma ONG mediou o curso de construção das cisternas, além desse não houve nenhuma proposta de formação, principalmente na área técnica. Por outro lado, observam que os principais encontros com a ATER tem sido através de reuniões onde há várias informações sobre as políticas públicas no geral. No que diz respeito ao processo de aprendizado, apontam para o aspecto informativo, bem como para uma perspectiva diretiva, onde as profissionais sempre estão discutindo sobre os deveres e direitos dos assentados.

Em síntese, ao retomar o histórico das experiências com a política de ATER, tanto o assentamento São Francisco das Chagas como o assentamento Terra Livre, revelam a ausência de uma política de direito que seja consonante com suas realidades locais. Trata-se de um conjunto de ações pontuais e fragmentadas que negam qualquer proposta educativa não-escolar de jovens e adultos do campo.

No seguinte tópico dou início ao contexto das atividades de ATER que acompanhei em Canindé, no final de agosto de 2011, através da Chamada Pública. Atentando-me para as lógicas que compõem seu referencial teórico-metodológico que devem reger as práticas de extensão rural exposto em dois documentos principais: a proposta técnica para os serviços de ATER da ACACE/CACTUS e a Chamada Pública nº. 02/2010, esta lançada no mesmo período para dois lotes: Território Sertões de Canindé e Território Sertão de Inhamuns Crateús. Eis o quadro síntese dos Núcleos Operacionais do Território Sertões de Canindé,

¹²¹ A liderança que concedeu a entrevista relembra seus tempos de morador com saudosismo, afirma que era um tempo bom, pois nunca passou por sujeição de patrão. Este só a aparecia uma vez ao ano e lhe ofertava a terra e algumas criações para uso particular. Nessa perspectiva, apesar de achar a vida no assentamento sossegada e boa, disse que antes havia liberdade e, hoje, no assentamento identifica as dificuldades da vivência coletiva, do uso comum da terra.

Quadro 2 – Núcleos Operacionais do Território Sertões de Canindé

Nº. ordem	Território	Núcleos Operacionais	Nº. de municípios	Nº. de Projetos	Nº. de famílias
1	Sertões	Crateús	7	38	1.845
	Inhamuns /Crateús	Tauá	3	7	456
		Santa Quitéria	1	21	1.067
2	Sertões de Canindé	Canindé	4	59	2.536
		Boa Viagem	2	11	746
Total	2	5	17	136	6.650

Fonte: Chamada Pública nº. 02/2010/INCRA.

4.2 A Chamada Pública de ATER em Canindé: concepções pedagógicas de uma política em construção

As Portarias do INCRA de nº. 35/210 e de nº. 581/2010 esclarecem sobre as entidades que podem concorrer à Chamada para a execução dos serviços previstos de ATER, incluindo a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). As instituições que concorrem ao processo podem ter caráter público ou privado, com ou sem fins lucrativos. Cabe às entidades contratadas o planejamento, a execução e a avaliação do processo que devem estar de acordo com a implementação da PNATER e do PRONATER (INCRA, 2010). Nesse sentido, o público atendido pela política, de forma prioritária, são as famílias assentadas das áreas de reforma agrária, contando tanto com os assentamentos federais como com os estaduais, reconhecidos pelo INCRA.

Desde já, um primeiro elemento para ser destacado é que as propostas das entidades, ao concorrerem no processo seletivo, devem estar em consonância com as orientações e concepções indicadas na PNATER, fator que já indica para a obrigatoriedade de uma possível convergência entre projeto de governo e propostas técnicas das entidades da sociedade civil. De uma maneira geral, a elaboração da Chamada Pública de ATER de Nº. 02/2010 está situada nos marcos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), publicada em 2004. Desse modo, é determinante que as entidades que concorreram à Chamada estejam em acordo com a política nacional, sendo este critério de escolha para a execução dos serviços de ATER. Segundo a militante e coordenadora estadual do MST, “toda

a Chamada Pública, a metodologia tem que se encaixar dentro da PNATER [...], o projeto tem que apontar a metodologia dentro disso” (2012). Desde já, estabeleço a importância de se identificar as perspectivas pedagógicas e metodológicas que permeiam os documentos, por ora, elegidos e, com isso, apontar elementos para pensar as práticas dos profissionais de ATER da ACACE.

A Política Nacional surge como resposta às experiências que se desenharam como negativas ao longo da história da política de ATER no Brasil, sobretudo nos marcos da Revolução Verde, a qual tinha como abordagem pedagógica a Teoria da Difusão de Tecnologias para o rural. Além disso, os novos rumos para a construção de outro modelo de desenvolvimento advêm também de críticas em torno da proposta de progresso com foco no econômico para a intervenção nos chamados países “periféricos”, “subdesenvolvidos” ou em “vias de desenvolvimento”. Nomeações embutidas e anunciadas através das concepções ocidentais centrais e dominantes.

Com isso:

a concepção da Política Nacional de ATER está também fundamentada em outros aspectos considerados básicos para a **promoção do desenvolvimento rural sustentável** e pretende-se que seja estabelecida de forma sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e **fortalecimento da agricultura familiar** em todo o território nacional. (PNATER, 2007, p. 4). [Grifos meus].

Anuncia-se a opção pelo chamado desenvolvimento rural sustentável¹²² junto ao fortalecimento da agricultura familiar que se caracteriza pelas populações de economia familiar moradoras do meio rural, são elas: assentados e assentadas em área de reforma agrária, comunidades extrativistas, ribeirinhos, mulheres quebradeiras de coco, pescadores artesanais, comunidades quilombolas, comunidades indígenas e demais públicos que tenham as respectivas características. Nesses termos, a PNATER surge como uma proposta de ruptura e anúncio de um novo paradigma para os serviços de ATER no Brasil, de cunho popular com bases agroecológicas, tendo como objetivo principal:

¹²² De acordo com o Documento Base da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008, p. 54), na visão atualizada de desenvolvimento, há elementos centrais, como: ‘a redução das desigualdades sociais e regionais, a soberania alimentar, a ampliação da participação social, a universalização dos direitos fundamentais, a distribuição da renda, a soberania e a segurança alimentar e nutricional, a reforma agrária, a conservação da biodiversidade e convivência com biomas, a promoção da igualdade de gênero, de geração, raça e etnia, o respeito às pessoas com deficiência, o reconhecimento das diferentes formas de orientação sexual e religiosa, a visão ampliada e crítica sobre o rural, o caráter intersetorial do desenvolvimento, a abordagem territorial e o reconhecimento e garantia dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais’.

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam **atividades agrícolas e não agrícolas**, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o **fortalecimento da agricultura familiar**, visando a melhoria da **qualidade de vida** e adotando os **princípios da Agroecologia** como eixo orientador das ações. (PNATER, 2007, p. 9). [Grifos meus].

O documento base aponta dois principais fios condutores da discussão: a qualidade de vida no meio rural e os princípios agroecológicos com o objetivo de fortalecer o segmento da agricultura familiar de base rural. Vale lembrar que esse postulado surge como uma perspectiva contrária ao discurso hegemônico de desenvolvimento industrial de que o rural sucumbiria com a urbanização.

No que concerne às concepções de ATER, esta é caracterizada como uma ação educativa que deve ter como centralidade a utilização de metodologias participativas, já que define como protagonistas do processo as famílias rurais; fator evidenciado no Manual Operacional de ATER, em 2008, bem como na PNATER, quando trata do enfoque metodológico do Programa a ser implementado. Afirma, como ponto de partida, a participação das famílias; pois, ao invés de inovar para difundir, a proposta defende a construção coletiva das inovações, tomando, como ponto, as necessidades e realidades dos sujeitos do campo. Assim, “as ações de ATER devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar” (PNATER, 2007, p. 6). Deve-se também adotar um enfoque holístico e integrador nas estratégias de desenvolvimento, cuja abordagem referida seria a sistêmica.

Sobre a postura dos profissionais de ATER, os quais a PNATER classifica como agentes, estes devem desenvolver um papel educativo centrado na “práxis que respeite diferentes sistemas culturais” (*Ibid.*, p. 6), tendo os mesmos o papel de conhecer melhor as realidades para intervir de acordo com as mesmas. Acresce a esse aspecto a urgência de um novo profissionalismo, o qual possui as seguintes diretrizes: que construa uma relação de confiança e compromisso com as comunidades rurais, que seja um facilitador do processo a fim de possibilitar a construção conjunta de autonomia com os sujeitos, que saiba utilizar metodologias diversas e adequadas aos respectivos contextos e que tenha uma postura de autocrítica para refletir durante todo o processo de suas ações junto às comunidades do meio rural.

Para tanto, importante destacar alguns dos princípios que tratam da perspectiva pedagógica: a) adoção de uma **abordagem multidisciplinar e interdisciplinar** com

metodológicos participativos, cujo paradigma tecnológico é a agroecologia; b) construção de **gestões democráticas nas decisões**, fortalecendo o **controle social** no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades; c) desenvolver **processos educativos permanentes e continuados**, a partir de um **enfoque dialético, humanista e construtivista**, garantido a melhoria da qualidade de vida e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. (*Ibid.*, p. 7). [Grifos meus].

Examinarei os grifos, como ponto de partida, para tratar de algumas questões pertinentes à área pedagógica. Num primeiro momento, a abordagem multidisciplinar e interdisciplinar com a utilização de metodologias participativas. Com isso, os profissionais tenderiam a um melhor diálogo, conhecimento e troca de saberes para intervir na realidade rural.

Em um segundo momento, destaquei a gestão democrática, a cidadania e o controle social perante as políticas públicas. Cabe à nova abordagem pedagógica mediar um processo que propicie uma postura autônoma de tomada de decisões por parte das famílias e comunidades rurais. Por último, o texto indica uma prática educativa de caráter permanente e continuado a partir de três enfoques: o dialético, o humanista e o construtivista. Os dois primeiros enfoques encontram afinidade com os princípios da educação libertadora trabalhados por Paulo Freire (1977; 2004; 2005). Já a perspectiva construtivista se evidencia, cuja matriz de pensamento está fincada em Jean Piaget, quando da elaboração da sua teoria do conhecimento. Pondo-se a identificar e afirmar que há, de início, duas concepções e orientações para as atividades de ATER.

Vale salientar que alguns estudos acerca da extensão rural têm apontado para um possível diálogo entre Freire e Piaget para pensar as ações pedagógicas¹²³. Costa (2009, p.81), em seus estudos de mestrado sobre a prática de extensão no Perímetro Irrigado Baixo Acaraú aborda referidos autores em diálogo permanente para referir uma nova perspectiva educativa na ação extensionista. De um lado, retoma Paulo Freire para discutir a educação problematizadora, de outro, fundamenta-se em Piaget para falar da educação moral e da autonomia dos sujeitos.

No entanto, em uma leitura marxista acerca da Teoria do Conhecimento em Jean Piaget, considerando a relação sujeito-objeto, Braga (2005, p. 69) afirma que Piaget define o “homem como um indivíduo submetido a uma condição naturalmente dada”, afastando-se,

¹²³ Também ver ANDRADE (2010); PNATER (2004).

nesse sentido, de uma noção de sujeito como Ser real e concreto, sem levar em consideração as condições objetivas do mesmo. Pensamento que não se coaduna com Paulo Freire na medida em que este pensa a educação a partir da realidade existencial dos grupos sociais. Para Freire (1977, 52), um dos processos centrais no ato de educar é o diálogo e é a partir desde que deve ocorrer “a problematização do conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la”. Portanto, levanto a seguinte questão: Até que ponto é possível dialogar com duas teorias que têm concepções educativas distintas, que pensam homens e mulheres diferentemente, já que estamos falando de uma política fincada no desenvolvimento?

Além disso, o documento, ainda, nas orientações estratégicas, há outro item que complementa a perspectiva pedagógica: a **Pedagogia da Alternância**, também construída **a partir da realidade dos agricultores familiares**. Os fragmentos encaminham a orientação sobre o uso de metodologias que estejam de acordo com as realidades rurais, sendo destaque a proposta da Pedagogia da Alternância, que tem como centralidade o imbricamento entre teoria e prática junto ao processo de aprendizagem.

Em síntese, a PNATER, nas orientações metodológicas, reafirma que a ATER deve ter caráter educativo voltado para uma pedagogia da prática, cujo objetivo será a apropriação de conhecimentos gerados coletivamente. Com isso, torna-se importante o uso de metodologias participativas, considerando como ponto de partida a realidade e o conhecimento local. A política orienta a utilização de atividades de pesquisa-ação com centralidade no protagonismo dos sujeitos do campo.

Nessa perspectiva, os profissionais de ATER e suas respectivas instituições devem mediar uma relação “dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade” (*Ibid.*, p. 11). Ademais, replica que a pedagogia tem uma concepção humanista e construtivista, retoma-se aqui o centro do debate sobre duas perspectivas distintas.

No estudo realizado sobre as concepções pedagógicas na proposta técnica dos serviços de ATER da ACACE, de uma maneira geral, há uma convergência para o tratamento da abordagem da extensão rural referido tanto na Chamada Pública de ATER como na PNATER. A apresentação da proposta aponta para os seguintes preceitos, a saber: utilização de metodologias participativas, privilégios do potencial endógeno das comunidades e territórios, diga-se saber local, e enfoque holístico e integrador, cuja abordagem seria a sistêmica. Esse

fator pode ser compreendido a partir da fala de uma militante e coordenadora estadual do MST, em entrevista concedida à pesquisa, em 2012, sobre a PNATER:

a **metodologia da Chamada** foi **definida pelo INCRA**, quer dizer o INCRA decidiu a chamada, nós nos reunimos no processo da chamada e definimos como ía fazer cada [...] a metodologia **tem que se encaixar dentro da PNATER**. Eu não posso inovar a lei que a PNATER propôs que é **uma lei boa, que tá aberta** e tal, **só que ela tem esses entraves** [Grifos meus].

Esses aspectos são esclarecidos também pelos critérios determinantes para concorrer aos serviços de ATER. Entretanto, é reconhecido pela mesma militante que a “PNATER foi uma política construída com a participação de muitos atores, dos movimentos sociais, das entidades, então ela tem muita abertura pra se avançar dentro disso”. Por outro lado, a política vislumbra as questões burocráticas, os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e outros que estão dentro do INCRA, são necessários, mas acabam controlando e limitando, corroborando para as dificuldades no decorrer do processo.

Em aspecto complementar, a ACACE explicita que a proposta de participação junto às comunidades rurais será através do processo de reflexão-ação-reflexão para superação das dificuldades existenciais. E, de forma mais específica, trata de nomear alguns procedimentos técnicos metodológicos, como o Diagnóstico Rural Participativo (DRP), com destaque para entrevistas semiestruturadas, dinâmicas de grupos, perfis históricos, mapa comunitário, entre outros. Dentre as atividades de maior periodicidade: as visitas técnicas¹²⁴, as oficinas com vivências práticas, cursos de curta duração e intercâmbios.

Explicitadas as concepções que permeiam referidas políticas de ATER, do INCRA e da ACACE, dou continuidade ao contexto da política em Canindé. Para tanto, o objetivo é compreender que as práticas não estão isoladas das “amarras” políticas, estão previamente determinadas, apontando para os limites e os desafios dos profissionais de campo.

A Chamada Pública de ATER foi dividida em 13 lotes correspondentes aos treze territórios rurais no Estado. As entidades poderiam participar tanto de forma individual como consorciada. No Território Sertões de Canindé, devido ao montante de atividades e serviços, bem como o número de famílias a serem atendidas, a ONG CACTUS e a ACACE, entidades inclusive que já vinham desenvolvendo a ATER e ATER no Município, concorrem em forma de parceria através de um consórcio a fim de disputar a Chamada. E ganharam a concorrência

¹²⁴ O referido documento explicita que a visita técnica inclui o assessoramento, a demonstração, a orientação e a construção conjunta das soluções nos respectivos sistemas produtivos.

para a execução dos serviços a CACTUS, atuando como empresa âncora e/ou líder; e a ACACE, como consorciada¹²⁵.

O lote de nº. 02/2010, que inclui o município de Canindé, esteve para dois Territórios: Sertões de Canindé e Inhamuns Crateús. Para cada Território há os chamados Núcleos Operacionais (NOP) com o objetivo de melhor dividir e coordenar as atividades de um determinado município. Assim, “os Núcleos Operacionais foram constituídos em função das distâncias existentes entre os Projetos de Assentamento e do número total de famílias assentadas na região” (INCRA, 2010)¹²⁶. Ao tomar como exemplo o Território Sertões de Canindé, há a divisão entre dois NOPs: um centralizado no município de Canindé, perfazendo um total de 2.536 famílias distribuídas em 59 Projetos de Assentamentos Rurais, incluindo quatro municípios (Canindé, Caridade, Paramoti e Itatira); o outro situado no município de Boa Viagem, com um total de 746 famílias distribuídas em 11 Projetos de Assentamentos Rurais, atendendo a dois municípios (Boa Viagem e Madalena). Ao somar os dois Núcleos Operacionais, contabiliza-se um total de 3.282 famílias assentadas a serem atendidas pelas respectivas entidades.

A seguir, exponho o quadro sobre a composição do quadro de profissionais de ATER a serem contratados e a proporção de famílias que compete a cada um atender.

Quadro 3 – Proporção de profissionais para famílias atendidas pelos serviços de ATER

Nº. de famílias atendidas por técnico(a)	85/1
Proporção de profissionais de nível universitário no total da equipe	1/3
Proporção de profissionais da área das Ciências Agrárias	1/125 famílias
Proporção de profissionais da área de Ciências Sociais, Ambientais e Econômicas	1/250 famílias

Fonte: Chamada Pública nº. 02/2010/INCRA.

¹²⁵ A entidade líder do contrato tem relação direta com o INCRA, ou seja, toda relação do contrato se dá entre a entidade líder e o INCRA, sobretudo os recursos financeiros, estes são repassados para a líder e esta repassa à entidade consorciada, no caso a ACACE. No entanto, no que se refere às atribuições dos serviços, não há distinção. Sobre a atuação do consórcio, irei tratar mais a adiante.

¹²⁶ Forma de organização também exposta no Manual de ATER de 2008.

Quanto à proporcionalidade¹²⁷ na relação profissionais/famílias assentadas, chama a atenção o quantitativo de famílias por profissionais, aspecto que teve repercussão durante a execução das práticas de ATER. Segundo uma das profissionais de ATER da ACACE, esse fator pode ser observado da seguinte forma:

não me considero técnica, **me considero operária da reforma agrária, construtora, às vezes, construtora trabalha mais, às vezes, trabalha mais até na demolição do que na própria construção** e [...] tinha que mudar cara, tinha que mudar assim, sabe, acho que dentro das próprias empresas **não acho justo Raquel eu trabalhar em 11 assentamentos**, eu não sei, deveria trabalhar em dois, em três [...] **quem roda em 11 Raquel não trabalha em nenhum**, não faz por nenhum, certo, não faz, né. (Técnica de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

O relato evidencia que a proporção de profissionais para o atendimento junto às famílias assentadas vem causando desconforto para as equipes e desânimo para os assentados e as assentadas. Além de as atribuições acarretarem um trabalho árduo e cansativo, deixa claro que os resultados não podem ser tão positivos para as comunidades rurais quando a profissional sugere que seu trabalho de “operária” caminha mais na “demolição do que na própria construção” da reforma agrária.

No que se refere aos serviços a serem executados pelas entidades contratadas, perfazem uma somatória de 89 serviços específicos que, de acordo com o INCRA, são de “caráter familiar e coletivo”, atendendo a 21 metas¹²⁸. Além de ter como base o PTDRS, a Chamada teve como apoio o II Plano Regional de Reforma Agrária do Ceará, a PNATER, o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ceará (PDRS) e o Manual de ATES.

Além dos documentos que embasam os contornos dos serviços e das metas a serem alcançados, os técnicos do INCRA, quando falam sobre o processo de construção desses contornos, completam que a distribuição e a elaboração das metas propostas na Chamada Pública deram-se da seguinte forma:

¹²⁷ O documento explicita que a proporção está referenciada no Manual de ATES de 2008.

¹²⁸ A lista de eixos, metas que podem ter mais de um serviço solicitado. No entanto, a título de esclarecimento, busco no Eixo I – Apoio à Gestão Territorial – exemplificar a proposta; nesse eixo, há 6 metas: meta 1: 1 tipo de serviço: Oficina; meta 3: 1 tipo de serviço elaboração de Planos de Desenvolvimento do Assentamento (PDA); meta 5: 4 tipos de serviços: elaboração de plano de negócio, visita técnica – grupos e organizações, reunião e cursos; meta 6: 2 tipo de serviço: visita técnica – grupo e organizações e mapas temáticos. As metas partem de seis eixos temáticos que compõe o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, a saber: I - Apoio à gestão territorial, II - Organização sustentável da produção, III - Saúde, saneamento e acesso à água, IV - Direitos e desenvolvimento social, V – Educação, cultura e infraestrutura, contando ainda com eixos transversais e VI - Meio Ambiente e atividades complementares. Estas últimas dizem respeito a possíveis demandas advindas dos assentamentos, as quais não estejam contempladas nas metas.

a gente participou, do início da discussão, da elaboração, mas teve a coordenação do Eduardo que é o superintendente substituto que ainda é hoje junto com a Chefia da Divisão de Desenvolvimento, basicamente foram eles que elaboraram a Chamada. (Técnica do INCRA e membro da equipe de monitoramento da política de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus]

Outra técnica do órgão relata que:

teve a participação dos servidores aqui, né, de todos, quem trabalhava com créditos, teve um momento com o gestor [...] o Eduardo Barbosa que elaborou isso aí, elaborou a Chamada Pública, teve um momento de falar o que a gente precisa da ATER, que que a gente espera dos técnicos de ATER, e aí ele colocou essas nossas necessidades dentro daqueles serviços lá, certo [...]. (Técnica do INCRA e membro da equipe de monitoramento da política de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

A elaboração da Chamada, como relatada pelos técnicos governamentais, foi em nível institucional a partir de uma equipe responsável junto à Chefia da Divisão de Desenvolvimento. De acordo com os eixos específicos, previamente delimitados, os técnicos de diversos setores do INCRA eram mobilizados para dar suas contribuições junto à construção das metas, seja na educação, na cultura e, assim, por diante, de acordo com as necessidades de cada setor. Esse ponto é elucidativo para explicitar que um dos pontos criticados, principalmente pelos profissionais de ATER em campo, bem como pelas famílias assentadas, foi o não entendimento das definições prévias de serviços e metas para os respectivos trabalhos. Com isso, para os mesmos sujeitos, o processo se deu de forma arbitrária na medida em que não se levou em consideração as realidades e as necessidades das famílias assentadas, pois:

eu não acho, eu tenho certeza, porque a gente sente isso e percebe dos outros companheiros que essa Chamada tá se configurando mais como uma inversão de desestimular os próprios profissionais e os agricultores, a gente pensava, eu pessoalmente pensava, eu achava que com esse novo processo com uma configuração diferente, [...] por mais que não tivesse acontecido participação popular na construção desse projeto, ou seja, que as famílias assentadas não tivessem sido ouvidas, que os representantes, as entidades que representa os trabalhadores tivesse sido, sido, tivesse tido a participação, se tivesse sido convidado também pra tá intrinsecamente participando desse processo, se isso não aconteceu e essa chamada tem contribuído muito pra questão de desestimular os profissionais e claro, mais ainda as famílias assentadas, porque a gente não tem conseguido, no sentido enquanto profissional ter bons resultados nessa questão dos trabalhos e automaticamente com isso você não se sente realizado numa atividade dessa. (Técnico em Agropecuária da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

As reflexões destacam alguns elementos importantes do processo. Quando o profissional expõe sobre o “caráter invertido” que se tornou a Chamada é porque muitos haviam criado expectativas pelo fato de os contratos serem diretamente com as entidades

civis; além da promulgação de uma lei específica para ATER, o que deveria configurar como uma política pública, de caráter continuado e permanente. O outro aspecto é de que as expectativas foram tão positivadas, pois até mesmo a ausência da participação na elaboração das demandas por parte das famílias assentadas poderia ser contornada em campo com os possíveis ajustes. Dando sequência ao exposto, o profissional conclui que o processo acabou sendo alvo de desestímulo para os sujeitos envolvidos no processo. Sobre o mesmo assunto, outro profissional da ACACE se coloca da seguinte forma:

na ATER você não consegue ouvir o assentado, não consegue ouvir ele, né, você é, faz o que tá proposto pelo governo que acha que conhece o trabalho aqui, ignora o conhecimento e as necessidades dos trabalhadores, foi uma Chamada que não teve uma participação massiva, direta na sua construção pelos movimentos, pelos trabalhadores, baseado só no período de campo do INCRA, não teve também construção pelos próprios técnicos de ATER antes, então ela, ela chegou num ponto de saturar o interesse dos assentados e a visão dos interesses da assistência técnica, então com esse convênio ela não tem resultados concretos pra assentamento não. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Diante das mudanças e críticas ocorridas nesse processo, surgem já no início da Chamada Pública, duas mesas de negociações para debater a política de ATER: a Mesa Técnica e a Mesa Política, ambas ocorriam uma vez por mês. A constituição das Mesas de negociações é parte das pressões da sociedade civil frente ao governo, podemos elucidá-las como campos de disputas hegemônicas a fim de que a política de ATER atenda as famílias rurais de acordo com as realidades trabalhadas¹²⁹. A Mesa Técnica tem como objetivo discutir aos aspectos burocráticos como os meios de verificação, as dificuldades e esclarecimentos para execução dos serviços, as formas de comprovações. Remete-se a tratar de questões técnicas e administrativas relativas ao processo, com o fim de tentar, a partir dos aspectos legais e reais, isto é, da demanda publicizada pelos assentamentos rurais, viabilizar algum encaminhamento para tornar a política mais flexível. Participam dessa Mesa os técnicos do INCRA, que fazem parte do monitoramento e fiscalização, o superintendente, o coordenador dos contratos de ATER no INCRA, representantes das entidades que compõem a Rede de ATER e da ACACE. Já a Mesa Política é composta pelos movimentos sociais e sindicais, no caso, o MST e a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ceará (FETRAECE). Esta

¹²⁹ Necessário deixar claro que a constituição das Mesas foi parte da pressão da sociedade civil sobre a política de ATER. Nesse sentido o INCRA propôs essa configuração para debater os entraves com as entidades parceiras.

Mesa tem como objetivo tratar de questões mais gerais, como o orçamento que o INCRA dispõe para a política de ATER. Para o técnico da ONG CACTUS:

essas instâncias elas, **no primeiro momento, foram complicadas** exatamente por essa **resistência** de, essa e um pouco dessa **falta de sensibilidade para, para realidade que as entidades estavam vivenciando no campo**, mas que **no decorrer** do processo isso **foi mudando** e aí mudando, mudando, **mas não resolvendo**, né. Mudou a posição de quem, do INCRA, mas não resolveu a situação, é então por isso foram situações que a gente tem vivenciado, né, tem sofrido dentro desse, desse contrato. (Técnico em Agropecuária e coordenador da CACTUS, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Para o técnico do INCRA, as Mesas constituídas para as negociações são conseqüências de um processo que, no Ceará, vem sendo participativo. Nesse sentido, com as dificuldades sentidas no início da política atual, foi que se originou a necessidade da instituição de duas Mesas como canal de diálogo entre governo e entidades civis e movimentos sociais.

A partir das dificuldades verificadas, deram-se início às reflexões sobre as possíveis mudanças na execução da política através das mesas constituídas; considerando que as dificuldades foram sentidas tanto por parte das entidades como por parte dos próprios técnicos do INCRA, que, com o quadro de servidores deficitário, ficaram assoberbados de trabalhos, gerando um acúmulo e atraso nas verificações, emperrando o repasse de recursos. Com isso, uma das medidas propostas, à época, referiu-se a um possível aditivo na Lei que teria como objetivo flexibilizar a quantidade de serviços, sendo os mesmos redirecionados de acordo com as necessidades das famílias assentadas. Por exemplo, em vez de o profissional preencher um número exato de 2 visitas por família durante um ano, as visitas podem ser ampliadas de acordo com as necessidades de campo. Por outro lado, o profissional deve limitar outras atividades e/ou ações planejadas na Chamada. Outra medida anunciada nas entrevistas seria a adequação dos meios de verificação, no caso, tentar simplificá-los dando agilidade à liberação de recursos. Assim como está sendo discutido um possível processo de formação para os profissionais de ATER.

Em síntese, o quadro descrito aponta para alguns elementos divergentes. A política de ATER dá início aos trabalhos com um modelo já definido, o que irá acarretar, no decorrer do processo, insatisfação tanto por parte das entidades, dos movimentos sociais e sindicais como por parte das famílias assentadas. Por outro lado, essa definição fez parte de um conjunto de ações baseadas em documentos importantes que teve a participação, mesmo que restrita, de atores sociais ligados a diversos movimentos da sociedade civil. Esses documentos são: o

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ceará, o II Plano de Reforma Agrária do Ceará e a PNATER. Em seu conjunto, trata-se de um projeto conjugado para um modelo de desenvolvimento territorial que deveria garantir os direitos da política de ATER às famílias assentadas rurais, considerando as predisposições econômicas com bases agroecológicas, as ações específicas voltadas para mulheres e jovens, a ampliação das discussões em torno da educação do campo, o diálogo permanente com as comunidades rurais e outros. Assim, define o documento da Chamada Pública que a intervenção dos agentes de ATER “deve ocorrer de forma democrática, adotando metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, tendo **‘sempre como ponto de partida a realidade e o conhecimento local’**” (INCRA, 2010, p. 28). Nesse enunciado, penso ser contraditória, não a base em que se assentou a elaboração dos eixos, metas e serviços, mas a forma como isso vem se desenvolvendo no campo prático; pois, se buscarmos o sentido dessa última frase em destaque é possível que os serviços que já vinham definidos ganhem um caráter arbitrário, visto que não se consideraram a diversidade e a complexidade que os assentamentos rurais apresentam, pelo menos em Canindé.

Araújo (2011, p. 102) quanto à política de ATER empregada no estado do Maranhão, analisa que o reconhecimento pela diversidade e respeito às diferenças no tratamento exposto na política é parte das lutas empreendidas pelos sujeitos que vivem no campo. Entretanto, a despeito da contraditoriedade embutida nas ações do Estado brasileiro, este “tem negado sistematicamente a existência social desses povos, na medida em que as políticas governamentais continuam sendo pensadas de forma ‘universal’ [...] o que mais tem servido para apagar as diferenças existentes do que para garantir direitos às diferenças.” (NETO, 2006, p. 13 *apud* ARAÚJO, 2011, p. 102).

No mais, vale ressaltar que as mudanças que foram identificadas como um problema para os atuais serviços de ATER não cobrem a totalidade da política em si. Apesar de alguns sujeitos, sobretudo, assentados, assentadas e profissionais de ATER fazerem maiores críticas ao processo, foram também identificados pontos que se configuram como avanço. Alguns elementos foram destacados como significativos, a saber: a obrigatoriedade de atender e de visitar todas as famílias assentadas¹³⁰; assim, há melhores parâmetros de avaliação, pois, segundo uma militante do MST, “anteriormente era muito solto, era difícil você medir o

¹³⁰ Antes, os trabalhos eram feitos apenas com alguns grupos que tinham mais aproximação com as equipes, outro elemento é de que, bem no início, havia a perspectiva de continuidade por cinco anos já que havia uma proposta de renovação anual, expectativa que acabou sendo desconstruída no decorrer do processo.

resultado da assistência técnica, agora é mais possível, você deveria fazer cinco transição agroecológica [...] então você tem um parâmetro melhor pra avaliar se a família melhorou ou não sua situação” (2012). Outro ponto positivo foi o aumento do custo por família, “anteriormente era 600 agora é 1.200 reais o custo/família ano” (militante e coordenadora estadual do MST, 2012), aspecto bastante positivo se considerarmos que os recursos sempre foram colocados como problema dentro da política de ATER. Também foi declarado como importante ter uma política definida através da PNATER e uma lei específica, pois, apesar dos problemas apontados, os sujeitos percebem isso como positivo.

Sobre o caráter divergente entre a proposta de governo e as realidades rurais, lanço uma síntese. De um lado, o acirramento de uma proposta governamental previamente determinada para ser executada dentro de prazos estabelecidos, em um ano. De outro, um processo de negação, no caso das famílias assentadas, das propostas e ações estabelecidas visto que não estavam em consonância com as suas expectativas imediatas. Com a “abertura” para negociações através da instalação da Mesa Política e da Mesa Técnica, já em virtude das dificuldades iniciais, abrem-se caminhos para dar maior visibilidade aos dissensos. A partir desse momento, com os contínuos canais de interlocução entre atores da sociedade civil e do órgão do governo, iniciam-se as possíveis mudanças que ainda se configuram como restritas, conforme relatado.

Os elementos identificados fazem parte dos objetivos a serem alcançados na pesquisa, na medida em que as práticas dos profissionais de ATER estão fincadas não somente em suas próprias concepções, mas também nos determinantes que regem a política, aspecto que será trabalhado de forma complementar no próximo tópico quando discuto as lógicas reveladas na política de parceria.

4.3 “Parcerias”: campo político em construção?

A parceria para a execução das políticas públicas entre governo e entidades da sociedade civil organizada, principalmente entidades vinculadas a diversos movimentos sociais, vem sendo uma tônica nos dias atuais. Para Munarim (2008, p. 36), no Brasil, o marco desencadeador desse processo é a Constituição de 1988, a qual institui “a política de descentralização de poder e descentralização administrativa que tem viabilizado as parcerias entre organizações da sociedade civil e o Estado nos mais diversos níveis”. Movimentos que,

até então, negaram a institucionalidade a partir de um enfretamento e crítica ao Estado capitalista vigente, acabando por aderir às parcerias e tendo como um dos objetivos viabilizar direitos, até então, conquistados.

De uma maneira geral, analisando os discursos e as práticas, a política de ATER vem sendo desenvolvida com a seguinte ordem: de um lado, as entidades que concorrem e formam parcerias para executar os serviços a serem prestados; de outro, a regulação do governo com ações de fiscalização e monitoramento, como visto no tópico anterior, sem contar com as ações do Tribunal de Contas da União (TCU) como agente central para averiguação sobre os acordos contratuais a partir das práticas das entidades executoras. Os movimentos sociais e sindicais buscam através de outros espaços, como as constituídas mesas, tanto política como técnica, intervenções naquilo que não estão de acordo. Ditos como espaços de negociação, as mesas também têm cumprido o papel de “orquestrar” os descontentamentos gerados com as orientações do governo para a execução dos serviços.

No entanto, é importante ressaltar que o contexto expõe um quadro paradoxal, pois Carvalho (200-, p. 7) nos lembra que o Estado é regulado pelo sistema capitalista que tem sua representação na hegemonia dos capitais financeiros; sendo assim, as parcerias se configurariam dentro de uma versão neo-liberal “para justificar a transferência de atribuições do Estado para a Sociedade Civil. Nessa direção – hoje tão em moda – a participação fica restrita ao nível da Execução dos Serviços Sociais e nunca da Decisão e do Controle Social”, aspectos esses que vão dificultando possíveis ações inovadoras por parte da sociedade civil organizada.

Em diálogo com o pensamento da autora, o técnico da ONG CACTUS, quando reflete sobre as parcerias entre governos e movimentos sociais e sindicais, faz a seguinte observação:

É, a gente ainda percebe que existe entendimento, é vamos dizer que a nível de Estado, a nível das direções, mas não existe um entendimento, **temos uma dificuldade de trabalhar nos municípios, na base, né?** E aí também eu acho que **precisa é amadurecer um pouco, assim, separar, até porque deve separar mesmo essa questão do que é o movimento social, o que é o movimento sindical, o que é o papel do governo.** Muitas vezes, eu acho que se a gente confundir essa parceria a gente acaba que tendo que assumir o papel de governo e deixando de cobrar, se sentindo, pela gente ter essa história de luta, e hoje tanto o governo estadual como o governo federal ter é, tá trabalhando **essas parcerias. A gente tem percebido, de certa forma, um esfriamento dos movimentos, e isso é se torna acho que visível na, nas próprias mobilizações,** nas próprias, a gente percebe que existe **uma dificuldade de se fazer alguns serviços, mas eu acho que é importante,** acho que assim necessita é **a gente ter clareza do que é essa relação de parceria** em si mesmo. (Técnico em agropecuária e integrante da coordenação da ONG CACTUS, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

O que se evidencia no depoimento do profissional são algumas contribuições sobre o sentido que as parcerias entre governos e movimentos da sociedade civil organizada vêm tomando. A saber, o processo de amadurecimento é de suma importância nesse conjunto, mostra-nos que são experiências recentes e que precisam ser fortalecidas a partir de reflexões internas. Os papéis se tornam, às vezes, confusos e contraditórios quando os movimentos assumem para si as atribuições embutidas nas políticas “amarradas” aos contratos, que regem todo o aparato da burocracia estatal. Portanto, a sociedade civil, por ora, é vista como cumpridora de serviços a serem prestados mais em benefício do Estado do que da própria sociedade. Acaba também “deixando de cobrar”, de realizar o papel que antes era sua marca registrada, diga-se controle e pressão social. Com isso, penso que a parceria também pode se caracterizar como consenso.

Numa análise mais crítica, Ricci (2010, p. 170) expõe que:

as multiplicações das conferências municipais, estaduais e federais que ocorreram sob a gestão Lula não alteraram o processo de elaboração das políticas públicas do país e nem mesmo foram incorporadas às peças orçamentárias da maioria dos entes federativos. Não alteramos a lógica de funcionamento e de execução orçamentária efetivamente.

O autor acrescenta que a participação da sociedade civil não alterou as mudanças sobre a burocracia de cunho vertical e autoritária coordenada pelo Estado. Diante disso, conclui que a institucionalização dos movimentos sociais também se tornou hierárquica, dependente de fontes financeiras permanentes, com um quadro administrativo consoante com as exigências do Estado na elaboração das políticas públicas.

Para Rancière (1996, p. 103), essa configuração seria definida como consenso em detrimento da instauração da própria democracia, isto é, a anulação da política; pois, para o autor, a democracia “é a instituição de sujeitos que não coincidem com partes do Estado ou da sociedade, sujeitos flutuantes que transformam toda a representação dos lugares e das parcelas”. Portanto, a democracia anuncia e institui o que ele nomeia de comunidades específicas, as quais se caracterizam por serem “comunidades polêmicas que põem em jogo a própria oposição das duas lógicas, a lógica policial da distribuição dos lugares e a lógica política do traço igualitário” (*Ibid.*, p. 103).

Entretanto, ao considerar nossa especificidade através das recentes conquistas de direitos ampliados e do recente processo de redemocratização, considerando nossas raízes abismais, quando do regime de escravidão, sujeição, aniquilamento e expropriação das culturas indígenas, camponesas, dentre outras, a presença dos movimentos sociais e sindicais,

em cena, é fundamental para fazer pressão diante do estabelecido, que Rancière conceitua como polícia.

Ao indagar, durante entrevistas semiestruturadas e individuais, alguns membros dirigentes da ACACE e do MST sobre como percebem esse processo de parcerias, obtive como respostas:

Sim, acho que podemos falar de **parceria forçada**, de certa forma. **Há técnicos do INCRA que tem sensibilidade** com a causa da reforma agrária. **Hoje a SDA está sentando com o Movimento** para tratar das verbas para os assentamentos estaduais, **temos parcerias com outros órgãos também: no setor da saúde, meio ambiente, educação e outros** (Militante e coordenadora estadual do MST, em entrevista concedida à pesquisa, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Com o INCRA, historicamente, não diria a parceria, o que o Movimento vem fazendo é pressão para executar os projetos. Há dois problemas cruciais: a questão orçamentária, não basta vontade política; segundo, **a burocracia**, esta inviabiliza o tempo que a instituição leva para executar, perdemos muito com os planejamentos, não sendo mérito do INCRA, mas papel dele no processo de reforma agrária. **Defendemos o mesmo, porque é através dele que temos a viabilidade de atender as classes populares** (Agrônoma e integrante da coordenação estadual de ATER da ACACE, conversa realizada a partir da pesquisa exploratória, 2012). [Grifos meus].

Ao analisar as colocações, a primeira ideia é a de que a parceria parte de uma necessidade objetiva, no momento mesmo em que o Movimento, através de associações e cooperativas, institucionaliza-se como estratégia política para intervir e empreender políticas públicas junto aos assentamentos rurais. Segundo os relatos, um fator também positivo se dá quando os órgãos, como INCRA e SDA, dialogam com os movimentos sociais.

Para a agrônoma e coordenadora do setor de ATER da ACACE, ao se reportar à parceria como uma estratégia de pressão, expôs de forma complementar que existe um processo de perseguição dentro do INCRA, “porque persegue a nós, exemplo, é o PRONERA e a ATER”. Ela reflete também sobre a influência que tem a bancada ruralista como principal interventor desse processo. A bancada, em sua opinião, observa a ATER como uma “arma” na mão, muitos estados não tem ATER, replica a mesma entrevistada. Com isso, percebo que os conflitos se tornam permanentes devido aos distintos interesses políticos em jogo que culmina com projetos de desenvolvimento em disputa. Contudo, ao finalizar a referida entrevista, a mesma sai em defesa do fortalecimento do Estado através da referência que faz ao INCRA:

O Movimento atua para que o INCRA viva a fim de melhorar e atender a classe. Até a **escolha do superintendente do INCRA é por disputa**. Nos **setores do INCRA há um mínimo de pessoas**, funcionários públicos que estão trabalhando, houve o concurso, poucos foram chamados. **Os que são antigos não acreditam mais na reforma agrária, há conflitos permanentes** (Agrônoma, militante do

MST e integrante da coordenação de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Por fim, a entrevistada identifica que “há relação de diálogo, mas também conflito” entre o INCRA e o MST em ação conjunta para a atuação através das políticas públicas. Esses primeiros relatos me trazem elementos para pensar o sentido das parcerias na relação estabelecida entre Estado e Sociedade Civil, pois a primeira hipótese a ser lançada é a de que as parcerias, nesse contexto específico, não se fazem de forma tão harmônica, ou mesmo com um caráter apaziguador de tensões sociais, já que estas permanecem, mas em um novo contexto, o institucional.

Por outro lado, para os técnicos do INCRA, a parceria com os movimentos sociais no contexto da reforma agrária e da política de ATER vem se configurando da seguinte forma:

é importantíssimo toda a política de reforma agrária ela tem... ela é resultado do movimento social, então aqui no estado do Ceará nós tínhamos primeiro a organização dos assentados, principalmente depois da FETRAECE sempre acompanhou os assentamentos e depois teve aqui a organização do Movimento Sem Terra em 89, então hoje nós temos movimentos fortes que acompanham, né? **Os assentados fazem parte tanto da parte da FETRAECE como da parte do MST e eles são fundamentais** na, quer dizer, **na medida que eles têm força e conseguem reivindicar, avança, né, politicamente**, tem condições política de fazer **avançar o processo de reforma agrária e de acompanhamento também da assistência técnica e quando eles não têm essa força também enfraquece a política**. Então é fundamental essa parceria e ela existe na prática, tanto tá colocado aí, **por exemplo, a mesa política, e a mesa técnica porque politicamente têm questões que são decididas mais gerais pra garantir os programas da parte técnica em si** (Agrônomo, técnico do INCRA e membro da equipe de monitoramento e fiscalização da política de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

é fundamental, né, a importância, **porque o Estado sozinho ele não consegue chegar**, não consegue chegar na ponta, e **já que assistência técnica é pública não tá assim sucateada, necessitando de concurso**, necessitando de ampliação ela não consegui abarcar toda a realidade e **ficando uma parcela sem atendimento se não tivesse essas entidades não governamentais eu acho que, é a estratégia que a gente tem pra tentar fazer com que essas famílias sejam atendidas, né?** Acho que é necessário. É necessário. (Técnica do INCRA e membro da equipe de monitoramento e fiscalização da política de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Ao verificar as falas acima, as parcerias aparecem como necessidade entre governo e sociedade civil organizada. Num primeiro momento, podemos destacar que é a partir das ações dos movimentos sociais, de suas lutas, conflitos e pressões que muitas políticas, sobretudo a agrária e a agrícola, vêm sendo realizadas. Em seguida, as parcerias apontam que os dois principais mediadores desse processo de luta, hoje, no Ceará, são a FETRAECE, como movimento sindical, e o MST, como movimento social. Portanto, estes são

identificados como atores fundamentais para a conjugação de forças políticas necessárias para que as políticas avancem, pois sem essa intervenção as políticas tenderiam a enfraquecer.

A parceria, caracterizada como necessária, também é fruto da incapacidade institucional do Estado. Este, por si só, não tem quadros suficientes de servidores para universalizar a política de ATER, considerando que esta, na fala da técnica, apresenta-se como sucateada. Logo, é preciso que o governo monte uma estratégia para o atendimento das exigências sociais traduzidas na Lei, no caso, a política de parceria.

A lógica da parceria pode ser vista como um espaço de disputas de projetos políticos, na medida em que o Estado não consegue, por vias públicas, atender as populações de maneira a melhorar a qualidade de vida das mesmas. Percebe-se, nessa dinâmica, a importância da atuação dos movimentos sociais que, hipoteticamente, teriam compromissos sociais de igualdade a partir de outro modelo de desenvolvimento rural não contemplado pelo Estado brasileiro.

No contexto da América Latina, atualmente, as chamadas novas governabilidades são destacadas em duas principais práticas educativas: O Orçamento Participativo e o Fórum Social Mundial. Temos as recentes eleições de governos com características populares ou de esquerda, como Lula no Brasil, Fernando Lugo no Paraguai e Evo Morales na Bolívia. No entanto, as mudanças estão muito aquém do que se esperava. Os Estados dão continuidade à sobrevivência das políticas numa lógica compensatória, exemplo disso seriam as bolsas sociais (STRECK, 2010).

Nessa perspectiva, Telles (1999, p. 179) nos lembra que a lógica compensatória se dá através de um discurso humanitário sobre o que ela chama de “deserdados da sorte que constrói a figura do pobre carente e fraco, vítima e sofredor das desgraças da vida, fixados nas determinações inescapáveis das leis da necessidade”. Discurso que abre uma distância alarmante quando nos referirmos à linguagem dos direitos, “uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça” (*Ibid.*, p. 178).

De uma maneira geral, no campo estudado, lanço-me a afirmar que há um processo de negação de direitos na medida em que os trabalhos de ATER não vêm garantindo uma intervenção educativa continuada nos assentamentos rurais. As parcerias não têm garantido mudanças substanciais nesse processo, é o que apontam os relatos dos profissionais de ATER

da ACACE quando se pensa a parceria na prática, fator identificado através do Grupo Gerador¹³¹ na fala que se segue:

A gente vem **avaliando sobre o retrocesso dentro desse projeto aí de extensão** né, que tem aí todos os avanços que vinham surgindo até hoje, e esse último agora que surgiu foi um retrocesso total. [...] **totalmente engessada que não foi uma chamada construída com participação**, não foi uma Chamada construída participativamente. (Técnico em Agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

De acordo com o fragmento acima, a parceria nas políticas públicas deveria ser enunciada quando os sujeitos dela fazem parte; quando se nega a participação, os atores tendem a se tornar “inertes” ao processo. A parceria aqui aparece como restrita, não considerando a chamada base, refiro-me às comunidades rurais, incluindo também os profissionais de ATER quando os mesmos denunciam que não foram considerados no processo de construção da referida Chamada Pública. Aqui, a parceria caracteriza-se como um fato negado.

Em outros relatos,

o **INCRA criou uma forma de execução que ele não conseguiu avaliar, que ele não conseguia acompanhar aquilo** mesmo que ele criou, **isso é muita irresponsabilidade de uma instituição** dessa, cê um negócio, cria meio de verificação que depois você nem consegue verificar [...] **os assentados não, pra eles isso aqui não muda nada, pra eles se tiver se não tiver não serve de nada**, então o **recurso público** que deveria ser bem gasto tá sendo, **tá indo pro ‘ralo’**. (Administrador e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

a partir do momento que **se cria um negócio desse sem uma avaliação conjunta do todo e quando os parceiros, não sei, mas também as empresas que acabam de certa forma comungando** com isso, né, aceitando isso mesmo que seja imposto, mas quando você aceita pra tentar mudar no decorrer, né, **eu acho que tem uma consequência na frente** e que essa consequência é **nos assentados**, então eu acho que é uma **falta de respeito pros assentados** em si. (Técnico de Administração de Cooperativas e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Inoperância, até por uma questão bem, bem clara, assim né, [...] a **dificuldade operacional que o INCRA tem**, dentro dos próprios divisões lá do INCRA, né, **não consegue ter sintonia dentro do próprio INCRA**, a gente percebe isso e como o próprio INCRA coloca, né, a **assistência técnica é o braço direito do INCRA**, só

¹³¹ No momento de tratarmos da questão da parceria, foi proposto ao grupo que a definissem em uma palavra a fim de oportunizar a fala a cada componente da equipe, algumas delas foram: inoperância, burocracia, ações desarticuladas, desrespeito aos assentados, intransigência, antiético, retrocesso, uma ‘porcaria’ e desumanos. Muito difícil se encontrava a situação dos profissionais, os quais já estavam há três meses sem pagamento de salários, não era a primeira vez que o salário estava em atraso. Além disso, quando recebiam alguma remuneração, nunca chegavam a receber o salário integral, já que o contrato informa que se paga por produto ‘feito e aprovado’. Tentei esperar um melhor momento para a entrevista coletiva já sabendo da sua importância para a pesquisa; no entanto, até o final da pesquisa de campo, os salários não se normalizaram e a situação de desânimo entre os profissionais de campo era geral.

que é **um braço amputado**, né, não tem, **não tem ligação, é contraditório**, as, **as nossas ações dentro dos assentamentos não consegue chegar no INCRA**, né, e até por uma questão bem, bem visível mesmo, **as pessoas que tão dentro do INCRA são, são ‘anti-reforma’ agrária** não deixam o processo ser desenvolvido, então é complicado, assim, falar sobre até, trabalhar reforma agrária pra eles tá, prestar assessoria técnica dessa forma. (Técnico em Agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

o fato que a gente propor mudanças não tem garantia de muita coisa, a gente não tem conseguido alterar isso, em função das avaliações de viabilidade ou não, em função disso a gente tá vendo, tá apontando como é que seria para minimamente mudar essa realidade grotesca que a gente se encontra, mas **não apresenta formas jurídicas ou formas operacionais de fazer uma mudança** e de mudar isso ainda em tempo hábil de que a gente dê uma continuidade ao final desse contrato, desse um ano que já tá acabando, que já passamos aí sete meses de execução, né, oito, oito meses? Sete meses [...]. (Agrônomo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

De uma maneira geral, os profissionais de ATER da ACACE refletiram duramente sobre a forma como as parcerias entre INCRA e entidades executoras de ATER estão sendo realizadas no campo prático. A visão nos mostra um quadro deficitário e bastante dificultoso. No primeiro relato, há críticas direcionadas aos meios de verificação, estes sendo fruto de uma ação unilateral do INCRA que acabou por não ter como trabalhar em tempo hábil e suficiente para que os trabalhos de campo não parassem. O segundo entrevistado expõe que, a partir do momento que não se avalia conjuntamente, levando em consideração, principalmente, os assentados e as assentadas, a parceria se traduz em falta de respeito com os mesmos, até pelo fato de as entidades contratadas terem firmado o contrato nas condições dadas. Já o terceiro excerto torna pública a incapacidade do INCRA, como órgão público, de coordenar suas ações internas que, desarticuladas, apontam para um quadro defasado. Além disso, o mesmo identifica que funcionários inseridos no órgão são contra a proposta de reforma agrária, o que faz com que não tenham sensibilidade para operacionalizar as ações. Por fim, o último fragmento de fala esclarece que escolheu a palavra inoperância para definir as parcerias pelo fato de que, mesmo com as intervenções e críticas realizadas durante o processo, não houve contribuições reais de mudanças a fim de que houvesse continuidade e qualidade nos serviços de ATER.

A parceria ganha sentidos diversos, repletos de disputas na arena política. Os militantes do MST evitam confirmá-la, apresentando-a como uma proposição política e necessidade conjuntural. Já o técnico da ONG CACTUS expõe as dificuldades que as entidades têm na separação dos devidos papéis na hora da execução das políticas. Aponta como uma das

consequências desse processo as desmobilizações e a ausência de controle social por parte da sociedade civil. Por outro lado, os técnicos do INCRA, em vista da insuficiência do Estado, caracterizam-na como importante e necessária, além de evidenciarem a força política da sociedade civil organizada para a materialização das políticas públicas. Os profissionais de ATER da ACACE expõem que, para concretizar a participação, há muitas dificuldades enunciadas por todos na referida política. Para eles, há um recuo político no processo e a parceria, nesses termos, torna-se deficitária.

O sentido da palavra parceria, tão em “moda”, reveste-se, num primeiro momento, do caráter de uma ação conjunta, a participação dos sujeitos convidados a atingir objetivos comuns (MUNARIM, 2008). Nesse sentido, concordo com o autor quando afirma que a parceria na relação entre Estado e sociedade civil organizada, tão recente no Brasil, pode nos apresentar um cenário inovador na construção dos marcos democráticos vigentes no País, desde que seja forçada a cumprir a garantia dos direitos conquistados.

Nessa ordem, penso outra forma de parceria a partir da ótica do consórcio entre ACACE e CACTUS, para a execução da política de ATER. Considero esse aspecto relevante para observar em que circunstâncias foram sendo desenvolvidos os trabalhos dos profissionais que, por ora, são parte do objeto do presente estudo. Para o presente objetivo, utilizei-me de entrevistas semiestruturadas, de observações diretas¹³² e da leitura de documentos institucionais.

A ONG CACTUS é uma entidade sem fins lucrativos, tem sua origem no ano de 2003 no município de Santa Quitéria, a partir da iniciativa de antigos profissionais que atuaram no Projeto Lumiar no Ceará. O objetivo da criação, prioritariamente, era participar do novo convênio que estava em fase de elaboração através do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES), uma parceria entre o SEBRAE e o INCRA. Hoje, a entidade conta com oito sócios, dentre eles, quatro técnicos agrícolas, uma advogada, uma pedagoga e duas pessoas com nível médio científico.

Atualmente, sua sede matriz se encontra no próprio município de Santa Quitéria. Os outros escritórios ficam nos municípios de Nova Russas, Itatira e Canindé. Neste último,

¹³² A observação direta com registro no diário de campo se deu em três momentos principais: o primeiro encontro aconteceu no dia 22 de agosto de 2011, dando início aos trabalhos da Chamada Pública no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canindé; já o segundo, deu-se na I Oficina Territorial do Núcleo Operacional para construção do Plano de Ação de ATER junto aos assentamentos, no Centro de Treinamento em Canindé (contando com a participação de assentados e assentadas rurais); e, por fim, em reuniões no escritório de ATER da ACACE no município canindeense.

chegou em 2008. Dentre os projetos que vem desenvolvendo, também em parceria governamental, há o Projeto Dom Helder Câmara, o PRONAF e o Projeto São José. A entidade possui, ainda, uma escola para crianças e realiza o Natal Solidário todos os anos em Santa Quitéria. A ONG CACTUS conta com um acúmulo de experiências na mediação de políticas junto aos sujeitos do campo; em sua maior parte, conta com as parcerias firmadas no âmbito governamental e também junto aos sindicatos rurais e associações rurais¹³³. Ademais, a CACTUS faz parte da Rede Cearense de ATER coordenada pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Ceará (FETRAECE)¹³⁴. A inserção na Rede se deu no seguinte contexto:

a CACTUS desde o início sempre foi uma parceira do Movimento Sindical, o Movimento Sindical foi a base da entidade assim nessa articulação política e em meados, acho, de 2008, né, a gente, já foi antes, em 2006 sentimos a fragilidade das entidades, assim, esse distanciamento em várias entidades trabalhando em parceria com o Movimento sindical surgia a provocação da organização de Rede com o objetivo mesmo de estarem buscando se fortalecer. Então hoje, logo desde o início a gente tá na Rede de ATER que é composta acho que por 13 entidades¹³⁵. Tem uma coordenação feita pela FETRAECE e a gente vê como espaço importante no processo de articulação e de fortalecimento porque é, a gente vê que a gente ganhou muita força, né, [...] uma força política a partir desse momento que a gente se articulou em Rede. (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012).

Das treze instituições que compõem a Rede, há 10 Organizações Não Governamentais e 2 Cooperativas sob a coordenação da FETRAECE. De todas as entidades que compõem a Rede de ATER, 11 firmaram contrato com a Chamada Pública de ATER em parceria com o INCRA no estado do Ceará.

¹³³ Nessa direção, já atuou na Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) à Reforma Agrária, Convênio INCRA/SEBRAE, em 2003; na Construção de Cisternas de Placa; na do PRONAF, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Território da Cidadania Inhamuns/Crateús; na Articulação, Mobilização, Animação e Capacitação dos Atores do Território da Cidadania Inhamuns/Crateús, em 2004; na Capacitação específica em apicultura; nos Eventos de Mobilização de Atores Sociais e Produção de Relatórios do Planejamento dos Territórios da Cidadania Inhamuns/Crateús, em 2004 e 2005; no Curso de Formação de 160 Jovens Multiplicadores em Desenvolvimento Territorial: Sistemas Produtivos Agroecológicos e Economia Solidária no Contexto da Agricultura Familiar no Território da Cidadania Inhamuns/Crateús; na Sensibilização e organização da produção e comercialização de produtos agroecológicos de grupos familiares e elaboração de projetos do PAA; no Projeto São José e FECOP; na Elaboração de Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) e no Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA); na Realização de Cursos para a Agricultura Familiar, para mulheres, e de gestão (associativismo e cooperativismo), para jovens, dentre outros.

¹³⁴ A Rede Cearense de ATER é uma articulação entre 12 organizações da sociedade civil, dentre elas: CETRA, CAPACIT, CEAT, COPASAT, TERRA TRÊS, ACB, SETAH, INHAMUNS ASSESSORIA, INSTITUTO SEMIÁRIDO, CONTACTE, CACTUS e COOPERBIO, e duas de representação política FETRAECE E Fórum Estadual dos Assentados, todas atuam no contexto do semiárido, no que se refere às ações de ATER na perspectiva do desenvolvimento territorial, sustentável e solidário. (CACTUS, 2010).

¹³⁵ O técnico afirmou ser 13 porque contou com a FETRAECE.

De uma maneira geral, o técnico da entidade, ao tecer comentário sobre o atual quadro em que se encontram as entidades nesse novo contrato de ATER expõe que se trata de uma crise financeira, “é um momento de muita dificuldade”, afirma, em alguns momentos se viram obrigadas a parar por conta da falta de verbas para os trabalhos. No entanto, nenhuma entidade rescindiu contrato em vista de maiores prejuízos:

Assim, **a gente tem discutido** nos nossos momentos, as entidades passam por um **momento difícil** com **uma crise financeira** que é enorme, né, e **algumas entidades já paralisaram** as atividades, mas **nenhuma chegou o ponto ainda de, de realmente, de rescindir** o contrato, mas, mas assim tem é um [...] **a gente mesmo parou os serviço por uns 15 dias pela falta de recurso pra bancar, pra custear as atividades e não tem sido diferente com outras entidades**, por algum momento, assim, essa falta de recurso pra custear os serviços acabaram levando à paralisação e até em alguns momentos o direcionamento seria o de a gente provocar essa é ter essa paralisação em todo o estado, mas **a gente avaliou que, que por mais que a dificuldade tivesse posta aí, todos os problemas tivessem posto aí...a partir do momento que a gente parasse isso teria, tem uma responsabilidade, um acúmulo de serviço**, tem uma, uma, tem uma carga que até contratual mesmo **que pode prejudicar é as entidades, então a gente é acredita que o INCRA é que deve se posicionar e se for pra paralisar, essa paralisação tem que partir da, da própria contratante**¹³⁶ (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012). [Grifos nossos].

Não menos diferente, ocorreu no município de Canindé. As dificuldades contratuais afetaram os trabalhos de campo dos profissionais de ATER, como será exposto no penúltimo Capítulo. Fatores como a descontinuidade dos serviços de ATER permaneceram sendo um dos principais gargalos para a execução da política enquanto direito. O técnico do INCRA, em entrevista, reconhece as dificuldades e afirma que, por se tratar de uma política pública, não era para vivenciarem esses problemas financeiros:

a gente não esperava e tá acontecendo é uma **dificuldade da colocação do financeiro** pra cumprir esse orçamento tá certo, então é que não era pra acontecer já que **é uma política que tem que ser**, por exemplo, **quando você faz um contrato ele tem um contrato de ação continuada** (Técnico do INCRA, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

A alocação dos recursos financeiros para a política de ATER está dentro do orçamento geral do INCRA, o qual tem um programa específico de ATER, o mesmo entrevistado expõe que “o nosso caso aqui do Ceará desde o início a gente já colocou na programação do INCRA os recursos necessários para o atendimento ao conjunto das famílias assentadas, tá certo, nós temos quase 20 mil famílias”. No entanto, não explicitou as principais causas desse processo

¹³⁶ Em particular, a CACTUS acumula nos dois contratos de Canindé e Santa Quitéria 800 mil reais, enquanto o que tem para receber do INCRA não chega a aproximadamente 500 mil, acumulando um *deficit* financeiro na ordem de 300mil reais. Para o técnico da CACTUS, ‘é trabalhar totalmente no vermelho, né, e aí isso tem tirado a tranquilidade das, das entidades esse é só o exemplo mais, esse é o retrato, porque enquanto a chamada, ela nos obriga contratar por serviço os profissionais com valores é, com valores alto que gera uma carga de impostos muito alta a gente recebe por serviço prestado, né [...] e então assim [...]’.

de fragmentação; só reafirmou que a assistência técnica é uma das principais bandeiras de luta dos movimentos no Ceará e que está havendo um processo de disputa para que os recursos sejam garantidos.

4.3.1 Consórcio de ATER: a difícil construção de uma política comum

Com isso, passo agora a uma breve exposição sobre o consórcio entre CACTUS e ACACE no lote Sertões de Canindé. O consórcio entre duas instituições se realiza quando as partes não possuem condições estruturais suficientes para realizar uma determinada ação. Nesse sentido, é viabilizada a parceria para que os objetivos sejam alcançados. Antes da atual política de ATER, tanto a ACACE como a CACTUS trabalhavam através do convênio de ATER, atuando no município de Canindé de forma individual junto ao INCRA e ao SEBRAE. De acordo com as entidades, houve uma proposta encaminhada para o INCRA, a de que houvesse a continuidade dos trabalhos de forma individual nos respectivos assentamentos já acompanhados, o que, na vista de alguns, simplificaria o processo, como no exposto abaixo:

os movimentos sociais, FETRAECE, MST, principalmente, tinham proposto que era em vez de lotear os Sertões de Canindé com um bloco só fazer como vinha sendo feito no convênio com INCRA/SEBRAE que era que os assentamentos acompanhados pela ACACE você faz um conjunto e licita eles só, eles isoladamente e faz chamada pública na verdade, licita não, mas faz chamada pública deles em separado. O INCRA não abriu mão das intransigências deles e irresponsabilidade e incompetência própria dos gestores do INCRA que fez com que houvesse um bloco só e, e, em função disso aí todos nós sabemos que nem a ACACE nem CACTUS tinham condições operacionais de garantir a concorrência da Chamada como um todo sozinha. (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012).

No novo modelo proposto, as duas entidades assumem atividades individuais, mas também em conjunto, como, por exemplo, atividades que tenham abrangência territorial; exemplo disso é que alguns profissionais chamados específicos, de nível superior, os quais são profissionais disponíveis para o lote todo, este deve atender o Território Sertões de Canindé e as duas entidades. Nessa direção, é imprescindível a atuação conjunta do consórcio.

Tanto para o técnico da CACTUS como para a militante do MST em Canindé, houve uma imposição por parte do INCRA para que o consórcio fosse realizado dessa maneira:

Então **essa questão dos consórcios foi posto, nós tínhamos uma proposta diferente**, é, de organização dessa chamada, então na verdade o consórcio foi **uma coisa colocada de cima pra baixo e desde o início as entidades se posicionaram contrário** desse processo, mas pela situação que já vinha, já vínhamos vivenciando pela, é, pela falta de, de, falta de recurso, pela paralisação as equipes técnicas pararam, os agricultores sem receber o serviço é a gente acabou aceitando o desafio

de encarar e tentar. [...] **por mais que a ACACE não faça parte da Rede, mas é o respeito ao Movimento do Movimento Sem Terra e aí a gente também dialogou no sentido de a gente ter nas regiões onde a ACACE tem uma articulação política**, tem uma, assentamentos que são ligados politicamente ao Movimento Sem Terra, a gente pegar e fazer os consórcios a exemplo aqui de Canindé. (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

a gente foi obrigado, a fazer o consórcio **ou faria o Consórcio ou ficava fora**, e aí assim **em alguns momentos nos damos muito bem** quando é pra ir **pra briga, pra defender**, então vamo lá. **Quando tem algumas questões internamente** assim, então é... **um processo de disputa mesmo**, entre as empresas e, mas é assim né, **no geralzão, né? Não tem muita coisa assim não**. (Militante e coordenadora local do MST em Canindé, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Por outro lado, a técnica do INCRA explicita que o Consórcio sinalizou uma saída política e técnica encontrada tanto pela CACTUS como pela ACACE, que já trabalhavam antes no território, as quais não queriam “abrir mão” dos assentamentos nos quais vinham trabalhando.

Dadas às dificuldades anteriores à execução dos trabalhos, o Consórcio também teve dificuldades no início e no decorrer do processo para realizar as ações em conjunto. Algumas hipóteses foram lançadas: primeiro, a de que se tratava de um novo processo para ambas as partes; segundo, que houve uma ausência de organicidade das entidades para dar sentido ao proposto e, terceiro, que desde o início do contrato faltaram esclarecimentos sobre diversos fatores essenciais à execução da política de ATER, a saber: os serviços a serem executados, as metas, o contrato em si, o papel que dizia respeito a cada entidade, pouco tempo para que as duas entidades se reunissem em virtude, inclusive, da quantidade de serviços a serem prestados, ausência de uma coordenação mais sistemática da ACACE no Município para viabilizar melhor organicidade aos processos junto à CACTUS e total ausência de formação para os profissionais de ATER, coordenações das entidades e servidores do INCRA. Estes foram pontos que se tornaram mais presentes nos discursos e práticas acompanhadas. Com isso, muitas ações se tornaram desarticuladas em campo, principalmente com relação às necessidades que os assentamentos rurais expunham como prioridades. Diante do exposto, o técnico da CACTUS, ao realizar uma avaliação parcial do processo, completa:

como vem sendo tratada a Chamada, pela maneira como foi posta ela **impossibilitou que a gente pudesse fazer essas articulações**, as atividades mais articuladas, **pela própria dependência de recurso**, é pela **pressão que a gente tá vivenciando** para a questão de manter, de manter as entidades funcionando porque acabou sendo, nós tá vivendo **hoje uma correria no sentido de garantir é serviço dentro do contrato para que a gente possa receber os recursos e manter as entidades abertas** porque é, o início desse serviço ele gerou uma, um peso muito

grande pra gente. (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

As observações do entrevistado revelam uma ação desarticulada entre as entidades, replica que, da maneira como a Chamada foi posta, ficou difícil a articulação, já que há uma dependência grande de receber recursos a partir do que se apresenta como produto ao INCRA. Dessa forma, há “uma corrida” por metas a fim de viabilizar o não fechamento das entidades. Além disso, os serviços nem sempre são realizados em diálogo com as famílias, pois a prioridade é a garantia dos serviços prestados:

a gente retrocedeu no sentido de construir a assistência técnica junto com as famílias, na verdade nós tamos, **nós tamos é trazendo uma gama de serviços**, de atividade **que necessitam ser realizadas** e outras que são é essencial **pras famílias estão sendo, não tão conseguindo porque na hora que a gente tira o profissional de campo pra ir realizar outra atividade** e, que as famílias demandam a gente não, a gente tá deixando de cumprir, de bater metas e aí **isso acarreta um desgaste muito pras empresas**. (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Há um indicativo de que houve um retrocesso no modo como está sendo desenvolvida a ATER. As metas e os respectivos serviços já previamente elaborados fazem frente às demandas das famílias assentadas, isso foi um fator percebido e sentido pelas equipes de ATER, bem como de forma mais contundente na realidade das famílias assentadas, vejamos: “a forma que é pensada essa assistência técnica não é pra nós agricultor não, porque o INCRA faz as suas metas e essas, essas não é, não é a que nós precisamos não”. (Assentado e liderança do assentamento Terra Livre).

Nesse percurso, o consórcio foi dando os passos iniciais, alguns pontos foram colocados como problemáticos: a) sobre o esclarecimento da Chamada Pública; b) cobranças na formação dos profissionais; c) cobrança quanto à forma como os serviços deveriam ser executados; d) a estimativa da quantidade de profissionais por famílias assentadas; e) questionam sobre a possível rotatividade e quantidade de profissionais de nível superior no território e f) preocupação em torno da quantidade de trabalho com a disposição de tempo previamente determinada.

No decorrer do processo, foi solicitado, por parte dos profissionais, um momento de trabalhar, junto ao consórcio, as questões metodológicas, bem como a situação dos profissionais que trabalham em áreas específicas e devem atender as duas entidades. Contudo, esse momento da ACACE e CACTUS foi relatado da seguinte forma:

eu acho que a princípio a gente cobrou por diversos momentos o que aconteceu muito tardiamente e o muito superficialmente no processo de socialização do conhecimento que eu não gosto de [...] capacitação, mas não socialização dos conhecimentos, né? Porque a gente tem conhecimentos pressupostos aí [...] e experiências e da própria entidade de tomar a frente disso daí [...] **eu acho que houve, mas houve como eu disse de forma tardia e superficial**, a questão de socialização ou da capacitação dos conhecimentos. (Agrônomo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

A fala do entrevistado destaca duas questões: o atraso e a superficialidade quanto à socialização dos conhecimentos acerca da Chamada, dentre outras questões que diziam respeito aos aspectos metodológicos e à abordagem para cada serviço.

Em um encontro promovido pela CACTUS e ACACE, no final de 2011, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Canindé, onde o evento teve como objetivo entender o que as metas exigiam, foi possível identificar alguns aspectos.

O clima era de insatisfação com as desarticulações dos trabalhos de ATER, suas metodologias e seus respectivos entendimentos sobre as atribuições propostas pela política de ATER. Isso também já se deve possivelmente aos atrasos de pagamento dos salários. Nos primeiros meses, houve muitos problemas com a devolução de relatórios que não estavam sendo aprovados pelo INCRA; sendo que um dos motivos foi a falta de orientação inicial, situação que exigiu a constituição da Mesa Técnica e da Mesa Política, anteriormente caracterizadas como espaços de negociações. Quando indaguei a um técnico sobre as discussões e possíveis encaminhamentos ocorridos através das Mesas de negociação, o mesmo respondeu que:

Na verdade não existe um retorno porque a Chamada da maneira como ela foi colocada ela é muito amarrada, ela é amarrada e a própria lei também de ATER que é uma, uma avaliação que a gente faz a lei, **ela depende de outra lei, a lei de ATER ela depende da lei 8.666** [...] então isso aí tem, tem é, segundo a avaliação **isso também tem travado nas discussões além da inoperância do INCRA**, né, o INCRA hoje tem uma inoperância é para a quantidade de serviço, pra quantidade de produtos que a gente, é, entrega no INCRA todos os meses, **a equipe não consegue avaliar e dá um retorno em tempo hábil pras entidades**, então assim, isso também tem travado o processo. (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Em concordância com as avaliações do profissional da CACTUS sobre as dificuldades que o INCRA tem enfrentado, a técnica do INCRA relata sobre a forma como as atividades têm sido dialogadas junto às equipes de ATER em campo:

tô fazendo o diagnóstico da sua vida, da sua família (Profissional de ATER), mas **quando eu chego na ponta e mando a demanda pra cá** (para o INCRA) aqui tá **ficando parado**, eles (os profissionais de campo) são obrigado a fazer um relatório colocar as demandas que tá acontecendo, **chega aqui o monitoramento tá lendo**,

mas não encaminhando pras equipes, se eu quiser tomar conhecimento eu peço pra ele fazer outro relatório pra mim, porque tá sendo lido, tá sendo arquivado.[...] **a falta de pessoas, né, pra trabalhar e também o tempo** (refere-se ao INCRA), **os técnicos tão com quatro meses que não recebem o pagamento**, eles não tão indo pra campo. (Técnica do INCRA e membro do Setor de Desenvolvimento, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Outras indagações feitas, ainda no segundo encontro entre as entidades, pelos profissionais de ATER presentes, deram-se no seguinte sentido: um profissional chamou atenção para o tempo a fim de discutir a proposta metodológica com propósitos de discussão e o coletivo, reafirmando a **construção coletiva do conhecimento**. Outro colocou que “**estamos contra o tempo**, não temos como passar uma semana, fazer palestra, é facilitar e formar como trabalhamos, é aplicação de questionários, vale a equipe e individual, estudar [...] não adianta passar o dia todo aqui”. Em concordância com a próxima opinião, que pede atenção para a realidade, há: “**se for para aprofundar tem que passar 15 dias, não dá, estamos correndo contra o tempo**”, as equipes só dispunham de duas horas. Um dos integrantes da ONG CACTUS diz que **o principal é entender a meta de uma só maneira**, todos, infelizmente, por falta de tempo, **tem que ser restrito**, pois **não houve capacitação inicial**. Outro ponto importante exposto foi a **dificuldade de não saber determinados assuntos e qual a abordagem** a ser trabalhada. Essa seria a dificuldade: qual o assunto a que se refere determinada meta. **Outros profissionais ficaram sabendo do encontro em cima da hora**, além de não saberem sobre os objetivos do mesmo, assim, consideram que as ações estão sendo “**atropeladas**”.

Depois desse momento, as equipes não mais estiveram juntas para as possíveis articulações e formação. Com os destaques acima, em negrito, penso ser importante realizar breves considerações gerais. Muitos profissionais, nesse processo, sentiam necessidade de discutir coletivamente as ações conjuntas visto que se tratava de um Consórcio, de uma parceria, ainda mais considerando que não houve formação inicial para o entendimento de todos acerca dos serviços a serem prestados. Contudo, em meio às dificuldades de tempo e serviços a serem prestados, o que prevaleceu foi um encontro rápido, sem aprofundamento, sobre o contrato e os aspectos teórico-metodológicos, fundamentados na proposta técnica das entidades, que se pauta nas metodologias participativas, com enfoque humanístico e construtivista, bem como orientado pelos princípios da educação popular.

Em suma, em meio às dificuldades de viabilizar um trabalho conjunto entre a ACACE e a CACTUS, alguns profissionais de ATER da ACACE avaliam o consórcio na seguinte direção:

Até hoje nós não conseguimos definir ainda estratégia, onde é que entra um e onde termina o outro, até mesmo porque tem atividades que são de níveis territoriais que **tá virando uma briga de recursos** [...]. Então, assim, **até hoje ainda há arestas a serem aparadas com relação à atuação das duas empresas a nível de consórcio**, é lógico, tirando as demandas que são especificamente dos assentamentos que a gente acompanha, mas **existem várias atividades na chamada pública que são de cunho territorial que deveria haver uma organização entre as duas instituições no qual isso não tá acontecendo**, isso não tem conseguido ser executado de maneira que haja um entendimento de onde é que começa a gestão de uma e termina a gestão da outra. (Técnico em Administração de Cooperativas e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

O profissional levanta algumas questões que considero importantes sobre a não definição de uma estratégia conjunta até pelo possível fortalecimento das entidades e dos trabalhos a serem desenvolvidos junto aos profissionais. Há ainda o não esclarecimento sobre o papel que compete às partes instituídas, ou seja, “onde é que entra um e onde termina o outro”. Além disso, as atividades de cunho territorial, em alguns momentos, não estão sendo dialogadas, o que contribui para uma intervenção inadequada nos assentamentos rurais, é o que nos revela outra profissional de ATER a seguir:

Atentando pra especificidade que a gente trabalha em consórcio, então é a nossa empresa faz um planejamento e a outra empresa faz um outro planejamento, uma não sabe o que, que a outra tá fazendo, tem alguns assentamentos que a gente acompanha em conjunto são assentamentos que tem duas associações, então, uma empresa acompanha uma associação e a outra empresa acompanha a outra, sobre a **contradição** é que **tem atividades que são do assentamento que eu tenho que juntar as duas associações e realizar essa atividade isso nunca aconteceu**, nunca aconteceu **porque o planejamento não é**, não existe uma **sintonia entre as duas empresas**, o que, que acaba acontecendo é que é que a outra empresa, como é **empresa líder do consórcio**, eles executam a atividade que a gente **nem fica sabendo quando nem como**, muitas vezes é a nossa associação, a associação que a gente acompanha no assentamento não é chamada e isso eu **falo por depoimento dos próprios assentados**, porque quando eu fico sabendo que a, o, que determinada atividade do assentamento foi realizada eu pergunto pros assentados da associação onde eu acompanho ‘você participaram de uma reunião que foi discutido isso aqui?’, ‘não’, e então que, que acontece **não há um planejamento em conjunto das duas empresas e a gente também não é estimulado a tá fazendo um planejamento mais efetivo porque o que importa é a gente tá cumprindo meta, meta, meta, meta**, só, então a nível mais organizacional isso não é cobrado. (Assistente social e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012) [Grifos meus].

Para a profissional, a ausência de uma coordenação conjunta tem prejudicado a atuação dela em campo, assim como tem causado impactos negativos nas comunidades rurais. Em sua fala sobre o assentamento citado, existem duas associações que, devido ao número de

famílias, devem trabalhar em diálogo com as duas entidades. No entanto, não houve um momento de planejamento conjunto. Quando uma entidade chega para trabalhar no local, muitas vezes, só se reúne com parte do assentamento, deixando o restante alheio ao processo que diz respeito a todos. Nesse sentido, o que tem prevalecido é o aspecto quantitativo do trabalho, as metas a serem cumpridas para o não prejuízo maior das respectivas entidades parceiras. De acordo com as colocações, o técnico da CACTUS, ao ser perguntado sobre o planejamento de consórcio, afirmou:

Eu avalio da maneira como iniciou o serviço, da maneira como foi se direcionando a gente não conseguiu, atuar como consórcio em si, dentro do que se é, esperava do consórcio, ainda não conseguimos fazer um planejamento, uma formação conjunta, um planejamento conjunto. [...] a gente acabou é direcionando e aí ficando é a CACTUS fazendo suas atividades, a ACACE fazendo atividades que compete não tendo, assim, uma relação realmente consorciada pelo que pretendia, porém a gente tem é tentado, é manter, de certa forma uma sintonia, nesse sentido do serviço, no sentido é da própria execução em si. (Técnico e sócio-coordenador da ONG CACTUS em Canindé, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

O mesmo explicita sobre os condicionamentos postos para as entidades através do contrato de ATER. Dessa forma, expõe que as duas entidades tiveram um primeiro momento de experiência com dificuldades financeiras, assim, ficou inviável a execução de um trabalho mais organizativo. Nessa direção, houve desarticulações junto às reivindicações e necessidades das famílias assentadas, pois a prioridade era viabilizar a execução de metas a fim de tentar minimizar a crise financeira.

De uma forma geral, dos 11 profissionais presentes na entrevista coletiva, ou seja, o Grupo Gerador, apenas 4 posicionaram-se com relação ao consórcio de ATER. E, de acordo com o exposto, o Consórcio não vem se realizando de maneira conjunta para a execução da política de ATER. Nem mesmo as atividades de cunho territorial têm sido fortalecidas. No entanto, é sabido que o contexto de dificuldades também exposto contribuiu para que as entidades se apresentassem; nessa perspectiva, aponto isso porque, em muitos momentos, houve a paralisação de recursos para a realização das atividades. Também vale considerar que esse foi um primeiro ano de experiência entre CACTUS e ACACE, considerando a estrutura de trabalho proposta pelo INCRA.

Em síntese, penso ter sido relevante apresentar, ainda que de forma parcial, o contexto de como o Consórcio tem sido viabilizado na atual política de ATER. Como visto, tanto a ACACE como a CACTUS são entidades que possuem força política e social junto aos assentamentos rurais. A relação que tentam construir em campo, ao que parece pelas lógicas

observadas, tende a superar as experiências negativas da ATER. No entanto, ainda encontram nos percursos muitas dificuldades na execução dos serviços, sendo estas dificuldades determinadas por diversos fatores, como: falta de recursos financeiros e humanos, primeira experiência depois da Lei de ATER, falta de diálogo com o INCRA, poucos encaminhamentos para modificações da política, fragilidade institucional do INCRA, ausência de formação para a nova perspectiva da ATER e, sobretudo, não diálogo e ausência de construção coletiva com os sujeitos que vivem nos assentamentos rurais.

A partir disso, dou início, no próximo capítulo, ao estudo no que concerne a um dos objetivos principais do presente estudo que trata de compreender como vem sendo a prática dos profissionais de ATER da ACACE, sendo esta última o objeto de estudo.

5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EXTENSÃO RURAL DOS PROFISSIONAIS DE ATER DA ACACE EM CANINDÉ: Caminhos e descaminhos de uma prática educativa.

Relatei que minha experiência na oficina de formação junto aos profissionais diversos de ONGs, de Cooperativas e da ACACE, no ano de 2009, muito me chamou atenção a utilização do termo técnico-militante por alguns membros desta última entidade.

Na coordenação estadual do MST, que é ao mesmo tempo escritório da ACACE em Fortaleza, durante as conversas informais, tanto a coordenação de ATER da ACACE como militantes do MST, apontaram para algumas características: devem ser comprometidos com a causa da reforma agrária, são profissionais que tiveram experiências junto aos movimentos estudantis na universidade, com propósitos agroecológicos para o desenvolvimento, a cooperação e o coletivo.

Sobre o papel que eles devem desempenhar, trago a opinião de uma liderança do MST,

nós achamos que **todo técnico deve ser um educador popular**, ele tem que ter essa **concepção de educador do povo**, eu tenho que lidar com uma concepção que eu não vou dar uma assistência, eu não vou assistir, né? [...] Todo processo que nós definimos hoje, **além de ser uma educação popular, uma educação do campo já que os sujeitos estão no campo**, já que as pessoas estão lá, que a gente tem que garantir essa **educação com os princípios, de ser participativo, de ser direções coletivas**, de avançar no processo de coletivização das ações, da divisão de tarefas locais, tanto [...], mas é também uma educação que **ajude**, assim, no próprio campo a gente pensar um **processo de desenvolvimento mais sustentável**. (Dirigente estadual e militante do MST, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Examinemos o excerto, o técnico-militante deve cumprir o papel de educador popular, do povo e, além disso, deve levar em consideração a educação do campo para a realidade que lhe é específica, há também a ideia do coletivo e, a partir disso, a contribuição para outra perspectiva de desenvolvimento, que seja sustentável.

Em outro ângulo, a dirigente e militante do MST, ao completar o quadro sobre os sujeitos técnicos-militantes, esclarece:

Tem os técnicos que são filhos de assentados os quais fazem parte do curso técnico pelo MST, parte esses da luta do Movimento. Há outros que entram, que já passaram por vários projetos. O técnico-militante tem que ter compromisso com os assentamentos, é difícil caracterizar. Há militâncias diferentes. Há pessoas que estão em campo sem receber salário, posso dizer que não é militante? Acho que os novos técnicos não se caracterizam como militantes, ainda não tem o perfil, ainda vão participar de formações. (entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

A fala da entrevistada aponta para algumas segmentações do conceito técnico-militante, para ela, “há militâncias diferentes”. Desde já, acredita que quem não se caracteriza,

por ora, são os novos técnicos, pois os mesmos não passaram por nenhum processo formativo, ao menos na perspectiva do Movimento.

Em outra discussão interna do MST, uma das coordenadoras de ATER da ACACE expôs que quando se falou em técnico-militante, o Movimento fez alguns questionamentos, a saber: Era o quê? Só salário? Só em nível de formação? A capacidade de realizar o trabalho? O que seria para o Movimento? Comprometimento? Houve um pouco de reflexão política, uma vez que muitos profissionais de experiências de militâncias em campos distintos.

Com isso, ao buscar essas duas exposições dos sujeitos no escritório estadual, percebi um mesmo entendimento contido no Caderno de Cooperação Agrícola elaborado pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)/MST, em 2005, no que se refere ao papel do técnico-militante: ser um militante da reforma agrária, um profissional qualificado, estar integrado à dinâmica do MST e ser um formador, cujos aspectos como agroecologia, democracia, educação popular e educação do campo devem ser considerados.

Dados os esclarecimentos iniciais, optei por utilizar o termo profissional de ATER, primeiro, porque abrange a todos, independente do período de experiência, segundo, pelas divergências entre ser ou não técnico-militante da ACACE, sobretudo em Canindé. Esta discussão foge às minhas possibilidades de análise. Também evitei utilizar o termo “técnico” e “técnica”, em especial, no corpo do texto¹³⁷, acreditando que essa terminologia está estritamente ligada ao viés produtivista, desconsiderando as outras dimensões, como ambiental, cultural e social na política de ATER¹³⁸. Assim, o que busco é o estudo das práticas desses referidos profissionais da ACACE a fim de compor um diálogo aproximativo entre estas (práticas) e a educação popular.

Para o presente Capítulo exponho, no primeiro momento, breve reflexão sobre a educação popular, suas perspectivas e desafios, e sua relação com as práticas de extensão rural no município canindeense.

Posteriormente, creio ser importante realizar uma caracterização desses profissionais de campo da ACACE. Para isso, utilizei como principal instrumento a entrevista

¹³⁷ Todavia, precisei utilizar o termo em diálogo com os sujeitos da pesquisa pela ‘naturalização’ que o termo ganhou no contexto pesquisado. Assim também o fiz, ao utilizar em alguns momentos, o termo assistência técnica para me referir à assistência técnica e a extensão rural, pois poucos são os que falam na palavra extensão.

¹³⁸ Os profissionais de campo, predominantemente, são chamados de técnicos ou técnicas, no mais também são nomeados como agentes, orientadores, conselheiros, extensionistas, educadores, profissionais, educadores popular, educador do campo e operários. Estes três últimos foram caracterizados pelos próprios profissionais na entrevista.

semiestruturada, a qual me deu subsídios para tratar da formação e de “fragmentos” da história de vida, histórias que não podem ser vistas comparativamente, mas distintivamente¹³⁹. Na sequência, reflito sobre as concepções que trazem os profissionais de ATER da ACACE em relação à ATER em diálogo com a educação, o desenvolvimento e a PNATER.

Logo, dou início aos caminhos percorridos por mim quando do acompanhamento das práticas de extensão rural de seis profissionais de ATER nos assentamentos rurais em Canindé. Nesse contexto de campo, utilizei como principal instrumento o diário de campo, além dos registros fotográficos, pois o que é fotografado e apreendido pelo leitor da fotografia não são apenas indivíduos na sua particularidade, mas sim papéis sociais ou relações sociais (BOURDIEU & BOURDIEU, 2005). Dando complementaridade à reflexão sobre as práticas de extensão rural, foi também rica a realização da dinâmica do Grupo Gerador com todos os profissionais de ATER da ACACE presentes, perfazendo um total de 11 sujeitos, dando maior amplitude ao objeto referido. No Grupo Gerador, também foi possível utilizar como recurso específico o desenho para que os profissionais pudessem ilustrar suas práticas de extensão rural nas comunidades rurais assentadas. Os desenhos estão expostos no corpo do texto para melhor compreensão dos mesmos.

5.1 Educação Popular e Extensão Rural: *práxis* educativa em (des) construção?

...Agora, o senhor chega e pergunta: Ciço, o que que é educação?
(Antonio Cícero de Sousa¹⁴⁰)

Falar da educação popular nos remete ao aspecto histórico. Seu conceito, no Brasil, situa-se em duas principais perspectivas: primeira, refere-se à educação ofertada, pelo Estado, às classes populares através do sistema escolar de ensino, assim, o termo foi utilizado por Fernando de Azevedo em *A Cultura Brasileira*; segundo, a educação popular foi surgindo a partir dos movimentos populares de esquerda na formação política de suas bases, contemplando espaços escolares e não-escolares.

Portanto, delimitar a historicidade da educação popular no Brasil requer um corte de acordo com nosso objeto de trabalho. Nesse sentido, o corte temporal e espacial se dará a

¹³⁹ Exponho essa observação porque mais a frente quando me refiro aos grupos de profissionais, parte dos sujeitos é nascida nas cidades, outra parte no campo, no rural; longe de dicotomizar as circunstâncias, tento apenas realizar uma síntese organizada entre pontos comuns.

¹⁴⁰ Mais conhecido como Ciço, senhor Antônio, à época da publicação da obra, era lavrador de sítio na estrada entre Andradas e Caldas, em Minas Gerais, cedeu entrevista ao antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, este expôs a entrevista do prefácio e pós-fácio da obra ‘A Questão Política da Educação Popular’, em 1984.

partir da segunda perspectiva a qual se desdobra dentro dos movimentos sociais, sindicais e outros de base popular.

No Brasil, as primeiras experiências deram-se com imigrantes nos meados do século XIX e início do século XX. Os imigrantes europeus que já vinham de uma experiência de lutas político-ideológicas de esquerda em seus contextos de origem, foram alguns dos pioneiros de que se tem notícia de educação para fins de formação política de sua classe. Segundo HILSDORF (2003), no campo da esquerda destacam-se: os comunistas, os socialistas e os libertários. Os primeiros se separaram do movimento libertário após a Revolução Russa de 1917, comandavam a esquerda operária na década de 20 do século XX, defenderam a escola unitária. Os segundos já se organizavam desde a Revolução Praieira, metade do século XIX, foram os socialistas que iniciaram as primeiras articulações da classe operária no Brasil. Havia nesse período os Círculos de Estudos Socialistas, que também giravam em torno de uma educação politizante para os trabalhadores. Já os libertários se dividiam em dois grupos: os anarquistas e os anarco-sindicalistas. Os primeiros propunham experiências formativas com teatros, com festividades, com círculos operários, com bibliotecas; os segundos, defendiam a organização de trabalhadores em sindicatos oficiais, a luta de base econômica e as mobilizações em greves eram as principais estratégias do grupo. A luta por educação popular se dava desde a defesa da escola pública, gratuita e de formação política desde as formas de educação não-escolar.

Alguns estudiosos da educação popular afirmam que sua gênese está apenas nos movimentos sociais¹⁴¹. O corte temporal e espacial ao qual me referi destaca algumas experiências de forma sintética, pois o que temos em torno da história é muito mais abrangente. O que penso ser importante é explicitar que a concepção de educação popular perpassou os grupos de esquerda¹⁴² que, historicamente, “representam” e/ou são os próprios sujeitos das classes populares, tendo como bandeira de luta o ideário da igualdade em contraponto ao ideário neoliberal que proclamava a liberdade e individualidade.

A educação popular no Brasil passou por um divisor de águas quando surgiram as sistematizações teórico-metodológicas do educador pernambucano Paulo Freire. Freire elaborou uma teoria crítica da educação. Sua principal obra é a *Pedagogia do Oprimido*,

¹⁴¹ Paludo (2005); Costa (1998); Gonsalves (1998); Nascimento (1998).

¹⁴² A representatividade a que me reporto está para além das representações partidárias, observando que, hoje no Brasil, passamos por uma crise de representatividade seja ela de direita ou de esquerda, com frágeis grupos de oposição e crítica ao sistema neoliberal hegemônico, principalmente depois da gestão petista.

escrita durante seu exílio, a mesma foi traduzida em diversas línguas e foi objeto de estudo de diversos grupos sociais sejam eles conservadores, sejam liberais e/o revolucionários. O livro está situado num contexto de ditaduras militares no Brasil e na América Latina. Sua principal preocupação é escrever uma educação como prática da liberdade dos povos oprimidos pelos regimes autoritários os quais ganham apoio das classes dominantes, referidas pelo autor como classe opressora. Portanto, a obra propõe e expõe para além de uma teoria educativa, a denúncia das formas de opressão vivenciadas pela maioria da população de base popular.

Em estudo atualizado sobre a opressão das classes populares na obra de Freire ANDREOLLA (1999¹⁴³, *Apud* PALUDO, 2008, p. 8) expõe seis dimensões, a saber: a) opressão de cunho antropológico-cultural que se caracteriza pela cultura do silêncio; b) opressão psicológica que se dá no processo de coisificação humana; c) opressão ontológica expressa no termo *Ser Menos* em detrimento do *Ser Mais* – processo de desumanização; d) opressão econômica – onde ocorre o empobrecimento material das classes sociais; e) opressão política – da centralidade do poder com vias não democráticas; e f) opressão pedagógica, aqui se trata do domínio de uma educação que não parte dos anseios e desejos dos povos.

A Pedagogia do Oprimido expressa um aprofundamento de Paulo Freire já iniciado em sua obra “Educação como Prática da Liberdade”. Sua intenção é a sistematização de suas experiências educativas vivenciadas desde o Brasil até o exílio no Chile. Foi no exílio, com grupos populares na América Latina, urbanos ou rurais, que Freire encontrou grandes contribuições para elaborar sua obra.

Para o educador que teve suas experiências, principalmente no campo da educação de adultos – sejam elas na educação escolar e não-escolar - a educação teria que partir da realidade do educando e educanda. Este primeiro pensar segue com a problematização da realidade da experiência vivida e, posteriormente, dentro de uma unidade dialética entre ação-reflexão-ação, a transformação da realidade alcançada pelo que ele caracterizou como a materialização do inédito-viável através de ato-limite que se desenvolve quando se dá a consciência das situações-limites¹⁴⁴.

¹⁴³Referência não paginada. Documento disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/fae/dialogoscompaulofreire/ConceicaoPaludo.pdf>. Acessado em 30 de junho de 2012.

¹⁴⁴As situações-limites se caracterizam pela situação em que há a consciência dos problemas vivenciados pelo povo, a partir desta consciência - processo de objetivação - é que há a problematização para que se busque o inédito-viável, ou seja, para que se tracem ações e caminhos possíveis com vistas na superação e, conseqüentemente, transformação da realidade social.

Destaca-se aqui que há uma crítica a Freire quando ele trata da realidade vivenciada a que chama de saberes de experiência feitos, crítica que o classificam de focalista e reducionista. A crítica é rebatida na obra *Pedagogia da Esperança*, quando o educador salienta:

O que tenho dito sem cansar, e redito, é que não podemos deixar de lado, desprezado como algo imprestável, o que educandos, sejam crianças chegando à escola ou jovens e adultos e centros de educação popular, trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte. (FREIRE, 2003, p. 85).

Freire, tanto na *Pedagogia do Oprimido* como na *Pedagogia da Esperança*, alerta para a observância do senso comum, este não pode ser prescindindo da “superioridade” científica ou qualquer outra. É preciso que profissionais ao tratar “das” e “com” as classes populares tenham uma postura humilde, comprometida e horizontal. Pois o que ele postula é que não há saber menor ou maior, mas saberes diferentes (FREIRE, 2003).

A educação problematizada por Antonio Ciço remete-nos a questões atuais para o debate que segue. Para mim, nascida e criada em contexto urbano, estudante de escolas públicas e privadas, a educação, sobretudo, no âmbito escolar, não me possibilitou vê-la como uma mediação para melhor me aproximar de minha realidade¹⁴⁵. Nessa perspectiva, Bourdieu & Passeron (1992, p. 64), ao investigar o sistema de ensino da França quando da elaboração da teoria da violência simbólica no contexto escolar, expõem que

Todo sistema de ensino institucionalizado (SE) deve as características específicas de sua estrutura e de seu funcionamento ao fato de que lhe é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência (auto-reprodução da instituição) são necessários tanto ao exercício de sua função própria de inculcação cultural do qual ele não é o produtor (reprodução cultural) e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (reprodução social).

Ou seja, o sistema de ensino é a condição institucional que se caracteriza como o meio pelo qual se produz e reproduz a inculcação do arbitrário social (reprodução social) e cultural (reprodução cultural). É nele que encontramos um grupo de agentes com formações específicas e homogêneas que se legitimam para garantir a funcionalidade da reprodução intelectual e moral através de uma cultura escolar “rotinizada”. Para tanto, os agentes dispõem

¹⁴⁵ Passei por prédios, por vidas, por contextos, sem pensá-los como algo significativo. Significativo de sentido vivo, não de falsas aparências, de perceber que somos parte desde mundo, que somos sujeitos da história. Compreendo, porém, que o papel que a educação escolar trouxe para minha formação se deu, em parte, na apropriação de alguns conhecimentos universais, de caráter científico. Por outro lado, nos restritos momentos de ‘liberdade’ (recreios e horários de entradas e saídas), pude construir relações de amizade, atritos, confiança e desafios junto aos colegas que compartilhavam o mesmo espaço escolar.

de alguns instrumentos pedagógicos, como manuais, programas, livros do mestre, instruções pedagógicas, projeto político pedagógico e outros.

Nesses termos, muito do que vivi tanto no contexto escolar, ou fora dele, foi parte de cumprimento de deveres, muitas vezes, dolorosos e inócuos, permeados de vigilância e castigos. A concepção que carreguei de educação foi só uma, a da escola, escolarização e minhas experiências neste espaço foram, de forma predominante, reprodutivistas.

Brandão (1981, p. 99), quando traz o conceito de educação nos faz viajar nas vivências e sujeitos diversos, seja no contexto escolar como no não-escolar. E é por isso que o autor afirma que a educação é necessária, devendo ser tomada como esperança, pois se trata de uma prática inevitável a qual precisa ser continuamente reinventada, “porque a educação sobrevive aos sistemas e, se em um ela serve à reprodução da desigualdade e à difusão de ideias que legitimam a opressão, em outro pode servir à criação da igualdade entre homens (**e mulheres**) e à pregação da liberdade.” (*Ibid.*, p.99). [Grifos meus].

Para Antônio Cícero, enunciado no início do item 5.1, a educação de “mais valia” é a “que a gente aprende mesmo, pros usos da roça, é na roça. É ali mesmo: um filho com o pai, um filha com a mãe, com uma avó. Os meninos vendo mais velhos trabalhando”. Educação do saber do “roceiro”, como ele mesmo observa. Uma educação vinculada à vida que pulsa no campo, essa ele significou, pois é nela que ele identifica um sentido, porque viveu, porque sentiu.

A partir de suas reflexões, Ciço contribui para o debate atual da educação popular, “então que podia ser um tipo duma educação até fora da escola, sala. Que fosse assim dum jeito misturado com o-de-todo-dia da vida da gente daqui. Que podia ser um modo desses de juntar saber com saber e clarear os assuntos que a gente sente, mas não sabe” (BRANDÃO, 1984, p. 197). Ou seja, educação não se dá só na escola, há contextos e saberes diferentes ao entendermos que para dar sentido à educação é preciso estar junto, com as “gentes”, com o cotidiano, com a nossa vida e das pessoas com as quais trabalhamos (FREIRE, 2005). E, por fim, Ciço aponta para a importância da problematização na busca de “clarear os assuntos que a gente sente, mas não sabe” (*Ibid.*, p. 197) – que, de acordo com a educação popular, parte-se de uma formação para a ação refletida, transformada e materializada nas realidades sociais, econômicas e culturais. Em diálogo com essa noção de educação encontra-se a educação do campo que desde o final da década de 1990 vem ganhando espaço no redesenho das políticas

públicas que debatem a educação no meio rural, sobretudo, no que concerne a uma perspectiva educativa contextualizada.

É preciso ressaltar a especificidade do MST neste debate. De acordo com Caldart (2006, p. 3), o diálogo pedagógico em construção pelo MST tem sua base em três matrizes de tradição crítica: a) a “Pedagogia Socialista”, a qual busca realizar uma prática que se centre na relação produção-educação a partir da realidade local dos sujeitos; outras categorias de análise desse pensamento são a “Organização” e o “trabalho coletivo”, tendo como um dos referenciais teóricos A. S. Makarenko; b) a segunda matriz pedagógica é a “Pedagogia do Oprimido”, que traz a dimensão da educação popular no Brasil, suas principais categorias de análise se situam na relação opressor-oprimido e o diálogo da educação com a cultura e c) o recente paradigma educacional que é a “Educação do Campo”, que se contrapõe à antiga educação rural¹⁴⁶.

No que se refere à primeira concepção, a pedagogia socialista, ela está expressa na obra “Poemas Pedagógicos” de Makarenko. Sua obra está situada no contexto da Revolução Russa, primeira metade do século XX, em que a preocupação se centra na formação do novo homem comunista, homem que se faça coletivamente a partir de princípios organizativos. O processo de organização e formação dá-se na prática, no trabalho. O trabalho tem em si um princípio educativo (MAKARENKO, 1985). Diferentemente de Gramsci, o autor propõe a inserção direta no trabalho, na prática, para que se dê a formação coletiva e organizativa, já Gramsci defendia a escola única, também chamada de escola unitária, na qual a formação intelectual e profissional deve se dar de forma concomitante.

A segunda concepção de educação baseia-se na “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire (1979). Para o Movimento, é na condição e no trabalho da conscientização da relação opressor-oprimido (matrizes centrais de reflexão) que se dará a superação da opressão. Para o MST, que tem como ideário político a luta de classes¹⁴⁷, a educação popular é, em si, de classe, deve partir da classe oprimida. Portanto, a educação popular deve ser criada e recriada

¹⁴⁶ A discussão entre Educação do Campo e Educação Rural é recente dentro da pedagogia no Brasil. A primeira parte da experiência vivida dos movimentos sociais do campo, enquanto que a segunda refere-se à educação tradicional que, historicamente, deu-se de forma autoritária, distante da vida rural, dentro da lógica tradicional e/ou liberal de educação. De acordo com Molina e Jesus (2004, p. 61), ‘o conceito educação rural esteve associado a uma educação precária, atrasada, com pouca qualidade e poucos recursos [...] tinha como pano de fundo um espaço rural visto como inferior, arcaico. [...] A Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos.’

¹⁴⁷ Sobre o ideário político e ideológico que permeia as orientações do MST, ver CARNEIRO, Leonardo Lima V. **O Ideário político do MST: Marxismo e Nacionalismo**. Monografia. UECE: Fortaleza, Ceará, 2006.

na práxis existencial das comunidades, trabalhando a favor da igualdade social, política e econômica desde o contexto rural.

A Educação do Campo, como terceiro referencial pedagógico, foi uma conquista dos Movimentos Sociais do Campo nos fins dos anos de 1990. Seu fundamento parte da Pedagogia do Movimento visando às lutas sociais pela reforma agrária no Brasil. A Educação do Campo está relacionada tanto com a educação escolar como com a educação não-escolar, assim, tem feito parte da formação dos profissionais e militantes que atuam no MST. Sobre alguns apontamentos acerca do ideário de Educação do Campo, há quatro: a) a Educação do Campo é inconciliável com o sistema capitalista de produção; b) a Educação do Campo tem vínculo estreito com as lutas sociais camponesas; c) a Educação do Campo exige a superação da dicotomia entre campo e cidade, sua lógica visa ao princípio de igualdade social e à diversidade cultural e, por fim, d) a Educação do Campo participa do debate sobre o desenvolvimento (CALDART, 2006). Este último ponto reflete que “a educação do Campo se afirma no combate aos ‘pacotes’, tanto agrícolas como educacionais, e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumento de implantação de modelos que as ignoram ou escravizam” (*Ibid.*, p. 4). Assim, para o Movimento, ao pensar a educação é fundamental pensar os modelos de desenvolvimento que se defende.

Nesse diálogo entre educação popular e educação do campo é que se pode refletir sobre as práticas de extensão rural que, por ora, desvinculam-se, na prática, de uma proposta sistemática educativa em contexto não escolar que dialogue com o contexto e especificidade dos assentamentos rurais. Apesar dos esforços que alguns profissionais de campo realizam para propor a participação e estabelecer uma relação de respeito aos saberes locais, as proposições enunciadas na PNATER, sobretudo, as que se aproximam da educação popular e da educação do campo ainda estão por se fazer. Pois como já foi explicitado, a formação e as decisões políticas para uma nova prática de ATER que contribuam para outra perspectiva de desenvolvimento continuam a ser um desafio.

Nesses termos, considero importante me reportar à formação dos profissionais que lidam com a extensão rural. A prevalência das práticas registradas¹⁴⁸ é a de que há atenção fragilizada no que se refere aos saberes das comunidades rurais, o que tem prevalecido são as políticas governamentais com práticas verticalizadas, as quais quando buscam o “diálogo”

¹⁴⁸ As práticas aqui referidas partem de minha experiência profissional nos cursos de formação com técnicos e demais profissionais de extensão governamentais no estado do Ceará. Esta constatação dá-se grande parte dos relatos durante os cursos ministrados.

que se faz num falso diálogo. As relações entre técnicos e comunidades rurais se fazem com base no processo de convencimento dos primeiros com os segundos a fim de que as políticas governamentais avancem dentro de uma lógica de desenvolvimento que tem favorecido o grande capital, ou seja, o agronegócio. De acordo com Freire (2006), este processo seria caracterizado como invasão cultural a qual se situa na teoria antidialógica. O autor nos lembra que:

Toda invasão sugere, obviamente, um sujeito que invade. Seu espaço histórico-cultural, que lhe dá sua visão de mundo, é o espaço de onde ele parte para penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores. [...] O invasor reduz os homens do espaço invadido a meros objetivos de sua ação. [...] As relações entre invasor e invadidos, que são relações autoritárias, situam seus pólos em posições antagônicas. (p. 41).

Para tanto, Paludo (2005, p. 59), ao retomar o debate atual da educação popular, entre os anos de 1990 e 2000, a partir de estudos realizados através de documentos do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL), pensa a necessidade de resignificar e refundamentar tal concepção de educação. Segundo a autora, há cinco processos enunciados que melhor definem o momento atual da educação popular a, saber: a) surge uma nova compreensão do que seja o poder popular, reforçando a dimensão de autonomia e protagonismo através da organização popular a fim de disputar a hegemonia inspirada em Gramsci; b) a ampliação dos espaços onde a educação popular deve ocorrer, não sendo uma prática exclusiva dos campos não formais; c) a transição de uma consciência crítica para uma consciência alargada a qual reflita sobre a política, a ecologia, o gênero, a ética, a estética e outros, respeitando a diversidade cultural, geracional, religiosa, e étnica; d) a ampliação das dimensões que orientam a educação popular, considerando a dimensão cultural, a dimensão ética, a dimensão produtiva, a dimensão psico-afetiva e a dimensão corporal; e) por último, há a ética e vivência de valores que indica a radicalidade da democracia no interior das organizações sociais e populares, ou seja, “a ordem do dia parece ser a de que é necessário começar já a construção de um outro modo de vida” (*Ibid.*, p. 59).

Em diálogo com este último item, Dagnino (1994, p. 103) em sua pesquisa sobre cultura democrática e cidadania sob os olhares de diversos sujeitos vinculados à política, como movimentos sociais, sindicais, associações e vereadores, realizada em Campinas, no ano de 1993, revela que a maior parte dos entrevistados apontou que o tratamento igual entre sujeitos distintos é fundamental para uma sociedade democrática. A mesma autora reflete que este fator é um indicativo de que ainda vivemos num contexto autoritário onde a

hierarquização das relações sociais é percebida como um sério obstáculo à construção democrática. (*Ibid.*, p. 106).

É válido salientar que os preceitos democráticos, hoje, enunciados, são parte de um conjunto de fatores, sejam eles: crise da esquerda com a queda do muro de Berlim, avanço da hegemonia do capital-liberal, processo de globalização, reestruturação produtiva, avanços das novas tecnologias e, conseqüentemente ampliação do campo das informações, implementação de políticas neoliberais, sobretudo, no contexto da América Latina, crise econômica mundial, dentre outros. A educação popular teve sua trajetória vinculada às teorias próximas ao marxismo, segundo Corcione (1995, p. 1), as práticas priorizaram as dimensões estruturais da sociedade deixando de lado as especificidades e emergências dos espaços locais, dos processos cotidianos dinamizados. Outro fator que exige um novo redimensionamento é que a educação popular sempre colocou como central suas reflexões a partir da consciência crítica da realidade, ou seja, a mediação de uma prática para o fortalecimento da consciência política também vem sendo questionada por diversos autores¹⁴⁹. Para Corcione (1995, p. 2) aspectos com as novas tecnologias, o reconhecimento de novas identidades, a articulação entre subjetividade e objetividade, a exigência da articulação entre os próprios e distintos movimentos sociais requer a reorientação de um projeto que seja político, plural e democrático.

Já para Palma (1994, p. 24), é preciso considerar quatro eixos de tencionamento, a saber: a) entre um projeto único para o conjunto da sociedade e uma diversidade de práticas particulares, específicas, que contenha desejos, anseios, utopias várias; b) entre as relações dos sujeitos com as estruturas e as limitações nas transformações da realidade, entre o objetivo e o subjetivo, como mencionado por Corcione (1995); c) as tensões entre o campo popular e o que vem de fora, ou seja, entre o que é próprio da cultura popular e das necessidades dos sujeitos populares e as contribuições de pessoas externas; d) por fim, entre a educação popular e a política, como dialogar entre as experiências e práticas da educação popular com as organizações políticas institucionalizadas?

Nesses termos, ênfase que a proposta educativa da educação popular pode contribuir no fortalecimento da luta por direitos e justiça social, levando em consideração que é uma perspectiva educativa que, por muitos anos, vem influenciando e colaborando para a

¹⁴⁹ Para maior aprofundamento ver: CORCIONE, Domingos. Refundamentar a educação popular, 1995. COSTA, Marisa V. Educação Popular Hoje, 1998. GARCIA, Pedro Benjamim. O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade, 1994.

organização das classes populares. Além disso, foi fonte de inspiração para a construção do novo paradigma da educação do campo. Entretanto, é preciso repensar a realidade que circunscreve seus campos de atuação, bem como a própria fundamentação que tem sido realizada em torno da concepção de educação popular, considerando os novos contextos. A educação popular como princípio educativo busca contribuir para mudanças de realidades abruptamente desiguais, traduzindo-se num modelo de desenvolvimento por vias democráticas. Esta deve ser caracterizada através de um espaço plural, em que as especificidades devem ser respeitadas.

Assim, retorno ao ponto de partida com a seguinte questão: O que seria educação popular para seu Ciço,

educação popular, quer dizer, dum jeito que pudesse juntar o saberzinho da gente, que é pouco, mas não é, eu lhe garanto, e ensinar o nome das coisas que é preciso pronunciar pra mudar os poderes. Então era bom. Então era. O povo vinha. Vinha mesmo e havia de aprender. E esse, quem sabe? É o saber que ta faltando pro povo saber? (BRANDÃO, 1981, p. 198).

Ao tomar o objeto de estudo, trago questões de partida para reflexão do próximo tópico: Como vem sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas dos profissionais de ATER da ACACE, vinculada ao MST, em parceria com o INCRA? É possível pensar em uma prática, nesse contexto, dialogada com a educação popular? Quais os desafios em relação à política de ATER que vêm enfrentando em campo os assentados e as assentadas das áreas de reforma agrária? Atentando-me por considerar as falas e os sentidos que os profissionais de ATER da ACACE em Canindé e os assentados e as assentadas rurais lançam sobre as práticas de extensão rural.

5.2 Profissionais de ATER da ACACE: narrativas e processos formativos para militância

O estudo sinaliza cotejos sobre a equipe de ATER da ACACE com quem estive entre agosto de 2011 até meados de abril de 2012. E, ainda assim, a partir do acompanhamento dos profissionais de campo posso afirmar que, em sua maioria, dado ao comprometimento com a reforma agrária, e o que dizem as narrativas de suas histórias de vida, que incluem convívio familiar, social, acadêmico e profissional, há uma convergência para a postura militante. Militâncias que os próprios vão construindo diariamente.

Por questões didáticas, tentei seguir dois aspectos que considero importantes para o presente momento: a) a origem dos profissionais quanto à localidade em que nasceram, o contexto familiar, as escolhas pelo curso de formação inicial e b) os processos formativos – acadêmicos e a relação desses agentes com a extensão rural, educação popular, a PNATER e a educação do campo.

De forma geral, identifico que a maior parte dos profissionais de ATER da ACACE é nova na atuação da política de extensão rural. Desde já, a primeira coisa a considerar é que estamos tratando com perfis de profissionais bastante jovens.

Os profissionais de ATER de nível médio e com formação técnica em agropecuária e administrativa são filhos de comunidades rurais que ao compor o quadro de suas vidas familiares, destacam um campo de dificuldades e superações, senão vejamos,

[...] **sou filho de agricultor**, ou seja, a origem da minha família toda, desde os meus avós materno e paterno, todo são de origem de agricultores. Até os 12 e 13 anos eu morei com minha família nesta comunidade [...] assim, **toda vida foi um desafio grande** foi uma luta grande, né? **Pela sobrevivência**, a gente morava como era uma comunidade de agricultores e nessa época a gente a família **os pai da gente era obrigado trabaiaá pro patrões**, então assim, a gente enfrentou muita dificuldade mesmo, até no sentido mesmo da própria sobrevivência [...]. É por ser também de uma família humilde que não tinha assim, uma outra fonte de renda, **dependia totalmente da agricultura** [...]. E aí a gente sabe que na nossa região principalmente **no Nordeste nós temo esse intervalo de inverno e verão e, muitas vez, nos temos o ano todo de, de seca, né?** Então a minha origem foi ter que conviver com essa dificuldade, e dos meus 13 anos a gente veio pra uma comunidade que tava num **processo de desapropriação para assentamento [...]** **Vida Nova Transval, né?** (Técnico em Administração de Cooperativas da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Sou de, a base da **minha família sempre trabalho com agricultura né? Vim da agricultura familiar**, uma **família até grande** como as famílias que formam lá a comunidade onde eu moro, as minhas origens né, e assim, a gente sempre teve [...] o trabalho com a **agricultura sempre foi complicado**, né? Sempre teve dificuldades ainda mais por devido à região não ser tão propícia pro desenvolvimento da agricultura né? São áreas que o **solo não são tão férteis**, então fica um pouco complicado. E as outras atividades que poderiam ser exploradas. Não tinham [...] as famílias **não tinham sobre essas atividades pra tá desenvolvendo, pra tá aumentando a renda**, né? (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Os pontos comuns memoram para as dificuldades no trabalho com a agricultura e a contínua convivência com a seca, característica típica do Nordeste. Além disso, há uma ausência de políticas e de direitos para a mediação desse processo de sobrevivência. Ainda no primeiro relato aparece a figura do patrão, como poder, nos arredores do sertão, para quem Barreira (1992, p. 38) argumenta que “a dominação tradicional dos proprietários rurais foi

tratada principalmente a partir da convivência dos camponeses como base de legitimação”. Outros já compõem um relato com orgulho de suas raízes rurais,

sou filho de agricultor, nasci e me criei até o os dezesseis anos na zona rural, área de assentamento, **meus pais são assentados** certo. E estudei, **tive toda a minha vida, tive todas as minhas raízes, a minha história toda voltada pro campo, a minha cultura, a minha vivência, tudo é isso né, o que eu sou os meus princípios, os meus costumes, a minha é de camponês, né?** E estudei lá, fiz o ensino fundamental lá no, no interior, que é o interior é o assentamento Palestina município de Independência Ceará. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Sou **filho de agricultor e agricultora familiar**, eu nasci na zona rural, **vivi praticamente até hoje na zona rural, nasci em, em assentamento** e aí **nossa vida inteira foi na roça**, viemos **com a minha família** juntamente com meus **4 irmãos** dentro de área de assentamento em 1995, em torno disso eu tinha 18 anos de vida na época daí então **fomos a primeira família a vir pra essa área de assentamento**, antes até de sair a emissão de posse, **sou filho de Independência**, das regiões de Inhamuns, **mais precisamente no assentamento Palestina**. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Marcas fincadas nos valores que figuram o campo, seus costumes, vivências e, sobretudo, a família. Para Woortmann (1990, p. 12), em seu estudo sobre a ordem moral do campesinato, expõe como uma de suas categorias de análise a família. Não a toma nos contornos da produção, mas nas suas significações de família como valor moral para o que ele chama de “campesinidade¹⁵⁰”. Nesses termos, os profissionais de ATER elaboraram seus discursos vinculados às relações familiares.

Outro aspecto importante é a história de escolarização dos mesmos profissionais,

E aí, eu comecei **o ensino médio**, estudei toda minha vida **lá em Quixeré**. [...] até o ensino médio, o ensino técnico, **o curso técnico, eu estudei no município de Limoeiro do Norte**. Lá numa comunidade que se chama Cabeça Preta, **na escola agrícola** [...] estudei lá dois anos o curso, fui **tive muita dificuldade perante todo o curso**, teve muitos acontecidos, é que tanto eu estudava o ensino médio, como eu estudava o curso técnico. **E ainda estudava a noite**. Quando eu chegava ía fazer um **curso de irrigação que tinha em Limoeiro. Estudava de manhã o médio, de tarde o técnico e de noite ainda fazia** [...] **O dia inteiro, muito difícil**. [...] **meus pais agricultores? Difícil**, foi muito difícil é, tinha vez que faltava até o, **se eu não estou enganada era vinte e cinco reais, o valor que a gente contribuía** [...] **que não dava pra contribuir** por causa da dificuldade, que achava. Porque na época mesmo **minha mãe ganha uns duzentos e cinquenta reais** mais ou menos em torno. **E meu pai era agricultor e agricultor você sabe né, não tem renda fixa**, aí era muito difícil. (Técnica em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

[...] **com seis anos e meio eu aprendi a ler** [...] Então, **eu terminei, tive que fazer a 4ª série, na retornar pra comunidade Olho d'água Alexandrinas** porque

¹⁵⁰ Para o autor campesinidade é a qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos.

precisaria ajudar, precisava ajudar minha mãe, meu pai, né? Porque minha mãe tinha que dar aula noutra comunidade vizinha, e aí meu irmão mais velho ía trabalhar na, na roça com meu pai, e o meu irmão mais novo, ainda era um pouco pequeno e eu tinha que ficar cuidando dele, [...] tinha que iniciar o preparo da alimentação até a minha mãe chegar [...] Eu fui fazer a 5ª série no, no na comunidade chamada Lagoa dos Curujú [...] ficava a 23 km, então tinha que sair de carro no pau de arara cinco horas da tarde, né? E o retorno só voltava pra casa na comunidade no escuro, né? Chegava em casa onze horas da noite ficava muito puxado pra mim, eu era muito pequeno ainda, [...] e aí a gente enfrentava muitos problema de transporte, de até mesmo com o desgaste da viagem, o transporte não era muito adequado. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Eu repeti a 4ª série bem foi umas 3 ou 4 vezes, porque não tinha pra onde estudar e a minha mãe que tinha estudado até a 4ª série era quem ensinava até a 4ª série. Aí pra gente não ficar muito tempo fora da sala ela botava, colocava a gente pra ir pra sala de aula pra [...] ouvir a aula lá, repetindo a mesma série, né. **Quando a gente veio pro assentamento**, foi que a gente teve a oportunidade. Apesar que a gente **entrou num processo que chamavam aceleração**, que aí assim, eu **hoje eu tenho plena consciência**, que meu processo de **aprendizagem foi muito comprometido**, porque eu já vinha com uma idade bastante avançada pra série que eu fui. Ainda, que eu **voltei a estudar no assentamento foi fazendo duas séries numa só**, né? Hoje eu **sinto falta muito do que se eu tivesse ido etapa por etapa**. (Técnico em Administração de Cooperativas e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Nos relatos acima, os profissionais mostram bem o que foi para eles vivenciar a educação ofertada na zona rural. Observando alguns elementos podemos destacar sobre o empenho que os sujeitos, mesmo diante das circunstâncias difíceis, fazem para tentar superar dificuldades. Da ajuda para com a família desde a infância, dos problemas nas mudanças de escolas, pelo fato de não ter escola na comunidade rural para dar continuidade, das distâncias percorridas juntamente com má qualidade de transportes, em Pau de Arara¹⁵¹ sem a mínima segurança, e da “oferta” de uma educação que já chega negada, comprometendo o aprendizado dos sujeitos. De acordo com Molina e Jesus (2004, p. 62), “a educação rural, em suas correntes mais conservadoras, tem uma visão exterior que ignora a própria realidade que se propõe trabalhar”. Ignoram-se as pessoas e a diversidade dos contextos anunciados. Nesse sentido, Brandão (1984, p. 11) nos lembra que num Estado democrático restrito não há espaço coletivo do poder consensual de criar direitos, de criar, por consenso, as normas da vida coletiva, mas apenas é o lugar de obedecê-las.

Enfim, dificuldades apresentadas e atores que conseguem escrever suas histórias a partir de uma ação que chega a ser transgressora diante do mundo que se lhes apresentam. Por

¹⁵¹ O transporte conhecido popularmente como Pau de Arara também é nomeado como Carro de horário, são caminhonetas com proteção de madeiras nas laterais que, muitas vezes, é o único meio de transporte coletivo para comunidades rurais.

outro lado, destaco, nos relatos a seguir, outras experiências educativas significativas através da iniciativa da sociedade civil organizada,

é Escola Família Agrícola Dom Fragoso então, lá eu **passei quatro anos**, conclui o ensino médio, onde lá tem o processo de **educação contextualizada, né?** [...] **voltada para a realidade do jovem do campo**. E é uma escola que tem o **objetivo de [...] gerar condições para que o jovem possa permanecer no campo**. Gerar condições [...] **entrar com, com o apóio de conhecimento , conhecimento pra aquele jovem, conhecimento e também de resgate da cultura do jovem para que ele possa é permanecer juntamente com suas raízes**, mas não permanecer de qualquer jeito de qualquer forma, em situação sobre-humana não, permanecer lá mas, com qualidade de vida, com dignidade. **Ter uma vida saudável lá no campo**. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Outro profissional que também fez parte da Escola Família Agrícola Dom Fragoso ao ser indagado sobre o Regime de Alternância que a escola propõe, expõe,

Eu avalio **muito bom por conta de é a escola ela consegue ter essa ligação escola, família, comunidade**, então, eu pego lá a realidade da minha comunidade, da minha família levo pra escola como tá posto, tento compreender lá na escola e volto com algumas, não seja mudanças, mas com algumas observações, com algumas propostas e lanço, apresento o que eu colhi ali e apresento de volta na escola e consigo estudar e apresento pras famílias que tão ali, coloco como é que tão a realidade deles hoje, mas como é que essa realidade pode melhorar, né, então, tem essa ligação, **ela só se sustenta porque é feita pelos pais, pelos alunos, pelas comunidades, entendeu não é uma escola isolada igual a essas que a gente vê, só a parte técnica, técnica em si, não vê a parte humana, né, não vê a parte de cultura, não vê a parte de lazer, entendeu a religião, essas não vejo que ela compreende o todo, [...] forma a base da sua realidade**, a escola do campo, **é uma escola do campo**, então eu vejo ela como **escola do campo que busca primeiramente compreender a realidade**. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Os fragmentos acima apontam para uma perspectiva que recentemente foi desenvolvida. Não por acaso, algumas iniciativas que se destacam com relação ao aspecto hegemônico que predomina na zona rural, as chamadas escolas tradicionais, ou mesmo, educação rural, partem das iniciativas da sociedade civil, Organizações Não Governamentais, Igreja Católica, Movimentos Sociais, como o MST possuem iniciativas na formação de filhos e filhas de agricultores e agricultores rurais voltados para realidade do campo. Exemplo disso é a Escola Família Agrícola Dom Fragoso. Esta última traz como proposta a educação contextualizada através da Pedagogia da Alternância, garantido a escolarização de muitos jovens do meio rural. Além disso, busca proporcionar um processo de formação condizente

com as realidades dos atores. Sobre este aspecto, quando perguntei acerca de um momento importante dessa prática nas referidas comunidade de um dos profissionais, ele recorda que,

com essa escola a gente conseguiu com que algumas famílias compreendesse realidade quebrasse alguns preconceitos, preconceito principalmente, acho que essa escola me fez é facilitou pra que algumas famílias da comunidade quebrasse o preconceito que tinha com a própria realidade sua, a de ser do campo, de viver na região do semiárido, entendeu. [...] **de jovens**, hoje ainda existe, mas eles compreendem que muitos deles ignoravam a sua identidade, **se envergonhava de dá a sua identidade de ser jovem do campo e os alunos de EFA eles, se orgulham de ser, transmitem isso**. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Por outro lado, quando indagado ao mesmo profissional sobre a relação da sua formação e as discussões sobre a política de extensão rural ou assistência técnica, o mesmo expõe que não havia essas discussões, já que o objetivo que ele identificava na escola era a formação da noção de jovens empreendedores, onde,

não fomos formados pra trabalhar diretamente em assentamentos, né, a formação da escola Família Agrícola na sua essência ela tem o objetivo de formar técnicos, formar empreendedores, esse termo tem alguns que não gosta, mas **empreendedores rurais pra que se aprimorando aqueles conhecimentos técnicos ele possa voltar pra sua origem seja comunidade**,[...] é adquirir de conhecimento técnico? **Pra pegar esse conhecimento técnico levar a realidade e tentar adaptar esse conhecimento a realidade**, mas com técnica o objetivo de mudar a realidade daquelas famílias, né, da sua família, da sua comunidade, então **não tem um objetivo de formar pra os técnicos dá assessoria**, o objetivo não é esse, **mas sim empreendedor, possa ter sua renda no campo, gerar sua renda do campo desde as atividades agrícolas, pecuária e outras**. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Outro técnico em agropecuária, que se formou na região do Crato, relata que o curso ofertou uma disciplina de extensão rural a qual tinha como objetivo discutir sobre a abordagem dos profissionais em campo junto aos atores que lá vivem, bem como a metodologia a ser adotada, assim descreve,

a maneira de você chegar na propriedade e conversar com o agricultor é como você se expressar, as orientações que você vai repassar pra ele e as observações também que você faz na propriedade isso é a extensão rural, uma matéria que tem uma abrangência de você se expressar com o agricultor. (entrevista concedida em 2012).

Além disso, o jovem relatou que a sua formação considerou alguns princípios da agroecologia e abordou sobre gênero nas relações em campo junto às famílias.

Outro profissional com formação no curso Técnico em Administração de Cooperativa (TAC), ligada ao Movimento Sem Terra no ITERRA, e em administração de empresa¹⁵², destaca as dificuldades que o mesmo teve com relação à formação em nível superior, devido a problemas entre convênios. Aponta sobre o diálogo que teve com a educação do campo e de forma mais expressiva com o cooperativismo e o associativismo, que é sua área de concentração.

Já os profissionais advindos da zona urbana, sendo três de Fortaleza e uma do Rio de Janeiro, são sujeitos que participaram de realidades distintas. Dos quatro, dois ao recordar suas vivências familiares, optam por destacar a experiência que tiveram na Igreja Católica através das pastorais da Igreja, a partir disso consideram que houve um processo de conscientização deles diante da realidade voltado para as questões sociais e políticas, que foram fortalecidas na universidade, vejamos,

eu tinha muita habilidade com as ciências exatas, mas acabei escolhendo um curso de serviço social, acredito que tenha sido assim por conta da minha inserção na Igreja e aí dentro da Igreja Católica eu me envolvi nos movimentos e aí no Movimento, na pastoral da juventude tava muito ligada à teologia da libertação, então era uma parte da igreja que tava muito ligada aos movimentos sociais, tava muito ligada às causas sociais, então eu também me relacionava com as assistentes sociais que também tavam dentro da Igreja e aí eu me apaixonei quando eu comecei a ter contato com elas [...] aí acabei fazendo vestibular pra serviço social. (Assistente social e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

no 1º ano no colégio 7 de setembro, no 2º e 3º ano no colégio evolutivo, sempre estudei em escola privada, e um dos momentos que eu comecei a despertar ainda mais dessa questão de participar deste processo de luta, de movimentos sociais, foi durante o final da adolescência, por volta dos 17, 18 anos, comecei também a turma de crisma e durante o período de formação do crisma, eu tive acesso e diálogo com as pastorais, pastoral da criança, por exemplo, e todo processo de reflexão que tinha durante o grupo de crisma, me fez pensar um pouco a respeito da realidade. , mais o meu despertar principal ao senso crítico foi em 2005, já na universidade, cerca de 2 anos e meio, 3 anos. (Biólogo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Já os outros dois profissionais relatam sobre histórias em outros contextos,

Bom, eu **nasci em Fortaleza e morei lá durante 2/3 da minha vida** e bom, minha **família não posso dizer que ela é muito convencional**, não era, meus **pais eram tarólogos**, então era sempre ligado a questão espiritualizada não convencional [...].

¹⁵² Em partes, o curso de administração foi feito na Fundação Santo André em Santo André, em São Paulo e concluído na Universidade Metodista Isabela, em Minas Gerais, Universidade ligada a Igreja Metodista, entidade privada confessional. Devido a problemas com recursos do PRONERA a turma toda teve que mudar de universidade para concluir o curso, sendo que a proposta pedagógica também mudou, pois o foco da Universidade Metodista era voltado exclusivamente para o empreendedorismo.

então **a gente cresceu** meio nisso, **com muitos amigos próximos**, na casa de muitos amigos sempre e, ainda bem claro, mas posso dizer que essa parte da **infância influenciou um pouco no sentido do que a gente buscou eles tinham uma perspectiva de vida mais baseadas nos conceitos do humanismo**, eu acho, não muito da organização política, mas ligada a questão da **valorização da vida foi forte na minha vida**. (Agrônomo e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

vim pro Ceará com 15 anos quando meus pais se separaram, morei um tempo no interior do estado hoje eu considero que é Região Metropolitana que é o Pecém. Aí como minha mãe viu que não tinha como, não tinha escola legal, né, então **eu fui morar em Fortaleza, na verdade passei 7 anos morando sozinha, fui pra outro estado, fui pro Rio Grande do Norte voltei** já tava cursando faculdade e aí morei mais 6 meses com a minha mãe e **fui morar numa casa da gente sozinha** e aí pra meus **trabalhos eram em sala de aula, eu trabalhei com biologia 4 ou 5 anos**. É. E aí também trabalhei numa escola pública, professora Castelo Branco. [...] eu já tinha **trabalhado num, num projeto com menores infratores de liberdade assistida no Lagamar**, no coração do Lagamar então cê vê histórias que eu **passava os três primeiros meses, eu entrava no apartamento, e ía direto pro banheiro e aí eu só saía 40 minutos depois com a cara toda inchada porque eu chorava horrores, e minha relação, assim, com essas pessoas foi muito boa**, muito boa mesmo e eu senti mais, **senti que criei mais laços lá**, certo, não porque achava que era a super 'tia'. (Agrônoma e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Nas narrativas, primeiro os profissionais elegem para contar um pouco de histórias cujos fatores merecem considerações, tais como: o primeiro, considera como relevante viver num contexto humanista; a segunda, a profissional cria muitos trajetos de vida com duas experiências principais: a de ministrar aulas em escolas, públicas e privadas, e o trabalho no bairro Lagamar com a juventude.

Além desses aspectos, o processo formativo acadêmico desses quatro personagens de nível superior é destacado. Dois são formados no curso de agronomia da UFC. De um modo geral, afirmam que a extensão rural ministrada foi insuficiente para a formação dos mesmos se considerarem o campo complexo que é a política de ATER, a disciplina era denominada como a de “final de curso”. O curso de agronomia tem como hegemonia a formação para a base tecnológica, segundo eles, há preferências pelo agronegócio, olhar predominante na maioria das disciplinas e dos respectivos docentes. Ademais, percebem que os cursos de ciências agrárias têm uma perspectiva tecnicista. De outra forma, um dos agrônomos destaca que as leituras durante a disciplina foram importantes contribuições, pois possibilitou um diálogo inicial sobre as relações do homem do campo, os modos de produção e os aspectos conjunturais da agricultura no Brasil. Além disso, um dos agrônomos cursou a disciplina de

educação popular na Faculdade de Educação da UFC e destaca que foi nesse contexto que teve a oportunidade de ler Paulo Freire, sobretudo, a obra “Extensão ou Comunicação?”:

mas eu **acho que pra minha formação foi fundamental, a leitura** também que me proporcionou na época **com relação ao Paulo Freire** foi exatamente nessa época que eu consegui **ler o comunicação ou extensão Paulo Freire que eu acho que era leitura obrigatória de todos os estudantes de agronomia**, inclusive na disciplina de extensão rural porque **inclusive questiona o próprio termo da extensão. Hoje os professores já disseram pra mim que tem coisa muito mais avançada com relação aqueles conceitos, mas se vocês pensar que o agrônomo sai, como o agrônomo sai se entender depois como educador acho que é um dos melhores textos dele, né, nesse sentido e ele exemplifica demais o agrônomo, demais, demais, demais, é o agrônomo que tá como exemplo, inclusive ele diz, o agrônomo aqui não tô me referindo somente a ele, mas os profissionais que trabalham na extensão**, faz essa colocação. (Agrônomo e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Este profissional toma como importante a leitura citada para o seu trajeto enquanto agrônomo, apontando como um dos textos que deveriam ser obrigatório na formação dos profissionais da área. É relevante destacar que o mesmo agrônomo fez parte do movimento estudantil na universidade e, logo no 3º semestre se integrou ao MST tanto nas mobilizações como para estagiar no setor que elaborava projetos da ACACE e, posteriormente, na elaboração de PDA para as áreas rurais. Segundo ele, a maior contribuição na sua formação foi ter atuado nos assentamentos rurais por vivenciar a realidade junto aos assentados e assentadas.

Os outros dois profissionais de ATER, de nível superior, são unânimes em afirmar que foi na universidade que construíram uma consciência mais crítica. O biólogo participou ativamente de movimentos estudantis como o centro acadêmico de seu curso e o Diretório Central dos Estudantes da UECE, entretanto, disse que não havia disciplinas que estivessem relacionadas com a extensão rural nem com a agricultura familiar diretamente,

meu processo de **formação é bem academicista**, como eu te falei, e **alguns momentos até voltado para o agronegócio**, como eu disse **pro cientificismo**, pelo **fetiche** que é criado pela **novidade tecnológica**, por mais que aquela novidade não tenha aquela afinidade de se aborda em sala de aula a respeito daquela novidade na tecnologia, na biotecnologia. (Biólogo e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

E ressalta que,

tinha uma visão distorcida do MST, até que eu vi alguns colegas da universidade passando, com blusas do movimento falando sobre movimentos sociais, **então eu**

comecei a me desvencilhar dessa visão que a globo, a grande mídia burguesa coloca a respeito dos movimentos sociais, **como movimentos criminosos**. (Biólogo e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Já a assistente social expõe que seu curso tem uma base teórica marxista, no decorrer do Curso participou de um grupo de pesquisa que debatia o serviço social, o meio ambiente e a questão agrária. Foi a partir daí que teve aproximação com a realidade dos assentamentos rurais “foi quando despertou o interesse por essa questão” (Assistente social e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). Por outro lado, a mesma replica,

nunca imaginei que fosse me formar e que tivesse a oportunidade de me inserir na política de assistência técnica, porque até então, **apesar de estudar e ter o interesse eu não via um campo aberto** pra essa área, não via, **nem conhecia, não sabia que assistente social se inseria dentro da equipe de assistência técnica**. (Assistente social e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Referida entrevista também teve em sua formação a disciplina opcional de educação popular onde discutiu parcialmente sobre o pensamento de Paulo Freire, bem como a educação de jovens e adultos e educação do campo,

tem uma disciplina de educação popular e aí é a gente tem uma **visão muito geral da educação**, a gente se detem muito a questão da legislação que é o nosso instrumento de fazer valer o direito do nosso usuário, mas e **a gente toca é, é na questão da educação do campo**, da questão direcionada pra da **educação especial**, pra questão da, da, da **EJA, questão de jovens e adultos, mas em linhas gerais a gente acaba não se aprofundando**. (Assistente social e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Em suma, antes de se tornarem profissionais de ATER, os sujeitos foram percorrendo caminhos, alguns distintos e outros semelhantes. São jovens trabalhadores que, de um lado, empenham-se nas causas sociais. Por outro lado, buscam a própria afirmação no campo de trabalho enquanto pessoas de direito.

De uma maneira geral, também foi percebido que os profissionais, em sua maioria, tiveram algum contato com temas como educação popular, educação do campo e extensão rural, muitas vezes, de forma fragmentada e parcial. Porém, a formação que interliga esses campos de saberes para refletir e fundamentar uma *práxis* nas atividades de extensão rural foram ganhando qualidade na prática profissional e política. E ainda, considerando as novas abordagens empregadas na PNATER, há uma lacuna no processo formativo, pois dado início às atividades da atual política de ATER, não houve recurso para nenhum processo de

capacitação e/ou formação. Diante disso, muitos profissionais buscavam estratégias de formação no campo individual e coletivo, estudando pesquisas e metodologias de trabalho no decorrer das atividades. A equipe de ATER da ACACE chegou a construir um grupo de estudos que favorecia a troca de saberes entre as diversas áreas de conhecimento no período noturno, no entanto, “aí devido o convênio tá muito apertado, não tá dando pra fazer essa atividade” (Técnico em Administração de Cooperativas da ACACE, entrevista concedida em 2012), devido aos acontecimentos e acúmulo de trabalhos, logo, o grupo foi desfeito.

Nessa direção, numa visão geral, os profissionais, em meio ao contexto controverso que a política de ATER está assentada, não a percebem como uma perspectiva nem para eles como profissionais, nem para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Muitos relataram sobre as frustrações diante das suas expectativas criadas em relação às atividades que vêm exercendo no campo prático:

É uma coisa tão louca, **a gente trabalhando num ritmo tão louco** que você começa a **se perder no seu cotidiano** que você acaba sendo, **a única coisa que você consegue seguir é a lógica mesmo da corrida de metas**, responder o que tá ali na chamada pra você fazer e pronto. Sabe assim, **you esquece o que você aprendeu na faculdade, de extensão rural, você esquece o que você tinha de ideologia quando você entra, você esquece. Não tem como você colocar isso em prática porque o trabalho não permite** isso e **se você fizer isso, no final do mês você não, quer dizer nem trabalhando assim de uma forma louca, você recebe seu salário**, mas mesmo que, que a gente recebesse o salário [...] **então meu trabalho de fato eu não consigo fazer**. (Assistente social e profissional de ATER/ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Isso também é que **acaba trazendo uma frustração muito grande de a gente como profissional, sabe que pode render muito mais**, porque cada um sabe do seu potencial. [...] **questões que são posta dessa forma [...] dessa forma equivocada a gente não pode fazer nem o mínimo**, então isso acaba trazendo, **causando uma frustração muito grande**, mas é isso eu **avalio a equipe em si, como uma excelente equipe**. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER/ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

No exposto, evidencia-se que os profissionais não se sentem como sujeitos do processo, mas apenas interlocutores e executores da política para execução da mesma nos assentamentos rurais, revelando não se sentirem bem com isso. Em concordância com os depoimentos acima, o coordenador de ATER da ACACE afirma que apesar das metas terem conteúdos bons, a forma como foi encaminhada para a execução, considerando o tempo e a quantidade dos serviços, ficou difícil de operacionalizar.

Na próxima sessão, trago algumas reflexões dos profissionais de ATER em relação à educação, o desenvolvimento e a PNATER.

5.2.1 Concepções dos profissionais de campo: ATER, Educação, Desenvolvimento e PNATER

Busco, nesse item, por meio, principalmente das entrevistas semiestruturadas, algumas concepções que os profissionais de ATER da ACACE trazem consigo sobre a relação entre assistência técnica, extensão rural e educação, desenvolvimento e a PNATER. Aqui tenho como objetivo realizar uma síntese sobre as concepções educativas que estes profissionais atribuem ao papel da extensão rural, considerando também o que eles entendem pelos conceitos acima mencionados.

Sobre a assistência técnica, de uma maneira geral, os profissionais a tem descrito como uma prática que não tem cumprido um caráter educativo no setor da produção, sendo caracterizada, predominantemente como uma ação pontual e curativa, sem regularidades, descontínua, com pouca contribuição para os assentamentos rurais diante da lógica quantitativa que a política de ATER apresenta. Em suma, para eles, é a ação da assistência técnica que prevalece como atividade hegemônica, em campo, em detrimento da extensão rural.

Nessa perspectiva, os profissionais se vêem dentro de uma estrutura de ambigüidades na medida em que acreditam e defendem propostas educativas e dialógicas junto às famílias, mas que no campo prático vêm cumprindo com determinações de caráter técnico percebido como não educativo. Vamos aos pontos,

assistência técnica é pra quem tá mais inserido na esfera produtiva, no processo produtivo e **necessita só de um diálogo que traga algumas melhorias para transformar e melhorar um pouco mais seus processos**, a orientação é bem mais básica ou talvez mais complexo pelo estágio que está aquela família, difícil de a gente encontrar, mas que há muito assentamento [...] tem gente que batalha bastante e consegue avançar no produtivo na frente de todo esse descaso do governo. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Acho que nesse momento a regra é conversar pouco, conversando pouco e fazendo muito serviço, conversando pouco, é o que **hoje não permite a gente por esse contrato de fazer por causa do quantitativo, horas determinadas, mais ou menos média pra realizar oficina e tal**, mas isso acho que depende muito de **como cada um faz uma conversa com os agricultores**. Acho que isso também pode dá um processo, **pode criar um processo educativo ou não**, mas **hoje eu considero que não tenha um processo educativo e acho que não vai ter, sabe? Assim, se não mudar algumas questões de prioridade, de tipo de forma de execução, de também dar satisfação do profissional a campo sabe, tudo isso é, às vezes, o profissional de campo vai mais desanimado do que o agricultor por causa da situação que tá passando, sabe? Como é que ele vai convencer, né? Convencer é um negócio meio ruim, mas pelo menos dialogar com os agricultores pra tipo assim, levar uma luz pra eles, assim também que vive**

numa situação meio difícil [...] seu trabalho é técnico que eu considero, você tem que dominar algumas técnicas pelo menos pra facilitar a vida do agricultor lá e se **puder passar isso de forma educativa, melhor ainda, né? Mas eu vejo que senão mudar, não tem processo educativo, os profissionais não consegue deixar um, um processo de autoaprendizagem pros agricultores.** (Técnico em Administração em Cooperativas e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Os fragmentos acima trazem algumas contribuições. O primeiro profissional conceitua assistência técnica a partir de uma abordagem dialógica junto aos agricultores e as agricultoras. E acresce que essa atividade tem se voltado, especificamente, para o setor produtivo. Em concordância com ele Freire (1997, p. 89), defende que uma ação de assistência técnica quando verdadeira só se faz num contexto de *práxis*, na compreensão crítica do que sejam as técnicas, não podendo ser de caráter pontual nem domesticadora, mas condizente com uma lógica transformadora da realidade, junto aos sujeitos do meio rural. Em outras palavras, a prática educativa deve ter como um de seus principais objetivos uma mediação, cujo papel é a apropriação dos conhecimentos. Ainda no entendimento do profissional, o setor produtivo dos assentamentos rurais, de modo geral, encontra-se com dificuldades devido à ausência de políticas de governo.

Já na colocação do segundo, quando indaguei sobre a possível relação da ATER como um processo educativo, ele afirma que, hoje, as ações não vêm se constituindo como educação, pois há um domínio forte do aspecto quantitativo que recai em práticas aligeiradas e fragmentadas, com o fim de alcançar resultados devido às exigências governamentais. No entanto, recorre-se aos aspectos individuais de cada profissional de campo que pode corroborar para uma prática distinta do que está posta. Em concordância com a hegemonia do aspecto quantitativo, vejamos:

Hoje o nosso trabalho, ao critério que a gente tá trabalhando hoje **é quantitativo**. Então a gente tá trabalhando pra fazer número, **pra fazer número e gerar recurso**. Então a gente tá trabalhando de uma forma muito na correria, então **nossas atividades ela estão se resumindo em, é reuniões e em visitas *in loco* às famílias**. **Nós não temos, não podemos destinar tempo para, por exemplo: visitar uma área que um agricultor tenha plantado, passar meio dia com ele orientando numa horta, bom, e vacinar um rebanho de caprino, porque hoje da forma que a chamada tá posta, se a gente fizer, a gente não vai tá cumprindo a meta que foi colocada pra gente. Tá entendendo?** Então, isso é uma das razão também que tá faltando bastante situação pra gente como profissional [...] nós estamos [...] trabalhando de uma forma mecânica. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Outro profissional relata sobre as atividades que vêm sendo dominantes, a saber: visitas às famílias e reuniões nas comunidades. Para ele, não há tempo para as atividades de acompanhamento técnico por conta das prioridades da política de ATER previamente estabelecidas. E, ainda, discutindo o aspecto conceitual da assistência técnica, outro profissional argumenta que a finalidade é a educação, assim como na assessoria e na extensão, as três atividades devem caminhar interligadas pelo processo educativo, a concepção de educação, parafraseando Freire, é a de que “na verdade eu tenho um pensamento que ninguém educa ninguém, ninguém consegue educar ninguém, também ninguém consegue se educar sozinho.” (Agrônomo e profissional de ATER da ACACE, 2012).

Ainda no que se refere à extensão rural e sua possível relação com a educação, muitos profissionais da ACACE a compreendem da seguinte forma,

Por exemplo: **Se a gente tem determinado conhecimento de alguma área, acho que nesse sentido da extensão, é a gente estender aquele conhecimento que a gente tem não assim, limpo e seco assim, no momento tem os dois conceitos, um que a extensão é assim, estender aquilo que você sabe, entendeu? A outra coisa que eu queria colocar é no sentido de você fazer a extensão rural e, ao mesmo tempo, promover esse diálogo nessa troca de saber entre as pessoas.** Ou mesmo, que você tá ali tentando estender o conhecimento da sua área, mas também trazer atores nessa história. (Técnico em Administração de Cooperativas e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

A extensão rural seria pra quem já, pra alguém por algum motivo que acontece em muitos casos, está de desvencilhando desse processo aí, tá perdendo sua identidade, [...] tão com dificuldade de se inserir no processo produtivo, na organização social da comunidade do assentamento, então [...] a extensão como lhe falei é uma palavra carregada historicamente de uma forma negativa, o conceito que eu tô colocando na verdade é de educação popular, a gente ser uma pequena parcela de contribuir na construção e na reconstrução, tanto na questão de identidade, no processo produtivo, na organização das pessoas. (Biólogo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Eu acho que **extensão rural é**, inicialmente, eu acho que no meu dicionário [...] **é quando você é leva um determinado conhecimento tá ou você amplia uma determinada atividade, você é, é amplia mesmo um determinado conhecimento, você adequa, você repara,** visando otimizar uma determinada prática, né, **eu acho que a extensão rural é isso acho também que a extensão rural também não é só uma via de uma mão só, acho que a extensão rural é uma via de mão dupla, [...] em outro momento eu já aprendo uma outra coisa com o agricultor.** (Técnica ambiental e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Alguns relatos indicam que o conceito de extensão rural, historicamente, traz uma disputa política em torno de si mesmo. No mais, a extensão é traduzida como educação popular de forma explícita na fala do segundo entrevistado, ressaltando que essa atividade deve mediar também o fortalecimento da identidade e da organização social. Tanto na fala do

primeiro e como na fala da terceira entrevistada identifico pontos que se coadunam com os princípios da educação popular, a troca de saberes através de um processo dialógico e a educação, vista como uma via de mão dupla, onde os sujeitos do processo estão aprendendo. Outro sujeito expõe que,

Extensão rural ela necessita da educação pra que você possa, você tem que se educar pra você receber aquilo pra você construir o que você quer receber e aí **pra você construir qualquer coisa tudo passa pelo processo educativo, né? Cê construir o conhecimento nas comunidades, necessita você se educar praquilo.** Qualquer proposta que seja desde o meio ambiente, **se você vai estender um trabalho no assentamento, primeiro às famílias têm que se educar e compreender aquilo, a gente que tá fazendo, tá estendendo também [...]** tem que ter a percepção que o público é esse, então **você tem que se moldar pra você poder conseguir estender e aí estender o conhecimento não resolve, estender, colocar pra eles, não resolve, construir sim, mas construir necessita de, tenha passado pro um processo educativo, você receber isso.** (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Esse outro profissional da ACACE ressaltou a necessidade que tem a extensão rural de estar imbuída da educação, na busca da construção do conhecimento. E quando utiliza as terminologias “estender” e “moldar”, logo, percebe a contradição e retoma para a defesa da relação no ato de construir conhecimento, ressaltando também que tanto o profissional quanto os (as) assentados (as) devem ser sujeitos do processo formativo.

Em síntese, as concepções explicitadas pelos profissionais de ATER da ACACE, em Canindé, estão, em grande parte, compreendidas que na extensão rural deve haver um processo educativo. Evidenciam as disputas conceituais de forma contraditória em torno da palavra extensão a qual, em muitos casos, levou os profissionais a definirem como ato de “levar” o conhecimento para o campo, mas deixa implícita a ideia de que ela é uma área educativa. Há também uma hegemonia em considerar que o papel do técnico é o de “repassar”, “levar” e, por vezes, construir o conhecimento juntos aos assentamentos rurais. Por outro viés, três dos profissionais a propuseram como uma prática de educação popular. Já os outros expuseram algumas características que podem dialogar nesse sentido, tais como: troca de saberes, diálogo, valorização da sabedoria popular construção, tendo o conteúdo que partir da realidade dos sujeitos. Para eles, por mais que se sensibilizem para a troca de saberes há uma dificuldade desde a elaboração metodológica para realizar essa construção, sobretudo, quando refletem sobre a atual política de ATER que estão submetidos para execução dos trabalhos.

No que diz respeito à concepção de assistência técnica foram dadas duas definições principais, a primeira como uma atividade voltada para o aspecto produtivo, cuja ação deve ser técnica, pontual, curativa e assistencialista; já a segunda noção, exposta apenas por dois profissionais, a define como uma possibilidade educativa a partir de uma abordagem mais dialógica.

Outro importante levantamento realizado foi sobre o conhecimento dos profissionais de ATER da ACACE acerca da PNATER. Ao indagá-los sobre a Política, apenas dois responderam que a conheciam através de leituras individuais, os outros não tiveram sequer acesso, contando que todos os profissionais não passaram por nenhum processo de capacitação ou formação para apropriação das bases da PNATER.

Contudo, Caporal (2005, p. 10) afirma que alguns desafios estão nas propostas de formação e capacitação continuada para um novo profissionalismo em diálogo com o campo. O autor considera dois pontos centrais: o reconhecimento dos trabalhos voltados para as classes populares, nomeadas pela agricultura familiar e a concepção de desenvolvimento agroecológico. Só nesse sentido é que se terá a possibilidade de “ver as pessoas antes das coisas.” (*Ibid.*, p. 10). No que concerne aos modelos de desenvolvimento, lança alguns desafios e limites, dentre eles, talvez o mais importante seja a compreensão e definição de uma política de desenvolvimento do próprio Estado Nacional. Para os limites, destaca: a continuidade do apoio público e do financiamento subsidiado para atividades agropecuárias insustentáveis que se orientam pelos pacotes tecnológicos, ainda, da Revolução Verde, que,

exigem o crescimento constante do tamanho do negócio empresarial, para garantir competição de commodities e que portanto forçam a ocupação de novas áreas (como vem ocorrendo no Cerrado e na Amazônia), poderá retardar a mudança de estilo de desenvolvimento rural. (*Ibid.*, p.8).

Modelo que se contrapõe fortemente a outra proposta de desenvolvimento consoante as proposições da PNATER, de base ecológica e sustentável. Para o autor, é nítido a disputa entre dois modelos no seio do Estado, a saber: aquele que está voltado para as grandes indústrias, sendo hegemônico e “velho”, não sustentável, também conhecido como agronegócio, e o outro, a defesa de um modelo de desenvolvimento que, para o autor, está em fase de construção que é o sustentável. Nessa perspectiva, passo a refletir sobre como os

profissionais de ATER da ACACE vêm articulando suas concepções entre ATER e desenvolvimento¹⁵³.

De uma maneira geral, os profissionais, dado o contexto da política de ATER em que estão inseridos, fizeram duras críticas à política quando pensam em uma proposição de desenvolvimento. Para eles, a ATER, hoje, está fora de qualquer proposta que contribua para a melhoria das famílias rurais, vejamos,

Acredito que o modelo que tá se trabalhando na assistência técnica hoje não chega a ser tão, tão grande né, o desenvolvimento das famílias não se tem, mas pelo processo de aprendizado mesmo que tem, pela participação [...] nos debates, né, de algumas, algumas instituições, nos movimentos sociais né, esse processo de desenvolvimento das famílias, tanto na parte de educação, [...] a parte de produção até que, na verdade o que se vê mesmo é ao problema do desenvolvimento, na parte produtiva é a falta de apóio, porque é trabalhar com a produção dentro do campo com a família, mas não se tem a infraestrutura necessária, não se tem uma infraestrutura de mercado apropriada. Quando se uma o mercado pra ser escoado a produção da família, ele tem vários, empecilhos aí. O processo que dificulta e até inviabiliza. É as políticas públicas voltadas pro desenvolvimento até mesmo a nível municipal um exemplo aqui de Canindé, não beneficiam as famílias, não beneficiam as famílias. Alguns exemplos lá da feira¹⁵⁴ que se tem aqui, a feira que foi conseguida pelas famílias. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Elas são soltas, elas não são juntas, não existe política de assistência técnica e extensão rural e desenvolvimento, até porque desenvolvimento é um processo até um pouco mais amplo, né? Ele tem que tem outras políticas dentro, pra gente considerar um processo de desenvolvimento, né? Mas hoje, a de hoje, não, não aponta pra isso, nem aponta pro desenvolvimento, muito menos se a gente for levantar um [...] sobre sustentabilidade, muito menos pra um desenvolvimento sustentável, até porque um dos principais processos que devia ser a agroecologia tá com a meta relegada há algumas atividades básicas e muito pouco, mas também não vincula política de segurança, política de saúde, de educação e sem essas tanto muito bem estruturadas o desenvolvimento não virá em função da política de assistência técnica e extensão rural. (Agrônomo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Ao examinar os excertos, os profissionais realizam reflexões desde as circunstâncias em que se encontram. O primeiro relata o desenvolvimento sob várias dimensões a partir da

¹⁵³Quando realizei as entrevistas semiestruturadas não define que tipo de desenvolvimento eles deveriam relacionar, alguns perguntaram se era o rural, o todo, pedi apenas que eles conceituassem a partir do olhar deles até para melhor entender suas orientações sobre a temática. E também porque eu poderia correr o risco de dicotomizar o que não pode ser dicotomizável.

¹⁵⁴A Feira da Agricultura Familiar em Canindé, segundo relatos informais, foi tomada por comerciantes da Central de Abastecimento do Ceará (CEASA). Os assentados e as assentadas, ao mesmo tempo em que se fazem presentes, estão ocupando espaços periféricos dentro da Feira. Por outro ângulo, alguns assentados me confidenciaram que pela impossibilidade de investimentos nas produções locais, não têm como viabilizar excedentes para a Feira, por esse motivo, muitos não vêm participando, assim, comercializam os poucos produtos que têm nas comunidades vizinhas.

política de ATER até as possibilidades que vão sendo criadas para a participação das famílias rurais, seja nos movimentos sociais, seja em outras instâncias de discussão, para o tratamento das políticas públicas. No segundo relato, o profissional de ATER é incisivo quando afirma a separação da ATER atual com uma proposta de desenvolvimento, sobretudo de vertente sustentável. Com isso, a política de ATER fica desvirtuada e desarticulada de outras políticas, que devem ter caráter estruturante, como a de saúde, educação e segurança.

Na mesma perspectiva, outros profissionais quando pensam na relação entre ATER e desenvolvimento, retomando o contexto que vivenciam: “fica difícil pensar uma relação que seja positiva”. E, desde já, vale salientar que, a proposta de ATER, hoje, ganha aspectos que envolvem outro modelo de desenvolvimento como visto, antes, com CAPORAL (2005). No entanto, um dos sujeitos faz a seguinte ressalva,

eu acho que se a gente fosse fazer uma relação muito bruta do trabalho que a gente iniciou em julho, agosto quer dizer, e hoje você poderia ir medindo que não ia ter nada de mudança, não teve nada. Eu considero, um trabalho praticamente perdido, sabe. Então ATER e desenvolvimento é não vejo uma relação, assim, consequente, não [...] eu vejo separada as duas coisas, entendeu? (Técnico em Administração de Cooperativas da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Reafirmam-se que os trabalhos realizados não estão sendo condizentes com um possível diálogo no campo do desenvolvimento. Por outro lado, outros profissionais destacam a necessidade sobre o entrelaçamento da política de ATER com uma proposta que atenda à realidade das famílias assentadas. E revelam,

Assim, eu acho que as duas têm que se tratar juntas assistência técnica e extensão rural pra que a gente possa alcançar esse desenvolvimento. A gente necessita das duas. Necessita de construir com os assentamentos um planejamento, uma perspectiva, uma ideologia de vida né? [...] Acho que deve ser construído, qualquer coisa tem que ser construído com quem tá fazendo parte daquilo, quem tá recebendo aquilo, que tá sendo beneficiado, quem tá sendo os autores. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Desenvolvimento? Primeiro a gente tem que ter uma posição clara de desenvolvimento, pra que e pra quem é pra isso [...] agricultura familiar, da lógica da agricultura familiar, não numa lógica de ‘agronegócio’, né? De veneno, de aumentar a escala [...] precisa aumentar realmente a produtividade, de mecanização agrícola pesada, sendo que nossos solos são rasos, e facilmente os tratores levam. Não sendo também totalmente contra o trator, ele diminui a penosidade do trabalho do agricultor, ele tem suas vantagens também, é trabalhar as ferramentas de gestão, de produção voltada para agricultura familiar, conceitos ligados à questão de economia mesmo, socialista, solidária, esta ainda. Está dentro dos marcos do capital, mas de certa forma, depende dos

elementos que a gente utiliza. A gente pode avançar um pouco nessa questão de produzir melhor e poder vender melhor, ter um pouco mais de recursos e mostrar mais os seus produtos, e tornar referência pra sociedade, que esse é um desafio grande que a gente tem. Referência pra sociedade, de **alimentos saudáveis**, ser referência nesse processo de **transição agroecológica, a gente é que vai ser sujeito da transição agroecológica e não o agronegócio**, jamais o agronegócio. Então **é construir essa referência** aí, tá ligado diretamente ao desenvolvimento, porque **é produzir alimentos de acordo com o bioma, de acordo com tipo de recurso, de acordo a composição da família, de acordo com gênero, a geração, a juventude, enfim, tá ligada a tudo isso, não é só produção, é social, é ambiental, tem essas diversas dimensões, ter espaço de formação**. Não adianta você só produzir, produzir de forma sustentável e não poder participar, **se não há visão crítica a respeito da sociedade, então a gente tem que aproveitar isso também**, espaço para construirmos essa formação e sermos é [...] pessoas com a consciência menos ingênua e **passar a sermos mais críticos**. (Biólogo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Em concordância com os dois relatos, tento realizar uma breve síntese. Para aquilo que se pensa como desenvolvimento é preciso, no primeiro momento, pensar nas pessoas que compõem a trama política e social. Nesse sentido, como afirma o primeiro profissional, se há pessoas, as “gentes”, de quem Paulo Freire tanto anuncia, é preciso que o desenvolvimento nasça da proposição dos atores sociais, os quais não podem ser reduzidos à tradicional “representatividade”, nem a objetos de políticas insustentáveis. Ao torná-los objetos de políticas insustentáveis, é, propriamente, “matar a vida, freá-la, coma redução dos homens (e mulheres) a puras coisas, aliená-los, mistificá-los, violentá-los são o próprio dos opressores”. (FREIRE, 2005, p. 147)¹⁵⁵.

A fala do segundo entrevistado expõe de forma clara que há dois modelos de desenvolvimento a serem debatidos e disputados, toma como referência um desenvolvimento que se quer sustentável, que relacione não só ao campo produtivo, mas ao social e ao ambiental, além de acrescentar algo fundamental nesse processo que é a mediação educativa a fim de que se construam posições críticas diante da realidade experienciada, buscando construir a contra-hegemonia (GRAMSCI, 1971).

Seguindo os caminhos investigativos em torno das concepções e práticas dos profissionais de ATER passo agora a realizar uma reflexão sobre as práticas de extensão rural dos profissionais que pude acompanhar nos assentamentos rurais de Canindé, em especial, no P.A. São Francisco das Chagas, no P.A. Terra Livre e no P.A. Souza.

¹⁵⁵ Para maior aprofundamento sobre uma ação da teoria da ação antidialógica explicitada por Freire, vide sua obra clássica ‘Pedagogia do Oprimido’.

Para o presente objetivo me utilizei de alguns instrumentos, a saber: o registro sistemático em diário de campo, a fotografia, as entrevistas semiestruturadas e o Grupo Gerador¹⁵⁶. De modo geral, os trabalhos de campo que observei foram as visitas, as oficinas e as reuniões com as comunidades assentadas.

5.3 Caminhos e descaminhos de uma prática educativa

Desde já aponto para uma reflexão que o campo empírico me respondeu as práticas de extensão rural sofreram modificações. Para a assistência técnica a qual não conhecia bem, o meu olhar se modificou a partir do corpo teórico, apesar do nome ser carregado de negatividade visto que lembra a mera “assistência”, mas a partir de Freire (1997, p.88) podemos incluí-la desde uma concepção educativa, dependendo do projeto que a acompanha.

Devido à amplitude do tema, desenvolvi a seguinte estrutura de apresentação, no primeiro momento reflito sobre a abordagem de campo dos profissionais de ATER, observando seus discursos e as anotações que realizei em diário de campo por meio das observações diretas. Posteriormente, apresento a descrição das práticas através de desenhos construídos pelos profissionais de ATER. Por fim, resalto sobre os limites e desafios evidenciados tanto pelos olhares dos profissionais de ATER da ACACE como pelas comunidades assentadas em Canindé.

¹⁵⁶ Neste último, realizei uma atividade com os sujeitos através da prática do desenho, como já havia exposto no capítulo sobre a metodologia, pedi que os mesmos, ao final da entrevista, expressassem através de desenhos como suas práticas de ATER estavam se realizando no contexto dos assentamentos rurais. Para mim, a opção pelo desenho se deu por dois fatores, primeiro, nem todos se posicionaram durante as indagações realizadas, sobretudo, as mulheres, somente uma falou em algum momento da discussão, nesse sentido, todos participaram. Depois de cada desenho feito, cada profissional expôs o significado às gravuras, com isso foi possível ampliar a reflexão sobre a temática.

Foto 5 - I Oficina para elaboração do Plano de Ação - Assentamento São Francisco das Chagas



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

A abordagem realizada na extensão rural é definida pela maneira como os profissionais se relacionam com o público da política que, neste caso, são os assentados e as assentadas rurais. De uma maneira geral, os profissionais mantêm uma postura de respeito e diálogo com os sujeitos que se lhes apresentam em campo. No entanto, ainda é notória a pouca aproximação junto às mulheres e aos jovens¹⁵⁷, apesar de reconhecer que há uma sinalização para que esse quadro se modifique.

Por outro lado, no contexto da política de ATER, a relação se apresenta com fraturas, as questões relacionadas à descontinuidade, a não materialização de projetos, a rotatividade dos profissionais, a ausência de um processo formativo, além das ações desarticuladas entre parceiros têm contribuído para que as relações se estabeleçam numa linha tênue. De acordo com dois assentados do assentamento Terra Livre, as práticas dos profissionais de ATER podem ser evidenciadas nos seguintes quadros:

Muita das vez eles chega aqui, por exemplo, o projeto das mulher... eles chegaram aqui mais do que avejado, dizendo que o projeto já tava pra sair, aí reuniu as muié, mais do que avejado que tinha que ser bem ligeirinho que o projeto, não sei o quê... tava sendo liberado, aí que acontece? O que acontecia, até hoje ainda não tem um correto ainda, pra dizer não, o projeto já tá no ponto e aí só falam, né? E vai sair tal tempo, não sei a culpa de quem, de quem

¹⁵⁷ A hipótese para que essa relação se processe é a de que há ainda a ênfase nas discussões no que concerne à produção.

não é, né? (Presidente da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Tem sido pouca, tem sido pouca porque **os meninos chega aqui com a, pra dá, inicia o ano né, eles chega aqui e diz: ‘olha, nós temo tantos anos pra nós dá assistência técnica dentro do assentamento, dentro das áreas de assentamento de vocês’**. E da que nós acompanha, e aí quando **a gente menos espera tem a notícia que, as vez até o INCRA retira eles da função, dos trabalhos deles, e a gente fica aquele bom tempão sem técnico de novo, porque se acaba o convênio, não sei como é que era uma coisa que não devia se acabar, porque o INCRA ele não pode dá acompanhamento** e nem quem eles bota pra coisar cumpre com o dever que é pra ser cumprido, né? (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, 2012). [Grifos meus].

Outros elementos se tornam pertinentes no primeiro fragmento: de um lado, as determinações para elaboração de projeto sem um retorno concreto têm deixado as relações fragilizadas nos assentamentos. Os profissionais de ATER realizam os procedimentos orientados pelo próprio INCRA, mas, como já foi abordado, os técnicos do INCRA comentam que muitos problemas estão esbarrando na burocracia e isso é desgastante para todos. As famílias assentadas comentam que as informações chegam incompletas e desconstruídas, portanto, fica difícil identificar de quem é a responsabilidade da não operacionalidade do processo. Além disso, outro assentado expõe:

Aí quando eles vêm aqui é pra resolver outras coisas e não dá tempo de resolver tudo aí, porque **eles vêm, mas custa a vir**, aí quando vem tem outras coisas pra resolver **não dá tempo resolver as coisas, os problemas, né?** [...] e o **acompanhamento...** porque o acompanhamento, **sempre atualmente**, pelo menos uma ou duas vez por mês em cada assentamento, porque **tem vez que passa de dois, três mês sem vir, sem acompanhamento**, aí quando **vem aqui dá só umas palavrinhas ali, aí assina aqui, aí o pessoal assina e vão se ‘bora’** [...] **Tem muita gente aqui que diz: ‘Eu não vou mais assinar**, se eles vim aqui eu não assino mais’, porque chega aqui dá umas duas palavras e volta pra trás, **aí fica difícil, tô colocando aqui pelo povo, né?** (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

No relato acima o assentado revela que os trabalhos executados pela equipe de ATER atual não estão condizentes com os problemas que o assentamento apresenta. Além disso, a demora para que eles se façam presentes é grande, causando um processo fragmentado, sem muita ressonância. Em outra ótica, outro assentado ressalta que:

a reforma agrária ela é lei, mas não é cumprida, né? Porque pro governo, que eu acho, pro governo a reforma agrária não é prioridade, porque se fosse prioridade não precisava nós ocupar uma terra pra fazenda sair, não precisava nós ocupar o INCRA pra nós receber o crédito da casa, não precisava ocupar o INCRA pra receber o crédito da cisterna, não precisava ocupar o governo do estado pra nós ter os quintais produtivos, né? Porque esses quintais produtivos é um sonho pro povo, essa ideia dos quintais produtivos daqui já tá com dois anos que

o governo ficou de repassar esses quintais [...]. (Membro da associação e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

De acordo com esta liderança, o que está em jogo é a política da reforma agrária mediada pelo Estado. Expõe que a reforma agrária não vem sendo prioridade e que, mesmo sendo lei não é exercida, só há políticas porque há pressão social. Em convergência com tal pensamento a técnica do INCRA reconhece que diante das dificuldades burocráticas estatais as políticas na reforma agrária só têm ocorrido em função desta pressão, através dos sujeitos que dela fazem parte,

Eu vejo que, **apesar dessas dificuldades operacionais, da ausência do INCRA nos assentamentos, eu acho que as políticas conseguem chegar muito porque os sujeitos vêm a procura, eles vêm buscar e, enfim, e aí só é lembrado quem é visto de fato, quem tá cobrando, quem tá participando**, eu acho que consegue agarrar mais, mais política pra sua comunidade, pro seu assentamento. (Técnica do INCRA e integrante da equipe de avaliação e monitoramento da política de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Ao retornar a reflexão sobre a abordagem de campo, na visão dos profissionais de ATER, quando indagados sobre essa relação, o processo tem evidenciado a fragilidade da política dentro dos assentamentos, para eles isso se torna claro desde o início dos trabalhos. Relatam que costumam ser olhados com desconfiança e crítica, o que faz, por outro ângulo, criarem sentimentos de angústias, descrenças e constrangimentos. Nestes termos, tomo uma fala,

uma relação pelo menos da minha parte de constrangimento, por eles já me conhecerem há bastante tempo é que a gente é bem claro, eu sou bem franco com eles, a gente perde espaço dentro dos assentamentos, entendeu? Eu vejo uma **falta de ética muito grande, não sei, conscientemente, eu sei que não deveria [...]** do desrespeito que eu falei dos assentados, **você tá fingindo que tá desenvolvendo um trabalho que vai gerar [...] que não vai e a gente sempre participando disso acaba sendo constrangedor lá dentro da consciência [...]** queria que os assentamentos, eu fosse lá tivesse um tempo de **eu construir um cronograma de execução duma atividade deles, uma atividade agrícola, uma atividade pecuária que fosse uma ou duas famílias que desse resultado**, mas que fosse. Então eu vejo uma **frustração pra mim como profissional, não tem nada de concreto** dizer, assim, foi isso que ele fez no assentamento, não vejo, frustração pros assentados também, então, **fico meio que envergonhado pelo trabalho que tá sendo feito**. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

É bom salientar que a política de ATER descrita é reduzida como um meio de conseguir crédito, ou quando muito, um projeto. Além disso, as iniciativas governamentais, apesar de terem tido um avanço no debate da ATER pública no Brasil, não tem contribuído de

forma efetiva para que a mesma venha, em conjunto com as famílias rurais, dialogar com um projeto de desenvolvimento possível.

Outro ponto a destacar é que a partir desse acúmulo de ações que se faz em negativo, há dificuldades em relação à entrada de novos profissionais para atuação na área, a fim de dar início e/ou continuidade aos respectivos trabalhos, vejamos,

é impossível você realizar um trabalho efetivo se você começa uma atividade, daqui há um ano essa atividade para e aí vem um outro técnico e começa a fazer a mesma coisa [...]. Aí daqui há dois, três meses vai chegar um outro técnico pra fazer aquele trabalho e aí nem a comunidade continua, no período que você sai e quando chega um outro técnico começa o trabalho todo de novo. Sabe, a comunidade fica desacreditada, os técnicos ficam desestimulados. (Assistente social e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Por outro lado, na opinião de outro assentado, há uma relação boa com os (as) técnicos (as), mas o problema parece ser de ordem estrutural,

Eu, pra mim mesmo, a nossa relação nós enquanto assentado com os técnicos é a melhor possível, né? Se fosse um trabalho, assim, bem feito mesmo, do jeito que é pra ser mesmo, o INCRA dando, o governo dando as condições necessárias mesmo, eu acreditava que... bem mais melhor, porque aí tinha mais tempo deles, né? De trabalhar, tinha mais aproximação. Os poucos momentos que os técnicos passa nos assentamentos, nas atividades os assentados têm uma boa relação com eles. (Liderança e assentado do P.A. Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

No excerto do assentado identifico que o trabalho de ATER requer a especificidade da aproximação entre o profissional e os sujeitos do assentamento, pois, para ele, essa possibilidade vem sendo dificultada no âmbito governamental. Em concordância com esse aspecto, outro assentado se coloca da seguinte forma,

Eu acho assim...é importante, eu quero dizer que nessa parte aí, pra mim não tenho achado, pra mim tem sido... eles são pessoas muito legal, né? Pra mim não tenho que dizer disso aí não, pra mim tá bom. Só essa parte lá do acompanhamento, que é da produção..., dessas coisas assim, né? (Liderança e assentado do P.A. Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Na fala do entrevistado, há um mesmo olhar no que se referem às relações, estas, entre os profissionais e assentados (as), replica que “eles são pessoas muito legal”, já para as questões que se referem ao acompanhamento da produção os profissionais se fazem ausentes.

Para outros profissionais de ATER, é necessário que se tenha franqueza diante dos sujeitos que estão no campo a fim de que se construa uma relação de confiança. Tomam como importante a relação mais individual, onde identificam que podem encaminhar algumas ações

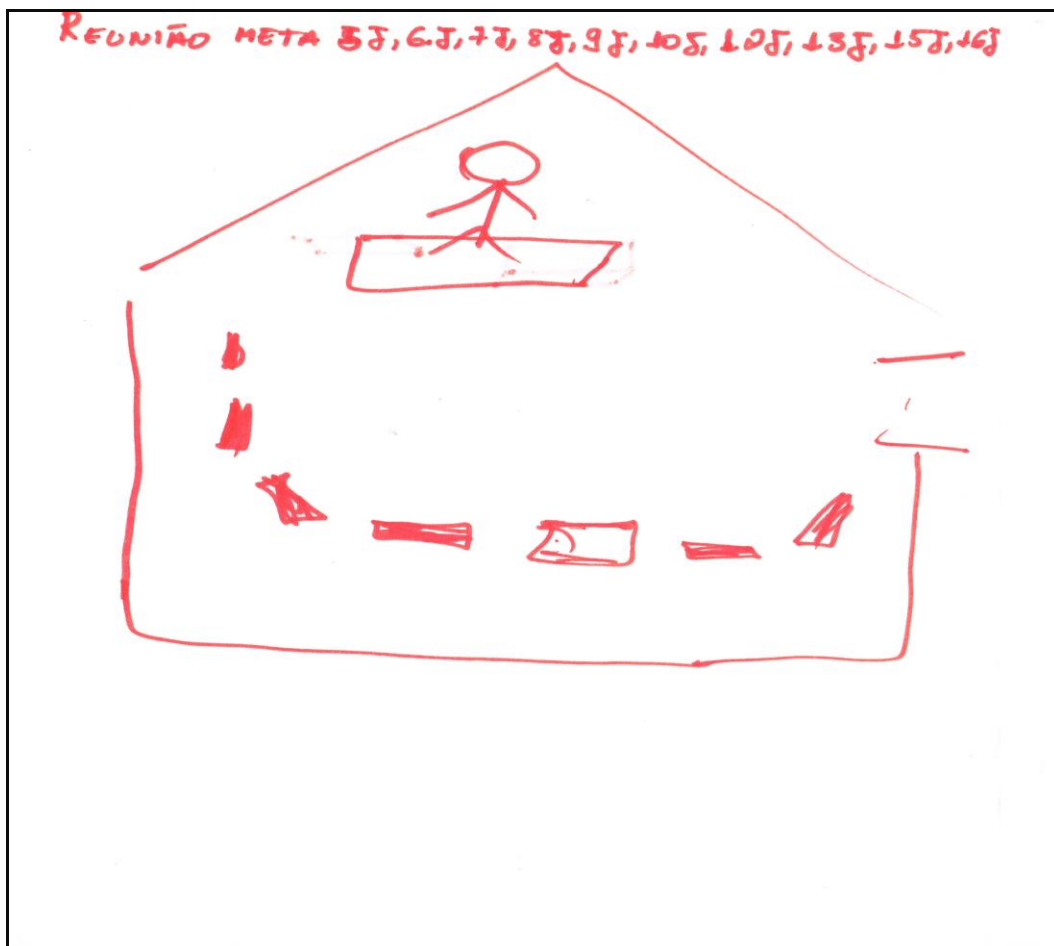
concretas em meio a um campo tão controverso. A franqueza se refere à postura de humildade diante do saber até o esclarecimento de como a política de ATER se coloca em relação às famílias rurais,

é a franqueza, **eu tenho tido uma franqueza do tipo até eu não sei que é uma coisa que meus colegas de trabalho costumam achar antiético da minha parte. Eu tenho, tipo colocar as fragilidades nossas, enquanto instituição**, por exemplo. [...] não eu não vim por causa disso, porque o trabalho não tá pagando, então é isso, então a franqueza, eu sou muito franco com eles, **não costumo é lidar nenhum momento com eles ‘ah, pobrezinho, ah, ele é assim, então’**[...] eu sou um cara que quando eu tô **dialogando** [...]. E o **conhecimento é um dos maiores poderes** que a sociedade ainda ostenta, então, é bom, **pra mim ainda é estratégico dizer que não sei, porque quando eu digo que não sei mostra minha fragilidade**. Então, acho, **na minha avaliação, isso constrói a confiança**, na minha avaliação, pelo que eu já vivenciei, eu confesso não que nenhuma leitura... **acho que Paulo Freire fala disso, quando ele diz: ‘saber admirar e ter, ter humildade diante do saber’, ele dizia isso, humildade diante do saber. Nada sei**, na verdade eu tenho até leitura, mas eu lembro mesmo disso é mais da vivência. (Agrônomo e profissional de ATER da ACACE, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

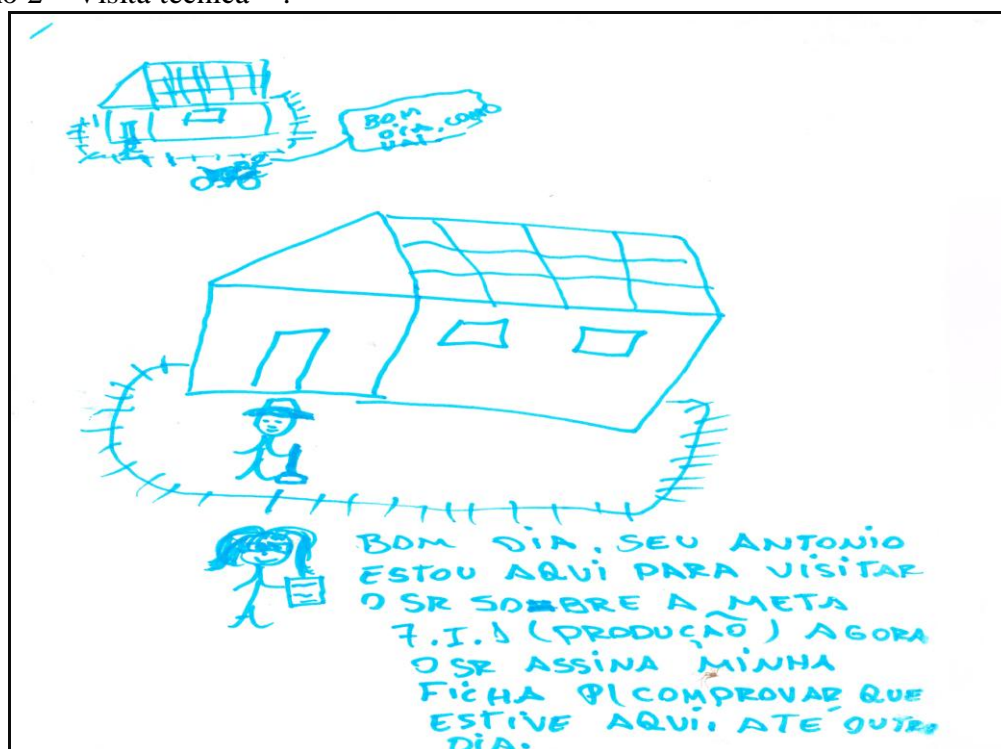
Aqui o profissional busca dispensar a leitura de uma relação paternalista, ou mesmo, clientelista as quais negam homens e mulheres, pois, “subestimam o seu poder de refletir, de sua capacidade de assumir o papel verdadeiro de quem procura conhecer: o de sujeito desta procura” (FREIRE, 1977, p. 62).

Passo, neste momento, a refletir sobre os olhares específicos dos profissionais de ATER da ACACE através da exposição de como caracterizam suas ações em campo, nas primeiras telas a “corrida” por metas e serviços em detrimento dos sujeitos assentados (as):

Desenho1 – Reunião do profissional de ATER no assentamento rural, acima do desenho colocou o código das diversas metas a serem atingidas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Desenho 2 – Visita técnica¹⁵⁸.

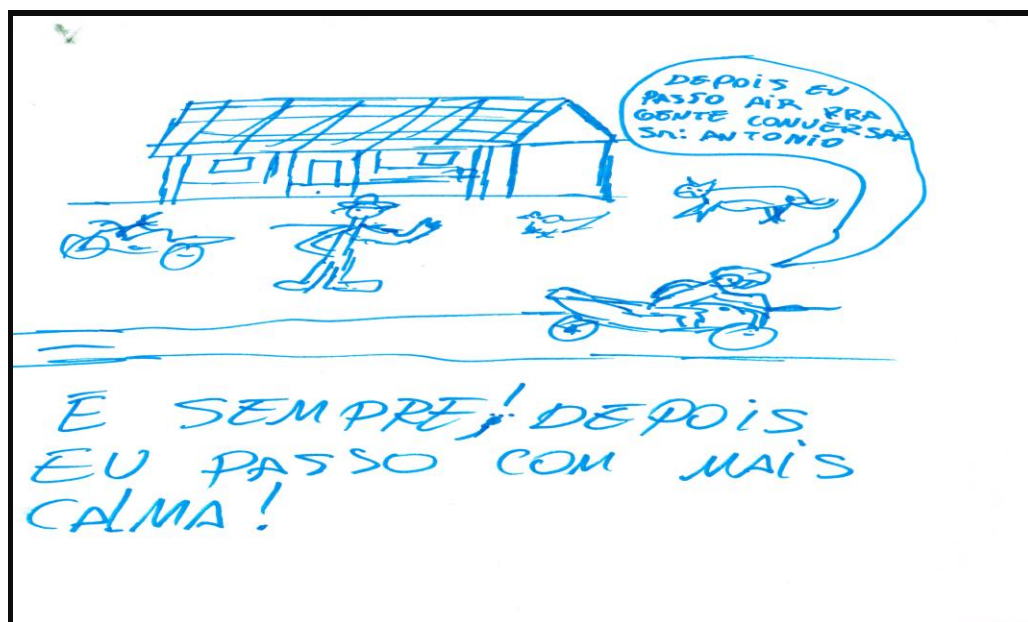
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Vamos às colocações. Na primeira imagem, a profissional ressalta que nas reuniões as comunidades já estão cansadas dos serviços que vêm sendo realizados e como resposta se negam a participar, em forma de círculo a reunião se dá com cadeiras ‘vazias’ a espera dos sujeitos rurais. Além disso, expõe acima da figura do profissional a quantidade de metas a serem atingidas. Já na segunda figura, também ressalta as metas a serem cumpridas e comprovadas mediante assinatura das famílias. Outra profissional salienta sobre o tempo corrido para tal atividade, por isso, na sua conversa final com o agricultor, diz “até outro dia”. Dando sequência ao exposto, apresento o desenho 3 e 4,

¹⁵⁸ A profissional chega à casa de um assentado e pede para que ele assine a ficha de acompanhamento-diagnóstico: ‘Bom dia, seu Antonio, estou aqui para visitar o Sr. Sobre a meta 7. I. 1. (produção), agora o senhor assina minha ficha para comprovar que estive aqui, até outro dia’. (Transcrição do escrito no desenho).

Desenho 3 – Visita técnica¹⁵⁹

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Desenho 4 – Visita técnica¹⁶⁰.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

¹⁵⁹ Mostra o profissional de ATER chegando à residência do assentado com a ficha de acompanhamento-diagnóstico na mão, e diz: 'assine aqui por favor, a ATER chegou'.

¹⁶⁰ O profissional chega de moto e logo tem que sair, fala ao assentado: 'depois eu passo com mais calma' Repete no final do desenho: 'É sempre! Depois eu passo com mais calma!'.

Desenho 5 – Visita técnica¹⁶¹.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Desenho 6 – Visita técnica¹⁶².

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

¹⁶¹ Aqui também temos a ficha de acompanhamento-diagnóstico, pronta para ser preenchida. Na escrita do profissional repõe: 'Não temos tempo para ir ao campo'.

¹⁶² O técnico chega e já adianta que não tem 'tempo' para conversar. Escrito: 'Diagnóstico, ATER, da família'.

Os quatro profissionais caracterizam a mesma atividade em formas distintas, mas com o mesmo objetivo que seria o de figurar a forma como os mesmo vêm preenchendo as fichas-diagnósticas de acompanhamento para que, de forma individual, sejam preenchidas e assinadas. A metodologia utilizada nesses casos, geralmente, baseia-se em perguntas fechadas por meio de questionário, com intuito de levantar as informações sobre os diversos aspectos acerca da realidade das famílias assentadas. Nesse processo, percebi que mesmo as visitas sendo direcionadas para as Unidades Produtivas “Familiares” (UPF), as fichas eram preenchidas individualmente, como mostram todos os desenhos, geralmente com os homens.

Trazendo outros elementos,

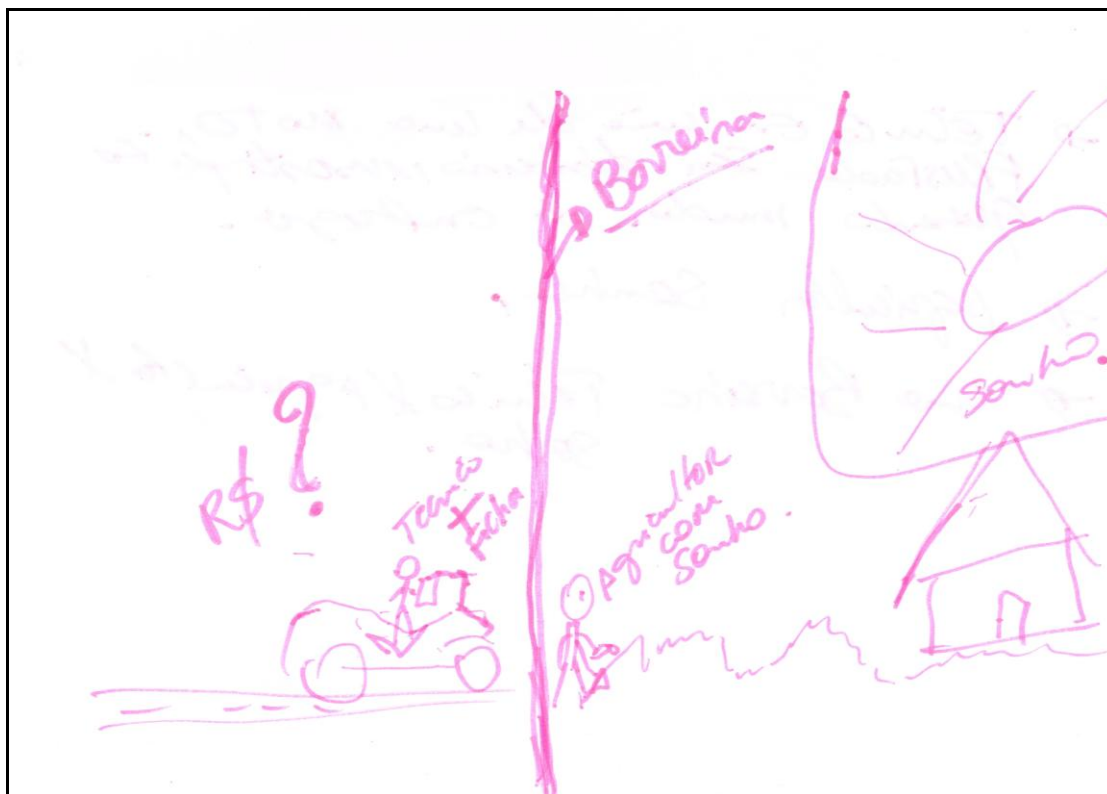
Desenho 7 – Visita técnica¹⁶³.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

¹⁶³ A profissional desenha uma linha sinuosa, dando uma ideia de separação entre a assistência técnica e a agricultora, esta perguntando ‘cadê o projeto?’. Escrito: ‘A realidade da assistência técnica’. O técnico fala: ‘blá, blá, blá’.

Desenho 8 – A relação da política de ATER e do profissional com o agricultor¹⁶⁴.

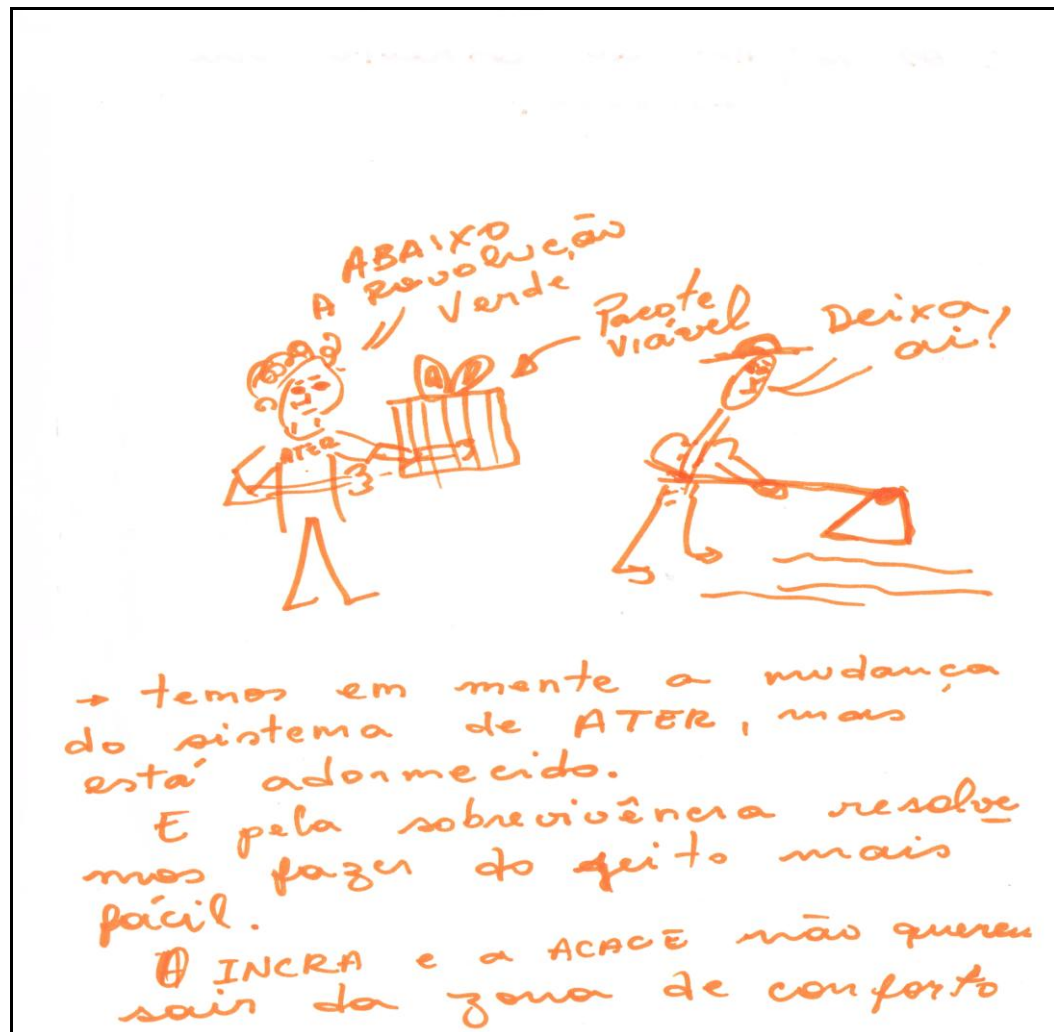


Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Os desenhos caracterizam o distanciamento entre os serviços de ATER junto às comunidades, mais uma vez a representação se faz de forma individualiza, sem grupo. Na figura de número 7 a profissional comenta que o (a) profissional chega sempre com o ‘blá, blá, blá’, escrito no desenho, idealizando a possível materialização de um projeto, destaca que há dois anos está na “política” de ATER e não viu um projeto ser concretizado, sobretudo, com as mulheres. Para a figura 8, há a representação da falta e/ou atraso de salários dos profissionais que se vêm frustrados com o trabalho, apontando o distanciamento entre os sonhos dos agricultores e agricultoras e a ATER, que fica no vazio.

¹⁶⁴ Destaca-se aqui a barreira entre a ATER e o agricultor 'com um sonho'. Do lado esquerdo, o técnico com a representação R\$ - preocupação com o atraso dos salários, levando sempre a ficha junto com ele.

Desenho 9- Relação do profissional de ATER com o agricultor (a)¹⁶⁵.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

¹⁶⁵ 'Abaixo a Revolução Verde', representando uma perspectiva de mudança para o sistema de ATER. Texto do desenho: 'Abaixo a Revolução Verde, pacote viável, temos em mente a mudança do sistema de ATER, mas está adormecido. E pela sobrevivência resolvemos fazer do jeito mais fácil. O INCRA e a ACACE não querem sair da zona de conforto e os sujeitos de direito não tem interesse (esta última frase estava escrita atrás da folha)'.

Desenho 10 – A política de ATER e o campo¹⁶⁶.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Nas duas figuras, os profissionais lançam algumas perspectivas, o primeiro trata de pensar um “pacote” que seja viável sustentavelmente, ressalta que a equipe não fecha os olhos para a realidade, trata-se de uma estratégia de sobrevivência, sem perder as esperanças. O segundo, em meio à contradição do conceito “progresso”, para se referir a outro modelo de desenvolvimento, reflete sobre uma proposta igualitária, que todos tenham seus direitos iguais e garantidos.

Em síntese, no que se refere ao planejamento, à execução e a avaliação, desde já, não houve participação efetiva dos assentados e das assentadas rurais no decorrer das atividades. Na verdade, vale ressaltar que sempre há algum tipo de participação envolvida. As formas de participação que pude observar em campo e no discurso dos sujeitos foram, em muitos casos, de “caráter obrigatório”, entendida como normativa para a legitimação dos serviços de ATER propostos pela política. Por outro lado, algumas participações durante o processo foram viabilizadas através de metodologias participativas utilizadas por alguns profissionais. De

¹⁶⁶ A casa e a plantação representando: rumo ao ‘progresso’ de uma sociedade igualitária.

forma mais crítica, alguns membros da equipe de ATER da ACACE afirmam que não existe participação,

Não existe participação, não existe participação nenhuma dos assentamentos, assim, nessa Chamada, [...] A Chamada ela acaba ignorando a PNATER, ignorando essa política, deixando de lado alguns requisitos, alguns fatores **importante pra melhorar a qualidade de vida das famílias,** melhorar os trabalhos em si, ignoram [...] então, na verdade ela **não se efetiva na prática, teoricamente ela existe,** agora na prática ela não se efetiva e os assentamentos não conseguem perceber isso. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Não há participação, os instrumentos não garantiram isso ainda, garantiram no planejamento um ‘pseudoplanejamento’ junto com eles e tiveram a audácia de **dizer pra gente: ‘Vão lá e façam o planejamento com eles, façam o plano de ação do ano de contrato’.** **Aí nós fomos lá no primeiro assentamento fizemos e tal... quando chegamos: ‘Agora peguem esse planejamento aqui geral que o INCRA já deu de metas pra cada assentamento, o número de atividade por assentamento e peguem o que eles querem lá e bote isso aqui dentro’.** **E no final das contas o que aconteceu foi que nós pegamos o planejamento que o INCRA tinha feito e fomos nos assentamentos pra validá-los, fingindo inclusive pra eles,** por incrível que pareça que eram eles que tavam priorizando aquilo e construindo aquela atividade, **mas na verdade tava tudo feito,** então, não participaram do planejamento inicial, primeiro ponto. **A avaliação processual, eu posso dizer que exista, porque eu tenho feito isso com eles, constantemente, cada atividade que nós vamos avaliando essa inoperância, a falta de recursos, o processo de que eles deviam tá cobrando do INCRA ou isso ou aquilo. Então a gente meio que constrói o processo de avaliação processual, mas isso não é de interesse deles, não querem, escutam, algumas pessoas sim outras não, algumas lideranças têm participado.** (Agrônomo e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

As falas revelam alguns aspectos pertinentes. Primeiro, o planejamento inicial realizado em cada assentamento foi “conformado” de acordo com as ofertas já estruturadas na política de ATER. Portanto, não consideraram que os assentados e as assentadas tenham participado como sujeitos do processo. As atividades a serem realizadas nesse campo sugerem partir da realidade social dos atores e seu entorno como proposto na PNATER, esse processo é caracterizado como dialógico porque é conjunto, é um momento de construção coletiva, o profissional ele deve ser um mediador (FREIRE, 2005). Não existe prática dialógica e problematizadora se não se leva em conta a realidade existencial dos sujeitos. Já no segundo fragmento, coloca-se que a avaliação vem sendo realizada de forma processual junto aos assentamentos rurais até pela necessidade de se tornarem cientes dos processos inconclusos, entretanto, para o segundo profissional de ATER, há pouco interesse por parte das famílias, apenas algumas lideranças se envolvem.

A participação é tema recorrente nos estudos das ciências sociais e da educação. Feitosa (2009, p. 33), em sua pesquisa de mestrado sobre o aprendizado da participação no assentamento Santa Bárbara, no município de Caucaia, afirma que apesar dos documentos institucionais enfatizarem tal aspecto como de fundamental importância para o avanço de uma proposta educativa, tanto os técnicos como os trabalhadores demonstram dificuldades em atuar de forma participativa. Identifica, ainda, que os técnicos e os assentados parecem não saber o que querem com a participação, ou mesmo, não sabem o que ela representa.

Por outro lado, as experiências com os profissionais de ATER da ACACE, mesmo os serviços estando determinados através da Chamada Pública, em campo tentam viabilizar, em algumas atividades, a participação das comunidades,

Na verdade assim, a gente, por mais que seja um trabalho que a metodologia já vem, bem dizer, determinada, como é que é pra ser feito, mas **dentro da medida do possível**, mas quase impossível [...] **a gente tenta o máximo possível, é fazer um, um pouco praquele trabalho não se torne, né? À risca, do jeito que tá proposto, no sentido, a gente tenta envolver as pessoas.** Fazer com aquele processo de trabalho, aquela metodologia de trabalho não se torne uma coisa que tá imposta pá família, mas no sentido que haja **uma participação coletiva**, que seja um trabalho interativo, de interação entre o profissional e o agricultor, que tá recebendo esse serviço. (Técnico em agropecuária e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

A metodologia de trabalho, pelo menos que a gente tem lá na ACACE, é essa do diálogo de saberes, isso na abordagem direto com o agricultor, na organização das equipes também da mesma forma e a busca pra que as equipes elas tenham profissionais das diferentes áreas. É... **atentando atender a demanda dos assentamentos, que não vá só profissionais da área produtiva no assentamento. No dia seguinte, ter profissional da área social ali** pra fazer as demandas sociais, mas o ideal é que no começo a gente trabalhasse o social com o produtivo junto. (Biólogo e profissional de ATER, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Em síntese, as metodologias durante as primeiras oficinas realizadas pelas equipes que acompanhei foram constantemente debatidas nas reuniões dos grupos de trabalho, utilizaram como estratégias iniciais atividades como a FOFA (Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) nos assentamentos a fim de traçar as ações através de três eixos de discussão: o ambiental, o social e o produtivo. Também houve a dinâmica chamada “Árvore dos Sonhos” cujo objetivo foi levantar os sonhos a curto, médio e longo prazo das famílias assentadas. Bem como, em um dado momento, utilizaram-se de música para o acolhimento¹⁶⁷ das comunidades. Outras equipes, das quais pude realizar a leitura de relatórios, utilizaram-se da

¹⁶⁷ Acolhimento se refere ao primeiro passo de um encontro de formação para dar as saudações iniciais.

dinâmica Teia da Vida¹⁶⁸ e atividades relacionadas à mística. Posso arriscar que esse período foi de muita integração e debate entre profissionais e famílias assentadas.

Foto 6 - I Oficina para elaboração do Plano de Ação do Assentamento Terra Livre.



Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Em um dado momento, muitos membros da equipe me confidenciaram o desestímulo e o momento de busca por outros trabalhos. As práticas ficaram de certa forma comprometidas. Exemplo disso foram oficinas de que participei as quais acabaram se tornando “simples” reuniões de grupos, sem nenhum processo dialógico, tendo um caráter diretivo e tradicional. Identifiquei práticas que se deram através de discursos de profissionais sobre determinada temática sem nenhuma problematização ou diálogo com a comunidade, apesar de sabido que a problematização só pode ocorrer quando está fincada na realidade dos sujeitos históricos. Outro aspecto que considero importante pontuar é sobre as reuniões, em sua maioria, para debater a questão organizativa. Esta era tratada através do debate sobre as normas contidas em documentos, como regimentos internos das associações. Não havia uma proposta metodológica clara para mediar um processo dialógico ou mesmo de sensibilização para tratar da organização interna dos assentamentos. Assim, as práticas se resumiam aos

¹⁶⁸ A dinâmica Teia da Vida está proposta na Intervenção Participativa dos Atores (INPA), trata-se de uma proposta metodológica com base na educação popular. É uma dinâmica de apresentação em que, geralmente, cada membro participante diz o seu nome, a localidade de onde vem e as expectativas que traz para os trabalhos a serem realizados. As pessoas devem ficar em círculo e de pé, um dos profissionais deve ser o mediador das discussões. Este profissional deve ter em mãos um barbante o qual vai sendo lançado de um a um, ao passo que cada pessoa vai respondendo as perguntas propostas.

debates sobre alguns conflitos internos, sem nenhuma ação concreta para a transformação da realidade.

Pontuo também dois aspectos nas práticas de extensão rural: as formas de mobilização das comunidades para a realização de ações e os materiais didáticos disponíveis. Os meios utilizados para articulação são rádios comunitárias, telefonemas, contato com lideranças e comunicação oral. Os materiais utilizados pelas equipes foram papel madeira, cartolinas, pincéis, data show, computadores, fita gomada e violão. Aqui faço uma observação, foi unânime a discussão por parte da equipe em torno dos poucos materiais disponíveis para o trabalho, alguns se utilizavam de materiais pessoais para determinadas atividades.

Um dos elementos que me chamou atenção diz respeito à linguagem na relação entre os profissionais de ATER e as famílias assentadas. Em alguns momentos de observação, foi recorrente alguns assentados (as) indagarem sobre o significado das palavras pronunciadas através da equipe de ATER, aspecto que durante as entrevistas foi refletido da seguinte forma,

Eu, **pra mim é mais fácil, tá entendendo? Porque eu convivo**, agora, não, mas eu convivo com eles, né? Aí eu sou um dos mais novos do que os demais, sou um dos mais novo do que os demais assentados, **mais oportunidade de estudar**, a gente, entende melhor né, mas os próprios, **os assentados mesmos ... eles reclamam muito**, né? Os **técnicos têm essas formas de se expressar**, né, estudaram e colocam aquela forma lá, **os assentados nosso é como diz o ditado é no tabefe**, né? **Quando mais a palavra popular mais eles entendem melhor**, né? E aí a **pressa dos nossos profissionais é muito grande e aí eles não se preocupam muito em colocar as palavras, pensar as palavras pra ser colocada, coloca muito essas palavras técnicas aí por isso que eles recramam muito de não entender o que o técnico disse**, né? (Assentado e liderança do assentamento Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

É, **dificulta pra gente porque a gente não, não entende. Bom, o MST estuda muito** essa organização deles ela estuda muito né, quer dizer quando **os meninos vem fazer um trabái e, estuda com a gente, aí a gente, as vez, não sabe nem responder, porque a linguagem a gente pouco... não entende**, não entende pessoalmente o que a pessoa quer dizer, **porque se eu vou dizer uma coisa eu sei dizer diretamente o que eu quero fazer** ou o que eu deixo de fazer mas eu **tenho que ir direto claramente** né? **Às vezes, fica assim arrodando... que a gente não entende**. (Liderança e assentado do Terra Livre, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

De acordo com o exposto, os assentados revelam que há algumas dificuldades na compreensão da linguagem sobre as orientações realizadas pela equipe de ATER. No primeiro relato, o aspecto da escolarização parece contribuir para um entendimento melhor, por outro lado, o mesmo sujeito visualiza que os trabalhos de ATER parecem não considerar esse elemento para se efetivarem. O segundo entrevistado afirma sentir dificuldades quando está

junto aos profissionais, portanto uma forma mais clara e direta de se pronunciarem poderia vir a contribuir para essa mediação.

Paulo Freire, quando se utiliza do termo comunicação no lugar de extensão, explica que é através da comunicação, tomada como educativa, que há a relação entre “pensamento – linguagem - contexto ou realidade” se não há essa interrelação não pode haver entendimento. Nesses termos, torna-se um desafio ainda para os profissionais de campo atender para essa comunicação-educação, pois um dos objetivos principais dessa prática educativa é a apropriação do conhecimento. O mesmo autor considera que só pode haver co-participação nesse ato de “compreender a significação do significado” (FREIRE, 1977, p. 70). Assim, “Ou o signo tem o mesmo significado para os sujeitos que se comunicam, ou a comunicação se torna inviável entre ambos por falta da compreensão indispensável.” (*Ibid.*, p. 71).

Já nos depoimentos que seguem, os assentados acreditam que a linguagem que os técnicos utilizam é do entendimento de todos e, se não entendem é porque não “prestam atenção”. Nesse sentido, há uma espécie de culpa pessoal pelo não entendimento no processo,

Não acho não que é pouco tempo não, sabe porque? Os pessoal se cansa de os técnicos falar, a maioria [...] eu vim quatro horas porque e vinha de Canindé quando eu cheguei aqui não tinha quase ninguém já tinha ido quase todo mundo se embora e foi só um dia que eles passaram todo, **agora dizer que a nossa linguagem nós não entende eu acho que é isso, acho que é isso, mas eles explicam, eu acho que eles explicam bem, nós é que não entende** o que, que eles diz. (Assentada do São Francisco de Assis, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

É **pela linguagem dele muita gente entendeu**, porque é uma linguagem que dá pra gente entender o que eles tavam falando, porque **tem coisas que, que eles entra no ouvido e sai no outro, né? Que, às vez, o caba não presta atenção**, no que eles tão falando, né? Mas pra quem prestou atenção entendeu o que eles falaram **um técnico [...] ele explica muito bem as coisas, explica bem direitinho as coisas, quem não entende é porque não quer é desse jeito**. (Assentado do São Francisco de Assis, entrevista concedida em 2012). [Grifos meus].

Em síntese, a abordagem e a prática de extensão rural, considerando os sujeitos envolvidos no processo, tal como trata a política de ATER têm o seguinte quadro: há distanciamento entre a teoria e a prática; há um bom diálogo entre os profissionais e as comunidades assentadas; porém, há um distanciamento do pensamento, das utopias construídas e dos projetos traçados pelas comunidades; não vem se configurando como trabalho educativo; limita-se ao cumprimento de metas exigidas pela Chamada Pública, condicionada ao tempo de execução determinada por cada meta, processo educativo x metas; é recorrente o levantamento de diagnósticos da produção, da educação, da saúde, do meio

ambiente, em conjunto a um montante de assinaturas para cada atividade realizada como forma de comprovar os serviços prestados; de acordo com alguns profissionais, a garantia de sobrevivência financeira é o principal motivo para continuarem; há distanciamento entre técnico e agricultor quando se refere às necessidades colocadas pelos últimos; a extensão rural se faz com pouco sentido para a realidade dos assentamentos rurais; o trabalho vem se caracterizando como alienado pelos próprios profissionais de campo – perde-se a noção dos processos e resultados; trabalha a participação de forma incipiente; a política de ATER se apresenta como um problema; há uma negação e resistência por parte dos (as) assentados (as) em participar das atividades propostas pelas equipes de ATER; sobreposição do caráter quantitativo (Lógica da produtividade) sobre o qualitativo; há tentativas de acertos por parte dos profissionais; no geral, as práticas são pontuais, sem visão do todo; mesmo diante do quadro, a ATER ainda consegue contribuir na organização e gestão do assentamento.

Por fim, em consonância com os resultados, as comunidades assentadas apontam para a necessidade de uma ação continuada de orientação sistematizada, a qual esteja inclusa uma relação sincera e esclarecedora. Em síntese, as práticas educativas nas atividades de extensão rural e assistência técnica tanto no assentamento Terra Livre como no São Francisco, por ora, não estão sendo condizentes e construtoras de um projeto de desenvolvimento que colabore com as melhorias da qualidade de vida. No entanto, consideram importante destacar que os profissionais de campo têm mantido uma relação boa e de diálogo com a comunidade, além de terem contribuído, mesmo que de forma pontual, com algumas questões relativas à produção e à organização. Ademais, segundo as famílias assentadas, a política de ATER é fundamental no desenvolvimento das comunidades rurais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central estudar as práticas educativas dos profissionais de assistência técnica e extensão rural da Associação de Cooperação Agrícola do Ceará (ACACE), entidade sem fins lucrativos e de apoio as famílias rurais (assentadas e acampadas), vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Canindé, e sua relação com a educação popular. Tive como referência educativa o pensamento de Paulo Freire.

No percurso eleito foi importante, no primeiro momento, adentrar na historiografia brasileira sobre a política de ATER e os modelos de desenvolvimento subjacentes a mesma. O objetivo dessa discussão foi contextualizar as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no País. Destaco, aqui, o período do pós-guerra em que a ATER ganha fortes incentivos dos Estados Unidos da América, no bojo da Guerra Fria, como estratégia de “adequação” do meio rural aos ditames da modernização em benefício da indústria crescente no País.

Para tanto, foi necessário que as atividades de ATER propusessem modelos de educação voltados para os sujeitos jovens e adultos do campo, primeiramente, como educação informal, depois como educação não-formal até os dias atuais, como verificado em documentos oficiais. No entanto, penso que o termo não-formal abre espaço para o entendimento de que essa prática específica não possui formalidade, enquanto que as atividades empreendidas, exigem sim, planejamento, estratégias e lógicas várias. Nesse sentido, busquei caracterizar a prática educativa da extensão rural como educação não-escolar, ou seja, tem proposta educativa, certa regularidade e sistematização, mas não acontece no espaço escolar.

Diante disso, foi possível identificar que no Brasil foram vivenciadas três principais abordagens pedagógicas: a difusionista, também conhecida como o paradigma da transferência de tecnologia, caracterizada com a abordagem tradicional e tecnicista; a abordagem sistêmica, que tem como base a Teoria dos Sistemas, apóia-se no funcionalismo, mas busca diálogo com uma proposta holística da realidade, denominada também como liberal; na terceira, caracterizada como abordagem participativa destaca-se a participação dos diversos atores envolvidos nos serviços de ATER como centralidade da proposta. Aqui subjaz a lógica dialética e humanista, cuja metodologia tem caráter participativo e reflexivo. Como principal expoente para o contexto brasileiro e da América Latina, sobretudo, dentro das

organizações não-governamentais e entidades que buscam diálogo com os movimentos sociais, está Paulo Freire e seus ideais pedagógicos traduzidos na educação popular. Somam-se a isso as novas perspectivas teóricas traçadas no paradigma agroecológico. A busca pelo percurso histórico das abordagens educativas empreendidas no Brasil foi de suma importância para me aproximar do corpus do objeto e compreender que as diversas propostas acima referidas não são estanques nem fizeram parte de uma história anterior superposta. Pelo contrário, fazem-se no presente de maneira contraditória e dentro de um campo de disputas político-ideológicas das organizações sociais e no âmbito governamental.

A partir disso, procurei compreender como se deu a inserção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas atividades de extensão rural, bem como verificar em seu discurso as abordagens pedagógicas pretendidas, para os respectivos assentamentos e acampamentos rurais por ele coordenados. Entretanto, é preciso reconsiderar que não foi possível analisar a fundo esse campo, pela disponibilidade de materiais que foi restrita, assim, o estudo se fez de forma preliminar, de forma que há diversas singularidades e experiências vividas pelas comunidades rurais vinculadas ao MST. No percurso, foi possível identificar que a luta pelo direito à assistência técnica e extensão rural tem sido uma tônica para o Movimento, assim como os diversos direitos sociais, enunciado pelo mesmo, a fim de que as famílias rurais tenham mais garantias à qualidade de vida nos novos espaços ocupados.

Para adentrar no campo da ACACE também foi restrito o meu acesso a algumas informações, que fizeram falta na hora de compor um pouco de sua história, aspecto já justificado, porém, o que dificultou talvez tenha sido a ausência de estudos e relatos sobre a instituição. Acredito que esse elemento seja um convite para as pessoas que se interessam pela temática. Levantar a história da ACACE foi fator determinante para entender seus vínculos com o MST no Ceará, como ela vem atuando nesse território, quais têm sido suas lógicas e atribuições para os trabalhos de ATER, bem como realizar um quadro aproximativo de quem compõem as equipes de ATER nessa instituição. Além disso, pude esclarecer e reorientar minha pesquisa na não utilização do termo técnico-militante para os referidos profissionais de campo. Nesse sentido, pude trabalhar com a ideia de profissionais de ATER ao longo do texto.

O levantamento realizado tanto na ACACE como no MST tornou possível confirmar a hipótese de que Paulo Freire seria o principal referencial teórico apontado nos documentos internos, bem como nos depoimentos de membros dos respectivos contextos, já que estamos

tratando de um movimento social popular. Além disso, a educação popular mencionada deve está em diálogo com o novo paradigma da agroecologia e com as orientações e projetos definidos a partir do MST.

A relação entre o MST e a ACACE no Ceará é definida de forma diversa tanto pelos membros da ACACE como pelos militantes do Movimento. Nesse sentido, ora alguns militantes afirmam as duas organizações como partes integrantes, ora outros militantes tomam o cuidado de mencionar essa integração tratando-a como parceira e não como uma só estrutura. É sabido que tanto a ACACE é uma conquista dos (as) trabalhadores (as) rurais, como forma de empreender projetos alternativos nas diversas comunidades onde, geralmente, o MST atua. Além disso, alguns dirigentes do Movimento estão colaborando na gestão da ACACE e de outras entidades, como foi identificado no Caderno de Formação do MST. Este teria o papel central de coordenar e orientar as atividades de ATER em cada estado, levando em conta as especificidades locais.

Desde esses aspectos retomo as questões que busquei responder ao longo do estudo. São elas: 1) como vêm sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas dos profissionais de ATER da ACACE, vinculada ao MST, em parceria com o INCRA? 2) É possível pensar uma prática, nesse contexto, em diálogo com a educação popular? 3) O que dizem os sujeitos de suas concepções acerca do papel do profissional de campo e de sua abordagem educativa? 4) Quais os desafios que vêm enfrentando em campo os assentados e as assentadas das áreas de reforma agrária? 5) E qual a atualidade do debate da educação popular para pensar esse contexto?

No primeiro ponto, apesar de compreender que as experiências de parcerias são recentes na nossa sociedade, arrisco a afirmativa que elas vêm se dando de forma fragmentada, individual e conflituosa. De um lado, o INCRA lança as demandas e ações a serem executadas pelas “prestadoras de serviços”, que são contratadas com prazos e limites na área financeira e burocrática. De outro, mesmo com a constituição das mesas de negociações (técnica e política) não foi possível avançar na melhoria da política. O primeiro ano de ATER, depois de promulgada a Lei de ATER 12.188, em 2010, parece ter servido apenas um experimento, levando as comunidades rurais e os profissionais de campo ao mais profundo desgaste.

Em vários momentos foi possível verificar essa assertiva, a saber: ausência de formação e/ou capacitação no início dos serviços a fim de que as equipes e entidades

pudessem se apropriar das respectivas atribuições; ausência de maior diálogo entre as entidades consorciadas (ACACE E CACTUS); como consequência houve a devolução de vários trabalhos já realizados, por ausência de informação suficiente e de entendimento do papel que cabia a cada profissional, fator que ocasionou atraso de recurso para as entidades e para o pagamento de pessoal; a descontinuidade dos serviços prestados foi uma constante nos assentamentos rurais, confundindo os assentados e as assentadas rurais quanto às responsabilidades dos parceiros envolvidos e quanto à ausência de uma proposta educativa que correspondesse aos anseios e necessidades das famílias assentadas. Portanto, a parceria entre ACACE e INCRA, no contexto do consórcio com a CACTUS, tem sido fragilizada quando se consideram alguns elementos, tais como: expectativas levantadas nas comunidades rurais, atividades descontínuas sem perspectivas de mudanças, proposta de ATER fragmentada, proposta educativa limitada ao campo teórico e com poucas contribuições práticas. Apesar disso, é importante ressaltar que a política de ATER tem grande relevância para as famílias rurais quando essas discorrem sobre as perspectivas de futuro dentro da comunidade.

Para responder à segunda questão busco diálogo com a última, ou seja, extensão rural e educação popular como possibilidade histórica, que exige um processo contínuo de reflexão sobre a prática, fincada em uma proposta pedagógica possível. De uma maneira geral, o acompanhamento das ações dos profissionais de ATER em alguns assentamentos rurais, utilizando a observação direta e o registro sistemático em diário de campo, fez-me refletir sobre uma ausência de projeto educativo e de ações em diálogo com os jovens e adultos do campo, no contexto não-escolar. Por outro lado, há tentativas de reaver, na relação profissionais de ATER e assentados (as), as formas tradicionais. Assim, alguns profissionais, em meio às dificuldades, buscam dialogar de forma mais franca com as comunidades, além de se utilizar de metodologias que oportunizem a participação, mesmo que esta se limite à fala das comunidades rurais ou até mesmo a legitimação do que já está proposto sem levá-las à ação prática. Aspectos como as relações de gênero, por exemplo, ainda precisam ser melhor trabalhados e refletidos.

A relação entre o que se pretende enquanto projeto educativo popular, a partir das concepções dos profissionais de ATER e das práticas que vêm realizando distancia-se substancialmente. Este fator é compreendido quando os sujeitos fazem críticas quanto à falta de formação continuada para uma nova ATER, aspecto também averiguado quanto ao

desconhecimento da PNATER, apenas dois profissionais haviam tomado conhecimento da política através de leituras individuais. Por outro lado, as frustrações quanto à execução da ATER através da Chamada Pública se evidencia pelas experiências e conhecimentos que alguns profissionais possuem em relação à educação popular e extensão rural.

Nessa perspectiva, quando reflito sobre a educação popular como possibilidade histórica nas ações de ATER é pelo fato de compreender que essa concepção educativa pode contribuir para mediação no processo de apropriação de conhecimento através de uma prática problematizadora da realidade. Essa concepção busca nos saberes das comunidades rurais respostas e inquietações na perspectiva de melhorias de vida, aspectos que, muitas vezes, não são bem explorados.

Ao tentar responder às questões iniciais, três e quatro, indico, de maneira geral, os seguintes pontos nevrálgicos da política de ATER: a descontinuidade que se processou, o tempo limite para realização das atividades, as cobranças por metas, as pressões burocráticas e institucionais, a ausência de formação e/ou capacitação e a desarticulação entre os parceiros, comprometendo as práticas de campo.

Os profissionais de ATER, em Canindé, diante desses fatores, que se fazem presentes na referida política, vivenciam experiências frustrantes, constrangedoras e alienadas quando refletem sobre suas próprias práticas, descreditando da política como possível benefício para as comunidades. Soma-se a isso o conjunto da sociedade civil que tem feito críticas rigorosas, como já visto no corpo do texto, quando buscam julgar os profissionais de campo, não levando em conta a dinâmica estrutural. Apesar de compreender que parte das práticas de campo, realizadas ou não, são de responsabilidade dos mesmos.

Por fim, de fato, são as comunidades rurais que clamam por melhorias na qualidade da política de ATER, bem como realizam a maior parte das críticas, aspectos evidenciados, sejam em assentamentos nomeados mais “novos” sejam em assentamentos mais “antigos”. É compreendido pelos sujeitos que lá vivem que a ATER é uma necessidade primeira, na medida em que ela venha a contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos rurais, tanto de mulheres como de homens. Destacam-se aqui o pensamento e os anseios dos assentados e das assentadas de que seria preciso criar ações para o aprendizado das comunidades. Tanto é que ao destacarem experiências ricas em seus contextos, relatam as oficinas e cursos já realizados, os quais buscaram proporcionar a socialização de conhecimentos técnicos e sociais.

Os desafios que se desenham para a política de assistência técnica e extensão rural são inúmeros, a começar pela estrutura institucional no âmbito do aparelho do Estado. A Lei de ATER 12.188/2010, em primeiro lugar, foi uma conquista política. Por outro lado, os sujeitos que fizeram parte da experiência da Chamada Pública a identificaram como uma “ameaça” ao pouco que vinha sendo construído.

Outro desafio reside na forma como as parcerias vêm ocorrendo na prática. A parceria parece se limitar a um aspecto obrigatório, uma vez que o serviço só será possibilitado se houver mão de obra terceirizada, sendo assim, é necessária a parceria. Por outro viés, as parcerias se constituem como conquistas da sociedade civil, para que o Estado, através desses mediadores, possa atuar de forma mais próxima à realidade social das comunidades rurais, já que é reconhecível na literatura, que os técnicos governamentais têm dificuldades em trabalhar nessa perspectiva.

Deve-se levar em consideração a maneira pela qual foi realizada a Chamada Pública em Canindé. Sem desconsiderar os esforços e o conteúdo proposto que versam nos princípios da PNATER, é preciso chamar atenção sobre a dificuldade de diálogo entre setores do governo e da sociedade civil a fim de rever mudanças significativas em favor das comunidades rurais que vêm sendo alijadas no processo.

Além desses pontos, é visível a ausência de controle social por parte dos sujeitos que são atendidos pela ATER; até mesmo os movimentos ligados a esses sujeitos não vêm exercendo esse papel, por se ocupar em demasiado com as prestações de serviços, dentro de prazos determinados. Há também a desarticulação da ATER em relação às outras políticas públicas no município, como a saúde, a educação, a assistência social e outras, assim como, também não há na prática de parceria, a participação dos profissionais de ATER que acumulam experiências ricas em suas vivências de campo, nem mesmo com as próprias comunidades rurais que deveriam ser centrais nesse processo.

Portanto, para estudar a prática educativa dos profissionais de ATER da ACACE em Canindé foi preciso empreender um caminho além do campo pedagógico. Entendendo que as questões estruturais para execução da política de ATER foram determinantes para afirmar, mesmo que de forma aproximativa, que, de modo geral, a educação de jovens e adultos do campo através da extensão rural, em contexto não-escolar, vem sendo negada e impossibilitada, sobretudo, pelo caráter descontínuo que toma a política.

REFERÊNCIAS

ACACE, **Documento de Orientação Metodológica para execução dos serviços de ATER**. Fortaleza, Ceará, (200-).

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AFONSO, A. J. & LIMA, L. C. Políticas Públicas, Novos Contextos e Actores em Educação de Adultos. In: LIMA, Licínio C. (Org.). **Educação Não Escolar de Adultos**: iniciativas de educação e formação em contexto associativo. Universidade do Minho: Unidade de Educação de Adultos, Braga, 2006.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes. **MST – Ceará, 20 anos de marchas**. Mercator – volume 9, nº. 20, 2010: set./dez. (p. 133-148).

ALMEIDA, Jalcione. A Problemática do Desenvolvimento Sustentável. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável**: necessidade ou possibilidade? Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

ANADÓN, M. **A pesquisa dita “qualitativa”**: sua cultura e seus questionamentos. UNEB/UQAC, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.

ARAÚJO, Helciane de Fátima A. **Estado/movimentos sociais no campo**: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão. 2010. 387 f. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARREIRA, César. **Trilhas e Atalhos do Poder**: conflitos sociais no Sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BECKER, Dinizar Fermino. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. (Org.). **Desenvolvimento Sustentável**: necessidade ou possibilidade? Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

BERGAMASCO, Sônia Maria. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, J. A. & FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B. da & GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A Questão Ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BESERRA, Bernadete R. **Clientelismo e Modernidade**: O caso do programa de Reforma Agrária no Governo Tasso Jereissati. Fortaleza: UFC/NEPS/Programa de Pós-graduação em Sociologia, 1994. 38 p. (Série Estudos e Pesquisas, 28).

_____. **Técnicos e camponeses em assentamentos da reforma agrária ou a construção fictícia da aceitação do outro**. Bol. Mus. Para Emílio Goeldi, ser. Antropol. 12(1), 1996.

BICCA, Eduardo F. **Extensão Rural**: da pesquisa de campo. Guaíba: Agropecuária, 1992, 184 p.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BOFF, Leonardo. **A Crise Terminal do Capitalismo?** Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2011/06/22/crise-terminal-do-capitalismo>. Acessado em fevereiro de 2012.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação rural?** São Paulo: editora brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre & BOURDIEU, Marie-Claire. O Camponês e a Fotografia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, 26, p. 31-39, jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, Carlos R. **Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BRASIL. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário: Por um Brasil Rural com Gente. Relatório Final. Recife, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (PNATER)**. Instituto de Colonização na Reforma Agrária (INCRA). Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Resumo do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**: Território Sertões de Canindé – MDA/SDT/Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2011.

BHABA, H. **Disseminação**: o Tempo, a narrativa e as Margens da nação moderna. In: O Local da Cultura. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFME, 2001.

BOGDAN, R. C. & BIRKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Editora Porto, 1994.

CALAZANS, Maria J. C. Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques & DAMASCENO, Maria N. (Org.). **Educação e escola do campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli S. **Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**, UFSC, 2002.

_____. **Momento Atual da Educação do Campo**. 2006. Disponível em: <http://www.nead.org.br/>. Acessado em 16 de abril de 2012.

CALLOU, Angelo Brás F. *et al.* O Estado da arte do ensino da extensão rural no Brasil. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PPGxR – CCR – UFSM, Ano XV, n. 16, Jul – Dez de 2008.

CAPORAL, F. Roberto (org.). **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, abril de 2006.

CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARNEIRO, Leonardo L. V. **O Ideário político do MST: marxismo e nacionalismo**. 2006. 60 p. monografia. Centro de Humanidade, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

CARVALHO, Alba Maria P. **A construção da esfera pública na luta pelos direitos sociais: os fóruns enquanto expressão da sociedade civil**. Mimeo. (199-?).

CARVALHO, Sandra Maria G. de (Org.). **O PRONERA e a constituição de parcerias: tensões entre as lógicas do Estado e dos Movimentos Sociais**. Mimeo. (200-).

CHAMADA pública para seleção de entidade (s) executora (s) de assistência técnica e extensão rural na reforma agrária, INCRA/SR (02) – Chamada nº. 02/2010, dezembro de 2010.

CHAMADA PÚBLICA/INCRA/SR (02) Nº. 02/2010. **Proposta Técnica para prestação de serviços de ATER, elaboração de Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA) e elaboração de Plano de Recuperação de Assentamento (PRA) para os Núcleos Operacionais de Canindé e Boa Viagem no território Sertões de Canindé**. Lote Sertões de Canindé, 2010.

Colégio Menino Jesus. **Estudo Sobre Canindé**. Canindé, 2010

CORAGGIO, José Luis. Educação para Participação e a Democratização. In: GARCIA, Pedro Benjamim [et al]. **O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

CORCIONE, Domingos. **Refundamentar a educação popular: crise e perspectiva da concepção metodológica dialética da educação popular**. Mimeo. Recife, janeiro de 1995.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Educação Popular Hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

- COSTA, Rita de Cássia M. **Educação Popular e Extensão Rural**: o caráter pedagógico das ações de ATER no Perímetro irrigado Público Federal Baixo Acaraú. 2009. Dissertação (Mestrado em educação brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.
- DAGNINO, Eveline. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Os anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S.; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- DIAS, Marcelo Miná. **Extensão Rural para agricultores assentados**: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATER”. Cadernos de Ciências & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.
- DIESEL, V.; DIAS, M. M. Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural – quais fundamentos? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL, 2, 2010, Rio Grande do Sul. **Anais...**Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2010. p. 1-12.
- FEITOSA, Maria das Dôres A. O aprendizado da participação no assentamento Santa Bárbara. DIAS, Ana Maria Iorio; FURTADO, Eliane Dayse P. & BRANDÃO, Maria de Lourdes de P. (Org.). In: **Terra e Pedagogia: práticas educativas e organizativas no campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- FEITOSA, Padre N. **Origens do Canindé**. (Escolar e Turístico). Instituto Memória de Canindé. Monografia nº. 5. Canindé, 2002.
- FEITOSA, Padre N. **Igreja de Canindé, 200 anos**. Instituto Memória de Canindé. Monografia nº. 3. Canindé, 2008.
- FERRARI, Márcio. **B. F. Skinner, o cientista do comportamento e do aprendizado**. Revista Nova Escola. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/historia/pratica-pedagogica/skinner-428143.shtml>. Acessado em: Nov., 2012.
- FILHO, L. C. B. **Análise do Estado da Arte sobre Gestão de Serviços Técnicos nas Organizações de Produtores**. Documento para o Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural – RIMISP no âmbito do Projeto FIDAMERICA IV. São Paulo, agosto de 2007.
- FRAGA, Regina Coele Q. **A relação sujeito-objeto em Jean Piaget: uma análise à luz da ontologia do ser social**. 2005. Dissertação (Mestrado em educação brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. BRANDÃO, Carlos R. (Org.). In: **Pesquisa Participante**. 6º. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala.** 19º Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978. (prefácio à 1º edição, cap. I, II e IV).

FURTADO, Eliane D. P. **A Educação Popular e a Extensão Rural oficial:** a capacitação como uma estratégia para uma nova institucionalidade. Mimeo, 1999.

FURTADO, Eliane D. P. & SOUZA, José Ribamar de F. A Educação e as políticas compensatórias no espaço rural: o cédula da terra e o INCRA no Ceará. In: **Movimentos sociais, educação popular e escola:** a favor da diversidade. Gadelha, Silvio & Pereira, Silvio. (Org.). Edições UFC, Fortaleza, 2006.

_____. **A Intervenção Participativa dos Atores – INPA:** Uma Metodologia de Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 2000.

GARCIA, Pedro B. (org.). **O pêndulo das ideologias:** a educação popular e o desafio da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONSALVES, Elisa P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

GRAMSCI, A. 1971. *Selections from Prison Notebooks.* New Yorks: *International Publishers.* In: CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** 2ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 1988.

GUIMARÃES, P.; SILVA, O. S.; SANCHO, A. V. Educação e Formação de Adultos nas Associações: iniciativas popularmente promovidas ou formalmente organizadas? In: LIMA, Licínio C. (Org.). **Educação Não Escolar de Adultos:** iniciativas de educação e formação em contexto associativo. Universidade do Minho: Unidade de Educação de Adultos, Braga, 2006.

HADDAD, Sérgio. **Educação Não Escolar de Adultos:** um balanço da produção de conhecimentos. (DATA).

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia.** Petrópolis: Editora Vozes, 10º. Ed., 2005.

HILSDORF, Maria L. S. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico.** Canindé, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Básico Municipal Canindé.** Fortaleza, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Perfil Básico Regional:** Macrorregião Sertão Central. Fortaleza, 2011.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil.** Editora Brasiliense: São Paulo, 1945.

KOSHIBA, Luiz & PEREIRA, Denise M. F. **História do Brasil.** São Paulo: Atual Editora, s/d.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde. (Orgs). **Impactos dos assentamentos:** um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LESPAUBIN, Ivo. **Poder local x exclusão social:** a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LIMA, Licínio C. (Org.). **Educação Não Escolar de Adultos:** iniciativas de educação e formação em contexto associativo. Universidade do Minho: Unidade de Educação de Adultos, Braga, 2006.

MAKARENKO, A. S. **Poema Pedagógico.** Vol. I. Editora Brasiliense: São Paulo, 1985.

MANUAL OPERACIONAL DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL. Instituto de Colonização na Reforma Agrária (INCRA), 2008.

MASSELLI, Maria C. **Extensão Rural entre os sem-terra.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária:** O Impossível Diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. Capítulo I: Os camponeses e a política no Brasil. In: **Os camponeses e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Editora: Vozes; Rio de Janeiro; 1986.

_____. **O Sujeito Oculto:** Ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Antropologia e barroco na cultura latino-americana. In: **A chegada do estrangeiro.** SP: Editora Hucitec, 1993, p. 15-26.

_____. O Estado: o uso conservador da mediação do moderno. In: **O poder do atraso:** ensaios de Sociologia da História lenta. SP: Editora Hucitec, 1994, p. 17-51.

MARTINS, Mônica Dias. Modernização do Estado e reforma agrária. In: Parente, J. & Arruda, José M. (Org.). **A era Jereissati:** modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MATTEDI, Marcos A. **Sociologia e Conhecimento:** introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento. Chapecó: Argos, 2006.

MAZA E., Gonzalo de La. Abrir Janelas para o Futuro: cinco reflexões sobre alianças para a educação popular. In: GARCIA, Pedro Benjamim [et al]. **O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MDA/SAF/DATER. **Política Nacional de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, MDA, 2004.

MEÍJA, Marco Raúl. Educação e Política: Fundamentos para uma Nova Agenda Latino-americana. In: Garcia, Pedro B. **O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MELLO, Marcos Paulo C. C. de. **Quando os assentados chegaram: tempo e experiência social no MST**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

MENDONÇA, Sonia R. de. **Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil**. História USINOS. Universidade Federal Fluminense, Vol. 14, nº 2, 2010.

MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOCHCOVITCH, Luna G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOLINA, Mônica C. & JESUS, Sônia M. S. A. de. (Org.). **Contribuições para construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

MORROW, R. A.; TORRES, C. A. Gramsci e a educação popular na América Latina. Percepções do debate brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 4, n. 2, PP. 33-50, jul/Dez 2004.

MST: Orientações de como incorporar, planejar, acompanhar e avaliar o trabalho da assistência técnica. **CONCRAB**. Caderno de Cooperação de Nº. 14. Brasília: DF, dezembro de 2005.

MUNARIM, Antonio. Parceria: faca de muitos gumes. In: **Construção coletiva: contribuição à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008.

NAJMANOVICH, Denise. O feitiço do método. In: Garcia, Regina L. (Org.). **Método, Métodos e Contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCIMENTO, Severina Ilza do. Repensando a Educação Popular no processo de metamorfose da sociedade global – novas problemáticas. In: COSTA, M. V. (Org.). **Educação Popular Hoje**. São Paulo: Loyola, 1998.

OCTAVIANO, Carolina. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde**. Capinas:Com Ciência, 2010. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=es&nrm=iso. Acessado em: Jan., 2013.

OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global**. SP: Editora Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 16, n. 2, p. 97-134, mai/ago, 1999.

PALMA, Diego. O Clima da Pós-Modernidade, a Crise e a Educação Popular. In: GARCIA, Pedro B. **O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

PALUDO, Conceição, 2006. **Da Raiz/Herança da Educação Popular à Pedagogia do Movimento e a Educação no e do Campo: um olhar para a trajetória da educação no MST**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalhos_encomenda_dos/GT06/Texto-Concei%C3%A7%C3%A3o%20Paludo.pdf>. Acesso em 20 de mar. 2010.

PALUDO, Conceição, 2008. **Movimentos Sociais e Educação Popular: atualidade do legado de Paulo Freire**. Disponível em: <<http://www.ufpelteche.br/FAE/dialogoscompaulofreire/ConceicaoPaludo.pdf>>. Acesso em 28 de abr. de 2010.

_____, 2005. Educação popular – dialogando com redes latino-americanas (200-2003). In: **Educação popular na América Latina: desafios e perspectivas**. Brasília: UNESCO, MEC, CEAAL, 2005.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **Negócios solidários em cadeias produtivas: protagonismo coletivo e desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: IPEA: ANPEC: Fundação Banco do Brasil, 2007, p.: 224. ISBN: 978-85-86170-92-8. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livrocompleto_negocios_solidarios.pdf. Acessado em 20 de maio de 2012.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Consultoria legislativa do senado federal: Centro de estudos. Textos para discussão: 48. ISSN 1983-0645. Brasília, outubro, 2008. Disponível em: [HTTP://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm](http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm). Acesso em 16 de março de 2012.

PUERTA T., Fernando Sanchez de. **Extensión agrária y desarrollo rural: sobre la evolución de las teorías y praxis extensionistas**. Madrid: Ministério da Agricultura, Pesca y Alimentación, 1996, 542 p.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento – filosofia e política**. – São Paulo: Ed. 34, 1996. Revista Carta Capital. **Reforma agrária, descanse em paz**, 3 de agosto de 2011.

RICCI, Rudá. **Lulismo: Da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira**. Brasília: Contraponto, 2010.

ROMANELLI, Geraldo (Org.). **Diálogos Metodológicos sobre a prática de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

ROS, César Augusto das. O MST, as instâncias do estado para o tratamento da questão agrária e a constituição dos assentamentos rurais. In: MOREIRA, Roberto José Moreira (Org). **Identities sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SAMPAIO, Otávio Bezerra. **Contextualização histórica da extensão rural e seus reflexos na sociedade brasileira.** Mimeo, s/d.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Novos Movimentos Sociais. In: SANTOS, Boaventura S, 1998 (1995). *De La Mano de Alicia. Lo Social y lo político em la posmodernidad.* (Santafé de Bogotá: Siglo de Los Hombres Editores, Facultad de Derecho Universidad de Los Andes, Ediciones Uniandes) 312-331.

SCALON, Celi. No palco da fluidez social. In: **Revista de Sociologia**, São Paulo: Editora Escala, 2011.

SCHERER-WARREN, ILSE. **Cidadania Sem Fronteiras:** ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHMITZ, Heribert. Abordagem sistêmica e a agricultura familiar. In: MOTA, Dalva M. da; SCHMITZ, Heribert; VASCONCELOS, Helenira E. M. (Orgs.). **Agricultura familiar e abordagem sistêmica.** Aracaju: SE: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005.

SCOPINHO, Rosemeire A. Diálogo de Saberes: experiências inovadoras no ensino da extensão rural. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ENSINO EM EXTENSÃO RURAL, 2, 2010, Rio Grande do Sul. **Anais...**Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria, 2010. (Documento sem paginação).

SEVERINO, Antonio J. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

SISTEMA COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS/MST. Caderno de Cooperação Agrícola de nº. 5, 2ª. Ed. CONCRAB. São Paulo: SP, junho de 1998.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. XLV Congresso da SOBER: “Conhecimentos para Agricultura do Futuro”. Londrina, julho de 2007.

SOUZA, José R. F de. **Educação Popular:** influenciando as políticas públicas de extensão rural. Mimeo, 200-.

_____. **Pesquisa, extensão e o agricultor:** envolvimento, participação ou intervenção? O papel do profissional. R. econ. Nord. Fortaleza, v. 26, n. 2, p. 205-238, abr./jun. 1995.

SPIVAK, Gayatri ChaKravorty. Estudios de la Subalternidad: Desconstruyendo la Historiografía. In: AUTORES **Debates Post Coloniales:** Uma introdución a los Estudios de la Subalternidad. Editorial: Historiais. La Paz, Bolívia. 1985; p. 330-363.

STÉDILE, João P. **O MST e a questão agrária**. Estudos avançados, 1997. Entrevista concedida ao professor Alfredo Bossi e os jornalistas Marcos Antônio Coelho e Dario Luis Norelli.

STÉDILE, João P. & FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

STÉDILE, JOÃO P. & MENDONÇA, Sônia Regina (org.). **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária: natureza e comportamento (1964-1990)**. São Paulo: expressão Popular, 2010.

STRECK, Danilo R. **Entre emancipação e regulação: (des) encontros entre educação popular e movimentos sociais**. Revista Brasileira de Educação. V 15. Nº. 44 maio/ago. 2010.

TELLES, Vera. **Direitos sociais: afinal do que se trata?** Belo Horizonte: UFMG, 1999.

TRUJILLO, Fernando S. de P. **Agroecologia, desarrollo, comunicación y extensión rural: La construcción de um paradigma ecosocial em Iberoamérica**. Universidade Federal Rural de Pernambuco – Sabiá - Recife, Brasil, 2003.

VARGAS, Jorge Osorio. As polêmicas e a afirmação da Educação Popular na América Latina. In: GARCIA, Pedro Benjamim [et al]. **O pêndulo das ideologias: a educação popular e o desafio da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático**. Brasília: MDA, Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

VORRABER, Marisa (org.). **Educação Popular Hoje**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Negueia: O Campesinato Como ordem Moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: UNB, 1990.

ANEXOS

ANEXO A – Equipe de ATER da ACACE em CANINDÉ

Nº	Formação	Forma de contratação	Entidade
1	Agrônomo	Superior agrárias	ACACE
2	Assistente social	Superior humanas	ACACE
3	Técnico em Meio Ambiente e Agrônoma	Médio agrárias	ACACE
4	Biólogo	Médio outras	ACACE
5	Administrador e Técnico em Administração de Cooperativas	Médio outras	
6	Técnico em Administração de Cooperativas	Médio outra	ACACE
7	Técnico em Agropecuária	Médio agrárias	ACACE
8	Técnico em Agropecuária	Médio agrárias	ACACE
9	Técnico em Agropecuária	Médio agrárias	ACACE
10	Técnico em Agropecuária	Médio agrárias	ACACE
11	Técnico em Agropecuária	Médio agrárias	ACACE

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

ANEXO B - Quadro das Categorias de análise.

Categorias	Achados
I – Educação popular	<ul style="list-style-type: none"> • Troca de saberes; • Metodologia participativa; • Processo educativo; • Construção coletiva a partir da realidade e necessidade dos assentamentos rurais; • Relação teoria e prática; • Educação do Campo; • Projeto de conscientização da classe trabalhadora; • Apropriação e democratização do conhecimento; • Diálogo; • Construção de novos saberes.
II – Concepções sobre a Extensão rural	<ul style="list-style-type: none"> • O termo em si dificilmente é mencionado nos discursos e contextos; • Educação popular; • Construtivismo; • Educação dialética e humanista; • Críticas ao conceito de extensão x comunicação e educação; • Processo educativo; • Educação extra-escolar; • Educação informal; • Educação não-formal; • Ausência de discussão sobre educação do campo; • Pacotes; • Necessita de pesquisa; • Prática de diagnósticos; • Ligada a questão educacional, pedagógica; • Diálogo com os agricultores; • Extensionista faz a mediação com vistas à autonomia dos sujeitos; • Sistematização do conhecimento; • Transmissão de conhecimento; • Aumentar a produtividade; • É uma necessidade; • Não entendimento de alguns sujeitos quanto às atribuições da extensão rural; • Estender as atividades dos trabalhos dos profissionais de ATER às famílias; • Difusão e expansão; • Além das atividades econômicas considera a social, ambiental, cultural e política;

	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de se trabalhar a multidisciplinaridade; • Educação diretiva.
III – Assistência técnica	<ul style="list-style-type: none"> • O termo é predominante nos discursos e em todos os contextos: equipe de ATER, coordenação da ACACE, militantes, assentamentos rurais, INCRA e outros; • Ações pontuais e respostas rápidas (aspecto que predominou, principalmente nas opiniões dos profissionais de ATER); • Atenção aos projetos; • Exige pesquisa; • Contrapõe à assessoria técnica, esta orienta continuamente, já a assistência é apenas pontual, assiste • Ação que não transmite nem constrói conhecimento; • Prática assistencialista que causa dependência; • Ligada as técnicas de produção e da agropecuária; • Ligada a questão de pesquisa; • Difusão; • Ligada ao processo produtivo; • Predomínio da palavra e atividade no campo; • Ligada as questões econômicas; • Orientação para o crédito e comercialização; • Orientação para a adoção de tecnologias; • Levantamento de dados; • Não tem retorno; • Submissão dos agricultores aos profissionais.
IV – Prática de extensão rural	<ul style="list-style-type: none"> • Contradição e distanciamento entre a teoria e a prática; • Difusionista; • Há abertura para o diálogo; • Não diálogo com as comunidades assentadas; • Distanciamento do pensamento, das utopias construídas, dos projetos traçados; • Formação política, diretiva; • Não se traduz como trabalho pedagógico; • Limita-se ao cumprimento de metas exigidos pela Chamada pública; • Levantamento de diagnósticos da produção, da educação, da saúde, do meio ambiente...em conjunto a um montante de assinaturas para cada atividade realizada com forma de comprovar os serviços; • Garantia de sobrevivência; • Condicionada ao tempo de execução determinada por cada meta; • Distanciamento entre técnico e agricultor; • Sem um sentido real para a realidade dos assentamentos rurais;

	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho alienado – perde-se a noção dos resultados; • Não há percepção enquanto um trabalho pedagógico; • Não trabalha a participação; • Projetos institucionais convergem quanto à concepção, mas a prática é distinta; • A prática se apresenta como um problema; • Processo educativo x metas; • Corrida por metas e recursos; • Negação por parte dos (as) assentados (as); • Quantitativo x qualitativo; • Lógica da produtividade; • Tentativas de acertos; • Ênfase nos projetos; • Práticas pontuais, sem visão do todo; • Contribuem para a organização e a gestão; • Falta de tempo para mediar um processo pedagógico; • Dificuldades na linguagem técnica e popular; • Muitas vezes não tem retorno.
V – Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de políticas articuladas, municipais, estaduais e federais; • Melhorar as condições de vida, trabalho e produção; • Necessário a ATER para o desenvolvimento; • Não há relação com a ATER do jeito que o modelo está posto.
VI – Formação de profissionais de ATER	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de formação continuada; • Formação inicial não condizente com a realidade das famílias assentadas; • Formação não condiz com a PNATER; • Atribuições de campo para além da formação específica (o exemplo mais claro foi o preenchimento de fichas diagnósticas); • Falta trabalhar interdisciplinarmente, multidisciplinarmente e transdisciplinarmente; • Ausência de formação junto à política atual; • Muitos profissionais tiveram uma formação mais aproximada da realidade rural quando das iniciativas parte da sociedade civil e não do Estado; (Exemplo: Escola Dom Frago e MST); • Despolitização.
VII- Parcerias: Estado/Sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> • Os serviços de ATER melhoraram; • Defesa do serviço público de ATER através de concursos públicos; • Convergem nos projetos para extensão rural, mas na prática há um processo consentido e adverso; • Dificuldades de gerenciar as ações em forma de parcerias; • Não há envolvimento dos técnicos no processo da ATER,

	<p>ou seja, não são vistos como parceiros, seus papéis se restringem à execução dos serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As comunidades também não são identificadas como parceiras no processo, apenas são “receptoras” as ações; • As ações, em sua maioria, são unilaterais; • Há fragilidade de diálogo entre os parceiros.
VIII - Descontinuidade	<ul style="list-style-type: none"> • Rotatividades dos profissionais de campo; • Ruptura dos contratos e convênios; • Desistência de muitos profissionais por falta de perspectiva; • Responsabilizam o INCRA, em sua maioria, pela descontinuidade; • Quantidade de técnicos para atender os assentamentos é insuficiente; • Negação de uma proposta educativa no campo não-escolar junto aos jovens e aos adultos; • As questões burocráticas parece ser um dos principais problemas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

